

**TÂNIA PAULA DA SILVA
EVELIN MARA CÁCERES DAN
VIVIAN LARA CÁCERES DAN
DILMA LOURENÇA DA COSTA
(Organizadoras)**



**CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS DO
II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas
das Cidades Brasileiras no Século XXI**

Cáceres/MT, 15 de Junho a 17 de Junho de 2011.

ISSN: 2178-6038



**Depto. De
Direito**





ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

OS DADOS E A COMPLETUDE DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DOS RESUMOS E ARTIGOS SÃO DE INTEIRA E ÚNICA RESPONSABILIDADE DE CADA AUTOR

Criação: Tânia Paula da Silva, Evelin Mara Cáceres Dan, Vivian Lara Cáceres Dan e Dilma Lourença da Costa

Ilustração: Leonardo Vançan da Rocha Santos e Tânia Paula da Silva

Diagramação: Tânia Paula da Silva

Impressão: Editora UNEMAT

Coordenação Editorial
Projeto Gráfico/Diagramação/Capa

Marilda Fátima Dias/
Tânia Paula da Silva/
Evelin Mara Cáceres Dan/
Vivian Lara Cáceres Dan/
Dilma Lourença da Costa/

Copyright © 2011/Editora Unemat
Impresso no Brasil – 2011

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Regional da UNEMAT – Cáceres/MT

S471a

Seminário do Meio Ambiente Urbano (2, 2011: Cáceres, MT) “Desafios e dilemas das cidades brasileiras no século XXI”

Anais da 2º Seminário do Meio Ambiente Urbano: desafios e dilemas das cidades brasileiras no século XXI. Cáceres/MT, 15 de junho a 17 de julho, 2011./organizado por Tânia P. da Silva, Evelin Mara C. Dan, Vivian Lara C. Dan e Dilma Lourença da Costa. Cáceres, MT: Unemat, 2011.

1. Políticas públicas urbanas. 2. Espaço urbano. 3. Violência criminal – combate. 4. Ensino a distancia. 5. Cáceres/MT. I. SILVA, Tânia P. (org); DAN, Evelin M. C. (org) II. (org). III. DAN, Vivian L.C (org). IV. Costa, Dilma Lourença da (org)

CDU 91



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

**Campus Universitário Jane Vanini
Departamento de Direito e Departamento de Geografia**

**II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: DESAFIOS E DILEMAS DAS
CIDADES BRASILEIRAS NO SÉCULO XXI
15 de Junho a 17 de Junho de 2011**

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenação Geral

Tânia Paula da Silva
Evelin Mara Cáceres Dan
Vivian Lara Cáceres Dan
Dilma Lourença da Costa

Comissão Científica

Célia Alves de Souza
Dilma Lourença da Costa
Evelin Mara Cáceres Dan
Evaldo Ferreira
Juliano Moreno Kersul
Luciano Pereira da Silva
Marcos Figueiredo
Maria Aparecida de Souza
Ronaldo José Neves
Sandra Mara Alves da Silva Neves
Tânia Paula da Silva
Vivian Lara Cáceres Dan

Comissão Técnica

Antonio Carlos Graus Júnior
Cleide Maria Santana
Débora Edilaine Justiniano Santos
Eduardo Zinhani
Géssica Geisianne do N. Pereira
Gustavo Roberto dos Santos Leandro
Jaqueline Fornazari
Jesã Pereira Kreitlow
Juarez Francisco Chuve de Jesus
Laura Aparecida Justiniano
Luciano Pereira da Silva
Maria Luiza V. Ramos de Faro
Thaís Fernanda dos Reis e Silva
Valéria Soares

APOIO

FAPEMAT - FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE MATO GROSSO



SUMÁRIO

Apresentação	07
Programação	08
RESUMOS EXPANDIDOS	10
O Discurso Jurídico Ambiental no Estatuto da Cidade Evelin Mara Cáceres Dan e Ewerton Rezer Gindri	11
O Patrimônio Histórico e Cultural Remanescente no Espaço Urbano de Cuiabá/MT: possibilidades de um guia de percurso para múltiplos olhares Dilma Lourença da Costa e Simone Gardin Beal	22
Bio-Poder e a Questão Social da Violência Urbana na Perspectiva Histórica Vivian Lara Cáceres Dan	43
Produção Discursiva do Espaço Urbano: a presença indígena na cidade Águeda Aparecida da Cruz Borges e Mônica Graciela Zoppi Fontana	54
Contribuição para Estudo dos Aspectos Geomorfológicos e Cársticos da Província Serrana de Cáceres-MT: estudo de caso da gruta do sobradinho Christian Leny Cardoso e Sérgio Luiz Melo	64
Um Estudo das Vítimas de Homicídios Praticados com Uso de Arma de Fogo na Regional Norte em Cuiabá-MT Elcio Bueno de Magalhães e Luiz da Rosa Garcia Netto	72
O Clima como Condicionante da Vida Urbana: o caso de Cáceres/MT Leandro dos Santos, Elen da Silva Moraes e José Carlos de O. Soares	88
A Identificação de Cáceres como Cidade Média Inserida no Contexto de Capital Regional em Mato Grosso Luiz Carlos Pereira Lima e Evaldo Ferreira	102
Uma Reflexão Sobre a Atuação dos Controles Formais e Informais no Combate à Violência Criminal Géssica G. do N. Pereira Pinto, Josimeire S. Oliveira e Vivian L. Cáceres Dan	119



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

Teoria e Prática em Orientação Profissional em Tempos de Globalização Graciela Constantino	129
Rio Paraguai na Cidade de Cáceres/MT: uso e ocupação no entorno Ademir Barbosa, Renilda Miranda Cebalho Barbosa e Gustavo Roberto dos Santos Leandro	139
Reflexão Quanto à Violência Urbana no Brasil e a Eficácia do Controle Social Criminológico João Guilherme B. Quintino, Marcio Lourenço Pereira e Vivian L. Cáceres Dan	148
Enchentes Urbanas: um relato da inundação ocorrida em fevereiro de 2010, em Cáceres/MT Laís Fernandes de Souza Neves, Rosália Casarin e Marcela de Almeida Silva	159
Liberdade e Administração dos Índios na América Portuguesa: a escravidão indígena na Curitiba setecentista (1700-1750) Liliam Ferraresi Brighente	168
Estudo de Processos Erosivos na Microbacia do Córrego Jaberão e suas Interrelações entre as Serras Chapadinha e Bebedouro no Município de Cáceres/MT Marcos Figueiredo	186
A Possibilidade de Viabilização do Bem Estar Social a partir da Implementação do Plano Diretor Participativo (Lei Complementar n. 90/10) no Município de Cáceres/MT Maria José Dantas Souza e Evelin Mara Cáceres Dan	196
Poluição Sonora em Cáceres: uma polêmica do barulho Odair José da Silva	204
Rua Quintino Bocaiuva no Centro Histórico de Cáceres/MT, no contexto da educação patrimonial e turismo: estudo de caso Renato Fonseca de Arruda, Ana Maria Ferreira, Rosália Casarin e Ronaldo José Neves	219
A Escuta de Uma Vida: Fábio Jone de Oliveira Priscila de Oliveira Xavier Scudder e Silas Borges Monteiro	236
Experiência de Ensino na EJA com o Projeto Casarões Antigos na Cidade de Cáceres/MT Renilda M. C. Barbosa, Leonildes Catelan e Ademir Barbosa	250



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

Potencialidade Turística do Município de Curvelândia/MT Leonice da Silveira Cruz e Tânia Paula da Silva	258
No Município de Barra do Bugres, uma Breve Discussão Sobre Espaço, Suas Relações Regionais e Territoriais Sérgio Dias Maciel e Luiz Rosa Garcia Netto	281
A Crise da Segurança Pública e dos Controles Informais: o papel do estado e sua relação com a sociedade Thaís Fernanda dos Reis Silva e Vivian L. Cáceres Dan	293
A Importância dos Pequenos Produtores para a Economia do Município de Glória D'Oeste/MT Ricardo Henrique R. dos Santos e Tânia Paula da Silva	299
A Aplicabilidade da Teoria do Labeling Approach na Contravenção Penal de Vadiagem Helio Fialho Lacerda Gomes e Evelin Mara Cáceres Dan	312
O Desenvolvimento Societal do Capital e os Impactos no Mundo do Trabalho: um olhar a partir do processo de migração campo-cidade-campo Tânia Paula da Silva	320
Labelling Approach: o sistema penal brasileiro à luz da teoria do etiquetamento Evelin Mara Cáceres Dan e Alianna Caroline Sousa Cardoso	333



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

APRESENTAÇÃO

O II Seminário Sobre Ambiente Urbano: desafios e dilemas das cidades brasileiras no século XXI foi realizado pelo Departamento de Direito e de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Cáceres/MT, no período de 15 de junho a 17 de Junho de 2011.

O evento teve por finalidade precípua esclarecer a sociedade, por meio de debates, sobre os possíveis impactos de ordem ambiental, econômico e social com a expansão urbana de forma desordenada, apresentando para tanto alternativas que minimizem os impactos causados por essa deteriorização do espaço urbano. Assim, buscou-se contribuir com o Poder Público, mediante a atuação qualificada da Universidade e engajamento de seus acadêmicos e pesquisadores, na busca de melhorar a qualidade de vida daqueles que vivem nas cidades, bem como minimizar os efeitos degradatórios ao ambiente natural por força da má utilização dos espaços urbanos.

Visando aumentar o leque de discussões sobre estes e outros problemas advindos da falta de critérios na exploração dos recursos naturais, vários pesquisadores contribuíram com suas experiências através de palestras e mini-cursos, melhorando direta e indiretamente o nível de percepção dos participantes do evento.

Assim, o II Seminário sobre Ambiente Urbano contribuiu com a consolidação de reflexões em andamento, ao permitir diálogos necessários acerca da coerência e da coesão teóricas, metodológicas e históricas das reflexões, bem como abriu novos caminhos de análise, ao possibilitar o contato entre pesquisadores de lugares, de teorias e de posições políticas diversas, definindo-se como espaço primaz de diálogo e de relativização do conhecimento original em construção na questão urbano-ambiental.

Comissão Organizadora



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

PROGRAMAÇÃO

MESAS REDONDAS

31/05/2010 (quarta-feira)

	Tema da Mesa Redonda DESAFIOS E DILEMAS DAS CIDADES BRASILEIRAS NO SÉCULO XXI
19h00min	Palestrantes
às	Profª. Drª. Fabiana Valdoski Ribeiro (USP)
23h00min	Prof. Nathan B. de Oliveira (Ministério das Cidades)
	Coordenadora Profa. Ms. Dilma Lourença da Costa (UNEMAT)

01/06/2010 (quinta-feira)

	Tema da Mesa Redonda PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL URBANO E CIDADANIA
19h00min	Palestrantes
às	Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira (UFGD)
23h00min	Profª. Drª. Nanci Vieira Oliveira (UFRJ)
	Coordenador Prof. Ms. Luciano Pereira da Silva (UNEMAT)

02/06/2010 (sexta-feira)

	Tema da Mesa Redonda BIOPODER E VIOLÊNCIA URBANA
19h00min	Palestrantes
às	Prof. Dr. Sérgio Francisco Carlos Graziano Sobrinho (PUC-RS)
23h00min	Prof. Ms. Felipe Otávio Cuyabano (PUC-SP)
	Coordenadora Profa. Ms. Vivian Lara Cáceres Dan (UNEMAT)

OFICINAS/MINI-CURSOS

16 e 17/06/2011 - Horário: 14h00min às 18h00min

Mini - Curso 01: Arqueologia e Aspectos Jurídicos

Ministrante: Prof. Ms. Luciano P. da Silva e Prof. Esp. Jesus V. de Oliveira (UNEMAT)

Monitora: Acad. Valéria Soares (História)

Mini - Curso 02: Fontes Documentais e Direito na América Portuguesa: a escravidão indígena na Curitiba Setecentista (1700-1750)



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

Ministrante: Prof^a. Dr^a. Liliam Ferraresi Brighente (UFPR)

Monitor: Acad. João Guilherme B. Quintino (Direito)

Mini - Curso 03: Interdiscursividade Jurídica Ambiental no Estatuto da Cidade

Ministrante: Prof^a. Esp. Evelin Mara Cáceres Dan e Prof. Esp. Ewerton Gindri (UNEMAT)

Monitores: Acad. Antonio Carlos G. Júnior (Direito) e Acad. Juarez F. Chuve de Jesus (História)

Mini - Curso 04: Educação Patrimonial e Turismo: reflexões a partir do Centro Histórico de Cáceres/MT

Ministrantes: Prof. Renato Fonseca de Arruda e Bel. Marcela de Almeida Silva Arruda (SEPERGEO/UNEMAT)

Monitora: Acad. Cleide Maria Santana (Geografia)

Mini - Curso 05: Os Espaços Indivisíveis da Cidade: justiça e direitos humanos

Ministrante: Prof^a. Ms. Priscila de Oliveira Chavier (UFMT)

Monitora: Acad. Thaisa Fernanda do Reis e Silva (Direito)

Mini - Curso 06: Área Verde por Habitante e Espécies Vegetais em Meio Urbano: caso de Cáceres/MT

Ministrante: Prof. Dr. Arno Rieder (UNEMAT)

Monitor: Acad. Diegho C. de Souza (Geografia)

Mini - Curso 07: Problemas Ambientais Urbanos em Cáceres/MT: o caso do córrego Sangradouro

Ministrante: Prof^a. Ms. Laura Ap. de A. Justiniano e Prof^a. Ms. Leila Nalis Paiva (UNEMAT)

Monitor: Acad. Gustavo R. dos S. Leandro (Geografia)

Mini - Curso 08: Resíduos Sólidos Urbanos: elementos para uma reflexão

Ministrante: Prof. Esp. Marcos dos Santos (UNEMAT)

Monitora: Acad. Jaqueline Fornazari (Geografia)



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038



RESUMOS EXPANDIDOS



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

O DISCURSO JURÍDICO AMBIENTAL NO ESTATUTO DA CIDADE

Ewerton Rezer Gindri¹

Evelin Mara C.Dan²

RESUMO: O presente trabalho é fruto das reflexões desenvolvidas em oficina homônima, ministrada no II Seminário sobre Ambiente Urbano: Desafios e dilemas das cidades brasileiras no século XXI, realizado pelos departamentos de Direito e de Geografia e no programa institucional de Mestrado em Linguística, da Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT. Tem por bases epistemológicas a Análise de Discurso Francesa, de Michel Pêcheux, e o pensamento foucaultiano. Explora, a partir das bases citadas, a interdiscursividade jurídico ambiental no Estatuto da Cidade. Considerando o alerta da Análise de Discurso, de que a crença num sentido literal faz o sujeito ter a impressão de transparência da língua, esse trabalho visa expor a opacidade do texto jurídico do Estatuto da Cidade, revelando a incompletude dos sentidos, que é a condição de existência da linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: discurso, ambiental, jurídico, cidade.

O Sistema de Práticas Judiciárias da atualidade foi concebido num momento histórico em que se impunha a reelaboração do Direito e a constituição de novas formas de Justiça. Assim, no final do século XII, e no curso do século XIII, verifica-se a alteração na estrutura do pensamento jurídico ocidental, adaptado às exigências da época.

Foucault (2002) esclarece que a sociedade feudal européia ocidental prescindia de um Poder Judiciário para solucionar os conflitos existentes. A liquidação era feita entre indivíduos. Assim, pedia-se àquele que detinha o poder das armas, o poder político ou o poder religioso para verificar a regularidade do procedimento.

Importante destacar que a circulação de bens era assegurada por herança ou transmissão testamentária, e também pela guerra, a rapina, a ocupação da terra, de um

¹ Professor de Língua Portuguesa da Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso. Mestrando em Linguística na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

² Professora do Curso de Direito, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Cáceres. Mestranda em Linguística na UNEMAT. Email: evelind@hotmail.com



castelo ou de uma cidade. Assim, a riqueza legitimava tanto o exercício da violência quanto do Direito.

Há, portanto, a acumulação da riqueza e do poder das armas nas mãos dos mais poderosos, que acabavam impedindo que os litígios judiciais se desenvolvessem espontaneamente entre os indivíduos. Disso, inevitavelmente, resultará a formação da primeira Monarquia medieval. Foucault (2002, p. 64) assevera que “vencer alguém é privá-lo de suas armas, derivando daí uma concentração do poder armado que deu mais força, nos estados feudais, aos mais poderosos e finalmente ao mais poderoso de todos, o monarca”.

Com a consolidação das monarquias na Europa Ocidental, se implanta novas formas de práticas jurídicas que respaldam os interesses e o poder do soberano. O sistema feudal na Idade Média não dispunha de um direito sistematizado. Cabe à Igreja promover uma institucionalização burocrática dotada de uma organização centralizada e verticalizada, por meio do Direito Canônico, que traz em sua constituição o legado do direito romano. Desta forma, passa-se a se confiscar os procedimentos do Direito Canônico, e toda a sua dogmática, pois a Igreja, até o século XII, era o único corpo econômico-político coerente da Europa.

Segundo Foucault (2002), nesse momento os indivíduos deverão submeter-se a um poder exterior a eles que se impõe como o Poder Judiciário e o Poder Político. Surge um personagem totalmente novo, o procurador, que se apresenta como representante do soberano para mediar os conflitos da sociedade, pois a infração não é mais um dano cometido por um indivíduo contra o outro, mas uma ofensa à ordem, ao Estado, à lei, à sociedade.

As monarquias nascentes apropriaram-se da Justiça e inevitavelmente criaram mecanismos de enriquecimento. Instaura-se o mecanismo das confiscações de bens através das multas. Assim, quando um indivíduo era declarado culpado num processo o mesmo deveria reparar o dano não só à vítima, mas também ao Soberano.

Eis o contexto político da criação do Poder Judiciário, revelando-se como condição primordial para a organização do Estado Moderno. Nesse período passa a prevalecer um



novo modo de produção que invariavelmente desembocará no sistema capitalista vigente atualmente. Contudo, concomitante a esse novo modo de produção, historicizar-se-á uma nova organização social que trará, já em sua gênese, a divisão da sociedade em classes.

A partir do século XVIII, com o aumento das riquezas - desenvolvimento dos comércios portuários, aparecimento de grandes armazéns etc - e o crescimento demográfico, verifica-se uma intolerância sistemática e armada à ilegalidade. O Direito mais uma vez é conclamado a controlar e codificar as práticas ilícitas. Estas direcionam-se não aos direitos, mas aos bens, pois a burguesia não toleraria ameaças ao seu direito de propriedade e de seus bens.

Foucault (2004, p.72) assevera que: “A ilegalidade dos direitos que muitas vezes assegurava a sobrevivência dos mais despojados, tende com o novo estatuto da propriedade a tornar-se uma ilegalidade de bens”.

O surgimento da Instituição Jurídica transcende a questão do poder jurídico. Na verdade conduz a uma redefinição do sujeito. No período correspondente ao apogeu da Igreja Católica, havia um sujeito submisso à ideologia cristã. Entretanto, Orlandi (2010, p. 51) destaca que “a forma sujeito-religioso, características da Idade Média, representou uma forma-sujeito diferente da moderna forma-sujeito jurídico”. A esse respeito vale lembrar o que afirma M. Pêcheux (2009, p. 25), ao falar do contrato do trabalho:

[...] encontramos essa divisão nas relações de produção capitalistas, e sob a sua forma jurídica, que deve tirar os equívocos nos contratos, trocas comerciais, etc. (igualdade lingüístico-jurídica entre as partes contratantes), e, simultaneamente, manter o equívoco fundamental do “contrato do trabalho”, o que se pode resumir dizendo que, no direito burguês, “todos os homens são iguais, mas há alguns que o são mais que outros”!

Surge com o sujeito-de-direito, uma nova forma de assujeitamento. Nesse sentido, Orlandi (2010, p. 51) assevera que: “a subordinação explícita do homem ao discurso religioso dá lugar à subordinação, menos explícita do homem às leis, com seus direitos e deveres”.



O sujeito-de-direito, segundo a autora (idem), distingue-se de indivíduo, uma vez que este não é entendido como entidade psicológica. Assim, o sujeito-de-direito é efeito de uma estrutura social capitalista, que submete o sujeito, mas apresenta-o como livre. O assujeitamento se faz de modo que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade. Neste sentido, a linguagem seria transparente, sustentada pela noção da literalidade, possuindo um caráter básico, discreto, inerente, abstrato e geral. Este processo é fundamental no capitalismo para que se possa governar (ORLANDI, 2010).

A Análise de Discurso alerta-nos que a crença num sentido literal faz o sujeito ter a impressão de transparência da língua, tendo isso em vista, uma análise discursiva deverá expor à opacidade do texto, revelando a incompletude dos sentidos, que é a condição de existência da linguagem. O texto jurídico não é exceção.

Temos que lembrar que todo texto é a materialidade de um discurso, que por sua vez materializa uma ideologia, dessa forma devemos pensar a relação entre sujeito, história e linguagem. Compreende-se assim, em A.D., que os sentidos são construídos no interior de formações discursivas específicas, que irão legitimar determinado efeito de sentido em detrimento de outros e possibilitar, através da falha, o deslize, a possibilidade do novo, da mudança. Se não houvesse a falha, lembra-nos Orlandi (2010, p. 37) que:

[...] não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos. É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa.

Uma formação discursiva é o lócus de circulação de determinados discursos, que se legitimam nela, sendo dessa forma lugar de práticas, pois o discurso não é um conjunto de textos, é uma prática. Para se encontrar sua regularidade não se analisam seus produtos, mas os processos de sua produção, e uma das características desse processo de produção discursiva é a heterogeneidade³.

³ ORLANDI, Eni P. **Discurso e Leitura**. 6 ed. São Paulo: Cortez 2001.



É muito comum que determinados discursos se correlacionem para a construção do novo ou afirmação do mesmo. Igualmente comum é a relação existente entre textos diferentes e distantes entre si, mas que comungam para a construção de um efeito de sentido, por isso Orlandi (2001, p.11) vai dizer “o(s) sentido(s) de um texto passa(m) pela relação dele com outros textos”. Isso é válido para a leitura de qualquer materialidade linguística, pois todas se inscrevem historicamente, e é na historicidade que produzem sentidos.

Outra característica do referido processo é sua determinação histórica. Costuma-se representar as possibilidades de sentidos através de um eixo vertical, em contraste com a horizontalidade do enunciado construído, pois na horizontalidade estão somente os sentidos pretendidos⁴ no momento da construção do enunciado, e na verticalidade todos os sentidos que não foram ditos, que silenciaram. Dessa forma há uma determinação histórica que faz com que só alguns sentidos sejam “lidos” e outros não (ORLANDI, 2001).

Podemos, portanto, considerar que um texto de lei passará a significar através de sua relação com a história, e conseqüentemente com o ideológico. A ideologia é, como nos lembra Althusser, o que interpela o indivíduo em sujeito, ou seja, existimos enquanto sujeitos simbólicos. Contudo o Direito é também uma forma de dominação do estado burguês (ALTHUSSER, 1985).

Althusser (2010, p. 70) fará uma diferenciação entre os aparelhos repressivos do Estado e os aparelhos ideológicos, afirmando que o aparelho repressivo do Estado funciona através da violência, ao passo que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam através da ideologia. O autor explica ainda que o Direito pertence ao mesmo tempo ao Aparelho (repressivo) do Estado e ao sistema dos AIE., por isso, devemos pensar a constituição do texto legal como uma tensão entre ideologias que permeiam o Estado, mas que ao mesmo tempo resistem a sua forma atual, contribuindo historicamente para a sua (re)organização (ORLANDI, 2001).

⁴ Dizemos pretendidos, pois não há uma certeza do efeito que o enunciado vai surtir, uma vez que seu sentido será construído com a participação do leitor, mais especificamente com a relação do leitor real com o leitor virtual desse texto.



Dessa maneira, a formação de sentidos, como vimos acima, dependerá da inserção do sujeito em uma Formação Ideológica, mas aí temos um problema: como situar-se diante de um texto, se participamos da mesma Formação Ideológica que possibilita seus sentidos?

Althusser (2010, p. 97) dirá que “a existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos enquanto sujeitos são uma única e mesma coisa [...] por isso aqueles que estão dentro da ideologia se pensam, por definição, fora dela”. Essa afirmação nos trará como resultado imediato, segundo o autor, a negação prática do caráter ideológico da ideologia, pela ideologia. A respeito de nossa pergunta, Althusser dirá (idem) “é preciso situar-se fora da ideologia, isto é, no conhecimento científico, para poder dizer: estou na ideologia”.

Dessa forma entendemos que o Estatuto da Cidade está construindo sentidos a partir de um jogo ideológico, historicamente materializado em dois principais discursos, que nele se inter-relacionam constitutivamente: o jurídico e o ambiental.

Interessante pensarmos que mesmo que um projeto de lei, por exemplo, seja de iniciativa popular, ao ser sancionado, deixa de pertencer ao povo e passa a significar através dos aparelhos do estado. E podemos também dizer que representa uma tensão entre a memória e a atualidade, entre a paráfrase e a polissemia. É nesse momento que gostaríamos de falar sobre o Estatuto da Cidade, e ao fazermos isso, abordarmos o discurso ambiental e a heterogeneidade da referida lei, apontando dessa maneira sua historicidade, bem como a atualidade discursiva que lhe caracteriza.

Buscaremos a relação que esse texto, o Estatuto da Cidade, guarda com outros textos, alguns clássicos do capitalismo, outros mais recentes, e que nos mostrarão o processo de inscrição do discurso ambiental na Formação Discursiva Capitalista, especialmente no discurso jurídico. Devido às características da presente publicação, que nos impõem limites formais, e ao caráter inconcluso de nossas reflexões, limitar-nos-emos aos dispositivos do capítulo primeiro do Estatuto.

Em 16 de junho de 1776, foi formulada a Declaração de direitos do bom povo de Virgínia. Esse documento foi uma das bases da constituição dos EUA, bem como de



diversas outras na América⁵. No item I, estabelecem-se os direitos, dos quais ninguém poderia ser privado, nestes termos:

Que todos os homens são, por natureza, igualmente livres e independentes, e têm certos direitos inatos, dos quais, quando entram em estado de sociedade, não podem por qualquer acordo privar ou despojar seus pósteros e que são: o gozo da vida e da liberdade com os meios de adquirir e de possuir a propriedade e de buscar e obter felicidade e segurança.

Percebemos que nesse item não há referências ao meio ambiente, à natureza, ou a qualquer outra expressão que pudesse ser ligada ao que chamamos hoje de discurso ambiental. O ambiente, em 1776, não fazia parte dos direitos do homem.

Outro texto clássico do Estado capitalista burguês é a Declaração de direitos do homem e do cidadão, de 1789⁶. Nesse documento podemos ver uma outra enumeração de direitos do homem, muito semelhante a do estado da Virgínia, vejamos o que diz o artigo 2º: “A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência à opressão”.

Embora tenhamos a inclusão do direito de resistência à opressão, ainda não vemos neste artigo, nem nos demais que compõem a Declaração, menção ao direito do homem ao ambiente. Deprendemos disso que não era parte da discursividade do século XVIII a questão ambiental.

O ambiente era visto, e ainda o é, por uma parte da sociedade, como fonte de riquezas, alvo de dominação e palco inalterável das ações humanas. Palavras que nominavam espaços geográficos não afetados pela urbanidade revestiram-se de pejoratividade, como sertão, deserto e selva. O ambiente intocado passou a significar barbárie e atraso. Assim como o Novo Mundo foi significado pelo europeu através de uma

⁵ Declaração de direitos do bom povo de Virgínia *In: Textos Básicos sobre Derechos Humanos. Madrid. Universidad Complutense, 1973, traduzido do espanhol por Marcus Cláudio Acqua Viva. APUD. FERREIRA Filho, Manoel G. et. alli. Liberdades Públicas São Paulo, Ed. Saraiva, 1978.*

⁶ Declaração de direitos do homem e do cidadão, in: idem.



relação com o conhecido, com o dominado, a natureza passa a ser vista a partir da perspectiva da urbanidade, impulsionada pela revolução industrial.

O que começou com a máquina a vapor, chegou à bomba atômica. No auge da Guerra Fria, passa-se a cogitar a ideia de que o homem poderia destruir não apenas civilizações, mas seu próprio ambiente. Nesse contexto, de certa forma apocalíptico, realiza-se em Estocolmo, no ano de 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. No relatório da delegação brasileira, podemos encontrar uma das primeiras menções à questão do meio ambiente, como a entendemos hoje, em documentos oficiais.

Em seu item um, o relatório assevera: “O homem é ao mesmo tempo criatura e construtor do seu meio ambiente que lhe dá sustento físico e lhe oferece a oportunidade de crescimento intelectual, moral, social e espiritual”. Percebemos que o sujeito deixa de ser um ser criado por Deus, e que necessita declarar seus direitos diante “do supremo ser”, para ser criatura e construtor do seu meio ambiente. É notória, nesse item, a transição do sujeito religioso para o sujeito-jurídico do Estado capitalista. No item terceiro, do mesmo documento, encontramos o seguinte:

Em nosso tempo a capacidade do homem de transformar o mundo que o cerca, se for usada sabiamente, pode trazer para todos os povos os benefícios do desenvolvimento e a oportunidade de melhorar a qualidade da vida...Se for aplicado errada ou inconsideradamente, esse mesmo poder é capaz de causar danos incalculáveis aos seres humanos e ao meio ambiente humano.

Essa afirmação nos traz a responsabilização, não apenas em uma escala individual, mas uma responsabilidade que é dividida por toda a raça humana, através da “capacidade do homem de transformar o mundo que o cerca”. O item sete explana mais especificamente essas responsabilidades, mas citaremos apenas a materialização desse discurso, que é:

[...] a consecução deste objetivo ambiental requererá a aceitação de responsabilidades pelos cidadãos e pelas comunidades, pelas empresas e



ANAIIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

pelas instituições em todos os níveis, todos compartilhando equitativamente dos esforços comuns.

Essas citações deverão bastar, por ora, para demonstrar que na década de 1970 materializa-se um novo discurso, o ambiental. Esse discurso não se distancia da Formação Discursiva Capitalista, mas forma em seu interior uma nova prática linguageira. O discurso ambiental irá, em pouco tempo, deixar de aparecer apenas em relatórios e/ou declarações para amalgamar-se ao discurso jurídico e assim compor o Aparelho Ideológico do Estado.

No Brasil, essa forma de discurso jurídico-ambiental mostra-se também, e especialmente, na Constituição Federal de 1988, e nas Constituições Estaduais, vindo depois a materializar-se no Estatuto da Cidade. O Estatuto da Cidade, em seu artigo primeiro, estabelece uma relação com os artigos 182 e 183 da CF, para a normatização da política urbana. Contudo o parágrafo único, desse mesmo artigo, dispõe:

Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do **bem coletivo**, da **segurança** e do **bem-estar dos cidadãos**, bem como do **equilíbrio ambiental**. (Grifo nosso).

Percebamos que os mesmos direitos presentes nas declarações do séc. XVIII, nascedouro do capitalismo, aparecem no Estatuto, agora acrescidos do equilíbrio ambiental. Há uma tensão entre antigos e novos valores do capitalismo, representada pela relação paradoxal entre a propriedade e o equilíbrio ambiental.

No artigo segundo, fala-se de “funções sociais da cidade”. Essas funções deverão ser ordenadas segundo algumas diretrizes, vejamos algumas. No inciso I, do mesmo artigo, temos a garantia a cidades sustentáveis. Esse é um novo conceito. É uma possibilidade de criação do novo, contudo devemos lembrar que o novo constrói-se sobre as bases da memória. A esse respeito lembremos o que nos afirma Mariani (2004, p.73), ao falar sobre o processo de nomeação do Novo Mundo, “o processo de dar transparência às denominações [...] encontra-se inicialmente ancorado em um domínio de



pensamento prévio”. Portanto temos, na sequência do inciso, uma enumeração precedida da expressão “entendido como”, referindo-se ao direito a cidades sustentáveis, que anunciará conceitos já sedimentados na discursividade jurídica, o direito: a moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações⁷.

Acreditamos que o conceito de sustentabilidade carece de melhor análise, a ser feita em outro momento. Esse conceito parece pertencer a um campo em construção, em processo de discursivização.

Os demais incisos do artigo 2º, bem como os do artigo 3º, baseiam-se em um processo de intertextualidade com leis anteriores. Esse processo, como mencionamos acima, serve para cristalizar os sentidos, dando uma aparente transparência ao texto. Entretanto atesta também a presença de diferentes fontes na constituição do texto. Essas fontes poderão ser citadas ou não, poderão interferir na textualidade, na discursividade ou em ambas ao mesmo tempo. A esse respeito, Authier (2004) salienta que há um jogo constante entre dois planos de percepção do heterogêneo na enunciação, o do fio e o da estrutura. No do fio, encontramos uma forma linear do heterogêneo, onde se tem lugar a ruptura. No plano da estrutura encontraremos, dentre outras coisas, os conflitos no sujeito.

Percebemos enfim, nessa breve análise do Estatuto da Cidade, como na língua, espaço de mediação e lutas, temos materializada a tensão entre discursos inicialmente distantes e até antagônicos, progresso e preservação ambiental, que hoje corroboram a construção de um novo campo discursivo, o jurídico-ambiental. Demonstrou-se também a constituição histórica do discurso ambiental, textualizado a partir de meados do século XX, que fez-se acompanhar pela mudança no conceito de sujeito, saindo de um sujeito religioso para uma forma-sujeito jurídico. Entendemos que o Direito, e especialmente o texto legal, desempenha importante papel no Estado, o que ficou visível com resgate histórico feito acima, e a inscrição do discurso ambiental no corpo da lei demonstra, dentre outras coisas, a apropriação por parte do Estado desse lugar de dizer.

⁷ Art. 2. Lei n. 11.257/01.



ANAIIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

Muito mais pode ser dito sobre essa relação interdiscursiva no Estatuto da Cidade, especialmente no que se refere à discursivização da sustentabilidade e sobre a heterogeneidade de seus dispositivos, contudo consideramos suficiente, para os fins propostos, o que até aqui falamos. Lembramos que o exercício de compreender como os sentidos se constituem em nossa sociedade é uma forma de (trans)formá-la, e que essas idéias representam apenas uma modesta contribuição nesse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado** (AIE/Louis Althusser: tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque.) – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a Transparência e a Opacidade: um estudo enunciativo do sentido.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas.** 3 ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. **Vigiar e Punir: nascido da prisão.** 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Leitura.** 6 ed. São Paulo: Cortez 2001.

_____. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos.** 9 ed. Campinas: Pontes, 2010.

MARIANI, Bethania. **Colonização Lingüística; línguas, política e religião** (Brasil, sécs. XVI a XVIII e Estados Unidos da América, século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michael. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução: Eni Puccinelli Orlandi *et al* – 4 ed. Campinas: Unicamp, 2009.



ANAIIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL REMANESCENTE NO ESPAÇO URBANO DE CUIABÁ-MT: possibilidades de um guia de percurso para múltiplos olhares¹

Dilma Lourença da Costa²

Simone Gardin Beal³

RESUMO: Cuiabá, capital de Mato Grosso, por ter suas raízes no período colonial, congrega um conjunto de elementos culturais presentes no centro histórico, soma-se a esses elementos o traçado das ruas estreitas e praças, que trazem as marcas daqueles que povoaram a cidade, e que deixaram um legado que fazem dela uma cidade atraente, não somente para estudos e pesquisas, mas para o turismo cultural, sendo necessário para este último um guia de percurso bem estruturado, que possibilite ao turista conhecer toda a riqueza e contemplar a beleza tropical da cidade. Com o propósito de conhecer o Centro Histórico de Cuiabá, se não em sua totalidade, mas em alguns pontos previamente selecionados é que nos foi proposto este estudo. Assim, este texto objetiva demonstrar mesmo que simbolicamente, elementos que compõem o Patrimônio Histórico e Cultural e elencar alguns dos objetos que fazem parte memória cuiabana. Ressalta-se que toda a parte teórica que subsidiou este estudo foi realizado em sala de aula durante a disciplina de mestrado, no entanto, para melhor compreensão do que foi observado, adotamos a metodologia de descrição e análise das características do lugar, descrevemos os pontos de parada na seqüência do roteiro seguido e com um breve relato, bem como acrescentamos alguns relatos que julgamos importante apresentar.

PALAVRAS CHAVE: Patrimônio histórico e cultural, guia de percurso, cidade- espaço urbano

INTRODUÇÃO

A cidade hoje, se apresenta como um verdadeiro laboratório para as observações empíricas nas mais diferentes áreas do conhecimento, em Geografia em especial, diferentes temáticas podem ser abordadas, o que dependerá do enfoque e do olhar

¹ Trabalho apresentado como parte da avaliação da Disciplina: Organização do Espaço Urbano Regional. Ministrada pelas Profa. Dra. Sônia R. Romancini e Márcia A. Pinheiro. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia da UFMT.

² Licenciada e Mestre em Geografia pela UFMT. Profa. Assistente da UNEMAT.Ex-bolsista CAPES. Email: costad@terra.com.br

³ Graduada e Mestre em Geografia pela UFMT – Ex-bolsista FAPEMAT.



observador do pesquisador. Vale ressaltar que na atualidade a cidade é vista como o *locus* privilegiado da vida social (CAVALCANTI, 2001). Isto ocorre em função de sua dinâmica, o que faz com que ela reúna uma série de condições que possibilita a produção e reprodução do capital e conseqüentemente uma complexidade de relações sociais.

A cidade é um ambiente artificial, cuja artificialidade se materializa nos objetos, e na arquitetura presente em seu espaço, neste sentido, a cidade é reveladora em vários aspectos das características, social, cultural, econômica e ambiental de quem as construiu no passado (BOULLÓN, 2002).

Em se tratando de cidades antigas, que surgiram ainda durante o período colonial estas marcas são evidentes, quando ainda permanecem como se desafiando o tempo e o ser humano, alguns elementos arquitetônicos, remanescentes históricos, contrastando com a arquitetura moderna.

Cuiabá, capital de Mato Grosso, por ter suas raízes no período colonial, congrega um conjunto de elementos culturais presentes no centro histórico, soma-se a esses elementos o traçado das ruas estreitas e praças, que trazem as marcas daqueles que povoaram a cidade, e que deixaram este legado, que fazem dela uma cidade atraente, não somente para estudos e pesquisas, mas para o turismo cultural, sendo necessário para este último um guia de percurso bem estruturado, que possibilite ao turista conhecer toda a riqueza e contemplar a beleza tropical da cidade.

Com o propósito de conhecer o Centro Histórico de Cuiabá, se não em sua totalidade, mas em alguns pontos previamente selecionados é que nos foi proposto este estudo. Assim, este texto objetiva demonstrar mesmo que simbolicamente, elementos que compõe o Patrimônio Histórico e Cultural e elencar alguns dos objetos que fazem parte da memória cuiabana.

Ressalta-se que toda a parte teórica que subsidiou este estudo foi realizado em sala de aula durante a disciplina de mestrado, no entanto, para melhor compreensão do que foi observado, adotamos a metodologia de descrição dos objetos e análise das características do lugar, descrevemos os pontos de parada na seqüência do roteiro seguido e com um breve relato, bem como acrescentamos alguns relatos que julgamos



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

importante apresentar. No caso da primeira parada sentimo-nos no direito de citar o nome do sujeito, uma vez que se trata de uma figura conhecida na cidade, e proprietária de um comércio, ponto de parada quase que obrigatória para quem se propõe a conhecer Cuiabá.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL E ESPAÇO URBANO: breves considerações

O espaço urbano de uma cidade nada mais é que uma produção humana. Pensar o espaço urbano de uma cidade é pensar que este nada mais é que uma produção humana que atende a lógica capitalista que rege o lugar, ou seja, os espaços urbanos refletem a sociedade que os criaram. Esta consideração nos conduz a compreensão, de que a cidade é “fragmentada e articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem”. (CORREA, 2002, p. 9).

Esta construção humana no espaço, especialmente o urbano, carregada de símbolos contribui para a definição da cultura de um povo. A cultura também é uma construção humana, impregnada de símbolos, e traz em si as marcas do povo que as criou, ou seja, é através da cultura que se consegue identificar a identidade de uma dada população. O que possibilita a diferenciação entre os povos.

A dinâmica com que o ser humano se movimenta e transforma o espaço geográfico, faz com que ele experiencie a cultura como uma herança do passado e, ao mesmo tempo, faz com que ele acrescente novos símbolos ou significados a cultura vivenciada no momento, esta idéia nos permite afirmar que a cultura não é imutável, ou seja, “as culturas são realidades mutáveis” (CLAVAL, 2001, p. 13).

Na atualidade uma das formas de experimento da cultura de um povo, se da pelo legado material ainda presente no espaço urbano de algumas cidades remanescentes do período colonial, como é o caso dos Patrimônios Históricos e cultural de Cuiabá.

Um dos elementos, que compõe o patrimônio histórico e cultural de um determinado lugar e o conjunto arquitetônico de tempos pretéritos presente em seu



espaço. Todavia este não se restringe apenas a arquitetura, sobre esta questão Pellegrini Filho, afirma patrimônio cultural:

[...] não se restringe á arquitetura, a despeito da indiscutível presença das edificações como um ponto alto da realização humana. De modo que o significado de patrimônio cultural é muito amplo, incluindo outros produtos do sentir, do pensar e do agir humanos – inscrições de povos pré-históricos (geralmente feitas em cavernas mas também em locais a céu aberto), sítios arqueológicos e objetos neles pesquisados, esculturas, pinturas, textos escritos (feitos à mão, às vezes exemplares únicos, ou impressos e portanto de reprodução mecânica mais que podem assumir importância especial), variadas peças de valor etnológico, arquivos e coleções bibliográficas, desenhos de sentido artístico ou científico, peças significativas para o estudo da ergologia de um povo ou de uma época, e assim por diante; tudo somado no que se pode denominar o meio ambiente artificial. (1997, p. 91)

É possível perceber no centro histórico de Cuiabá algumas das características apresentadas pelo autor, e estas se manifestam através dos símbolos e do contraste arquitetônico marcante entre o velho e o novo, o que possibilita ao visitante ter múltiplos olhares sobre a cidade, soma-se a este a culinária com pratos típicos regionais, as festas religiosas e a dança do rasqueado.

UM OLHAR SOBRE A CIDADE: perspectivas para um guia de percurso urbano

A cidade caracteriza-se por seus elementos e fenômenos, por um conjunto de objetos justapostos em seu espaço geográfico, espaço este lócus da vida humana, que expressa em seu cotidiano à dinâmica que é a vida em sociedade (CAVALCANTI, 2001).

Compreender a vida em sociedade nas cidades, grandes ou pequenas, exige um olhar além das aparências, exige uma compreensão para além das formas, velhas ou novas, pois a cidade “em sua materialidade dinâmica, [...] possui elementos subjetivos, simbólicos, míticos. Não pode haver cidade apenas material, pois o concreto adquire valor simbólico no cotidiano” (op.cit., p. 136).

A cidade que em seu dinamismo esta em constante mutação, nem sempre se desfaz das velhas formas, é o caso das arquiteturas antigas que comumente adquirem



novas funções, que contrastam na paisagem com as construções contemporâneas. Isto resulta em inúmeras possibilidades de leitura da cidade que se multiplicam diante do olhar de quem as contemplam, observam, para Boullón (p. 195 “a linguagem de uma cidade são as formas, sua leitura se apóia naqueles signos que melhor a representam”.

A linguagem oferecida por uma cidade através de suas múltiplas formas, e organizada didaticamente auxilia não apenas aos turistas e moradores local, que independente da organização da cidade seja ela simples ou complexa “captarão sua coerência e unidade ou desordem e confusão”. (BOULLÓN, 2002, p. 194), por outro lado esta mesma cidade poderá ser trabalhada na educação com fins pedagógicos.

Neste sentido concordamos com Cavalcante (2001, p. 23), “a cidade é educadora: ela educa, ela forma valores, comportamentos. Ela informa com sua espacialidade, com seus sinais, com suas imagens, com sua escrita”. A cidade é educadora, não enquanto sujeito, mas enquanto espaço educador oferece oportunidades impar para ser trabalhada, por todas as áreas do conhecimento, da educação básica ao ensino superior, para isso um guia de observação bem estruturado, agrupando objetos com significados relevantes, é uma ferramenta que poderá auxiliar o estudo tanto para quem vive na cidade quanto para o visitante. No ensino de Geografia esta possibilidade é apresentada por Costa e Neves (2002, p. 53):

O Guia de percurso urbano, enquanto proposta didática, é um instrumento de largo alcance educativo, principalmente para a Geografia que tem por tarefa primordial proporcionar ao aluno a leitura tanto do visível, paisagem, como do oculto, processos, do espaço geográfico.

Ressaltamos que o estudo da cidade com fins didáticos pedagógicos exigira do professor o estabelecimento de critérios e uma serie de cuidados preliminares tais como, se o percurso poderá ser realizado a pé, o tempo do percurso, a sequência dos elementos ou objetos a serem observados e a possibilidade de trabalhar de forma interdisciplinar (GELPI e SCHÄFFER, 2001).



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

Para o turismo que é reconhecido por Barreto (1999, p 49), como “fenômeno turístico, ou atividade turística” os critérios de organização e planejamento do espaço e dos atrativos, são outros e seguirão a lógica capitalista, sobretudo em se tratando de turismo urbano, ou seja, a lógica de produtos organizados para o comércio e consumo.

Na modalidade de turismo em Patrimônio Histórico e cultural, há que se levar em conta o que propõe Barreto (1999, p 49):

O patrimônio cultural, por sua vez deve ser visto não só como o conjunto de bens materiais, mas também como o de bens espirituais de uma sociedade. Rituais e festas, danças, músicas, canções, são patrimônio cultural. Ao se planejar turismo deve-se ter muito cuidado de observar os limites entre a apreciação e a invasão. À medida que o turismo interfere na manifestação em questão, pode descaracterizá-la e até provocar sua extinção como recurso cultural, transformando-a em recurso comercial (por exemplo, carnaval carioca).

Os cuidados com a memória de uma sociedade é imprescindível seja ela manifesta nos elementos material ou nos fenômenos ou eventos imaterial, haja vista, que o turista vem e volta ao seu lugar de origem, enquanto que a população permanecerá no local.

O turismo com base no legado cultural “é aquele que tem como principal atrativo o patrimônio cultural” (BARRETO 2001, p. 29), desde que os recursos disponíveis na cidade apresentem características relevantes historicamente, e que estas manifestem a essência da cultura local. Reafirmamos a crença de que o planejamento para o turismo exige um planejamento criterioso, com o intuito de oferecer ao turista de forma agradável o que ele procura e de forma que garanta da memória a população local

RELATO E POSSIBILIDADES DE UM GUIA DE PERCURSO NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ

Manter o patrimônio histórico e cultural de um lugar é manter mesmo que simbolicamente as características culturais e a identidade de sua população. Trata-se de um verdadeiro desafio no mundo modernizado atual, em que se percebe crescente a supervalorização do novo em detrimento do velho, do antigo.

Estudos no Brasil apontam as dificuldades enfrentadas em diversas localidades com potencial histórico e cultural, que se esbarram numa infinidade de complicadores quando o assunto é a preservação e revitalização do patrimônio arquitetônico, estas são motivadas entre outros fatores por “certas atitudes do povo brasileiro favoráveis, via de regra, ao novo, à novidade” (PELLEGRINI FILHO, 1997, p. 104).

A cidade de Cuiabá, não foge dessa realidade, no entanto, o dinamismo da sociedade e da econômica local nas ultimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI, não deram conta de apagar as marcas do passado que se fazem presente na cidade. Algumas dessas marcas estão descritas no relato a seguir:

1º ponto de parada: foi a casa da Dona Eulália Soares Silva que pousou para fotos ao lado do nosso grupo:



Figura 1: Dona Eulália e o grupo do mestrado em Geografia/2008
Fonte: Patrícia Christan

Dona Eulália uma Senhora que tradicionalmente cultiva a cultura cuiabana através das festas de São Benedito, de quem e devota, e através dos deliciosos quitutes que produz; como francisquito, bolo de arroz, bolo de queijo, que oferece em alguns dias da semana em seu estabelecimento, um espaço amplo construído nos fundos de sua casa, e um detalhe bem interessante é que não existe nenhum tipo de divulgação do



estabelecimento na frente de sua residência, o que não faz a menor diferença, pois o local é muito freqüentado por turistas e por pessoas que já são fregueses assíduos do café da manhã da dona Eulália, regados pelos quitutes produzidos por ela e sua família, e por café, leite e chá a vontade. O lugar também é visitado por estudantes ávidos em conhecer a pessoa que representa uma memória viva cuiabana e também para experimentar as suas delícias, como foi o caso do nosso grupo.

Em conversa com dona Eulália, ela nos relatou como tudo começou:

Foi como forma de ajudar financeiramente nas despesas da casa, e a receita do tradicional bolo de arroz ela aprendeu com uma tia. Hoje seu trabalho já é conhecido nacionalmente, pois já esteve nos programas da Rede Globo: Mais Você e Fantástico, no quadro Me Leva Brasil. Disse-nos ainda que sua produção nas terças e quintas feiras chega em torno de 800 unidades de bolo de arroz e nos finais de semana atinge em média 2000 unidades diárias. E no decorrer da conversa alguém perguntou qual o segredo de um bolinho tão saboroso, uma vez que é possível encontrar o arroz preparado nos supermercados, e ela disse “o arroz tem que ser socado no pilão, o bolo tem que ser assado no forno a lenha e tem que ser feito com muito amor”.

A fala de Dona Eulália representa bem o sentimento dela, que se traduz no tempero dos quitutes que faz, a receita é seguida por um ritual que com toda modernidade não é possível abandonar o pilão e o forno a lenha.

2º ponto de parada: Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito: Não tivemos oportunidade de adentrar pela nave da Igreja, mas o nosso conhecimento e outros trabalhos já existentes nos permitiram fazer um relato sobre este lugar que esta vivo na memória do povo cuiabano. A memória é uma evocação do passado. “É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (CHAUI, 1995, 125) e neste caso a memória é representada pelo lugar do sagrado, espaço em que é possível estabelecer uma ligação entre o velho e o novo, o velho pela arquitetura antiga e rústica e o novo pela restauração sofrida recentemente. A Igreja foi construída por volta do ano de 1750, pelos Bandeirantes que se instalaram em Mato



Grosso, durante o auge da exploração do ouro, o que faz da referida Igreja a mais antiga de Cuiabá.

Durante o século XX, a Igreja passou por algumas transformações, na primeira metade deste sec. uma reforma e na década de oitenta uma restauração, reconstituindo o seu estilo original, sendo a última restauração encerrada no ano de 2006.

Foram três os momentos para a construção da Igreja. Primeiro foi a pequena capela de São Benedito, com paredes de taipa de pilão e cobertura de palha. Caiu pouco tempo depois de ser erguida. Com uma das paredes que resistiu dessa queda, foi erguida a esquerda, sua nave mãe, originalmente dedicada a Nossa Senhora do Rosário. À direita, a capela de São Benedito. Na terceira fase foi construído o coro, a torre, a sacristia e o espaço do altar principal. A arquitetura nem sempre foi respeitada. O exemplo vem da primeira igreja de Cuiabá, a Catedral do Senhor Bom Jesus, que por várias vezes foi alterada chegando ao ponto de ser reconstruída. Sofreu na mão da política embelezadora do ex-governador do Estado, Mario Corrêa da Costa, na década de 20. Também foi o responsável por colocar uma torre neo-gótica na Igreja do Rosário. Somente com o Tombamento em 1975, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), recuperou sua torre em forma de ogiva. (DINO, 2006)

A Igreja foi tombada⁴ pelo IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e é palco de grandes festas em comemoração aos Santos Padroeiros, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário

⁴ A igreja encontra-se registrada no Livro do Tombo das Belas Artes, sob inscrição número 523, e no Livro do Tombo Histórico, sob inscrição número 457. O tombamento inclui todo o recheio da igreja, como retábulos, alfaias, imaginárias, o mobiliário antigo ainda restante e todo seu acervo. Em 15 de outubro de 1987, a Fundação Cultural de Mato Grosso tombou a igreja do Rosário através da portaria nº 76/87 referente ao Processo de Tombamento de Bens nº 03/87. Nesse tombamento, foram incluídos os imóveis vizinhos como área de entorno. Por fim, a igreja e seu entorno foram incluídos no tombamento do Centro Histórico de Cuiabá, tombado em 24 de março de 1993, após o processo nº 1180-T-85.



Figura 2: Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito
Fonte: Patricia Christan

As festas mobilizam grande parte da sociedade cuiabana nos preparativos, que vão desde Missas, apresentações culturais e a tradicional e saborosa culinária cuiabana.

3º ponto de parada: O Museu da Imagem e do Som – Lazaro Papaziam “Chau”- demonstrado na figura abaixo. O Museu está Localizado na Rua Voluntários da Pátria esquina com Rua 7 de Setembro, no Centro Histórico de Cuiabá. O casarão que hoje abriga o museu foi construído no sec. XVIII, e ainda preserva parte da tecnologia de construção do período, tais como; paredes construídas de Taipa e Adobe, sendo possível perceber, que sua estrutura física foi restaurada, porém manteve-se alguns dos traços originais da cultura italiana.



Figura 3: Museu da Imagem e do Som
Fonte: Patrícia Christan

O Museu foi inaugurado em 2006, e é um rico espaço de observação Cultural, pois apresenta amostras de fotos da Cuiabá antiga, que nos faz viajar no tempo, bem como alguns equipamentos que faziam parte deste momento como; velhas máquinas fotográficas e rádios, e outros aparelhos de comunicação que cederam espaço a novas tecnologias de imagem e som. Vale ressaltar que além dos órgãos Públicos Municipais e Estaduais envolvidos na fundação do museu, a sociedade cuiabana teve um papel fundamental em sua implementação, pois foi a parceria com a sociedade cuiabana doando vários objetos antigos que se encontram expostos no museu, o que de fato contribui para manter viva a história da cidade neste espaço.

O museu é um espaço de cultura que possibilita o reconhecimento das técnicas de um passado remoto, e diante da sua estrutura organizacional possibilita ações educativas e de lazer, no entanto no Brasil e na América do Sul de forma geral, trata-se de um espaço subaproveitado (BARRETO, 2000).

A cultura é a essência; é a alma de um povo e precisa ser preservada:

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos, durante suas vidas e, em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A



ANAIIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado ⁵longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos. Os contatos entre povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo. [...]. (CLAVAL, 2001, p. 63).

Vale ressaltar a importância do museu em Cuiabá, pois trata-se de uma cidade bicentenária, fato que nos possibilita afirmar a necessidade de manter viva suas raízes históricas, para apreciação de sua população presente e futura, bem como para ser apreciada pelos turistas que buscam este tipo de atrativo.

4º ponto de parada: O IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, esta localizado na Rua 7 de Setembro, antiga Rua do Oratório, centro de Cuiabá. Lá fomos recebidos funcionário do Instituto, que prontamente nos fez um pequeno relato sobre o prédio onde estão instalados e sobre o funcionamento; contou-nos que o prédio é um exemplar da arquitetura bandeirante, e disse também, “tivemos uma contribuição da Cuiabaneidade na arquitetura em questão, o casarão possui corredores cujas portas e janelas são alinhadas, com o objetivo de tornar o ambiente ventilado devido ao intenso calor” (Informação Oral). “E diga se de passagem, esta era uma prerrogativa da arquitetura do período colonial, e segundo Romancini (2005, p. 40)” No final do séc. XIX e início do séc. XX, com influência de construtores europeus, principalmente italianos, vindos através da navegação fluvial, foi introduzida a platibanda⁶, em substituição aos beirais, nas casas dos proprietários mais abastados”.

⁶ O termo arquitectónico **Platibanda** designa uma faixa horizontal (muro ou grade) que emoldura a parte superior de um edifício e que tem a função de esconder o telhado. Podendo ser utilizado em diversos tipos de construção, como casas e igrejas, tornou-se num ornamento característico durante o estilo gótico. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Platibanda>



Figura 4: Prédio aonde funciona o IPHAN
Fonte: Patrícia Christan

O casarão sofreu algumas adaptações; nos fundos foi construída uma varanda e nas janelas foram afixadas grades de ferro para evitar os roubos freqüentes na região. Informou-nos também que o IPHAN esta passando por uma efervescência na linha da arquitetura cultural em função da multiculturalidade. Comentou ainda sobre as dificuldades enfrentadas atualmente em função da falta de independência administrativa uma vez que estão ligados a Goiás.

5º ponto de parada: Fizemos uma rápida passagem pela SEDTUR – Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso. Um órgão do Governo do Estado, que tem por objetivo, organizar, coordenar e executar políticas públicas capazes de desenvolver um turismo integrado no Estado de Mato Grosso, através da realização de eventos, sendo um dos principais, a Festa Internacional do Pantanal. Esta secretaria busca atrair investimentos para o desenvolvimento do Turismo no Estado, de acordo com as potencialidades de cada região. Seguimos em direção a casa Barão de Melgaço uma das casas mais antigas de Cuiabá. Construída no final do século XVIII, na Rua do Campo atual Rua Barão de Melgaço. A Casa em sua função inicial era lugar de morada senhorial, como demonstra Freitas em seu breve estudo sobre a arquitetura da Casa Barão de Melgaço:

Hoje, a casa “Barão de Melgaço” não mostra as partes complementares que lhe davam a funcionalidade de uma residência senhorial. Obviamente, desnecessária seria uma justificativa, dado seu novo uso, restando-nos apenas observar as partes que não foram sacrificadas e imaginá-las no passado, nos idos do final do sec. XVIII ou início do XIX, utilizadas pelos familiares (2002, p. 218).

O Almirante Augusto João Manuel Leverger, primeiro e único Barão de Melgaço, foi um escritor, historiador geógrafo e herói da Guerra do Paraguai. Foi a mais importante figura da literatura matogrossense de sua época. Foi, ainda, nomeado pelo Imperador, em diversas ocasiões, como presidente e vice-presidente da Província do Mato Grosso, (WIKIPEDIA, 2008). A casa que abrigou esta ilustre figura hoje sedia as duas mais antigas instituições culturais de Mato Grosso, a Academia Matogrossense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico.



Figura 5: Casa Barão de Melgaço
Fonte: Wikimedia/2008

A Casa foi totalmente revitalizada, preservando-se a fachada da arquitetura original. Além de mais um atrativo turístico, oferece espaços para atividades culturais, reuniões, exposições de arte e cerimônias. Também abriga um grande acervo

bibliográfico com livros e títulos de personagens que integram a história política, cultural e social de Mato Grosso.

6º ponto de parada: Igreja Matriz a Catedral Basílica do Senhor Bom Jesus e o Museu, ambos situados na Praça da Republica, centro de Cuiabá. A Catedral na segunda metade do sec. XX foi demolida, pois era uma construção ainda do sec. XVIII, que vinha passando por modificações ao longo do tempo, e no mesmo local deu lugar a nova construção, inaugurada em 1973 e elevada a categoria de Catedral Basílica em 1974.

No entorno da Praça também esta localizado o Museu Histórico do Estado de Mato Grosso, nele é possível observar através dos objetos em exposição o registro de grande parte da história do Estado de Mato Grosso. O acervo no Museu está distribuído em salas temáticas, por época e assunto, retratando o Estado de Mato Grosso, desde o período Colonial até a República.



Figura 6: Museu Histórico de Mato
Fonte: Patrícia Christian

São inúmeras as peças, fotografias, objetos e documentos, móveis e armamentos distribuídos no espaço do Museu, o que facilita aos visitantes o entendimento de parte da história cuiabana e matogrossense.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

7º ponto de parada: Praça Rachid Jaudy - A referida praça encontra-se localizada entre os cruzamentos das Avenidas Barão de Melgaço, Comandante Costa e Isaac Póvoas. Com a revitalização da praça no ano de 2007, foi construída uma estrutura com a finalidade de atender ao turista, principalmente no que se refere ao turismo de eventos e negócios. No CAT - Centro de Atendimento ao Turista, o mesmo poderá encontrar Folders e outros informativos sobre hotéis, gastronomia, cultura, artesanato, viagens e pontos turísticos de diversas cidades do interior de Mato Grosso..

8º ponto de parada: Centro Geodésico - Cuiabá está situada no coração da América do Sul. A determinação geográfica da parte central da América do Sul esta localizada na Praça Pascoal Moreira Cabral e deve-se ao oficial do Exército Brasileiro, Cândido Rondon, que através de cálculos matemáticos, geográficos e astronômicos confirmou o local. Lá foi construído um marco de aproximadamente 20 metros de altura nele, encontra-se gravado as coordenadas geográficas 15° 35'56" de latitude sul e 56° 06'55" de longitude oeste, tendo sido a localização geográfica reconhecida e confirmada pelo Serviço Geográfico do Exército Brasileiro em 1975. Com o objetivo de valorizar o lugar foi construído o Prédio que abrigou a Assembléia Legislativa do Estado Mato Grosso, lugar onde atualmente encontra-se instalada a Câmara Municipal de Cuiabá.

9º ponto de parada: Museu do Morro da Caixa D'Água Velha. O local foi construído em 1882, para armazenagem de água, no Governo da Província de Mato Grosso, pelo Governador José Maria de Alencastro. O reservatório tinha capacidade de armazenar um milhão de litros de água, que abastecia Cuiabá naquela época. A água era captada do Rio Cuiabá e chegava até a caixa d'água através de bombeamento e era distribuída na cidade por gravidade. Foi o primeiro sistema de abastecimento de água de Cuiabá. A estrutura física foi construída com pedra canga, pedra cristal e uma argamassa diferenciada e toda revestida em barro socado com tijolinhos.



Figura 7: Museu do Morro da Caixa D'Água Velha.
Fonte: Patrícia Christan

A estrutura constitui-se em três grandes vãos com arcos romanos, com passagens de um para outro, com o objetivo de quebrar a força da água. Hoje o espaço é utilizado para exposições artísticas regionais e nacionais, enriquecendo a cultura no estado. Na parte externa, foram construídas praças, com áreas verdes, bancos para descanso, sanitários, e um deck de madeira em volta de uma árvore, provavelmente centenária, a qual foi totalmente preservada.

10º ponto de parada: Com a intenção de homenagear os últimos 22 homens que governaram o Estado, o Governo do Mato Grosso, através da agência MT Fomento, expôs no pátio da referida casa os bustos de bronze que representam cada uma das ilustres figuras, com as respectivas datas de administração. Foi uma das formas escolhidas para manter viva a história política dos governantes do estado. Além disso, o local tornou-se mais um ponto de atração turística em Cuiabá.



Figura 8: Bustos dos ex-governadores de Mato Grosso
Fonte: <http://www.secom.mt.gov.br/storage/webdisco>

Cuiabá é uma cidade antiga e como capital de Mato Grosso, tem em sua vida política um legado histórico que certamente ainda reflete na dinâmica atual da cidade. O que mudou na cidade foi o espaço físico de governança, que no passado era no centro da cidade é hoje esta concentrado no novo centro administrativo da capital.

No entanto as velhas formas, ainda presente no centro histórico de Cuiabá, hoje operam com novas funções. A cidade cresceu fisicamente, ampliou-se horizontal e verticalmente, juntamente com ela a população também cresceu. Novas funções surgiram, e com elas a necessidade de articular a cidade para atender a demanda, com isso o centro da cidade com seus casarões local de morada dos senhores e senhoras da sociedade cuiabana no passado, assumiram as novas funções da atualidade. As características principal do mundo capitalista atual, estão lá, a concentração do comércio, com uma infinidade de pequenas e grandes lojas, escritórios, consultórios, vendedores ambulantes e informais, entre outros, porém como toda cidade em expansão, se transformou com o surgimento de novas centralidades.

As novas centralidades são as novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços que determinam mudanças de impacto no papel e na estrutura do centro principal, ou tradicional, que perde o monopólio de



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

concentrar todas as atividades tipicamente centrais ligadas ao consumo de bens e serviços de diferentes ordens [...]. (SPOSITO *apud* ROMANCINI, 2007, p. 113).

Encontramos em Cuiabá, as características atuais das novas centralidades, no entanto segundo Romancini (2007), é possível encontrar ainda no centro antigo de ruas estreitas, ruas especializadas em um tipo de comércio. O que nos permite afirmar ser uma característica resultante da lógica do capital atual, em que as cidades tendem a acompanhar o dinamismo imposto pela era dos fluxos, o que estrategicamente possibilita atender a demanda espacial dos consumidores.

Como vimos estes foram pontos previamente selecionados, para observação como requisito parcial de avaliação de uma disciplina de Mestrado, que não seguiu a mesma lógica de um roteiro estruturado, por exemplo, como propõe BOULLÓN (2002) ao mencionar os pontos focais de visão ao planejar um espaço para um roteiro turístico, no entanto, apresentamos como possibilidade de organização de um guia de observação tanto para fins didáticos pedagógicos como para fins turísticos, o que não encerra outras possibilidades que certamente poderão ocorrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cuiabá é uma cidade rica, rica em cultura caracteriza-se não só pela arquitetura bicentenária e pelo patrimônio histórico, mas também pela cultura que o povo cuiabano mantém viva pelas manifestações ainda vida de seus antepassados, pelas festas religiosas, regadas por comidas tradicionais.

Nos últimos anos a cidade passou por grandes transformações, de uma arquitetura envelhecida presente no centro histórico, para obras contemporâneas, nos residenciais fechados na verticalização que passa a ocupar lugares distintos, formando novos lugares de moradia e novos centros comerciais. Muitas vezes o velho, se mistura ao novo, dando a cidade um verdadeiro contraste cultural e arquitetônico.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**. 2ª Ed. Campinas: Papius, 2001.
- BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Tradução Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.
- CHAU, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.
- COSTA, Dilma Lourença da. NEVES, Sandra Mara Alves da Silva. Proposta de um Gruía de Percurso Urbano com fins Didáticos para o Centro Histórico de Cáceres-MT. In. **Revista Ciência Geográfica – Ensino – Pesquisa – Método – Ano VIII – Vol. I, nº 21 – AGB/Seção Bauru - janeiro/abril – 2002**.
- DINO, Daniel. Assessoria da SEC - Disponível em <www.secom.mt.gov.br>. Acesso em 22/07/08.
- GELPI, Adriana. SCHÄFFER, Neiva Otero. Guia de Percurso Urbano. In. CASTROGEOVANNI, Antonio Carlos, et. al, (orgs). **Geografia em Sala de Aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/AGB, 2001. P. 117-128.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006
- ROMANCINI, Sônia R. O Centro e as Novas Centralidades Urbanas em Cuiabá – MT. In. NETO, Vitali Joanoni (org). **Política, Ambiente e Diversidade Cultural**. Cuiabá: EDUFMT, 2007.
- _____. Cuiabá: **paisagens e espaços da memória**. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, Cultura e Turismo**. 2ª ed. Campinas; Papius, 1997.
- Sítios Visitados:
www.sedtur.mt.gov.br
www.unisantos.br
www.miscuiaba.ning.com



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

www.smpg.cuiaba.mt.gov.br

www.turismocuiaba.com.br

www.cuiaba.mt.gov.br

[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/Casa Barao de Melgaco](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/Casa_Barao_de_Melgaco)

[http://pt.wikipedia.org/Manuel Leverger](http://pt.wikipedia.org/Manuel_Leverger)

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja de Nossa Senhora dos Benedito](http://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_de_Nossa_Senhora_dos_Benedito)



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

BIO-PODER E A QUESTÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA URBANA NA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Vivian Lara Cáceres Dan¹

RESUMO: O presente artigo é fruto das reflexões nas aulas de Mestrado (em 2008) na disciplina de História e Trabalho, onde aprendi a perceber o mundo do trabalho como uma parte importante da identidade dos trabalhadores, e, portanto, dos homens. Naquele momento discutimos a violência gerada na desumanização e precarização das relações de trabalho. É a partir dessa abordagem que iremos perceber o processo que levou a legitimação dessa violência, ocorrida no mundo do trabalho, para pensar que a faceta mais perversa da violência urbana (desemprego, ausência de valores, crimes, prostituição, tráfico de drogas e armas etc) foi instalada na infra-estrutura (nas relações econômicas) e acelera-se com o aprofundamento da ordem capitalista. Pretendemos demonstrar que a violência é fruto das relações humanas e, agora ela é muito mais incisiva, quando vários aspectos da vida moderna se modificam, alterando também os tipos e as formas de violências geradas nesse processo. Ainda passaremos a compreender as novas relações de poder e controle dos indivíduos também como um processo de violência e, portanto, a abordagem amplia-se para questões históricas, sociais e filosóficas.

PALAVRAS-CHAVE: bio-poder – controle – violência – trabalhadores – precarização – vida

INTRODUÇÃO

Quando nos lançamos ao desafio de escrever sobre uma temática tão densa e com tantas possibilidades de abordagem, o primeiro questionamento que fazemos é qual recorte temporal, factual, contextual, temático focaremos. Por ser uma tarefa homérica a discussão da totalidade da temática, sempre nos atemos a um ou outro aspecto, para que o leitor também consiga se situar, ou mesmo compreenda melhor os direcionamentos dados pelo autor. Mesmo sendo impossível a discussão do tema em sua totalidade, não me aterei a um aspecto apenas, pois minha formação na história e no direito também

¹ Professora colaboradora do Departamento de Direito (2011) da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) na linha de pesquisa: Estado e Poder. Email: viviancdan@hotmail.com



amplia as possibilidades de abordagem. Existe um pensamento, o crítico, que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos, nem com as representações abstratas; é um pensamento que destrói a pseudoconcretude (ideologia fetichizada) para atingir a concreticidade, onde o mundo das aparências se desvenda em mundo real.

O “marco” que construímos sobre violência foi pensado a partir de consensos e precisamos pensar a partir das dobraduras, fazer perguntas diferentes sobre algo que já está nítido porque as evidências não aparecem de forma acabada e sim de forma multidimensional.

A dialética demonstra a dependência das formas fenomênicas como sedimentos e produto da práxis social da humanidade. A dialética é o pensamento crítico que quer compreender a coisa em si e para si e se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade, e no caso, a violência? A tarefa a qual os marxistas se propõem é justamente entender a dinâmica de uma realidade. Compreendê-la no todo, e isto não significa saber tudo o que acontece, pois estas análises nunca se completam. O **todo não é o tudo**², mas dá conta de explicar um determinado contexto e a dinâmica daquelas relações. O método crítico dissolve as criações fetichizadas do mundo ideal, entretanto, para transformar a realidade, é preciso que essa explicação se coloque no terreno da “práxis revolucionária”.

Este estudo faz parte de uma convicção teórica que orientou minha trajetória e que ampliou a discussão para além do que pretendia, e isto aconteceu devido às leituras e à compreensão de trazer polêmicas verdadeiras, de relevância social, para construir conhecimento sem enfeites, ou que ao menos fosse além da superficialidade. Refletir criticamente já é um primeiro passo e, embora não consiga esgotar a temática, a ampliação dos feixes sempre me permitiram análises profundas, mais completas e dinâmicas.

² Sobre a totalidade ver também: CARVALHO, Edmilson. **A totalidade como categoria na dialética marxista**. Outubro, São Paulo, n. 15, 2007, p. 177-193.



ANAI DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

A violência é um aspecto importante da vida do ser humano, sempre o acompanhou, movendo-se na história da organização das primeiras sociedades e, portanto, seu combate, nos vários momentos históricos, sempre foi muito difícil. Pensar que esta violência sempre o acompanhou nos permite questionar: o ser humano, por ser um animal, é dotado de violência intrínseca ou esta é produto das relações humanas? As formas de violência, na contemporaneidade, estão cada vez mais complexas e específicas. Uma grande contradição da atualidade: por um lado avanços econômicos, políticos, social, jurídico, culturais e por outro aumento das formas de violências e de suas facetas, dentre elas, a criminalidade.

OBJETIVO

O que estamos tentando compreender, então, é o processo que levou a legitimação dessa violência, ocorrida no mundo do trabalho, para pensar que a faceta mais perversa da violência urbana (desemprego, ausência de valores, crimes, prostituição, tráfico de drogas e armas etc) também foi gerada e naturalizada na infraestrutura (nas relações econômicas) e que elevam sua concretude como algo naturalizado na superestrutura, por meio da cultura, política ou educação oferecida, cujas diretrizes são determinadas pelos detentores de poder.

METODOLOGIA

A metodologia empregada é dedutiva formal com base em pesquisas bibliográficas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A violência, aqui pensada e entendida como produto das relações humanas, foi responsável pela sobrevivência do homem natural, que para manter-se em condições de se reproduzir e produzir valeu-se de sua animalidade e assim garantiu sua conservação. Uma vez satisfeitas as necessidades primordiais, foram surgindo outros tipos de relações sociais, contraídas para além da força bruta, fruto das forças produtivas, e que fizeram as



necessidades do ser humano ampliam-se, produzindo sociedades cada vez mais complexas, e o homem como produto transformado destas.

Nas sociedades gregas escravocratas, pensadores como Aristóteles afirmavam que algumas pessoas já vinham em sua condição de nascimento como escravos, enquanto outros deveriam cuidar dos assuntos da “pólis”. Essa violência, além dos aspectos culturais da relação entre senhores e escravos, estabelece uma imposição político-ideológica de classes (em outros contextos também de gênero, etnias, religiões) onde as relações de exclusão e indiferença foram tratadas como “naturais”, norteados valores éticos e morais que balizaram as condutas humanas em diferentes contextos históricos e culturais.

Montesquieu³ nos chama a atenção para o fato de que mesmo nas sociedades mais avançadas, nas formas democráticas, a igualdade nunca seria perseguida completamente, as diferenças seriam reduzidas até certo ponto. E, portanto, a erradicação das desigualdades (que é um tipo de violência) não seria possível.

Em Rousseau⁴, o processo de transição do homem de seu estado natural ao civil não foi feito em ambiente de harmonia. Haja vista que seus atos modificaram-se, antes careciam de moralidade e justiça, mas estes conceitos não estavam para todos nas mesmas condições de existência e suas legitimações também se deram de forma violenta.

Outros aspectos político-ideológicos podem ter contribuído para o cenário atual de formas tão complexas e diversificadas da violência urbana. As várias fases do capital até seu estágio maduro coisificaram as relações entre os homens e a própria humanidade; a alienação do trabalhador, a mercantilização das relações de trabalho, familiares, culturais, valores, e a própria expropriação do trabalho coletivo acabaram contribuindo para a questão social da violência urbana. Esta constituiu-se num instrumento de imposição classista e ideológica para conservação da ordem, violência essa empregada seja nos

³ MONTESQUIEU. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963. Livro II.

⁴ ROUSSEAU, J. J. **O Contrato Social**. Rio de Janeiro: Brasil Editora, 1959. p.38.



aspectos políticos, econômicos ou sociais configurando a imposição do poder e a utilização do poder coercitivo do Estado, para garantir os interesses de classe burgueses.

A outra face dessa ideologia burguesa são seus efeitos perversos: o mundo do trabalho com relações precarizadas de subempregos, desemprego estrutural, aumento do fosso social e identidades fragmentadas, pois uma parte essencial da vida desse trabalhador, que o definia enquanto tal, se “desmanchou no ar”.

O trabalho é base das condições de vida, a concepção burguesa manipulou até mesmo o sentido do trabalho e nossas concepções de mundo. O trabalho veio perdendo sentido, tornou-se mercadoria com valor de troca, perdeu especificidade, a independência, e os trabalhadores não têm, a priori, relação com os tipos de trabalho apropriados pelo capital. Essa dimensão do mundo do trabalho foi afetada totalmente, e assim construiu-se um novo tipo de trabalhador, que trabalha por conta própria, trabalho fixo, mas sem emprego fixo, sem referências de tempo e espaço, e esse novo trabalhador, mesmo vivendo outra rotina de trabalho, continua subordinado às grandes corporações capitalistas. As concepções burguesas atualizaram esses mecanismos de violência, para extrair cada vez mais sobre-trabalho e subordinar o trabalhador, inclusive por coação, porém, o que vemos hoje não é tanto a preocupação com a subordinação desse trabalhador, mas com a construção de um novo tipo de trabalhador, com a reorganização do processo de trabalho, realizada por uma revolução constante dos meios de produção, para extração cada vez maior de sobre-trabalho. O domínio burguês depende dessa capacidade de revolução constante dos meios de produção, domesticando e aprimorando as relações de expropriação.

Hoje, a terceirização, e a conseqüente flexibilização do trabalho, é a forma mais atual de exploração. Externalizou-se da fábrica ou da empresa um serviço, de forma mais produtiva, com custo menor e sem relação direta com esse trabalhador, ou seja, revitalizou-se e precarizou-se antigas e novas ocupações. Os fenômenos da desindustrialização, do desenvolvimento do setor de serviços e mudanças no padrão de empregos fizeram o trabalhador perder conexão com o lugar em que trabalha, com sua identidade, com as relações em seu meio, deixando de se reconhecer nesse processo



como sujeito e, portanto, perdendo a conexão com o mundo, com o que faz, tendo sua identidade fragmentada.

Assim, o que entra em substituição a todos esses elementos é o sentimento de inutilidade, ocorrendo aí uma violência contra esse trabalhador, uma certa desumanização. Mesmo diante das modificações das formas de trabalho, com novos postos de trabalho de curto tempo, flexíveis, o que existe atualmente ainda é uma forma adaptada de taylorismo⁵. Aprofundou-se ainda mais a divisão do trabalho dentro e fora da fábrica, isso nas mais diversas esferas do trabalho. O que significa dizer que o trabalho não só não desapareceu, mas está se expandindo na suas formas precarizadas.

A importância da profissão, até 30 anos atrás, não tinha somente repercussão salarial, mas reconhecimento em relação ao status e prestígio, os trabalhadores se reconheciam enquanto tal e lutavam por seus direitos. Esta ética, portanto, não era somente de fundo capitalista, e sim ideológico (seus valores e crenças), o trabalho servia de conduta para a vida e, nesse contexto, fundaram novas e diferentes éticas que podem ser lidas como “resistência”, quando lutaram contra o capitalismo ou por melhorias salariais. Percebe-se que o sentimento de pertencimento extravasou para o que seria a “classe para si”, ou seja, organizaram-se e tinham consciência de classe. Neste instante, não era só dominação, violência e exploração: criou-se um espaço onde podiam “respirar”, a classe existia porque se viu na realidade, os trabalhadores se reconheceram, interpretaram as pressões e resistiram à violência e à dominação. Percebe-se, neste momento, que o movimento que a classe proletária fez historicamente foi a luta, e que a condição de classe só poderia ser vivida dentro de um contexto de luta. A resistência foi construída historicamente e a experiência concreta não foi imposta de fora, mas foi vivida; o processo de formação da classe se forjou na própria luta. A trajetória histórica desses trabalhadores baseava-se nesses valores e esse modo de vida foi desestabilizado, novas formas de violência se formam, o trabalho industrial foi o primeiro a ser desorganizado.

⁵ Taylorismo é uma forma de organização do trabalho, divisão técnica do trabalho para racionalizá-lo e torná-lo mais eficiente, maximizando o lucro.



Em seu lugar surge uma nova órbita de acumulação capitalista com os enxugamentos do Estado, da Legislação Trabalhista e mudanças no mundo do trabalho sem nenhuma vantagem para os trabalhadores, que perderam os empregos vitalícios, passando a trabalhar por subcontratos e viram seu modo de vida estável ruir. Os trabalhadores vivenciam esta transformação e nesse processo de mudanças foram gerados sentimentos de perda, perda de muitas coisas, inclusive do sentido imediato do trabalho na produção e do sentido histórico de trabalho, ou seja, do que ele viveu e do que ainda é possível viver enquanto trabalhador.

A dominação não é plena, nem construída somente por imposição, mas por coerção somada ao convencimento e persuasão. As estruturas não podem, a princípio, determinar a vida das pessoas ou os sujeitos históricos, porque os indivíduos, quando vivenciam as estruturas, as vivenciam enquanto experiências. As “pressões” vividas pela classe produzem reações. Os trabalhadores reagem e a sociedade é resultante dessa relação de forças; o próprio modo de produção resulta da luta de classes, que não deixa de ser um processo violento. Para entender esse processo, é preciso discutir a situação de classe, o que cada um desses trabalhadores pensa, alguns estão dominados, entretanto, outros resistem; perceber quais os momentos que os trabalhadores se aceitaram como pessoas que têm histórias de exploração em comum, embora com opiniões diferentes, e assim tentarmos escapar dessa violência, dessa condição de estarmos “adestrados” para determinadas tarefas ou mesmo despersonalizados, sendo tratados como ferramentas utilitárias de produção de bens e serviços.

As experiências sociais da classe trabalhadora são válidas para capturar os trabalhadores enquanto classe, num diálogo com a realidade, embora a “pressão” rotineiramente exercida hoje, tenha se esforçado em reduzir essa identidade em consumismo e, por isso, é mais difícil produzir, atualmente, uma consciência de classe anti-capitalista. Conforme Bondaczuk⁶:

⁶ Bondaczuk, Pedro, J. **Indivíduo e Sociedade**. Disponível em www.educarbrasil.org.br. Acesso em: 20-06-2011.



Teoricamente, ao nascermos, todos firmamos um pacto tácito, tendo por procuradores os nossos pais, em que abrimos mão de parcela de nossos direitos individuais, em favor do coletivo. Na teoria isso até que soa bem. Mas na prática...Funciona? Claro que não! Urge, caso se queira, de fato, fazer justiça (e esse suposto desejo, por enquanto, se limita só a palavras) que a maioria dos pretensos “sócios” (todos nós, sem exceção e nem distinção de sexo, raça, religião, posição social ou crença política) seja, de fato e de direito, integrada à “sociedade”, e tratada como tal, conquistando cidadania plena, pois este é o único caminho real para o desenvolvimento e até para a sobrevivência do que se convencionou chamar de civilização.

A violência veio atravessando as diversas formas de sociedade: a relação do homem x natureza não foi pacífica, ela acompanhou o processo de transformação do homem e da organização do trabalho desde sua origem, estabelecendo relações de subordinações entre os homens em diversos momentos, as guerras santas, a formação dos Estados, as guerras, o holocausto, etc, e portanto, foi utilizada para obtenção de conquistas e satisfações de um grupo minoritário que tudo tem e nada produz, em detrimento de uma maioria que tudo produz e nada tem.

Os indivíduos, assim, nascem em ambientes com relações sociais determinadas, contudo, outras necessidades são criadas ou reinventadas e, na maioria das vezes, as vontades dos indivíduos não serão satisfeitas nessas relações. Não somos sequer educados para desenvolver plenamente nossas potencialidades físicas, mentais e espirituais, diminuindo as chances dessas relações se darem de forma amistosa ou igualitária. Não raro os interesses coletivos se chocam com os individuais e nesse choque sempre existe uma classe que perde e outra que ganha, a igualdade de direitos e deveres torna-se apenas algo retórico.

Estamos vivenciando a superação da noção mais tradicional de “poder”. Dos séculos XVII ao XX, atravessados pela lógica da máquina e do disciplinar, possuía mecanismos de dominação e modulação dos “corpos dóceis e úteis”, que visavam um engajamento produtivo e através dos quais as populações eram “administradas” por políticas públicas, com uma noção de captura da vida ligada à reprodução planejada em



parâmetros bem definidos, que Foucault denominou de “sociedades disciplinares”, cujo projeto socioeconômico esteve ancorado no capitalismo industrial.

Percebemos que a violência a nós infligida na contemporaneidade configura-se num novo jogo de relações, que também é um jogo de forças muito mais “produtivo”, que alterou essa lógica disciplinar, pois, além de reprimir ou proibir, também nos induz a um “prazer” que transcende a condição humana (projeto fáustico). Conforme Oswald Spengler⁷:

O triunfo supremo sobre Deus ou a Natureza, a montagem de um mundo em miniatura criado por nós, que se moveria, tal como o Universo, graças à sua energia própria e obedecendo apenas à Mão do homem! Construir, pois, por si mesmo, um mundo – ser, então, um deus – tal é o sonho dos inventores da era Fáustica.

Nessa nova tradição, as tecnologias não são apenas instrumentos para potencializar as capacidades do corpo, como antes, respeitando o território divino (tradição prometéica). Agora aspira-se ao infinito. Transcender a condição humana, tornar-se pós-biológico e superar as limitações de organicidade do ser humano, “tanto em nível espacial como temporal⁸”. Por isso a atualização dessas tecnologias, ou tecnociências, destinadas à sujeição da vida, dos corpos, não menos disciplinados, mas formatados e subjetivados intensamente, ferramentas criadas dentro de novas formas de pensar, viver e sentir, novos modos de ser, o que Gilles Deleuze chamou de “sociedades de controle⁹”, com alterações nas matrizes sociais, políticas, econômicas ligadas a novas ferramentas e tecnologias de dominação, como as telecomunicações, informática e a biologia molecular, um novo tipo de saber-poder que cria seu mundo próprio, reduz as idéias e valores da “tradição ocidental” a migalhas prometéicas e obsoletas.

⁷ SPENGLER apud SIBÍLIA, Paula. **O Homem Pós-Orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p.113.

⁸ SIBÍLIA, Paula. **O Homem Pós-Orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p.13.

⁹ Denominação utilizada pelo autor para essa nova formação social.



ANAIIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

Tudo está atravessado por mutações e turbulências: o ser humano, a natureza, a vida, a morte, sendo um projeto que promete a extinção das distâncias geográficas e até das restrições ligadas à materialidade orgânica (doenças, envelhecimento e a morte), emergindo novas subjetividades e novos tipos de corpos (o homem robô, ou homem-máquina).

Longe de querer naturalizar a discussão da violência, a intenção aqui foi fazer uma reflexão sobre seu percurso histórico, percebendo como ela está engendrada em nossas relações, em nossa política, economia, educação e, sobretudo no trabalho. Assim foi possível compreender como ela se legitimou enquanto processo que permitiu às mesmas relações sociais se consolidarem em favor de alguns e, a partir de seu estabelecimento, também promoverem mudanças e novos efeitos perversos, não menos violentos. Em suma, conforme Sibília¹⁰ preceitua:

O trabalho, na contemporaneidade, torna-se cada vez menos mecânico e mais informatizado, dependente das tecnologias digitais baseadas no paradigma da imaterialidade. Mais do que corpos adestrados da era Industrial, como força mecânica de trabalho braçal, hoje o privilégio do emprego é oferecido às almas capacitadas, àquelas subjetividades equipadas com as qualidades voláteis mais cotadas no mercado de trabalho contemporâneo, tais como criatividade, inteligência e habilidades comunicativas. Em sintonia com essas mutações, as artes do consumo e o fetichismo das mercadorias se desenvolvem de uma maneira impensável poucas décadas atrás.

É o bio-poder mostrando toda sua capacidade de engolir nossas forças vitais e reciclar as resistências a toda velocidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bondaczuk, Pedro J. **Indivíduo e Sociedade**. Disponível em www.educarbrasil.org.br. Acesso em: 20-06-2011.

¹⁰ SIBÍLIA, Paula. **O Homem Pós-Orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p.169.



ANAI DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

CARVALHO, Edmilson. **A Totalidade como Categoria na Dialética Marxista**. Outubro, São Paulo, n. 15, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascido da prisão**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MONTESQUIEU. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963. Livro II.

OLIVEIRA, Daniel Ricardo de. **A Violência e o Processo Histórico de Produção e Reprodução Humana na Sociedade**. Centro Universitário Barão de Mauá.

ROUSSEAU, J. J. **O Contrato Social**. Rio de Janeiro: Brasil Editora, 1959.

SIBÍLIA, Paula. **O Homem Pós-Orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.



ANAIIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

PRODUÇÃO DISCURSIVA DO ESPAÇO URBANO: a presença indígena na cidade

Águeda Aparecida da Cruz Borges¹

Mônica Graciela Zoppi Fontana²

RESUMO: A pesquisa que desenvolvo no doutorado é resultante dos estudos que venho fazendo em um Projeto, no CNPq, desde 2003. Analiso, com base na Análise de Discurso materialista, a presença indígena na cidade de Barra do Garças/MT, como objeto de alocação de sentidos da discursividade a qual faz funcionar a contradição constitutiva, que esse lugar funda, materializando um modo de ocupação negada.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso; Índios Xavante; Barra do Garças.

Considerando a história e, nela, o inevitável contato entre índios e não-índios desde a colonização do Brasil, recortei como objeto de pesquisa, as relações que se estabelecem discursivamente acerca da presença indígena no espaço urbano, nas condições de produção da sociedade atual. Já há algum tempo, efetivamente, desde 2003, desenvolvo uma pesquisa sobre o assunto, na cidade de Barra do Garças/MT.

Tratar essa questão discursivamente é dar visibilidade para a produção da ilusão de objetividade e evidência de uma realidade, de um referente, como se um sentido já estivesse lá: como se o lugar ocupado pelos índios nas ruas, calçadas da cidade de Barra do Garças, significassem, *a priori*.

Os materiais que compõem o “corpus” mostram a dificuldade que o discurso do urbano tem em lidar com aquele que ocupa o espaço planejado para outra finalidade, como por exemplo, as calçadas, que deslocadas de sua função primeira, tráfego específico para pedestres, adquirem outras finalidades, no caso em pauta e no espaço recortado para a pesquisa, servem de ponto de espera, ponto de encontro, depósito de mercadorias que são levadas pelos Xavante para as aldeias, imprimindo novos valores e novas relações ao cotidiano dos usuários e determinando-lhes outra natureza.

¹ Doutoranda do Programa DINTER-UNICAMP/UNEMAT/CAPEs. E-mail: guidabcruz@hotmail.com

² Orientadora - Programa DINTER-UNICAMP/UNEMAT/CAPEs.

Assim sendo, pelas nossas observações as calçadas, a rua são vistas como um lugar de transbordamento do social, que reflete e faz funcionar a ordem própria da cidade. Esse é mais um modo de disfarçar os sentidos que produzem e reafirmam a explosão do social no espaço urbano. Observemos uma das fotos de uma seqüência do espaço recortado para a pesquisa:



Figura 1: Acervo Próprio, 2010.

Agora façamos a leitura de uma seqüência discursiva constitutiva desse efeito de transbordamento e que parafraseia a fotografia:

Lugar de Índio é na Aldeia... **Barra não agüenta mais de tanto índio sem nada fazer na cidade** a não ser beber e ficar jogado por tudo que é lado, de manhã até a noite ocupando as calçada, nem tem lugar mais de passar (...) promotoria, PF e outros órgãos competentes onde andam vocês? Por favor é hora de atitude.... Barra: TERRA SEM LEI... é pena. (R. A. A.), em 20/10/2010 às 17:13h.

O espaço que se dá no ir e vir da aldeia e para a cidade é repleto de significações, o modo como o dizer sobre os Xavante, mesmo vistos nas condições de produção apresentadas, remontam a um discurso que se repete de que, por exemplo: “índio é preguiçoso” inscrito na seqüência: “sem fazer nada na cidade”, se misturando com o dizer



no tempo presente, que podemos interpretar como cidade é lugar de trabalho e os índios ficam jogado por todo lado”, “de manhã até a noite ocupando as calçada” sendo assim, reafirma um preconceito histórico que nega esse sujeito no espaço da cidade. Além disso, a presença indígena em Barra do Garças, nessa discursividade, torna-a numa “cidade sem lei”, e deixa margem para a parafrasear por “índio quebra a ordem da cidade ao ocupar calçadas”.

Entendo o espaço dessa relação não como lugar empírico, mas como espaço de sentidos que me levam a tentar compreender o modo como nele se dá o processo de identificação/subjetivação desse sujeito = índio Xavante, que está, mas é negado no espaço urbano.

É preciso lembrar que o “corpus”, na Análise de Discurso, é uma construção teórica que vai se conformando durante a análise, por isso mesmo é ‘instável e provisório’ (ORLANDI, 1998). Sendo assim, os materiais vão adquirindo contornos e limites por meio dos recortes, na medida em que se processa a análise, a qual exige um ir e vir constantes no processo de leitura do material.

Para este texto acrescentamos ao recorte apresentado algumas seqüências de entrevistas realizadas com vários seguimentos da população barragarcense: alunos de Ensino Superior e Médio, pais de alunos em reunião de escola, comerciantes do entorno do espaço de observação.

A escolha de um objeto para ser analisado, numa perspectiva discursiva não é aleatória, os recortes têm que vir com as nossas indagações, pois fazem “parte de um passado real que pulsa em nós na espessura do nosso corpo³”, ou seja, é estar num certo tempo presente que mobiliza um certo passado e fala de um lugar da memória que, estruturado pelo esquecimento, funciona, significa por não lembrar, ocorrendo assim o efeito de repetição e de reconhecimento discursivo que sempre pode ruir sob o peso de um acontecimento novo, que perturba a memória já estabelecida.

Conforme Orlandi (1999), o objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter o

³ GUIMARÃES, I **Encontro de Linguagem História e Cultura**. Cáceres/MT, fev/2000.



material bruto, empírico, as várias materialidades, em um objeto teórico, que critique a impressão de “realidade” do pensamento, ilusão que se sobrepõe a palavras, idéias e coisas.

O gesto do analista é determinado pelo dispositivo teórico, enquanto o gesto do sujeito é determinado por um dispositivo ideológico (ORLANDI, 1996). Segundo a autora, funciona no ordinário do dizer sob o efeito do apagamento da alteridade, na ilusão de que o sentido está lá, evidente. A posição construída pelo analista visa não refletir essa ilusão, mas trabalhá-la, considerando a alteridade e tornando visível o modo como a ideologia opera.

No percurso da pesquisa a nossa atenção converge para uma discursividade que circula sobre os Xavante em Barra do Garças, e produz um processo de naturalização da idéia de que esses índios estariam deixando de ser índios porque estão aprendendo a falar português, ou porque já incorporaram vários costumes e usos do “branco”. Todavia, essa incorporação, não tem propiciado, de acordo com as observações feitas, até então, uma mudança de posição em relação à visão etnocêntrica européia sobre eles, que é preconceituosa, hierárquica e divisionista.

Entretanto, considero que ao falar de índio, os “brancos” nem se dão conta de que a nossa sociedade está organizada, também, na base das condições de produção dos discursos, historicamente, e os sujeitos têm a ilusão de originalidade, de que os sentidos nasceram no momento da formulação dos enunciados e discursivamente não funciona assim.

É importante lembrar Orlandi para entender procedimentos que tocam as nossas perguntas sobre os Xavante na cidade, ela diz que, a partir de trabalhos referentes à questão indígena, pôde:

[...] constatar que, no caso do contato cultural entre índios e brancos, o silenciamento produzido pelo Estado não incide apenas sobre o índio, enquanto sujeito, faz mais sobre a própria existência do sujeito índio. E quando digo Estado, digo o Estado brasileiro do branco, que silencia a existência do índio enquanto sua parte e componente da cultura brasileira. (ORLANDI, 1990, p.56).



Se a nossa proposta para pensar a situação colocada se pauta, justamente, numa relação de diferença, compreendendo aqui a diferença entre índio e não-índio, é preciso, também, lembrar da igualdade jurídica instaurada pela Constituição Federal de 1891 quando declara pela primeira vez, no Brasil, *todos são iguais perante a lei*, ou seja, uma sociedade que quanto mais sublinha a igualdade de todos perante a lei, mais acentua as diferenças, como vimos percebendo nas práticas sociais e nos discursos da população barragarcense.

Se as práticas sociais, pelo dizer, contrariam a igualdade legal, supomos que seja importante verificar como se dão essas práticas, discursivamente, em torno do objeto da pesquisa. A presença freqüente indígena em Barra do Garças, como já disse, produz discursos de afirmação do preconceito, estereótipo, marginalidade, repulsa, e outros sentimentos negativos que num movimento constante de análise fundamentada no dispositivo teórico de interpretação, fornecido pela Análise de Discurso vimos detectando.

Na medida em que vamos ampliando o nosso olhar para o índio na cidade vão estreitando, restringindo, sob o nosso parecer, os sentidos de coletivo em relação à identidade brasileira para TODOS (índios e não-índios) que aqui “convivem” e vai se firmando a significação da fronteira discursiva, que aparta, divide, exclui, distancia, modifica e silencia esses sujeitos.

Por exemplo, na base dos enunciados em referência ao objeto fixam marcas lingüísticas que atualizam um discurso remoto, da colonização: “índio não é gente”, “índio é bicho”, “índio não trabalha”, “índio não é como nós”, que retoma “índio selvagem”, “índio preguiçoso”, “índio não é brasileiro” e outros (das entrevistas) que caracterizam o discurso da “descoberta”, o qual atualiza e determina a diferença deixando pistas para a interpretação de quem é que deve aprender a ser igual, no entanto quando isso ocorre, isto é, os Xavante falam a língua Portuguesa, vestem roupas, utilizam aparelhos eletrônicos, o índio é rejeitado nesse espaço onde os “brancos” julgam ser os donos: o espaço da cidade.

Os sujeitos da população de Barra, que foram entrevistados, se inscrevem numa Formação Discursiva que nega o índio no ambiente de convívio do não-índio, na ilusão da



neutralidade/imparcialidade, resultante da interpelação ideológica, ao falarem sobre o índio na cidade deixam escapar o preconceito e a reafirmação do discurso que coloca o índio como incapaz, fundado na tutela jurídica, com expressões do tipo: “coitadinho do índio”, “ele é incapaz de compreender nossa cultura”, “tem mesmo é que ficar quietinho na aldeia”.

Parafraseando Orlandi (1990), eu diria que o processo de rejeição do índio vem se mantendo durante séculos e se efetiva pelos mecanismos mais variados, dos quais a linguagem, com a violência simbólica que ela representa, é um dos mais poderosos.

Para mobilizar as “posições” dos sujeitos da pesquisa, considero importante, ainda, lembrar que as posições-sujeito são intercambiáveis, e isso é fundamental, principalmente sabendo que a subjetividade pode se alojar em mecanismos lingüísticos específicos, não sendo possível explicá-la estritamente por eles; é pelo viés da história, da ideologia, da memória marcados na materialidade lingüística que procuro entender discursivamente, indícios dos limites presentes no discurso dos sujeitos da pesquisa sobre os índios Xavante que freqüentam a cidade.

Zoppi-Fontana, desde 1997, desenvolve uma pesquisa que tem como objetivo geral: “realizar uma reflexão sobre os processos de identificação/subjetivação do sujeito em relação à elaboração simbólica do espaço urbano”⁴. Na orientação da autora, inspirada no artigo nomeado: “É o nome que faz fronteira”, venho observando essa fronteira discursiva, materializada nos enunciados (seqüências discursivas de entrevistas da pesquisa já referida) como essa fronteira funciona no discurso dos “brancos” em relação aos índios Xavante: “Eles vive numa redoma”, “quero distância desse povo”, “eles lá e eu aqui”, “corto volta quando vejo”, “deviam ter ficado lá atrás”.

O imaginário brasileiro sobre os índios, ainda preso à “história da descoberta” é de colocá-los numa redoma (puros e imaculados), uma espécie de zoológico para podermos olhar as suas diferenças como se elas fossem naturais, não constituídas sócio historicamente. O exótico é o que chama a atenção, por um lado, por outro é o imaginário

⁴ In: **Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Volume 17, N° 35, 2003.



de “selvagem”, de “bicho” que se mantém historicamente e repercute no discurso do distanciamento “quero distância desse povo”, “eles lá e eu aqui”, “corto volta quando vejo”.

E quando acontece uma aproximação, como é o meu caso que fui me aproximando dos povos indígenas, por uma série de circunstâncias, no princípio por curiosidade, depois como professora, que talvez tenha aprendido mais do que ensinado e atualmente por causa da pesquisa, tenho sido colocada no lugar de alguém que perdeu a sanidade. Já, por vezes reiteradas, ouço de alunos para os quais eu leciono e de pessoas do meu convívio:

“professora você é doida de passar por ali⁵...”
“Acho que a Sr^a. Perdeu o juízo”
“Sora, ninguém merece nem passar perto daquele lugar, isso é doidera”
“Se eu fosse a Sr^a. Eu não espedicava um doutorado com isso, acho que a Sr^a num pensa”... e outros dessa natureza:
“Você sempre foi assim né? Diferente, tem uns gosto isquisito.”
“C num tem medo de mexê com esse povo...”
“Creduuuuuuu, acho que c ta mei maluca né?”

Vejamos que os sentidos sedimentados no adjetivo “doida”, na expressão “sem juízo”, no modo “isso é doidera” ou “num pensa”, na qualidade do meu gosto “isquisito” na coragem expressa na paráfrase “num tem medo” no espanto dividido “mei maluca” me deslocam, também, para outro lugar.

Podemos observar que esse modo de dizer materializa, separa, divide, distancia, não empiricamente (desse lado estão os índios Xavante da cidade, daquele estão os “brancos” e daquele outro os índios Xavante da aldeia); a fronteira aí é uma linha imaginária que divide sentidos em indivíduos que poderiam ser quaisquer uns, inclusive a professora/pesquisadora que passa por ali e por isso é “doida”; e é por isso que funciona sem controle e sem consciência.

⁵ “Ali”, faz referência ao antigo Terminal Rodoviário da cidade, hoje, destituído da sua antiga função é um prédio abandonado onde ficam bêbados, andarilhos e, principalmente em época de fim de mês os índios dos quais estamos falando.



A seqüência discursiva adiante nos remonta a questionamentos de Orlandi (1990, p. 46) dos quais, de certa forma, nos apropriamos, em outras condições de produção: “quem é o brasileiro? Onde termina o índio (no contato), o português (na colonização) o italiano (nos movimentos migratórios) e começa o brasileiro?:

Pra nossa sorte, pra sorte dos brasileiros, o Brasil teve que ser descoberto. Cê já pensou se a gente fosse todo mundo índio, que que num seria o Brasil?! Tá loco! (...) Com o descobrimento do Brasil é... com o descobrimento ... melhor ser filho de português, do que ser filho de índio. (A-4).

Pelo visto, o Brasil seria um País de loucos se fôssemos índios, nesse caso o descobrimento funciona como salvação para os brasileiros. Esses “fatos discursivos⁶” ajudam a situar as questões que me coloco e me instigam a ir adiante para pensar, discursivamente, as relações desse sujeito negado no espaço da cidade, mas, no entanto, freqüente nesse espaço. Dito como passado, contudo muito presente.

Por enquanto, percebo que esse lugar os interpela a subjetivar-se, a significar-se e produzir sentidos; mesmo pertencendo à unidade positiva do direito como dissemos anteriormente, *todos são iguais perante a lei*, o sujeito, quando colocado em relação a ela, identifica-se com o que está fora dela, como aquele que não pertence ao lugar dos “iguais”. Inserido na cidade e sofrendo seus efeitos, o sujeito se constitui num movimento entre/antes, isto é, a/na aldeia e o/no espaço urbano agora.

O não-índio significa delimitando seu espaço e o espaço do Outro = índio, marcando-se, assim, em seu discurso a diferença, a desigualdade, a exclusão. Por isso pretendo levar a cabo a pesquisa, refletir sobre o que une e o que separa os sentidos de cidade-cidadino e de aldeia-índio, pois, pelo que parece, até agora, tanto no discurso

⁶ Cf. (ORLANDI: 1996) que distingue as noções de dado e fato utilizadas pelas teorias de linguagem; a noção de fato permite desnaturalizar a relação com a realidade empírica, questionando a possibilidade de ter um acesso direto a dados “puros”, independentemente da abordagem teórica assumida. Trabalhar na análise com a noção de fato implica partir do pressuposto de que todo recorte do real se constitui já como leitura, realizada a partir de uma determinada matriz teórica.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

jurídico (estamos iniciando a leitura do arquivo) quando no discurso da população é o não-índio quem define e cerceia a constituição espacial do índio, no caso selecionado para este texto, vimos como os efeitos interdiscursivos se materializam no encontro entre o passado e o presente determinando onde deve ser o lugar dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Judite G. **Educação Escolar Indígena: do panóptico a um espaço possível de subjetivação na resistência.** Tese de Doutorado. UNICAMP, 2007.

ALMEIDA, Baronas R. L. (Org.). **Identidade Cultural e Linguagem.** Campinas: Pontes Editores, 2005.

INDURSKY, Freda. **A Fala dos Quartéis e Outras Vozes.** Campinas: Unicamp, 1997.

_____. **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites.** São Carlos: Claraluz, 2007.

ORLANDI, Eni P. **A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **Terra à Vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo.** São Paulo: Cortez & Ed. da Unicamp, 1990.

_____. Um Sentido Positivo para o Cidadão Brasileiro. In: **Sociedade e Linguagem.** Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. **Para uma Enciclopédia da Cidade.** Campinas: Pontes/Labeurb/Unicamp, 2003.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade.** Tradução Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Pedro de. Espaços interditados e efeitos-sujeito na cidade. In: ORLANDI, Eni P. **Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano.** Campinas: Pontes, 2001.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. **Cidadãos Modernos, Discurso e Representação.** Campinas: Unicamp, 1997.

_____. Camelôs e o direito à cidade. In: **Anais do 7º Encontro da ANPUR: Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: um desafio ao planejamento.** Recife, MDU/UFPE. 1997 p.1160-1179.



ANAI DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

_____. É o nome que faz fronteira. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Cristina L. (orgs.) **Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre, Coleção Ensaio do CPG-Letras/UFRGS, 1999.

_____. Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. In: **Organon**. Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, “Discurso, língua e Memória”, Volume 17, Nº 35, 2003.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

CONTRIBUIÇÃO PARA ESTUDO DOS ASPECTOS GEOMORFOLÓGICOS E CÁRSTICOS DA PROVÍNCIA SERRANA DE CÁCERES-MT: estudo de caso da Gruta do Sobradinho

Christian Leny Cardoso¹

Sérgio Luiz Melo²

INTRODUÇÃO

De acordo com Auler (1997), a relação do homem com as cavernas é tão antiga quanto a sua própria história. Elas foram o seu primeiro abrigo e seu mais antigo santuário. Até hoje provocam nas pessoas os mais variados sentimentos: um temor inicial, místicos, arraigado no nosso inconsciente, passando por uma curiosidade, natural, que se transforma em uma vontade de explorar, descobrir, e por fim, um inevitável deslumbramento para os que tiveram oportunidade de conhecer este maravilhoso mundo subterrâneo.

A província espeleológica do Alto Paraguai localiza-se no Estado de Mato Grosso, ao norte de Cuiabá, sendo composta por rochas carbonáticas do grupo Araras com baixo grau de metamorfismo (DURÃO, 1999). Apesar da existência de diversas grutas nestas áreas, as formações disponíveis não permitem o destaque das eventualidades mais importantes (LINO, 1980).

A localização das províncias e formações geológicas nos auxilia em suas descrições e esclarece sua geomorfologia local e suas estruturas cársticas. Essa mesma província espeleológica do Alto Paraguai-Araguaia é caracterizada por uma faixa de dobramentos que se estende das margens do Rio Araguaia até a divisa com a Bolívia, cortando o estado no sentido leste-oeste, atravessando as regiões de Cocalinho, Nova

¹ Aluno do Curso Técnico em Meio Ambiente/EMIEP, da Escola Estadual “Onze De Março”, em Cáceres/MT. Email: christian-k2@hotmail.com

² Professor do Curso Técnico em Meio Ambiente/EMIEP, da Escola Estadual “Onze De Março”, em Cáceres/MT.



Xavantina, Paranatinga, Nobre e Cáceres. Nesta faixa existe a maior concentração de cavernas do estado, de constituição predominantemente calcária (LINO, 2001).

A constituição de cavernas de Cáceres possui um grande potencial espeleológico com cerca de dezessete ocorrências entre Cavernas, Grutas, Dolinas, Abismos e Sítios Arqueológicos que já foram levantadas por um pequeno grupo de professores da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), como parte representativa de um estudo sem-número de informações registradas para posteriores verificações, a partir de mais prosseguimentos sobre a região se encontra a caverna do sobradinho onde está em grande diversificação de espeleotemas, e a favor da segurança e acesso (DURÃO e MELO, 1995).

Em questão de proteção e conservação, deve-se, antes de tudo, determinar o que se entende por cavidade natural subterrânea, que é exatamente aquilo a que se refere o parágrafo único do artigo 1º do Decreto n.º 99.556/90, que vem redigido da seguinte forma:

Entende-se como cavidade natural subterrânea todo e qualquer espaço subterrâneo penetrável pelo homem, com ou sem abertura identificada, popularmente conhecida como caverna, incluindo em seu ambiente, conteúdo mineral e hídrico, a fauna e a flora ali encontradas e o corpo rochoso onde os mesmos se inserem desde que a sua formação haja ocorrido por processos naturais, independentemente de suas dimensões ou do tipo de rocha encaixante. Nesta designação estão incluídos todos os termos regionais, tais como gruta, lapa, toca abismo, furna e buraco.

O Estado de Mato Grosso através da Secretaria de Planejamento de Mato Grosso (SEPLAM) aponta Cáceres com vantagens competitivas/potencial pelo seu elevado patrimônio natural incluindo as cavernas. Então, através desse projeto é importante ressaltar que a preservação e conservação das cavernas, sítios espeleológicos e suas respectivas áreas de influência, mantêm sistemas ecológicos sensíveis e diferenciados.

Nas cavernas é possível o desenvolvimento de estudo científico, da investigação minuciosa e sistemática em diversos campos do conhecimento, a fim de proporcionar à sociedade a melhor opção de crescimento social e econômico através do ecossistema.



Dessa forma, este estudo tem como proposta apresentar aos alunos do curso técnico em meio ambiente uma nova concepção de agir e interagir no mundo, valorizando as diversidades, fortalecendo as relações do sujeito com os interesses do coletivo em nível local, e objetivando contribuir para formação complementar do conhecimento local.

OBJETIVO

O Investigar as características espeleotemáticas, biológicas e físicas da caverna do sobradinho, buscando adicionar informações ao banco de dados espeleológico matogrossense.

MATERIAS E METÓDOS

No primeiro momento as expedições foram feitas com monitoramento de profissionais da área de espeleologia, biologia e geologia, a fim de conhecer as entradas e formas de acesso. Deverão ser identificadas, as suas características básicas descritas:

❖ Coordenadas geográficas da cavidade existente será obtida com equipamento de Sistema de Posicionamento Global-GPS, em graus decimais, datum WGS 84 e a partir da captura de sinais advindos de um mínimo de 4 unidades bem distribuídas na constelação dos satélites, no ponto onde localiza-se as bases topográficas “zero” das entradas da cavidade;

- ❖ Denominação local;
- ❖ Município, nome fazenda ou da região em que se insere;
- ❖ Dados de identificação do proprietário da área onde a caverna esta inserida;
- ❖ Altitude;
- ❖ Topografia detalhada da cavidade;
- ❖ Projeção Horizontal da área de influencia (mínimo 250 metros);
- ❖ Descrição das entradas e formas de acessos.

Serão utilizados todos os equipamentos necessários de levantamento espeleológico e de segurança, tais como capacete, calçado fechado, corda 12mm,



lanterna de mão, lanterna de cabeça, cadeirinha, freio oito, mosquetões, fitas e kit de primeiros socorros, GPS, mapas topográficos e todos os equipamentos necessários.

A fim de fazer o reconhecimento da fauna da caverna serão utilizados somente registros fotográficos e redes para captura de aves e morcegos nas próximas coletas de dados. E é bem claro constar que será o trabalho submetido ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), para a obtenção de autorização.

CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT

A Vila de São Luís de Cáceres foi fundada em 6 de outubro de 1778 pelo tenente de Dragões Antônio Pinto no Rego e Carvalho, por determinação do quarto governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. A cidade de Cáceres esta localizada na mesorregião 130: (centro sul de mato grossense 545 alto-Pantanal, com uma extensão Territorial de 24.351,45 km²). Possui uma população de 87.912 habitantes (IBGE, 2010).

A cidade esta situada a margem esquerda do rio Paraguai que faz parte da grande bacia pantaneira. Pertence a bacia hidrográfica da Prata, sendo o rio Paraguai o principal rio da bacia do pantanal. Os distritos pertencentes ao município são: Caramujo, Horizonte do oeste e Bezerro Branco. Faz limites com Mirassol D'Oeste, Barra do Bugres, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Porto Estrela, Porto Esperidião, Lambari D'Oeste, Curvelândia, Gloria D'Oeste e Republica da Bolívia.

As coordenadas são 16°07'00" latitude Sul e 57°06'00" longitude Oeste de Greenwich. A formação geológica é de cobertura dobrada e fanerozóica, bacia quaternária dobrada do protozóico com granitóides associados. Intrusas e alcalinas no centro do município e Alto Paraguai nordeste e noroeste. Relevo de depressão Paraguai, ao sul do município, participa do pantanal mato-grossense. Os solos predominantes são: Lotossolos vermelho amarelo, Podzóico vermelho amarelo, Planossolo, Plintossolo e solos Litólicos. Pertencendo também a este município, as Serras Olhos D'Água, Araras, Serra da Jacobina e Morro do Pelado. (FERREIRA, 2001).



A região da província Serrana é caracterizada por relevos resíduos e de disposição linear, a serras resultam de ação erosiva associados à tectônicas, com falhamentos e dobramentos que afetam a seqüência diversificada de rochas de cambrians do grupo Alto Paraguai (DURÃO,1999).

Clima

A temperatura média anual é de 22,6°C, o clima é mais ameno devido ao pantanal, em Julho o clima torna-se mais frio, tendo a temperatura média 19,1°C (mínimas de 13°C e máximas de 26°C). Em Janeiro é quente, a temperatura média é 26,4°C (mínimas de 22°C e máximas de 33°C), porém as temperaturas podem chegar a 40°C. Devido a massas de ar polar atlântica, em julho, as temperaturas podem chegar a 5°C. A menor temperatura feita na cidade foi de -3,5°C (1975) registrando uma forte geada e sua maior 41,8°C em 1998. As geadas são raras registrando uma a cada 5 anos. Sua precipitação é de 1370 mm anuais tendo, o período chuvoso vai de outubro a março, os demais meses o clima fica muito seco em agosto a umidade pode chegar a 10%, (IBGE, 2010).

Atividades econômicas

A pecuária é a principal atividade econômica da cidade, que possui um dos maiores rebanhos de gado bovino do Brasil.

A criação de jacaré do pantanal em cativeiro tem levado Cáceres ao mundo. No dia 01 de julho de 2008, o Primeiro e Único Frigorífico de Jacaré da America Latina foi agraciado com o Serviço de Inspeção Sanitária (SIF), o que permitirá a comercialização da carne para todo o território nacional e para outros países. E tudo acontece em Cáceres, pois são 3 criatórios comerciais, um frigorífico e um curtume. A indústria do turismo vem crescendo muito nos últimos anos, destacando-se a pesca esportiva que atrai milhares de pessoas anualmente, onde no mês de setembro, é realizado o Festival Internacional de Pesca de Água Doce (IBGE, 2010).

Infra – estrutura



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

Nos últimos anos Cáceres procurou estruturar-se como importante porto fluvial no contexto matogrossense, incorporando-se à política de Integração Latino-Americana. Buscando a implantação do sistema de transporte intermodal, e a ligação por rodovia com a Bolívia e, conseqüentemente, uma saída para o Pacífico, evidenciando-se como grande opção para profundas transformações, não só para sua economia, como para Mato Grosso (IBGE, 2010).

RESULTADOS PRELIMINARES

A Gruta do Sobradinho se localiza no km 17, do município de Cáceres. Tem como via de acesso a BR-070, seguindo 10 km e virando a esquerda na estrada vicinal (estrada de chão) definida como piriquitinho, cerca de + ou - 7 km, nas coordenadas geográficas 16° 07' 58" S e 57° 34' 41"W.

A Figura 1 mostra a localização da cavidade que contribuirá para obtenção de informações referente à espeleologia na Serra do Poção. A Figura 2 trata-se do paredão acima da caverna do sobradinho e a Figura 3 mostra a entrada da caverna, veja a seguir:

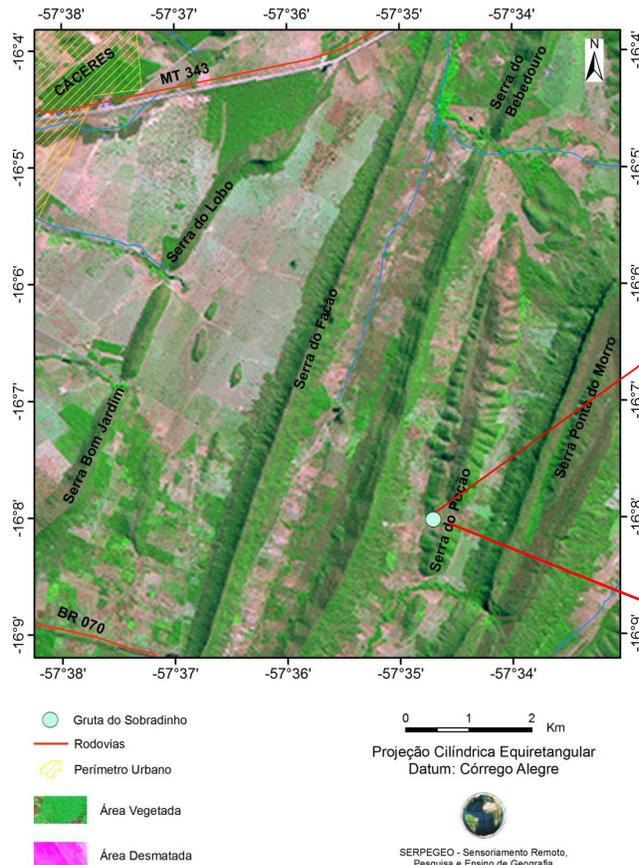


Figura 1: Mapa topográfico indicando a localização da Gruta do Sobradinho.

Fonte: Grupo SERPEGEO – Sensoriamento Remoto, Pesquisa e Ensino de Geografia. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).



Figura 2. Paredão acima da caverna do sobradinho. Fonte: Cardoso, C. L.



Figura 3. Entrada da Gruta do sobradinho, no nível inferior. Fonte: Cardoso, C. L.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULER, A. Espeleologia no Brasil: uma abordagem. In: **Espeleo-tema**, vol. 18, 1997. p. 23-30.

BICALHO, Cristina C. Noções básicas de espeleologia. **Apostila do Curso básico de espeleologia do Espeleo Grupo de Brasília**. 2003.



ANAI DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

DURÃO, A. M. Aspectos da Morfologia Cárstica e Geospeleologia da Formação da Formação Araras, no setor centro-sul da Província Serrana-MT. Dissertação Mestrado. Rio Claro, 1999.

DURÃO, A. M; MELO, S. L. Levantamento de cavidades naturais da região de Cáceres, com vistas à sua proteção. Relatório Preliminar. Departamento de Geografia/UNEMAT, 1995.

LINO, C. F. Cavernas: O Fascinante Brasil Subterrâneo. São Paulo, Editorial Gaia, 2001.

MEDEIROS, João B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

UM ESTUDO DAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS PRATICADOS COM USO DE ARMA DE FOGO NA REGIONAL NORTE EM CUIABÁ-MT

Elcio Bueno de Magalhães¹

Luiz da Rosa Garcia Netto²

Resumo: O presente artigo propõe estudar o número de vítimas de homicídios praticados com uso de arma de fogo registradas no ano 2007 na Regional Norte em Cuiabá-MT. O objetivo foi levantar, identificar e caracterizar as vítimas da forma de violência homicídios por armas de fogo registrados na Regional Norte de Cuiabá-MT durante o ano 2007. A pesquisa sustentou-se em dados extraídos dos Boletins de Ocorrências Policiais armazenados no Sistema de Registro de Ocorrências Policiais (SROP), da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, posteriormente cruzados com dados dos Laudos de Necropsia do Instituto de Medicina Legal (IML), da Perícia Oficial de Identificação Técnica do Estado de Mato Grosso (POLITEC-MT). Do total de 206 homicídios registrados no município de Cuiabá-MT, em 2007, 26,2% foram vitimadas na Regional Norte de Cuiabá-MT, e destes 89,0% foram vitimadas com uso de armas de fogo, onde a maioria das vítimas eram jovens com idade entre 18 e 24 anos, do sexo masculino, pardas, solteiras, com baixo nível de escolaridade, mato-grossense e ocupados laboralmente com atividades de pouca relevância social

PALAVRAS-CHAVES: vítimas, violência, homicídios, arma de fogo

INTRODUÇÃO

Como parte da pesquisa do Curso de Mestrado e Geografia pela UFMT, defendido em 2010, o presente artigo propõe estudar o número de vítimas de homicídios praticados com uso de arma de fogo registradas no ano 2007 na Regional Norte de Cuiabá-MT, que segundo (CUIABÁ, 2007) é uma Região Administrativa criada pela Prefeitura Municipal através da Lei n. 3.262, de 11 de janeiro de 1994. Com uma área territorial de 30,70 Km², a regional conta com 10 bairros oficiais e 40 associações de moradores de bairros os quais somam juntos um total de 105. 212 mil habitantes.

¹ Mestre em Geografia pela UFMT. Analista da Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal-CEAC/SuSE/SAINT/SESP-MT. E-mail: columbia36@hotmail.com

² Professor Pós-Dr. Associado do PPGeografia da UFMT, Líder do Grupo de Estudos Estratégicos e Planejamento Integrados-GEEPI/UFMT & CNPq e Membro do DIGEAGEO - Diretrizes de Gestão Ambiental com uso de Geotecnologias/UFMS&CNPq. E-mail: urbanus@terra.com.br



Também conhecida como Grande CPA, ou Grande Morada da Serra, esta região hoje nomeada como Regional Norte é resultado de políticas governamentais da década de 1970, quando criaram o Centro Político Administrativo do Estado e o

Núcleo Habitacional do CPA-I, e posteriormente os demais núcleos CPA-II, III, IV e outros bairros vizinhos que surgiram no seu entorno formando este grande aglomerado urbano (ROMANCINI, 2005, p. 143).

Como terceiro eixo de desenvolvimento da Capital, a regional apresenta seus problemas, dentre eles, a violência, especialmente a violência na forma de homicídios, cujo resultado de sua ocorrência não se restringe apenas a morte da pessoa humana, mas a uma série de eventos que findam por conduzir os integrantes da sociedade aos caos social, pois além da morte, a forma de violência traz consigo o medo, o estado de insegurança que se materializa no que chamamos de vigilantismo que força a pessoa em particular e a sociedade como um todo a adotarem novos costumes, hábitos, posturas e atitudes no que tange ao convívio social e familiar, como também no trabalho e quando das locomoções, quer seja ela a pé ou motorizada. Pelo medo de figurar como a próxima vítima da forma de violência, pessoas restringem seus laços de amizade e os momentos de lazeres, investe na fortificação de suas residências fazendo delas uma verdadeira casamata, isto segundo (ODÁLIA, 1983). Neste contexto, também como não podemos esquecer estão incluso os problemas emocionais e psicológicos advindos deste contínuo estado de violência, além de outros que a situação exige como prestação de socorro, internações hospitalares, ações e reações das instituições policiais, entre outros.

Diante disso, temos que a violência na forma de homicídios praticados com uso de armas de fogo na Regional Norte de Cuiabá-MT, é um problema a ser considerado, isto em razão do produto por ela ofertado que é a morte do semelhante somado ao medo que se propaga pelas ruas, causando a quebra ou diminuição das relações sociais, como já foi mencionado acima.

Com isso, o estudo tem como objetivo levantar, identificar e caracterizar as vítimas da forma de violência homicídios praticados com uso de arma de fogo registrados na Regional Norte de Cuiabá-MT durante o ano 2007, para a partir de então propor medidas de controle da forma de violência, como também políticas públicas que atendam as pessoas que pelo seu perfil social possam figurar como susceptível a forma de violência estudada.



E assim, o estudo se justifica pelo caráter social nele embutido, uma vez que busca identificar as vítimas de um evento social que em razão dos problemas que causa a pessoa humana e a sociedade como um todo é atualmente visto e percebido pelos estudiosos de diversas áreas do conhecimento científico como problema social e também como problema de saúde pública.

MATERIAIS E MÉTODOS

Como referencial teórico, o estudo baseia-se em estudos sobre violência na forma de homicídios, com ênfase para os homicídios praticados com uso de arma de fogo, buscando demonstrar a realidade do País e do Estado no que refere a forma de violência, apesar da carência de estudos que considere a forma de violência em específico que são os homicídios praticados com uso de arma de fogo.

A coleta dos dados se deu de forma direta a partir de pesquisas em Boletins de Ocorrências Policiais armazenados no Sistema de Registro de Ocorrências Policiais (SROP), da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso (SESP-MT), posteriormente cruzados com dados dos Laudos de Necropsia do Instituto de Medicina Legal (IML), da Perícia Oficial de Identificação Técnica do Estado de Mato Grosso (POLITEC-MT).

Para caracterização dos homicídios praticados com uso de armas de fogo considerou-se as seguintes variáveis: sexo das vítimas, cor/raça das vítimas, estado civil das vítimas, faixa etária das vítimas, tempo de escolaridade das vítimas, local de nascimento/Estado e profissão/ocupação das vítimas.

Por fim, os dados foram tabulados e organizados em forma de tabelas e a partir de então, procedeu-se a análise das variáveis.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o Código Penal Brasileiro, há quatro tipos de homicídios, sendo eles: simples, qualificado, culposo e privilegiado ou preterintencional. E sem querer arvorar pela ceara do direito e da tipificação das variâncias do tipo de crime, é possível afirmar de forma clara e precisa que o homicídio é um crime que se consuma com o ato de tirar a vida de outra pessoa, podendo esta prática ser dolosa, culposa, dentre outros qualificadores (RAMOS e LIMA, 2008, p. 1).



Autores como Ramos e Lima (2008, p. 1) destacam que o homicídio é a destruição culpável e antijurídica da vida de um homem por outro homem. E apontam que para a consumação deste crime, é necessária a morte da vítima, ou seja, a agressão à vida humana na forma mais extrema possível. E mais, o crime de homicídio, isto, segundo os autores sob a ótica do Direito Penal e de acordo com o que estabelece a doutrina só pode ser praticado contra a pessoa viva. Outro estudioso como Baierl (2004) diz que o homicídio é uma modalidade de crime que provoca a morte de uma pessoa, seja por motivo fútil ou não, e que a morte da pessoa, nesse tipo de delito, envolve determinados tipos de relações entre agressor e/ou mandante do crime e a vítima.

Assim, com base nestes conceitos, é possível considerar que a violência na forma de homicídio é um evento praticado e consumado pela espécie humana e seus resultados são de natureza grave, pois é a vida, o bem maior da pessoa humana que está em jogo.

Contudo, apesar da gravidade que a forma de violência homicídio representa para a pessoa como para a sociedade, a preocupação com suas consequências é recente tanto no mundo como no Brasil, isto comparado com o início de sua prática, explica Adorno (2002). Para este estudioso, no Brasil, a preocupação remonta a cerca de três décadas, quando se iniciou o debate e a reflexão da forma de violência, por parte da esquerda e pelos defensores dos direitos humanos. Portanto, sua visibilidade só ganhou foro público durante a transição da ditadura para a democracia.

Mas foi na década de 1980, segundo Maricato (1996), que em razão do crescimento dos números de homicídios, latrocínios, roubos, seqüestros e assaltos, que a violência em si se pôs em evidência, passando a fazer parte da experiência pessoal cotidiana e não mais como assunto dos que têm muito a perder, mas também e, sobretudo dos que têm apenas a vida, ou seja, foi nesta década que a violência tornou-se democrática, passando a ser percebida como um fenômeno que a todos atingem como afirma (ODÁLIA, 1983).

E desta forma, foi segundo Minayo (1994) no final da década de 1980 que iniciaram os estudos mais integrados sobre o assunto, passando haver articulações entre áreas do conhecimento como da Filosofia, das Ciências Humanas e da Epidemiologia. No Brasil, a



focalização sobre a violência se deu em razão do impacto que ela passou a representar na vida da população, bem como por extensão no setor da saúde.

E sobre o despertar para a forma de violência no Brasil, Ramos e Paiva (2009, p. 39) argumenta:

Durante muito tempo, a sociedade, as universidades brasileiras assistiram a estas mortes praticamente em silêncio. A partir dos anos 90, diferentes setores da sociedade despertaram para a gravidade do quadro e se articularam não só para denunciar esta situação, mas também para desenvolver pesquisas e realizar experiências inovadoras de gestão de políticas públicas. Os jornais também responderam a esta nova percepção e iniciaram um processo de qualificação da cobertura, ainda em andamento.

E de acordo com Azevedo-Lira e Drummond Jr *apud* Peres (2004), o despertar para a violência tem contribuído para a valorização do assunto no mundo acadêmico. De coisa de marginal, a violência foi renomeada para problema social, de saúde pública, tornou-se alvo de estudos de diversos pesquisadores que buscavam explicar o fenômeno por meio da adoção de diversas teorias e a partir destas propuseram a adoção de políticas públicas com o propósito de controle. Neste meio, a imprensa contribuiu com a divulgação e denúncia da manifestação da violência na sociedade, apontando culpados, denunciando suspeitos, protegendo vítimas e testemunhas. Além, é claro de contribuir para a proliferação do medo social ao utilizarem das generalizações para chamar a atenção das autoridades e da sociedade para o problema.

E de acordo com Peres (2004) após o processo de democratização do País que a violência avolumou-se e nas últimas duas décadas a ocorrência de homicídios tomou local de destaque, ocupando o primeiro lugar entre as causas de morte precoce desde 1997.

Porém em se tratando dos homicídios praticados com uso de armas de fogo, autores como Carneiro (2000) e Peres (2004) afirmam que são poucos os pesquisadores que abordaram a temática, isto em razão de diversos fatores como baixa confiabilidade e validade das informações e a falta de padronização na coleta de dados criminais.



No entanto, Soares *apud* Adorno (2002) aponta que estudos sobre os números de homicídios praticados com uso de arma de fogo no País vêm crescendo desde 1979 e esse número cresceu mais rapidamente do que a população.

E sobre a incidência desta forma de violência em específico, Mello Jorge; Soares e outros; Yazabi; Ortiz Flores; Zaluar; Assis; Saad e outros *apud* Adorno (2002) apontam que em todo o País, o alvo preferencial é os adolescentes e jovens adultos masculinos, especialmente oriundo das classes populares urbanas. E alerta que esta é uma tendência observada em inúmeros estudos sobre mortalidade por causas externas.

Em consonância as afirmações acima Souza *apud* Peres (2004) sustentadas em dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) afirmam que as arma de fogo foram as mais utilizadas na prática de homicídios no Brasil nos anos 80. E evidência que nas capitais a proporção foi superior a 50%, sendo que as percentagens mais elevadas foram encontradas no Rio de Janeiro (83,4% em 1980 e 73,8% em 1989), em Recife (70,2% em 1980 e 79,2% em 1989), em Belo Horizonte (63,4% em 1980) e em Porto Alegre (63,7% em 1989).

Quanto à ocorrência de homicídios praticados com uso de arma de fogo na região Centro-Oeste, na década de 90, Peres (2004) afirma que de todos os estados, a mortalidade proporcional por causas externas supera aquelas encontradas no Brasil, especialmente no Mato Grosso (20,7%). E ainda tratando da forma violência em particular, o autor afirma que do total de mortes por causas externas do sexo masculino, o Estado de Mato Grosso ocupa o segundo lugar com 20,9%.

Quanto aos homicídios por capitais das Unidades Federadas Waiselfisz (2011), aponta que considerando o ordenamento das capitais por taxa de homicídios por 100 mil habitantes no período de 1998 a 2008, Cuiabá-MT passou de 3º lugar no ranking das Capitais para o 12º em 2008, isto para registros de homicídios em geral.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Do total de 206 homicídios registrados no Município de Cuiabá-MT no ano 2007, 26,2% foram vitimadas na Regional Norte de Cuiabá-MT e destes, 89,0% foram vitimadas por armas de fogo. As demais vítimas tiveram suas vidas ceifadas pelo emprego de outros tipos de armas,

sendo elas do tipo perfuro cortante, como arma branca (faca), ou instrumento contundente como pedras e pedaços de madeiras.

Deste modo, apresentamos na seqüência as tabelas das variáveis que caracterizam os perfis das vítimas da forma de violência homicídios, cujas vítimas foram mortas por arma de fogo.

A Tabela 01 caracteriza os homicídios praticados com uso de arma de fogo na Regional Norte de Cuiabá-MT, segundo o sexo das vítimas.

Tabela 1

Distribuição dos Homicídios por arma de fogo, segundo o Sexo das Vítimas

Sexo	Freqüência	(%)
Masculino	46	95,8%
Feminino	1	2,1%
Não Informado	1	2,1%
Total	48	100,0%

Fonte: Laudos de Necropsia do Instituto de Medicina Legal (IML) e Boletins de Ocorrências Policiais do SROP/SESP-MT, ano 2007.

Analisando a Tabela 1, constata-se que do total de vítimas, 95,8% eram do sexo masculino e apenas 2,1% do sexo feminino. Outros 2,1%, percentual este que corresponde a 01 vítima não teve na época do fato o sexo identificado mesmo após realização de exames de necropsia pelo IML. Tem-se que fatos como estes ocorrem em razão das condições que o corpo da vítima é encontrado, podendo estar em avançado estado de decomposição, carbonizado e até em estado esquelético, digo ossadas, prejudicando desta forma a identificação do sexo da vítima.

No entanto, a maciça participação de pessoas do sexo masculino na condição de vítimas de homicídios é uma realidade não só nesta Capital, mas em no País como um todo e a este respeito, a SENASP (2006), com base em informações das Polícias Civis dos Estados no que refere aos crimes de homicídios registrados durante os anos de 2004 e 2005, revela que as vítimas de homicídios dolosos caracterizam-se por ser majoritariamente masculinas com idades entre 18 e 24 anos.

Por sua vez, Waiselfisz (2011) confirma as informações acima ao mostrar através da Pesquisa denominada “Mapa da Violência 2011- Os jovens do Brasil”, que no ano 2004, 72,1% dos jovens brasileiros morreram por causas externas, ou seja, mortes violentas.

Agora sobre a participação das pessoas do sexo feminino na condição de vítimas de homicídios, Waiselfisz *apud* Peres (2004) destaca que o risco de um jovem do sexo masculino morrer por homicídio é 11 vezes maior do que a do sexo feminino.

A Tabela 2 caracteriza os homicídios praticados com uso de arma de fogo na Regional Norte de Cuiabá-MT, segundo a cor/raça das vítimas.

Tabela 2

Distribuição dos Homicídios por arma de fogo, segundo a Cor/Raça das Vítimas

Cor/Raça	Frequência	(%)
Parda	35	72,9%
Branca	8	16,6%
Negra	3	6,2%
Não Informado	2	4,2%
Total	48	100,0%

Fonte: Laudos de Necropsia do Instituto de Medicina Legal (IML) e Boletins de Ocorrências Policiais do SROP/SESP-MT, ano 2007.

Analisando a Tabela 2, constata-se que dos homicídios praticados com uso de arma de fogo registrados na Regional Norte de Cuiabá-MT, as vítimas de cor/raça classificadas como parda foram as mais atingidas pela forma de violência, com um percentual de 72,9% do total. Seguida das vítimas classificadas como de cor/raça branca, com 16,6% do total. A participação de pessoas classificadas como de cor/raça negra não apresentaram uma participação expressiva comparada com as demais categorias

A Tabela 3 caracteriza os homicídios praticados com uso de arma de fogo na Regional Norte de Cuiabá-MT, segundo o estado civil das vítimas.

Tabela 3

Distribuição dos Homicídios por arma de fogo, segundo o Estado Civil das Vítimas

Estado Civil	Frequência	(%)
Solteiro	41	85,4%
Casado	4	8,3%
Não Informado	3	6,2%
Total	48	100,0%

Fonte: Laudos de Necropsia do Instituto de Medicina Legal (IML) e Boletins de Ocorrências Policiais do SROP/SESP-MT, ano 2007.

Analisando a Tabela 3, constata-se uma maciça participação das pessoas solteiras como vítimas de homicídios praticados com uso de arma de fogo na Regional Norte em Cuiabá-MT, com um percentual de 85,4% do total. Outros 8,3% das vítimas eram casadas e 6,2% do total das vítimas não tiveram o estado civil identificado ou informado quando de seu óbito.

Sobre este quadro de predominância de pessoas solteiras como vítimas de homicídios Monken *apud* Santos (2006, p. 169), diz também ser encontrado em nível de Brasil e a este respeito o autor comenta: “os homicídios são maiores entre solteiros porque eles se expõem mais e que os fatores religião e família estruturada diminuem a exposição a situações de risco.”

Ainda sobre o risco de figurarem como vítimas de homicídios em razão do estado civil, Cruz e Batitucci (2007, p. 91), destaca que: “[...] o risco de vitimização é mais baixo entre os casados do que entre os solteiros”.

Para o mesmo autor, o entendimento dessa relação é dado pela menor exposição a situações de risco. Os homens casados, tomados em conjunto, se expõem a situações de risco com menor frequência do que os solteiros (CRUZ e BATITUCCI, 2007).

Na tentativa de melhor explicar a questão do maior ou menor envolvimento em situações de risco em razão do estado civil da vítima Soares; Borges *apud* Cruz e Batitucci (2007), sustentados em dados referentes aos homicídios registrados nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, mostram que o grupo de solteiros apresentou uma taxa de risco mais elevada em todos os grupos de idade.

A Tabela 4 caracteriza os homicídios praticados com uso de arma de fogo na Regional Norte de Cuiabá-MT, segundo a faixa etária das vítimas.

Tabela 4

Distribuição dos Homicídios por arma de fogo, segundo a Faixa Etária das Vítimas

Faixa Etária	Frequência	(%)
Até 12 anos	2	4,2%
De 13 à 17 anos	4	8,3 %
De 18 à 24 anos	23	47,9%
De 25 a 29 anos	3	6,2%
De 30 a 35 anos	5	10,4%
De 36 a 45 anos	7	14,6%
De 46 a 59 anos	2	4,2%
Acima de 60 anos	0	0,0%
Não Informado	2	4,2%
Total	48	100,00%

Fonte: Laudos de Necropsia do Instituto de Medicina Legal (IML) e Boletins de Ocorrências Policiais do SROP/SESP-MT, ano 2007.

Analisando a Tabela 4, constata-se que das vítimas de homicídios praticados com uso de arma de fogo na Regional Norte, 47,9% do total possuíam idades compreendida na faixa etária de 18 a 24 anos de idade, ou seja, a maioria das vítimas da forma de violência registrada neste setor da cidade é composta por pessoas jovens. Realidade que não se destoa da encontrada na Capital como um todo, que ano 2007, isto segundo Magalhães (2010), a mesma faixa etária contou com 35,4% de todos os homicídios registrados.

A Tabela 5 caracteriza os homicídios praticados com uso de arma de fogo na Regional Norte de Cuiabá-MT, segundo o tempo de escolaridade das vítimas.

Tabela 5

Distribuição dos Homicídios por arma de fogo, segundo o Tempo de Escolaridade das Vítimas

Tempo de Escolaridade	Frequência	(%)
Nenhuma	1	2,1%
De 1 a 3 anos	4	8,3%
De 4 a 7 anos	24	50,0%
De 8 a 11 anos	7	14,6%
De 12 anos e mais	3	6,2%
Não Informado	9	18,7%
Total	48	100,0%

Fonte: Laudos de Necropsia do Instituto de Medicina Legal (IML) e Boletins de Ocorrências Policiais do SROP/SESP-MT, ano 2007.

Analisando a Tabela 5, constata-se que das vítimas de homicídios praticados com uso de arma de fogo, 50,0% tinham na época do fato de 8 a 11 anos de estudo. Mas considerando o total das vítimas e as respectivas categorias de tempo de estudo, constata-se que a grande maioria, ou seja, 75,0% das vítimas se quer possuíam o ensino médio quando da consumação da forma de violência e apenas 6,2% das vítimas estavam na época do fato cursando ou teriam cursando uma faculdade. Outros 18,7% das vítimas não tiveram o nível de escolaridade informado.

Para Magalhães (2010) que pesquisou as vítimas de homicídios registrados em Cuiabá-MT no ano 2007, a violência na forma de homicídios é um evento característico de populações com baixo nível de escolaridade.

Do mesmo modo, Córdia; Schiffer; Adorno; Poletto *apud* Santos (2006) com base em estudos sobre o assunto verificaram que as taxas de homicídios são mais elevadas em locais onde há uma concentração de pessoas com baixo nível de escolaridade.

A Tabela 6 caracteriza os homicídios praticados com uso de arma de fogo na Regional Norte de Cuiabá-MT, segundo o local de nascimento das vítimas.

Tabela 06

Distribuição dos Homicídios por arma de fogo, segundo o Local de Nascimento das Vítimas

Local de Nascimento/Estado	Frequência	(%)
Mato Grosso	33	68,7%
Paraná	3	6,2%
Pará	2	4,2%
Ceará	2	4,2%
Outros Estados	5	10,4%
Não Informado	3	6,2%
Total	48	100,0%

Fonte: Laudos de Necropsia do Instituto de Medicina Legal (IML) e Boletins de Ocorrências Policiais do SROP/SESP-MT, ano 2007.

Analisando a Tabela 6, constata-se que as vítimas de homicídios praticados com uso de arma de fogo na Regional Norte são em sua grande maioria mato-grossense, com uma representação de 68,7% do total, seguido pelas vítimas naturais do Estado do Paraná, com 6,2%; Ceará com 4,2%. Outros 10,4% distribuíram-se entre vítimas naturais de outros Estados da Federação. Valendo destacar que outros 6,2% não tiveram a naturalidade identificada quando da ocorrência da forma de violência.

A Tabela 7 caracteriza os homicídios praticados com uso de arma de fogo na Regional Norte de Cuiabá-MT, segundo a profissão/ocupação das vítimas.

Tabela 7

Distribuição dos Homicídios por arma de fogo, segundo a Profissão/Ocupação das Vítimas

Profissão/Ocupação	Frequência	(%)
Estudante	10	20,8%
Servente de Pedreiro	4	8,3%
Comerciante	3	6,2%
Serviços Gerais	2	4,2%

Montador de Móveis	2	4,2%
Segurança	2	4,2%
Pintor	2	4,2%
Outras Profissões/Ocupações	18	37,5%
Não Informado	5	10,4%
Total	48	100,0%

Fonte: Laudos de Necropsia do Instituto de Medicina Legal (IML) e Boletins de Ocorrências Policiais do SROP/SESP-MT, ano 2007.

Analisando a Tabela 7, constata-se que a forma de violência estudada atingiu maciçamente vítimas com baixo perfil ocupacional, pois como podemos observar as vítimas em sua maioria, ou seja, 20,8% foram classificadas como estudantes na época da ocorrência da forma da violência. As vítimas que tinham como ocupação a função de serventes de pedreiro representaram 8,3%; do total, as comerciantes, 6,2%; as que se ocupavam com funções de serviços gerais, montadores de móveis, segurança e pintores, somaram um percentual de 4,2%. Outros 10,4% das vítimas não tiveram suas profissões/ocupações identificadas. Cabe também destacar que as demais vítimas que juntas perfizeram 37,5% do total distribuíram em ocupações diversas como: lavador de veículos, borracheiro, jardineiro, mecânico, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a violência em Cuiabá-MT não é algo fácil. Ainda mais quando se leva em conta a disponibilidade das informações e as suas formas de armazenamento e organização. A estes percalços também se devem somar os poucos estudos que abordam de forma sistemática a violência no Estado como um todo e por município em particular. É comum encontrar abordagens gerais dizendo que tal município do estado ocupa determinada colocação no ranking de determinada forma de violência, ou esta ou aquela cidade apresentou uma determinada taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

Tanto mais difícil e complicado é estudar as vítimas de homicídios praticados com uso de arma de fogo na Capital Cuiabá, porém é gratificante a busca em documentos públicos como boletins de ocorrências e laudos de necropsia e através destes não apenas levantar valores, mas



saber quem de fato são as vítimas, isto através da identificação do perfil social e a partir destas informações sugerir adoção de políticas públicas segundo a realidade identificada.

Assim, com base nos levantamentos realizados, é possível afirmar que o objetivo proposto para o presente artigo foi alcançado e que as vítimas da forma de violência são predominantemente compostas por pessoas jovens, com idade entre 18 e 24 anos, do sexo masculino, solteiras, pardas, com baixo nível de escolaridade, mas ocupados com atividades de ensino, ou seja, estudantes, algo que se revela contraditório, face ao baixo nível de instrução escolar verificado no contexto como um todo, até porque as demais vítimas, com as devidas exceções também revelaram estar na época da ocorrência ocupada profissionalmente com atividades que exige pouca ou quase nenhuma formação escolar, no entanto considerável parcelas das vítimas são estudantes. Outro qualificador importante identificado no caso das vítimas da forma de violência foi que a maioria era natural do Estado de Mato Grosso, quando não da própria Capital, o que denota que o tipo de violência não é resultado de conflitos étnico-raciais, mas resultado de outros fatores, cuja identificação demandam maiores investigações.

Diante desse quadro, entende-se que o controle da forma de violência, não é exclusivo da polícia, mas da adoção coordenada de políticas públicas que atendam as necessidades básicas das pessoas que se enquadram no grupo de risco identificado, de modo que sejam oportunizadas a elas atividades educativas e de lazer capazes de torná-las ocupadas tirando-as dos meios e práticas que as tornam susceptíveis a forma de violência. Em suma, tem-se que é possível afirmar que esta violência é tão contundente na cidade, por duas razões principais, sendo elas, ausência de um poder público atuante e comportamento social desviante, e este último não será sanado com as ações de estado apenas, mas com mudanças no modo de agir e perceber o mundo por parte dos integrantes da sociedade, pois, tem-se que o comportamento desviante está incrustado no caráter da pessoa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. In: **Sociologias**, n. 8, ano 4, Porto Alegre, p. 84-135, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a05.pdf>> Acesso em: 27 mar.2009.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência.** São Paulo: Cortez, 2004.

CARNEIRO, L. P. Crime e a economia da cidade. In: **Comunicações ISER**, Rio de Janeiro, v. 55, p. 5-6, 2000.

CUIABÁ. Prefeitura Municipal. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. **Perfil socioeconômico dos bairros de Cuiabá.** Cuiabá, 2007.

CRUZ, M. V. G.; BATITUCCI, E. C. (Orgs.). **Homicídios no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MAGALHÃES, E. B. de. **Estudo dos casos de homicídios registrados no município de Cuiabá-MT em 2007, com emprego de técnicas de análise espacial.** 2010. 217p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

Instituto de Medicina Legal, Perícia Oficial de Identificação Técnica do Estado de Mato Grosso. **Laudos de Necropsia.** Cuiabá, 2007.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MINAYO, M. C. S. A. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. In: **Cadernos de Saúde Pública.** Rio de Janeiro, v. 10, p. 07-18, 1994. Disponível em: <Erro! A referência de hiperlink não é válida> Acesso em: 05 out. 2009.

ODÁLIA, N. **O que é violência.** 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, 85).

PERES, M. F. T. (Coord.). Universidade de São Paulo. **Violência por arma de fogo no Brasil.** Traduzido por Magnólia Yazbek Pereira; Kay Susan Brabner. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, 2004, Relatório Nacional.

RAMOS, C. C.; LIMA, T. L. O conceito de homicídio. In: **Ciência & Consciência**, v. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.revista.ulbrajp.edu.br/seer/...viewarticle.php?>> Acesso em: 29 out. 2009.

RAMOS, S.; PAIVA, A. Mídia e violência: o desafio brasileiro na cobertura sobre violência, criminalidade e segurança. In: **Cadernos Adenauer**, n. 4, v. IX, 2008, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

ROMANCINI, S. R. **Cuiabá: paisagens e espaços da memória.** Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005. (Coleção Tibanaré; v. 6).

SANTOS, M. A. F. **Análise da espacialização dos homicídios na cidade de Uberlândia/MG.** 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2011. Os Jovens do Brasil.** Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana. RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.sangari.com/mapadaviolencia/pdf2011/MapadaViolencia2011.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2011.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

O CLIMA COMO CONDICIONANTE DA VIDA URBANA: o caso de Cáceres/MT

Leandro dos Santos¹

Elen da Silva Moraes²

José Carlos de O. Soares³

RESUMO: As interferências humanas ao longo do tempo sobre a natureza têm provocado alterações climáticas. O espaço urbano é o que mais contribui para essas alterações, devido ser o espaço de concentração das atividades humanas e conseqüentemente, é o primeiro a experimentar as conseqüências adversas desses efeitos, como: as inversões térmicas, chuvas ácidas e a formação das ilhas de calor urbano. As ilhas de calor definem-se como um domo de ar quente que se concentra no centro das cidades causando desconforto térmico e doenças para o homem urbano. Nesse sentido, este estudo foi realizado na cidade de Cáceres, localizada no sudoeste do estado de Mato Grosso, com população de aproximadamente 90 mil habitantes. O trabalho teve como objetivo diagnosticar a formação de possível ilha de calor no perímetro urbano da cidade de Cáceres e realizou-se na última semana do mês de março do ano de 2007. Para a sua realização foram feitos levantamentos bibliográficos e definição dos pontos de coleta de dados, referente à temperatura e caracterização da área em um mapa do perímetro urbano de Cáceres, na escala de 1:10.000. Sobre este, traçou-se transectos nos sentidos de Norte–Sul, onde definiu-se oito pontos de coleta com intervalo de 2 em 2 km, abrangendo o perímetro urbano e parte da zona rural. A pesquisa teve como resultado elaboração de gráfico de oscilação térmica que demonstra variação de até 4.11°C entre o centro da cidade e a zona rural, possibilitando, assim, a percepção do fenômeno ilha de calor urbano na cidade de Cáceres-MT. Os resultados da pesquisa serão disponibilizados como subsídio para o ensino da Geografia nas escolas do município e comunidade em geral, alertando das conseqüências adversas causadas no clima urbano da cidade de Cáceres-MT.

PALAVRAS-CHAVE: alterações climáticas, ilha de calor, linhas isotérmicas, temperatura, perímetro urbano e rural.

¹ Mestrando em Geografia pela UFMT. Email: leandroluander@hotmail.com

² Mestranda em Geografia pela UFMT. Email: elenmoraes_2_5@hotmail.com

³ Doutorando em Geografia pela UFF. Email: zecarlos.geografia@hotmail.com



INTRODUÇÃO

As alterações climáticas, devido às grandes interferências humanas na natureza vêm afetando o bem estar, tanto do homem urbano quanto do rural.

Segundo a própria comunidade científica, tais alterações apontam para a ocorrência de sérias conseqüências ambientais para a humanidade, comprometendo diretamente a sustentação da vida, e o equilíbrio natural do planeta e, com ela, todas as suas formas de vida.

Nesse contexto, o ambiente urbano é o que representa essas alterações de forma mais aguda e, conseqüentemente, é o primeiro a experimentar as conseqüências desses efeitos. Exemplos comuns desses efeitos provocados pela interferência antrópica no ambiente urbano são as inversões térmicas, chuvas ácidas e a formação das ilhas de calor.

Geralmente as cidades apresentam temperaturas médias maiores que nas zonas rurais, devido às alterações humanas mais acentuadas no perímetro urbano, resultando o fenômeno conhecido como ilha de calor. “Os problemas ambientais urbanos avolumaram-se nas últimas décadas, em decorrência da expansão das atividades econômicas que se concentram nas cidades.” (MOREIRA, 1998, p. 55).

Localizada na porção sudoeste do estado de Mato Grosso, com uma população de aproximadamente 90 mil habitantes, dos quais cerca de 70 mil residentes no perímetro urbano do município, a cidade de Cáceres não está alheia a essa realidade, uma vez que o processo de expansão urbana impulsiona alterações no espaço, devido à trama de materiais sólidos que compõem sua estrutura cidadina, como concreto com abundância de ferro, aço, vidros e o asfalto de ruas e avenidas que criam o ambiente físico urbano. Dessa forma, o ambiente torna-se passível de alterações nos aspetos climáticos de modo geral, especialmente na temperatura.

Neste sentido, esta pesquisa visa diagnosticar o comportamento térmico e suas possíveis variações entre os espaços urbano e rural do município de Cáceres-MT, analisando, dessa forma, os principais aspectos humanos e geográficos responsáveis pelas possíveis mudanças na temperatura da área estudada e, assim, alertar a população em geral, especialmente a comunidade escolar, para essa problemática.



A ILHA DE CALOR: fenômeno causado pelas alterações dos espaços urbanizados

Na atualidade, em que pesem o grande conhecimento tecnológico, o homem ainda se esforça para conhecer e controlar as forças da natureza, onde o mesmo se vê vulnerável diante de tais eventos. Segundo Gonçalves (1992, Apud MONTEIRO, 1976, p. 69).

No mundo atual, em que o grande avanço tecnológico e os esforços para o conhecimento das forças da natureza, as sociedades permanecem, ainda, bastante vulneráveis e parecem tornar-se cada vez mais indefesas, diante de eventos naturais extremos, particularmente aqueles de origem meteorológica, hidrológica e geológica.

Os eventos climáticos se perpetuam com maior evidência sobre o meio urbano, onde ocorre a substituição dos elementos naturais por elementos artificiais. Uma das conseqüências gerada pelo processo de ocupação e desenvolvimento nas cidades é o fenômeno ilha urbana de calor, causando uma grande transformação no espaço.

As áreas urbanas e metropolitanas são, particularmente, mais afetadas porque corresponde aos segmentos da superfície terrestre mais intensamente transformadas.

Nota-se que a atmosfera urbana se comporta de forma diferente da rural, pois para Lombardo (1985), a concentração de gás e materiais particulados, lançados pelos automóveis e pelas fábricas, condicionam a formação de um efeito estufa localizado, aumentando a retenção de calor. Os automóveis e indústrias, que são grandes fontes de produção de calor o qual se soma ao calor irradiado pelos edifícios, acentuando o fenômeno da ilha de calor urbano. A diferença de refletividade ou de albedo é dependente dos materiais empregados na construção civil, materiais esses que formam o ambiente urbano.

Para Sartori (2000, p.14), “inadvertidamente a atividade humana tem alterado os climas das áreas urbanas, implicando em mudanças potenciais das condições ambientais e em conseqüência no seu bem-estar”. A artificialização do espaço com abundância de materiais sólidos, onde os concretos das ruas e avenidas formam um ambiente físico próprio do meio urbano, diferencia a temperatura em relação ao meio rural. Para Sartori (2000, p.14):



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

A característica mais comum das cidades é a ilha de calor urbana, um domo de ar quente provocado pela eficiente absorção e armazenamento da radiação solar e pela liberação de calor artificial que desencadeia alterações involuntárias, mais substanciais, nos demais elementos atmosféricos.

O traçado irregular de uma cidade, altura das casas, proximidade das construções, estreiteza das ruas, solidificação do solo e reflexão de calor dos materiais sólidos constituintes desse ambiente, geram a formação do fenômeno ilha de calor, tornando as cidades uma fonte inesgotável de calor, devido à queima de grande quantidade de combustível nos automóveis, indústrias e outras formas de combustão domésticas etc. Neste sentido, Webster *apud* Sartori (2000, p.16) declarou que:

[...] o confinamento do ar nas ruas estreitas também favorece a doenças, sendo preferíveis ruas largas, com fileiras de árvores, a todas as formas artificiais que podem ser inventadas as arvores são os refrigeradores dados pela natureza.

A ilha de calor urbano é um bolsão de ar que se faz presente em maior concentração nos centros das cidades, dando uma outra dinâmica para o clima local dessa área. Para Teza e Batista (2005, p.12):

A ilha de calor resulta da elevação das temperaturas médias nas zonas centrais das manchas urbanas ou regiões metropolitanas, em comparação com as zonas periféricas ou com as áreas rurais causadas principalmente pela influência antrópica nessas regiões.

O CLIMA COMO CONDIÇÃO PARA VARIAÇÃO DE TEMPERATURA ENTRE O URBANO E O RURAL

O processo de urbanização é bastante significativo em termos de modificações do clima local. A materialidade física da cidade e as atividades dela decorrente promovem alterações importantes nas propriedades físicas e químicas da atmosfera, propiciando a criação de condições climáticas distintas das áreas urbanizadas. (MENDONÇA. 2003, p.76).



A urbanização das cidades torna seu clima um sistema complexo, abertos a fluxo de energia e massa e caracterizando contínuas mudanças de temperatura. Os crescimentos urbanos em termos demográficos, econômicos e culturais acabam gerando sérios problemas, tornando o espaço urbano cada vez mais tema de investigação científica. Para Andrade (2005, p.70). “O clima urbano resulta das modificações das superfícies materiais e as atividades das áreas urbanas provocam os balanços de energia, massa e movimento”.

Monteiro (2003, p.19), salienta que o “clima urbano é um sistema que abrange o clima local de um dado espaço e sua urbanização”. Dentro desse espaço, várias alterações ocorrem devido ao processo de urbanização, as quais interferem principalmente no clima local, sendo elas percebidas através do conforto térmico, afetando diretamente o homem e os elementos constituintes desse espaço.

É sabido que a associação da temperatura à umidade fornece o parâmetro básico para a temperatura sensível e noção de conforto térmico. Segundo Ayoade (1996, p. 305):

Os poluentes podem derivar de fontes naturais ou artificiais. Os poluentes que ocorrem naturalmente são: polens, bactérias, esporos, partículas de poeiras sólidas das erupções vulcânicas ou carregadas do solo pelo vento, assim como as partículas de fumaças oriundas dos incêndios causados por raios. Os poluentes produzidos pelo homem incluem as partículas de fumaças (...) hidro-carbonos e vários óxidos de nitrogênio. Esses poluentes são derivados de quatro principais fontes principalmente combustão, processo industrial, tráfego viário e queima de lixo.

Os estudos voltados para essa área do conhecimento surgem por volta do século XIX. Para Monteiro (2003) esses estudos surgem com a preocupação de detectar as evidências de alterações dos elementos climáticos entre as cidades e seus arredores.

A partir de estudos realizados em cidades americanas, européias e, recentemente, no Japão e Brasil, indicaram conforme Norwine *apud* Sartori (2000, p. 08) cinco características básicas que diferenciam o clima urbano do clima rural:

- Fábricas urbanas (material rochoso de edifícios e ruas);
- Estruturas das cidades (complexa trama de múltiplas reflexões e troca de energia);



ANAIIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

- Produção artificial do calor (principalmente no inverno);
- Balanço d'água urbana (rápida drenagem e reduzida drenagem);
- Poluição do ar urbano.

Assim, Santos (1991, p. 43) argumenta que:

Considerando possíveis repercussões do processo de urbanização sobre o meio ambiente observou que ela criou em cada local um meio geográfico artificial, nos quais se desenvolve um quadro de vida onde as condições ambientais são ultrajadas, com agravo à saúde física e mental das populações.

A qualidade de vida no espaço urbano é conceito central no planejamento das cidades, considerando que a qualidade de vida resulta do ajustamento pessoal entre um conjunto de domínios humanos.

Mendonça *apud* Monteiro (2003, p. 93) ressalta que o “clima constitui-se numa das dimensões do ambiente urbano e seu estudo tem oferecido importantes contribuições ao equacionamento da questão ambiental das cidades”. As condições climáticas destas áreas entendidas como clima urbano, são derivadas da alteração da paisagem natural e da sua substituição por um ambiente construído, palco de intensas atividades humanas.

Ainda, Mendonça *apud* Monteiro (2003, p. 94) diz que o processo de urbanização que caracterizou o século XX e a atualidade é marcado, sobretudo na etapa mais atual, pela origem de grandes e gigantescas áreas urbanas, tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles marcados por um desenvolvimento complexo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Localização da área de estudo, contexto histórico e aspectos fitogeográficos

O município de Cáceres/MT está situado a sudoeste de Mato Grosso, na microrregião do alto Pantanal e a mesorregião do centro-sul mato-grossense, com uma área territorial de 24.796,8 km² (IBGE, 2000). A cidade de Cáceres (sede do município) está situada a 215 km da capital do Estado (Cuiabá), localizada nas coordenadas 16° 04' 14", latitude Sul, e 57° 40' 44", longitude Oeste. Conforme pode ser observado no mapa da área de estudo (Figura 1).

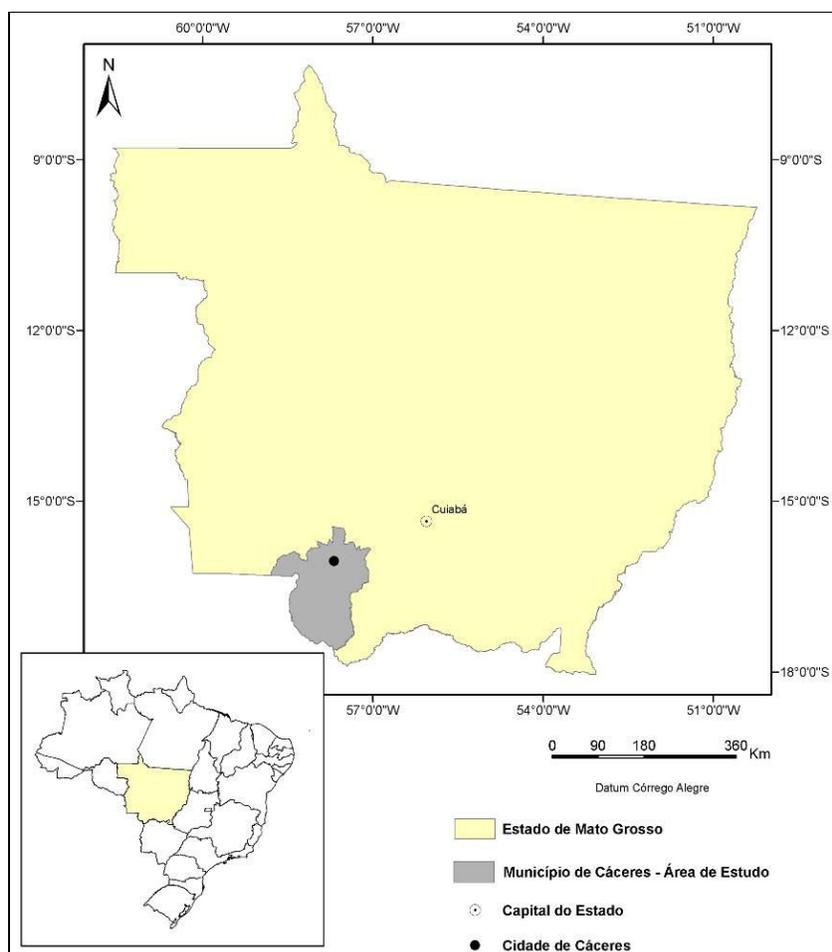


Figura 1: Localização do município de Cáceres/MT – Área de Estudo.
Fonte: NEVES, 2008

Fundada em seis de outubro de 1778, com o propósito de fiscalizar o contrabando do ouro oriundo do Vale do Guaporé. A exploração da poaia, as charqueadas e a construção da Ponte Marechal Rondon, influenciaram a fundação o povoamento e o desenvolvimento da cidade (MORENO 2005).

A cidade de Cáceres é privilegiada por fazer parte da planície pantaneira, maior área úmida continental do planeta - com 140 mil km² em território brasileiro. Sua fauna compreende cerca de 650 espécies de aves, 80 de mamíferos, 260 de peixes e 50 de répteis.



Quanto aos aspectos ambientais (ambientes físicos) do município, há predomínio do ambiente pantaneiro. A província serrana e a depressão do Rio Paraguai, também se destacam em meio à planície do Pantanal mato-grossense (NEVES, 2008).

De acordo com o PCBAP (1997) a área urbana de Cáceres está assentada sob a formação raizama e coberturas dentríticas e lateríticas pleistocênica do grupo do Alto Paraguai com características de coluviões e eluviões.

Para Rosestolato Filho (2005) o solo predominante na área urbana de Cáceres é o Podzólico Vermelho-vermelho amarelo (PV) que são solos minerais, não hidromórfico de cor vermelho-amarelado, profundos e bastante susceptíveis à erosão.

O clima do município é classificado como tropical sub-úmido, com temperatura média anual entre 20°C a 25°C, com verão chuvoso e inverno seco com temperatura amena entre maio e julho. Queda de temperatura ocorre quando a região é atingida por massas de ar polar, trazidas através da baixada paraguaia. O período chuvoso ocorre de outubro a março, nos demais meses, o clima torna-se seco, com baixa umidade relativa do ar, é comum nos meses de agosto e setembro.

A vegetação nativa da área de estudo é constituída pela Floresta Estacional semidecidual aluvial (mata ciliar), cujas características específicas de ocorrência são em área pantaneira e nas margens dos rios; e Savana florestada que possui características de ocorrência em solo lixiviado e profundo, predominante de clima tropical estacional.

Atualmente o município tem sua economia baseada na atividade de pecuária extensiva, na região de Pantanal, além de pecuária leiteira, cria, recria e de corte, no pantanal e em regiões de relevo mais elevado. A agricultura predominante é de pequeno porte, com diversas culturas e lavouras de subsistência.

O processo de urbanização acelera os problemas ambientais e de saúde nas áreas urbanas, tais como: doenças, poluição do ar e inundações. A partir dessa perspectiva Monteiro lançou uma proposta de teorização e abordagem metodológica para estudo nessa área, através de seu trabalho “teoria de clima urbano” (1976), em sua proposta, buscou ver nas cidades não um antagonismo entre homem e natureza, mas uma co-participação. Opta, assim por uma abordagem sistêmica e define o clima urbano como um sistema singular abrangendo um fato natural (o clima) e um fato social (a cidade).



O clima urbano deve envolver, necessariamente, a percepção urbana. Para análise e abordagem sistêmica, Monteiro (1979) propôs considerar o clima urbano como um sistema aberto, dividindo o mesmo em três subsistemas, com os seguintes canais perceptivos: sistema termo dinâmico (conforto térmico), físico químico (qualidade do ar) e hidrometeorológico (impactos meteorológicos). Entre os três canais, interessa, aqui, o primeiro canal, do conforto térmico, que está ligado à termodinâmica do clima (umidade, temperatura e ventilação).

Levantamento de leituras e obras

De início, procedeu-se um levantamento teórico para entender o conceito e fenômenos formadores das ilhas de calor urbano. Essa conceituação orientou o desenvolvimento deste trabalho.

A partir do conforto térmico, com base na temperatura, observou-se o comportamento térmico do ambiente urbano de Cáceres-MT, no sentido Norte/Sul, comportamento este que se manifesta pelas variações de temperatura entre a cidade e suas áreas circundantes.

Atividade de Campo

No reconhecimento da área de estudo, levantou-se informações geográficas, tais como: vegetação e atividade antrópica desenvolvidas na área estudada, coleta de temperatura no equinócio de outono para o solstício de inverno (09/06/2007). Para coleta de temperatura e demais informações acerca dos elementos e fatores do clima urbano, utilizou-se os seguintes materiais e técnicas que, foram empregados nos pontos de coletas: termômetro à base de mercúrio (hg) líquido, coletou-se índice de temperatura em um transecto no sentido norte/sul, com intervalo entre os pontos de dois em dois quilômetros, sendo coletada temperatura em nove pontos, de modo que abrangesse tanto o perímetro urbano quanto parte do meio rural. Os índices de temperatura foram coletados em cinco horários: 08:00h, 10:00h, 12:00h, 14:00h, e 16:00h sendo que em cada horário coletou-se em três momentos. Exemplo: horário das 08:00h primeira coleta, 80:10h segunda coleta, 80:20h terceira coleta, sendo assim feito o mesmo procedimento nos



demais horários. A partir desses dados obteve-se a média dos períodos, que foram somadas para obter a média diária de cada ponto. Utilizou-se de bastão com dois metros de comprimento, sendo fixado à ponta uma fita plástica leve de 1 (um) cm de largura e 1(um) metro de comprimento para indicar a direção do vento.

Trabalho de Gabinete

Trabalhou-se com os dados coletados nos horários mencionados, utilizando as seguintes fórmulas de cálculos para obter as médias dos períodos e médias diárias de cada ponto.

- Soma dos três índices de temperatura coletados em cada horário e divisão pelo mesmo número de coleta, obtendo dessa forma as médias de temperatura dos horários. Sendo este procedimento realizado nos demais horários de coleta.

- Soma das médias de cada horário e divisão pelo número de horários coletados, sendo que foi coletada a temperatura em cinco horários. A partir desses cálculos, obteve-se as médias diárias de cada ponto.

- Confecção de gráfico demonstrando a variação de temperatura no transecto norte/sul, entre o perímetro urbano e parte do meio rural do município de Cáceres-MT. A partir desse gráfico observou-se a formação do fenômeno ilha de calor urbana, no centro da cidade.

Sistematização

A partir dos trabalhos realizados, tais como: fundamentação teórica, atividade de campo e análise de laboratórios, interpolou-se as informações, que propiciaram na produção do trabalho científico.

Transecto norte e sul

Este gráfico demonstra o comportamento térmico entre os pontos onde foram coletados os índices de temperatura, no sentido norte e sul no município de Cáceres-MT. (Gráfico 1)

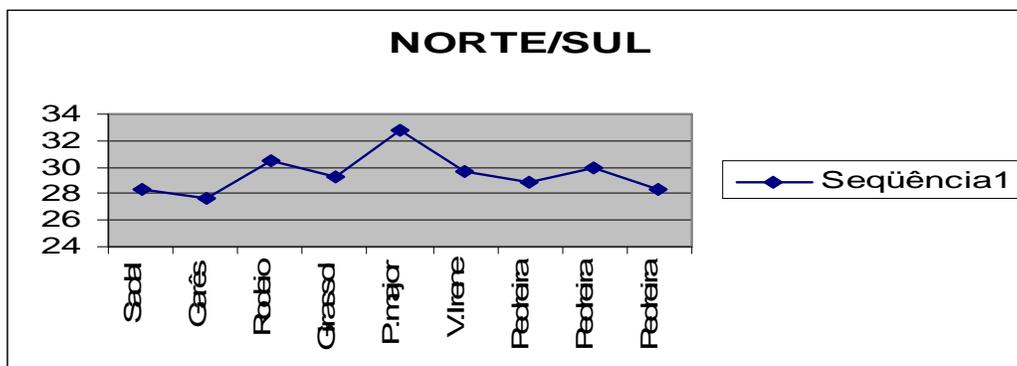


Gráfico 1: Transecto norte e sul.
Fonte: SANTOS, 2007.

Observou-se que o ponto com maior temperatura foi o ponto localizado no centro da cidade, com uma temperatura média de 32,79c°. Outros pontos que apresentaram temperatura acima dos 30 graus foram os seguintes: o ponto três no sentido norte, com temperatura de 30c°, localizado a seis km do centro da cidade, e o ponto dois, no sentido sul, com temperatura de 30,46c°, localizado a quatro km da área central.

Apresentaram a menor temperatura os seguintes pontos: o ponto três, localizado a seis km da área central, no sentido sul, com temperatura de 27,66c° e o ponto quatro, localizado a oito km no extremo do transecto, no sentido sul, com temperatura de 28,26c°.

Pode-se observar a variação de temperatura entre o Ponto Central e os extremos do transecto. O ponto central Registrou 32,79c°, com uma vegetação bem esparsa, introduzida para jardinagem e uso doméstico, construções residenciais e comerciais, próximas umas das outras, formando um ambiente físico local. O grande número de materiais sólidos, resultante da compactação do solo urbano, com abundância de elementos absorvedores de calor, considerável fluxo de veículos e pessoas em relação aos outros pontos, sendo este local propício para elevação da temperatura devido o calor produzido pelos motores dos carros, materiais sólidos, calor fisiológico e a falta de vegetação.

Já nos pontos dos extremos do transecto, observou-se uma vegetação densa, sem a presença de asfaltos, poucos materiais sólidos nas construções de algumas casas das chácaras e fazendas, com baixo índice de veículos e combustão e menor fluxo de



pessoas. O ponto localizado no extremo do transecto, no sentido norte, apresentou uma vegetação típica de pastagens, com elevação topográfica acentuada. O ponto localizado no extremo do transecto, no sentido sul, apresentou uma vegetação predominante do complexo pantaneiro, com grande umidade, áreas alagadas dependendo da época do ano, com árvores de médio porte e vegetação típica de áreas alagadas. O ponto que apresenta essas características se localiza a margem direita do rio Paraguai, na localidade conhecida como Sadal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de urbanização da cidade de Cáceres-MT alterou de forma considerada o espaço físico da área urbana do município. Assim, esta pesquisa teve como objetivo analisar o comportamento térmico entre o perímetro urbano e parte do meio rural.

A partir desta pesquisa demonstrou-se que o município de Cáceres-MT apresenta uma considerável diferença de temperatura entre o espaço urbano e parte do espaço rural, devido ao processo de urbanização e expansão da cidade, que substitui os elementos naturais, por elementos artificiais.

Em virtude disto, no dia 09/06/2007, constatou-se no ponto central do transecto norte/sul, localizado no centro da cidade, uma temperatura média diária de 32,79°C, predominância diária de vento N. Este ponto apresenta condições favoráveis para elevação da temperatura, devido ao pequeno número de elementos naturais, que funcionam como refrigeradores do clima local, elementos esses, que foram negligenciados para implantação de uma estrutura urbana, com vegetação de pequeno porte, com construções próximas umas das outras, formando um ambiente físico local, elevado fluxo de veículos e pessoas, sendo este ponto propício para elevação da temperatura.

Neste sentido conclui-se que o município de Cáceres-MT apresenta uma grande diferença de temperatura entre o meio urbano e o meio rural, isto aliado ao processo de urbanização e expansão da cidade, carência de áreas verdes, fatores que contribuem consideravelmente para a variação térmica. Com base nesta variação foi possível



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

constatar a existência de uma ilha de calor no centro da cidade, onde se localiza o ponto central do transecto norte/ sul.

Portanto, o planejamento urbano com ruas largas e com implantação de áreas verdes nas regiões centrais, é viável para o equilíbrio de temperatura entre as áreas centrais e as áreas vizinhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYOAD, J. O. **Introdução à Climatologia para os Trópicos**. 4. ed. Bertrand-Brasil: Rio de Janeiro, 1996.

MONTEIRO, C. A. F. **Teoria e Clima Urbano**. Instituto de Geografia da USP, Série Teses e Monografias nº. 25. São Paulo, 1976.

SARTORI, M. G. B. **A Percepção Climática no Ambiente Urbano**. Revista Geografia em Debate. Universidade Federal de Santa Maria: Departamento de Geografia. Santa Maria, 2000.

ANDRADE, Henrique. **O Clima-Natureza, Escalas de Análise e Aplicabilidade**. Finiterra-revista portuguesa de geografia XL, 80, 2005.

LONBARDO, M, A. **A Ilha de Calor nas Metrôpoles: O caso de São Paulo, SP**, ed. Hucitec. 1985.

SANTOS, Milton. **Espaços e Métodos**. São Paulo: Nobel, 1991.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai** (Projeto Pantanal) – PCBAP. Diagnóstico dos meios físico e biótico: meio físico. Brasília: PNMA, vol. 2, t. 1, 1997.

MORENO, Gislaíne e HIGA, Tereza Cristina Souza. **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá, Entrelinhas, 2005.

NEVES, R. J. **Modelagem e Implementação de Atlas Geográficos Municipais** – Estudo de Caso do Município de Cáceres-MT / Ronaldo José Neves - Rio de Janeiro: UFRJ/Geociências, 2008.

ROSESTOLATO, Filho A. **Geomorfologia aplicada ao saneamento básico na cidade de Cáceres, Mato Grosso**. 107f. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.



ANAI DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

SANTOS, Leandro dos. **A variação de temperatura entre os espaços urbano e rural do município de Cáceres-MT.** Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Geografia Unemat Cáceres-mt. 2007.

TEZA, C. T. V.; BAPTISTA, G. M. de M. **Identificação do fenômeno ilhas urbanas de calor por meio de dados ASTER on demand 08 – Kinetic Temperature (III): metrópoles brasileiras.** SIMPOSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12. Goiânia, 2005. Anais do XII SBSR. P. 3911-3918.

MOREIRA, Igor. **Geografia Geral e do Brasil.** 38 edição, São Paulo: Editora Ática, 1998.

MENDONÇA, Francisco. O Estudo do Clima Urbano no Brasil: Evolução, tendências e alguns desafios. In: MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo; MENDONÇA, Francisco. **Clima Urbano.** São Paulo: Contexto, 2003. p. 175-192.

GONÇALVES, N. M. S. **Impactos Pluviais e Desorganização do espaço Urbano em Salvador – BA.** São Paulo: Tese de Doutorado em Geografia Física, Universidade de São Paulo, 1992.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

A IDENTIFICAÇÃO DE CÁCERES COMO CIDADE MÉDIA INSERIDA NO CONTEXTO DE CAPITAL REGIONAL EM MATO GROSSO

Luiz Carlos Pereira Lima¹

Evaldo Ferreira²

RESUMO: A presente pesquisa objetivou identificar Cáceres enquanto cidade média no estado de Mato Grosso, sendo este conceito o ponto de partida para este entendimento. Inicialmente esta pesquisa fundamentou-se em teorias existentes que trabalham a própria noção de cidade, como as apresentadas por autores contemporâneos da Geografia Urbana, como Carlos (2001), Clark (1991), Sposito (2001), Soares (1999) e outros, e as apresentadas sobre a “cidade de porte médio”, como Andrade & Serra (2001), Amorim Filho & Serra (2000), Deus (2004), bem como as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2005). A seguir, foi elaborada uma apresentação das transformações históricas de Cáceres e da criação de suas glebas, exemplificando os desmembramentos que ocorreram a partir da década de 1970, com a criação de novas cidades em sua área periférica. No decorrer deste trabalho, apontou-se a importância histórica de Cáceres para sua área de influência dentro de Mato Grosso. Nesta pesquisa salientou-se a funcionalidade exercida por Cáceres e o seu papel na rede urbana local, como, na área do Ensino Superior, saúde, segurança, bancária, etc, perante as outras cidades que compõem sua área de influência. Neste sentido, a urbe cacerense tornou-se o centro de referência regional e integrador de sua rede urbana, o que elevou este município a uma categoria de cidade pólo, e a configuração de capital regional neste Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Cáceres-MT, Cidade Média, Capital Regional, Rede Urbana

INTRODUÇÃO

Compreender a cidade como um todo (formação, organização, distribuição e função) nos dias atuais, é item de grande importância para a Geografia Urbana, a qual também busca em seu desenvolvimento uma discussão mais humanizada das ocupações que existem, deixando de lado a forma descritiva e estática que por muito tempo foi submetida, como o próprio conhecimento geográfico (CLARK, 1991). Nota-se também

¹ Acadêmico do Curso de Geografia da UNEMAT. Email: lucapele@hotmail.com

² Prof. Ms. do Depto. de Geografia da UNEMAT. Doutorando pela UFF. Email: evaldoferreira@globo.com



que dentro dos vários ramos existentes na Geografia, a compreensão levantada sobre a identificação da cidade como uma organização de pequeno, médio ou grande porte, nos leva a repensar as várias formas de arranjo e construção que o espaço geográfico habitado pôde ser submetido.

Contudo, ao se trabalhar com o tema cidade média, deve-se primeiramente entender que no Brasil, segundo pesquisa elaborada pela revista Veja, em março de 2001 (WEINBERG, 2001), a riqueza do país estava, aos poucos, indo para os centros menores. Este aspecto evidencia a importância deste tipo de cidade, na construção do espaço nacional.

Segundo a mesma pesquisa, Itajubá (MG), Igarassu (PE), Dourados (MS), assim como outras, todas consideradas cidades médias nacionais, tiveram crescimento do Produto Interno Bruto cresceram entre 1970 a 1996, em mais de 5,5% ao ano, enquanto que as metrópoles, que concentram mais da metade da riqueza nacional, cresceram apenas 4,7%, dados estes, que a própria revista afirma terem sido provocados pela urbanização ocorrida nestas cidades a partir da década de 70.

A cidade de Cáceres não se faz diferente a estes argumentos, pois, apesar de ela ter mais de dois séculos de criação, teve nas décadas de 70 e 80, o crescimento de sua economia que era estritamente voltada à produção agrícola, e início de sua urbanização, com a abertura de novos bairros, construção de novos órgãos públicos, calçamento de ruas, entre outros. Fatores estes que se intensificaram apenas naquele período, tendo em vista a chegada no município de grande quantidade de migrantes.

Antes desta fase, o município de Cáceres era visto apenas como área de interesse militar, pois, observando sua localização dentro do território nacional, ele está situado em ponto estratégico na fronteira com a Bolívia. Até porque, a formação histórica deste município nos remete na sua implantação dentro do território de Mato Grosso, ou seja, a cidade de Cáceres foi criada como forma de comprovar a posse das terras (além do tratado de Tordesilhas) que estavam em disputa pela Coroa Portuguesa.

Segundo o Censo do ano 2000 (IBGE, 2002), o município de Cáceres possuía 85.504 habitantes, contando com 63.135 destes na zona urbana e o restante na zona rural, sendo a maior cidade da região onde está inserida.



Ainda acompanhando o processo de urbanização, nas últimas décadas, devido às instalações de várias repartições públicas, como Exército, Hospital Regional, Universidade Estadual, Polícia Federal, entre outros, a urbe cacerense transformou-se em um importante centro de referência regional. Tal fato, alinhado à questão da dependência funcional que esta cidade gerou entre os municípios vizinhos, deu a esta municipalidade uma conotação de cidade pólo regional ou capital regional que, segundo Vilarinho Neto (2002), torna-se a cidade que possui grande influência econômica ou funcional na região onde está inserida, polarizando alguns serviços essenciais à população.

A existência de quase todos os órgãos públicos da esfera estadual e alguns federais, que reunidos aos outros setores, atualmente exercem sobre esta cidade as funções integradoras da região, transformando este município no pólo central e organizador do espaço social e econômico de sua área de influência.

OBJETIVOS

Considerando as questões anteriormente apresentadas, a presente pesquisa teve por objetivo analisar a identificação de Cáceres como uma cidade de porte médio, no âmbito territorial de Mato Grosso, o que remete a discutir questões de amplitude local, saindo um pouco da discussão nacional sobre este assunto, que para alguns autores como Andrade & Serra (2001), visam cidades médias industrializadas ou em vias de industrialização, e com populações acima de 100.000 habitantes, que acabam englobando uma pequena região do país, principalmente as localidades existentes no eixo Sul e Sudeste, que concentram mais da metade da população nacional e em pouco território, tirando assim o valor geográfico e peculiar existente nas outras áreas, que na maioria das vezes são observadas como de menor importância na construção do espaço nacional, por serem localidades menos desenvolvidas economicamente.

Estes aspectos, ligados à dimensão territorial e distribuição populacional de Mato Grosso, fazem com que a área de influência deste município, que é o objeto de pesquisa deste trabalho, se interaja em interdependência funcional, surgindo assim uma forma de rede urbana, diferente das concebidas nas regiões desenvolvidas do país (talvez pela distância uma das outras), mas da mesma forma regionalizada e centrada em Cáceres.



METODOLOGIA

Esta pesquisa desenvolveu-se em fases, sendo a primeira delas a leitura de referências bibliográficas que embasaram a construção inicial do projeto de pesquisa, bem como a construção da teoria que norteou este trabalho. A segunda fase foi o trabalho de campo, sendo este realizado através de pesquisas documentais, informações e coleta de dados junto a órgãos administrativos do município de Cáceres.

Nesta fase embutiu-se o método dialético, o qual segundo Japiassu (1989) “procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as a contradições, para chegar então à verdade, fruto da razão”. A refutação mencionada trata-se do questionamento que se inseriu no trabalho sobre o próprio conceito de cidade média, levantada por alguns autores como Sposito (2001), Andrade & Serra (1997 e 2001), Soares (1999) entre outros, e órgãos oficiais como o IBGE e a ONU que, para caracterizarem o conceito de cidade de porte médio, usam como base o tamanho populacional de cada urbe, entretanto, os autores como Sposito (2001) e Soares (1999) usam suas características funcionais, bem como houve a tentativa de levar esta discussão para uma visão mais regionalizada do estado de Mato Grosso, e não se prender a conceitos que não vislumbram a realidade local. A última fase constituiu-se a tabulação dos dados coletados e suas análises, culminando assim com a redação final desta.

A CIDADE MÉDIA BRASILEIRA

Na atualidade, a cidade média tornou-se o centro de referência para a conjuntura urbana nacional, sendo concebida em muitos aspectos para descentralizar os chamados grandes centros urbanos (as metrópoles), e sua importância no âmbito local se contrapõe com sua definição em âmbito nacional, tendo em vista que, a cidade média nacional, por muitos é analisada como uma cidade possuidora de um certo “limite” populacional e industrializada, ou aquela que está num processo de industrialização acentuado (SPOSITO, 2001).

Este “limite” é discutido na forma em que o conceito de cidade média é tratado ou classificado. Isso ocorre devido à ambigüidade das definições existentes entre o termo



genérico “cidade de porte médio” na questão nacional, desenvolvida por autores da Geografia Urbana e por setores ou órgãos governamentais.

Nesta perspectiva, alguns autores, como Santos (2005), relembram que há quatro décadas as cidades médias brasileira eram definidas como cidades possuidoras de 20.000 a 50.000 habitantes e, na década de 70, esse valor saltou para 50.000 a 250.000 mil habitantes; Andrade & Serra (2001), destacam que a cidade média é o exemplo de centros não capitais que, quantitativamente, possui entre 100.000 a 500.000 habitantes; já Spósito (2004), afirma que atualmente a cidade média na concepção nacional é aquela que possui entre 200.000 a 500.000 habitantes.

Estes autores para definirem a “cidade média”, levam em consideração os atributos necessários para essa definição de cidade, como sua própria importância regional como pólo centralizador de determinada atividade econômico-social. Mas, segundo metodologia adotada pelo IBGE (2005), a cidade média para ser classificada com esse termo é aquela que possui população entre 100.000 a 500.000 habitantes, já a ONU *apud* Deus (2004), define este tipo de cidade, considerando a realidade na América Latina, como aquela que possui população entre 100.000 a 1.000.000 de habitantes.

Tais definições feitas pelo IBGE e pela ONU, órgãos oficiais, por si só desprezam o lado funcional ou importância regional dado a cada urbe. Soares (1999), ao discutir os critérios dessas instituições, alega que existe uma certa concordância em classificá-las “segundo os critérios populacionais”, tendo em vista as “facilidades” e a “pouca complicação com o tema, não sendo considerados outros aspectos muito importantes para sua compreensão”.

Pelos critérios das instituições oficiais, numa primeira visão, seria imprudente dizer que Cáceres se enquadraria no contexto de cidade média nacional, mas o termo “cidade média”, que aqui está sendo tratado, é com relação à importância regional que a urbe cacerense possui em sua área de influência funcional e dentro do estado de Mato Grosso, como por exemplo na área da educação superior, saúde, segurança e bancária; e integradora, como no espaço de circulação de bens e pessoas, oriundos de várias cidades circunvizinhas que compõem seu perímetro de abrangência.



Entretanto, Soares *apud* Deus (2004) alerta que para a concepção de uma cidade média devem ser consideradas diversas variáveis como: tamanho demográfico, qualidade das relações externas, especialização e diversificações econômicas, posição e sua importância na região e na rede urbana que faz parte.

Segundo Silva (2004) a pura classificação baseada em critérios demográficos pode evidenciar se uma cidade possui o porte médio, mas não pode evidenciar se esta desempenha papel de “cidade média”, para o qual, seriam necessários outros elementos.

Este fato é bem característico quando se analisa as funções da cidade de Várzea Grande, neste Estado, a qual possuía uma população de 214.842 habitantes (IBGE, 2002), fato este que já lhe daria a condição de cidade média nacional, mas ao se localizar ao lado da capital (Cuiabá), forma um emaranhado urbano de mais de 700.000 habitantes, fato este que acaba levando Várzea Grande a uma espécie de “extensão territorial” de Cuiabá, pois seus habitantes buscam na capital quase todos os serviços que necessitam, como na área da educação superior pública, na área de saúde pública, emprego entre outros, transformando Várzea Grande apenas num pólo de referência habitacional para os trabalhadores que seguem para a capital (VILARINHO NETO, 2002).

Conclui-se com estes aspectos que, a urbe varzeagrandense, apesar de ser uma cidade de porte médio, não desempenha papel de cidade média no contexto estadual. Diferentemente da cidade de Cáceres que, por oferecer vários tipos de serviços que não se encontram em mesma quantidade e qualidade nas cidades que a circundam, representa de forma explícita a função deste tipo de cidade na esfera regional. Ou seja:

Não há correspondência direta entre o tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede urbana ou, em outras palavras, cidades de mesmo porte populacional podem desempenhar papéis que diferem em sua natureza e importância (SPOSITO, 2001, p. 613 - 614).

Igualmente afirma Munford (1998), quando observa que ao contrário das convicções dos estatísticos censitários, a arte, a cultura e a finalidade política, não os números, é que definem uma cidade.



Todavia, levando-se em considerações as propostas apenas dos órgãos oficiais, sem a análise dos atributos que caracterizam a cidade média, Cáceres, vista em âmbito nacional, não seria considerada como uma cidade de porte médio, até porque sua população, de 85.504 habitantes (IBGE, 2002), não atingiria este princípio, mas, analisando os atributos propostos regionalmente, chega-se à conclusão de que ela pode ser identificada como cidade média, ou seja, observando apenas o lado funcional que a mesma exerce sob os municípios circunvizinhos.

Amorim Filho & Serra (2000, p. 09) apontam como atributos que caracterizam as “cidades médias”, os seguintes elementos:

- . Interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
- . Tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado; suficientes, sob outro ponto, para desempenharem o papel de centros de crescimento econômico regional e engendrem economias urbanas necessárias ao desempenho eficiente de atividades produtivas;
- . Capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;
- . Condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que o envolve; e
- . Diferenciação do espaço intra-urbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos.

Contudo, trabalhar a questão da identificação de Cáceres como uma cidade média inserida no estado de Mato Grosso é um dos passos para demonstrar que uma cidade não é importante apenas em número de habitantes que possui ou por seu valor econômico criado, mas também pelos meios funcionais gerados, que norteiam toda uma conjuntura regionalizada em uma estrutura interacional de cidades do âmbito territorial na qual estão inseridas.

A CONCEPÇÃO ATUAL DE CÁCERES COMO CAPITAL REGIONAL E CIDADE MÉDIA EM MATO GROSSO.

Segundo Vilarinho Neto (2002), Mato Grosso possui atualmente cinco capitais regionais, sendo elas Cáceres, Sinop, Tangará da Serra, Barra do Garças e Rondonópolis, todas com desenvolvimento característico por sua história de colonização e evolução econômica.

Numa comparação entres às cinco capitais, observa-se no Quadro 01, que pelos dados oficiais do censo 2000 (IBGE, 2002), a cidade de Cáceres era a segunda colocada em números de habitantes, perdia apenas para Rondonópolis, mas quando levamos tais dados para o setor econômico, verifica-se em Cáceres um dos piores índices entres estas cinco cidades.

Quadro 01 – Números de habitantes por capital regional segundo o censo 2000

Capital Regional	Nº de habitantes
Rondonópolis	150.049
Cáceres	85.504
Sinop	74.761
Tangará da Serra	58.341
Barra do Garças	52.136
Total	420.791

Fonte: Elaborado por LIMA, a partir de dados do IBGE (2002).

Para um melhor exemplo, compara-se apenas as cidades de Cáceres e Sinop, isto, por possuírem populações numericamente quase equivalentes. Mas antes, ao se verificar a história inicial da urbe cacerense e a de Sinop, que está localizada na porção norte de Mato Grosso, verifica-se o seguinte: a primeira cidade possui mais de dois séculos de existência e a segunda pouco mais de 25 anos de criação. O município de Sinop possui ocupação recente, principalmente de pessoas vindas da região Sul do Brasil, dos estados



do Paraná e Rio Grande do Sul (FERREIRA, 2001), influenciadas pela política nacional de ocupação da Amazônia Legal, e pelo redirecionamento da área de produção agrícola, que a partir de 1960 começou a concentrar-se na região do Cerrado brasileiro (ANDRADE & SERRA, 2001), em sua maioria, fixadas pela Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP), originando o nome daquela urbe.

Tal fato também pode ser descrito dentre as políticas adotadas pelos governos federal e estadual, que segundo Coy (1994), diminuíram os investimentos em áreas públicas de desenvolvimento para cidades como Cáceres e região, redimensionando suas atenções para o crescimento do norte e leste deste Estado, provocando o inverso da migração, ou melhor, a saída das pessoas que por aqui chegaram, para outros pontos de desenvolvimento em Mato Grosso.

Quando se menciona a criação das duas cidades, diferentemente das épocas que ocorreram, o que deve ficar explícito é o interesse primário envolvido em cada uma delas, pois, a urbe cacerense foi criada a partir de um interesse da Coroa Portuguesa em demarcar território sobre estas terras para, num futuro, tomar posse das mesmas, já a construção de Sinop teve como idéia principal a abertura de uma porta de entrada para a Amazônia Legal, que facilitaria a exploração de matérias primas, como a madeira, bem como para o próprio desenvolvimento do norte deste estado. Todavia estes fatos estão interligados e ficam caracterizados sempre com a mesma concepção: a de acumulação de riqueza e de capital. Argumento principal para se compreender a construção destas duas urbanizações em épocas distintas, mas que compreendem o mesmo significado.

O aspecto da falta de investimentos é bem característico quando se analisa a questão econômica entre ambas, pois se percebe grande disparidade existente neste setor. Até porque quando se analisa o valor arrecadado do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), percebe-se assim o abismo existente, pois Cáceres arrecada anualmente a quantia de aproximadamente onze milhões de reais, enquanto que Sinop contribui com cinquenta e três milhões.

No total de impostos, a diferença se torna ainda maior, pois a urbe cacerense não passa da casa dos treze milhões arrecadados, enquanto que Sinop supera a quantia de

cinquenta e nove milhões (SEPLAN, 2004), como podemos observar no Quadro 02 a seguir, que também apresenta a arrecadação das demais capitais regionais.

Quadro 02 – Comparativo entre a arrecadação de ICMS, IPVA e outros impostos estaduais entre as capitais regionais no ano de 2004

Cidades	ICMS	IPVA	OUTROS⁽¹⁾	Total ⁽²⁾
Rondonópolis	97.585.651,39	9.095.638,49	1.478.211,62	108.159.501,50
Sinop	53.727.838,58	5.302.827,63	369.082,66	59.399.748,87
Barra do Garças	22.068.718,95	1.998.916,13	265.251,88	24.332.887,96
Tangará da Serra	18.934.282,06	3.554.599,28	260.625,86	22.758.507,20
Cáceres	11.541.090,07	1.830.437,10	588.634,34	13.960.161,51

(1) Engloba as demais receitas tributárias estaduais (AlIR, ITCD, Taxas etc).

(2) Todos valores em Reais (R\$).

Fonte: Elaborado por LIMA, a partir de dados da SEPLAN (2004).

Apesar destas diferenças, não podemos deixar de lado os aspectos da concentração de indústria nestas cidades que contribuem para estas grandes diferenças econômicas; por exemplo voltamos ao caso de Sinop que possui aproximadamente 599 indústrias (SEPLAN, 2004), deste total quase a metade são madeireiras, diferentemente de Cáceres que no ano passado registrou apenas 138. Bem como o número de lojas comerciais, que elevam ainda mais esta diferença financeira, ou seja, em Sinop, segundo dados da SEPLAN (2004), existiam cerca de 1.700 lojas e Cáceres não passou de 988 unidades comerciais.

Todavia, em análise a todos estes dados, pode-se chegar à conclusão de que, apesar de Cáceres não possuir uma forte economia, em relação às outras capitais regionais, para esta região ela é um importante elo de ligação, tornando-se a capital regional desta área por apresentar uma grande influência funcional nas cidades periféricas.

Se compararmos esta cidade no contexto da região onde esta inserida, ela apresentaria num ponto de vista local, razoáveis índices econômicos, perante as outras aglomerações urbanas. Fato este que pode ser observado no Quadro 03.

O que não se deve esquecer nestes dados comparativos, é o próprio índice populacional das cidades que compõem esta área de estudo que, seguindo os critérios de órgãos oficiais, como o IBGE, ser mais fácil de se analisar, pois, como pode ser observado no Quadro 04 a segunda cidade mais populosa é Pontes e Lacerda, que possuía uma população estimada em 2004, segundo dados da SEPLAN, de 40.830 habitantes, sendo o segundo em número populacional da região. Ou seja, apesar de Cáceres possuir praticamente o dobro da população de Pontes e Lacerda, arrecada em impostos estaduais valores equivalentes. Mas Pontes e Lacerda recebe do FPM a quantia de 4.416.983,62 milhões de reais, que corresponderia cerca de 66% do valor que Cáceres embolsa.

Quadro 03 – Comparativo entre a arrecadação de ICMS, IPVA e outros impostos estaduais entre as cidades que compõem a região de influencia funcional de Cáceres, no ano de 2004

Cidades	ICMS	IPVA	OUTROS⁽¹⁾	Total ⁽²⁾
Cáceres	11.541.090,07	1.830.437,10	588.634,34	13.960.161,51
Pontes e Lacerda	12.160.088,66	933.102,28	149.588,09	13.242.779,03
Mirassol D´Oeste	6.022.641,27	811.403,41	91.329,45	6.925.374,13
Araputanga	6.285.400,21	396.760,70	30.538,63	6.712.699,54
S.J dos Quatro Marcos	5.531.310,25	427.346,51	100.142,43	6.058.799,19
Lambari D´Oeste	1.165.286,81	55.391,44	19.055,16	1.239.733,41
Vila Bela	677.155,85	63.235,10	39.592,32	779.983,27
Jauru	495.652,78	199.150,83	39.647,36	734.450,97
Nova Lacerda	471.114,89	34.006,85	21.839,86	526.961,60

Porto Esperidião	305.543,98	101.495,66	76.517,26	483.556,90
Rio Branco	298.993,29	128.198,32	4.885,00	432.076,61
Total na região (³)	-----	-----	-----	52.476.144,70

(1) Engloba as demais receitas tributárias estaduais (AIIR, ITCD, Taxas etc).

(2) Todos valores em Reais (R\$).

(3) Englobando também os municípios de Figueirópolis, Conquista D'Oeste, Curvelândia, Salto do Céu, Reserva do Cabaçal, Glória D'Oeste, Vale de São Domingos e Indiavaí.

Fonte: Elaborado por LIMA, a partir de dados da SEPLAN (2004).

Em análise a todos estes dados, Cáceres torna-se capital regional desta área, ou uma representação de cidade média em nível estadual, nos aspectos ligados aos serviços de assistência à população, como na educação superior, tendo em vista que o Campus da UNEMAT em Cáceres, no final do ano de 2004, segundo dados fornecidos por aquela instituição, possuía um acúmulo de 2.711 alunos regularmente matriculados, e que atualmente, levando em consideração o Vestibular 2005/2, uma parcela de aproximadamente 495 alunos são correspondentes a pessoas que vêm todos os dias letivos, de municípios periféricos em busca desta Universidade para estudar.

Quadro 04 – Número de habitantes, por cidade, que compõem a área de influência funcional de Cáceres (população estimada).

Cidades	Nº de habitantes	Cidades	Nº de habitantes
Cáceres	87.708	Nova Lacerda	4.561
Pontes e Lacerda	40.830	Lambari D'Oeste	3.871
Mirassol D'Oeste	22.663	Figueirópolis	3.752
São Jose dos 4 Marcos	18.504	Salto do Céu	3.387
Araputanga	14.247	V. São Domingos	3.212



Vila Bela	14.190	Conquista D'Oeste	2.836
Jauru	12.843	Glória D'Oeste	2.792
Porto Esperidião	10.719	Indiavaí	2.073
Curvelândia	4.831	Reserva do Cabaçal	1.907
Rio Branco	4.762	Total da região	259.693

Fonte: Elaborado por LIMA, a partir de dados da SEPLAN (2004)

Há de se observar ainda que esta pesquisa não relacionou alunos que se instalaram em Cáceres, mudando de município para poder continuar seus estudos aqui. Tendo em vista alguns cursos oferecidos, como Agronomia e Enfermagem exigirem tempo integral de dedicação.

Para se ter uma idéia da tamanha procura por esta instituição de ensino superior, no vestibular 2005/2, ocorrido no mês de julho daquele ano, houve, na cidade de Mirassol D'Oeste, aproximadamente 201 inscritos e em São José dos Quatro Marcos 250 vestibulandos, de um total de 3.526 inscritos para vagas no Campus de Cáceres, isso, segundo dados fornecidos pela Coordenadoria de Concursos e Vestibulares (COVEST/2005), representando cerca de 12% do total.

Outro setor que contribui com a configuração de Cáceres como centro de referência funcional é a centralização da agência da Caixa Econômica Federal (CEF) neste município, que segundo dados colhidos junto a esta instituição bancária, dos 430 atendimentos diários de pessoas ou trabalhadores relacionados aos programas do governo federal, como Seguro Desemprego, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Financiamento Habitacional e outros, 310 correspondem a indivíduos que vêm de outras cidades ou municípios próximos em busca destes serviços.

Levando tais dados para uma outra perspectiva, como o de "circulação de pessoas", um dos quesitos apontados por Amorim Filho & Serra (2000), para se caracterizar uma cidade média, podemos entender que numa semana normal de atendimento na CEF, por Cáceres circulariam cerca de 1.550 pessoas de diversos níveis



econômicos e sociais que, para usarem os serviços de tal agência, e por virem de outras localidades, dependeriam de alimentação, meio de transporte entre outros, necessários a sua estadia nesta urbe, representando um grande incremento na economia local.

Já o Exército, representado pelo 2º Batalhão de Fronteira, instalado nesta urbe em 24/05/1939, por sua vez, é um órgão que também representa a influência que esta cidade possui na região, tendo em vista ser ele o responsável pela vigilância de 750 km sobre um segmento de fronteira com a Bolívia, abrangendo mais de 30 localidades fronteiriças, bem como terras situadas na bacia Platina (Pantanal mato-grossense) e bacia Amazônica (depressão do Guaporé), isso, segundo dados fornecidos por aquela instituição.

Em 2005, este órgão contava com 912 militares, distribuídos em praticamente todas as patentes. Deste total, 138 são representados por jovens que nasceram em outros municípios ou estados que, nos últimos cinco anos conseguiram ali, o engajamento como soldado. Todavia esta pesquisa não levou em consideração os que entram naquela instituição, permanecem por apenas um ano, e são dispensados.

Entre as cidades da região, Cáceres também representa o pólo em relação à segurança pública, tendo em vista ser a sede das polícias Civil, com 45 servidores, e Militar, com 201 funcionários, bem como possuir um Departamento da Polícia Federal e uma delegacia de polícia Rodoviária Federal, com 36 policiais (SEPLAN, 2004).

Um outro setor que também contribui na identificação de Cáceres como cidade média a nível estadual, é o da saúde, tendo em vista neste município existirem atualmente três grandes hospitais em atividade, sendo eles o Hospital São Luiz, Bom Samaritano e o Regional, este último, um dos mais importantes para a área de influência do município. O Hospital Regional atende a todas as cidades periféricas de Cáceres, incluindo localidades mais distantes como Campos de Júlio e Rondolândia, bem como algumas cidades de Rondônia e Bolívia.

Com isso, observa-se que este município acaba se tornando um grande atrativo na área de saúde para a população regional, até porque a média de pessoas que buscam os serviços de saúde existente neste hospital ficou em 75,08 pessoas ao dia. Todavia, a estes valores inclui-se apenas pessoas que foram atendidas e retornaram para sua cidade, não levando em conta as pessoas que permaneceram internadas.



Os dados acima são relacionados a soma acumulada de internações por mês ocorrido naquela instituição hospitalar, e deixam implícito que, apesar de serem pessoas que por aqui ficam internadas, são indivíduos que em muitas vezes não ficam sozinhos no hospital, ou seja, em muitos casos estão acompanhados de algum membro da família. Tais acompanhantes por vezes não podem ficar no hospital por falta de leito apropriado e, em sua maioria dependem de outros serviços pela cidade, como na alimentação e transporte, o que provoca em Cáceres um outro incremento em sua economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cáceres, apesar de ter sido identificada neste trabalho como cidade média em Mato Grosso, apresenta grandes desigualdades sociais que são visíveis em sua estrutura urbana, que é representada por grandes números de instituições públicas, espalhadas por ela, que empregam a maior parte da população economicamente ativa, bem como uma visível falta de planejamento estrutural, que pôde ser comprovada na leitura do sexto tópico deste trabalho, bem como quando se fala da expansão urbana local.

Já, no contexto de cidade média nacional, este município esbarra-se em alguns fatores que prejudicam sua definição, um deles é seu contingente populacional, que não visa o princípio adotado pelas instituições oficiais, o outro é o fator econômico que, como foi mostrado no decorrer do sexto e sétimo tópicos, abordando o índice de arrecadação de impostos e o pequeno número de estabelecimentos comerciais (em comparação as outras capitais regionais), apontou a falta de investimentos neste setor, que é essencial para o desenvolvimento e crescimento de qualquer cidade desenvolvida em meio ao sistema capitalista de produção.

Todavia, sua construção como cidade média estadual, leva-nos a discussões locais, que em partes, difere do contexto nacional desse assunto, que já visa cidades de porte médio com o desenvolvimento mais acentuado e que apresentam uma influencia na área econômica mais representativa que a funcional perante os municípios periféricos.

Contudo, Cáceres também pode ser considerada uma cidade pólo ou uma capital regional neste estado, tendo em vista nela centralizar as funções essenciais para o



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

desenvolvimento ou expansão de sua área de abrangência, como na saúde, segurança pública, educação superior entre outros.

Tais fatores, somados a sua localização dentro do território de Mato Grosso (e até mesmo por sua posição na região central do continente Sul-Americano), daria a esta municipalidade uma conotação ainda maior, inserida no contexto nacional e internacional, todavia tais fatos só poderiam ser comprovados ou não, numa pesquisa mais estendida e aprofundada sobre este assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM FILHO, SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (org.) **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ANDRADE, Thompson Almeida & SERRA, Rodrigo Valente. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão n.º 554, 1997.

ANDRADE, Thompson Almeida & SERRA, Rodrigo Valente (org). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, Thompson Almeida, SERRA, Rodrigo Valente & SANTOS, Denis Paulo dos. **Pobreza nas Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

COORDENADORIA DE CONCURSOS E VESTIBULARES. **Cadastro de candidatos inscritos por estabelecimento**. Concurso vestibular 2005/02. Cáceres: COVEST/Unemat, 2005.

COY, Martin et al. **Questão urbana na Bacia do Alto Rio Paraguai: Fase I**. Cuiabá: Tübingen, 1994 (Projeto Estrutura sócio-econômica e dinâmica dos impactos ambientais na Bacia do Alto Rio Paraguai).

DEUS, João Batista de. As cidades médias na nova configuração territorial brasileira. In: **VI Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Eixo I, AGB, 2004, (CD-ROM).

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus Municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2001.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Publicação Eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lucapele@hotmail.com> em Out./2005.

JAPIASSU, H. Marcondes. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. São Paulo: Itatiaia, 1998.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA, Wilian Ribeiro da. Discussão conceitual sobre centralidade e cidades médias. In: **IV Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Eixo I, AGB, 2004 (CD-ROM).

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO. **Anuário Estatístico de Mato Grosso**. Volume 26 – SEPLAN, 2004. 718p.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização**. Presidente Prudente/SP: Curso de Pós Graduação em Geografia, nº 6, p. 55-64, 1999.

SPOSITO, Eliseu Silvério. **A Vida nas Cidades**. 5ª ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 13ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.) **Urbanização e Cidades: Perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001.

WEINBERG, Mônica. A força das cidades médias: Uma pesquisa inédita mostra como a riqueza no país está, aos poucos, indo para centros menores. In: **Revista Veja**, p. 74 a 83, mar. 2001.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **Metropolização Regional, Formação e Consolidação da Rede Urbana do Estado de Mato Grosso**. (Tese de Doutorado) – USP/FFLCH, 2002 (CD-ROM).



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

UMA REFLEXÃO SOBRE A ATUAÇÃO DOS CONTROLES FORMAIS E INFORMAIS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CRIMINAL

Géssica G. do N. Pereira Pinto¹

Josimeire Santos Oliveira²

Vivian Lara Cáceres Dan³

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo discutir e refletir sobre a criminalidade bem como as formas de combate da violência urbana, abordando, dessa forma o controle social formal e informal bem como suas falhas. A violência urbana afeta tanto a ordem pública quanto a sociedade e é sobre ela que nos ateremos nesse artigo. A metodologia utilizada é descritiva a partir da análise das reportagens da revista Veja, sendo elas “Cabeça de assassino” e “Enfim, um herói do lado certo” e pesquisas bibliográficas e de artigos na internet em sites especializados sobre o assunto. A criminalidade vem se expandindo na sociedade, e o controle formal não está tendo eficácia no combate da violência. Assim conclui-se que o controle informal merece destaque, pois influencia na construção de modelos comportamentais sociais, influenciando diretamente a convivência social com suas formas de prevenção.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Criminalidade; Controle formal e informal

INTRODUÇÃO

Iniciamos nossa análise destacando que a violência é parte integrante do comportamento social estando presente em todas as sociedades e se aplica a diferentes contextos. A ação do homem tanto sobre a natureza quanto sobre a convivência em grupos não é pacífica.

Pode-se dizer que a violência é inerente a personalidade do indivíduo, podendo ser relatada no decorrer do processo histórico quando o homem se apropria e explora o outro. O próprio processo de agrupamento familiar e as divisões sociais de trabalho trazem em

¹ Acadêmica do Curso de Direito da UNEMAT. Email: gessicageisi1@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Direito da UNEMAT. Email: josimeireoliveira@hotmail.com

³ Professora colaboradora do Departamento de Direito (2011) da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) na linha de pesquisa: Estado e Poder. Email: viviancdan@hotmail.com

si o caráter violento pois baseados no objetivo de sobrevivência do grupo e procriação humana legitima-se o poder de um indivíduo ou grupo sobre os outros.

De acordo com Oliveira (2011), a partir do momento em que o homem estabelece a comunicabilidade entre os membros do grupo, como por exemplo, a linguagem, nasce aí uma relação social marcada pela relação de poder e força. Poder no sentido de indivíduos interferirem nas atividades de outros indivíduos ou grupos e força no sentido de instrumento que influencia o comportamento dos outros podendo nesta relação ser utilizada a coerção ou não (ARANHA e MARTINS, 2003).

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da sociedade ocasionados pela incessante produção de riquezas ocorreram diversas mudanças no contexto social. Não sendo diferente dos outros períodos ocorreu também a exploração do trabalho, a dominação do homem pelo homem, desta vez, no contexto de classes: burguesia x proletariado. A exploração desses trabalhadores se deu através da imposição de pesadas horas de trabalho com péssimas condições de vida e sobrevivência reduzindo-a a relação monetária. Essas lutas de classes pretenderam a subordinação pelo poder aquisitivo e político, muitas vezes construídas de forma violenta, desrespeitando a dignidade da pessoa humana.

Analisando o processo histórico percebe-se que a violência surge como forma de imposição política, social, étnica, religiosa e de ideais. No período escravista, seguindo o pensamento de Aristóteles quando dizia que “alguns homens nascem para a escravidão e outros para o domínio”, percebemos que esta teoria sustenta a idéia de que as condições de nascimento determinam a configuração social: se nascesse escravo morreria escravo.

O sistema escravista existiu na Grécia antiga, mas também no Brasil desde a colonização até os idos do século XIX, mostrando a configuração social de dominação, segregação racial e da nítida exploração do homem pelo próprio homem.

Na Idade Média os senhores feudais e a Igreja possuem certas atribuições que os colocam como possuidores do poder político, os mais poderosos nos seus respectivos territórios.

Na Idade Moderna ocorreu a formação das Monarquias Nacionais e o Estado passa a ter legitimidade na figura do rei para elaborar e fazer cumprir as leis, cobrar



impostos e ter um exército, seu governo ainda estava legitimado no poder divino. Os poderes político e religioso andavam lado a lado e o Estado regulava também os preceitos morais, espirituais, educacionais e culturais. Com as revoluções burguesas defendeu-se a separação do público e do privado, o poder deixa de ser herdado, devendo ser conquistado pelo voto e legitimando a idéia de que o poder encontra-se no próprio povo. Segundo Aranha (2003, p. 438):

Eis a institucionalização do poder, onde aquele que o detém não mais se acha identificado com ele na medida em que é apenas o depositário da soberania popular. O poder se torna, com isso, um poder de direito, e sua legitimidade repousa não mais no uso da violência, nem do privilégio, mas no mando popular.

Portanto, podemos perceber que ao longo da história várias formas de legitimação do poder foram adotadas e não apenas pela força (violência) para tornar-se formas duradouras de dominação.

Determinada em diferentes âmbitos culturais, sociais, políticos, religiosos, econômicos, morais, surgem diferentes formas de violências e dentre elas a violência urbana. Na sociedade contemporânea observa-se também as diferentes formas de violência ocasionada pela realidade de desemprego, disputas de poder, péssima estrutura familiar, discriminação, intolerâncias religiosas e étnicas, etc.

A violência urbana ocorre em todas as camadas e extratos da sociedade e não somente no âmbito das áreas que tem problemas sociais, pois atinge todos os centros urbanos. É um fenômeno que está disseminado em toda a sociedade, evidenciando-se como um elemento integrante da vida urbana e comunitária. Dessa forma, a violência urbana afeta tanto a ordem pública quanto a sociedade e é sobre ela que nos ateremos nessa parte do artigo.

Ocorre nas escolas, seja está pública ou privada, na periferia, nos grandes centros, nos bairros bem como nos condomínios fechados. É um problema que não privilegia classes embora atinja com maior intensidade a parcela da população que não condições para se defender da violência criminal assim entendida como a decorrente de condutas criminosas.



A criminalidade vem se expandindo na sociedade deixando rastro de medo e insegurança nas pessoas. A sociedade se encontra refém do medo e procura alternativas de defesa e todas as classes reclamam uma pronta intervenção do Estado que objetive o combate à violência e o estabelecimento da segurança social.

Muito se discute sobre a melhor forma de lidar com a criminalidade, mas pontuamos que a repressão e a remediação do dano já causado, tratadas como medidas isoladas não minimizarão esse problema. Segundo Pablo (2002, p.126):

[...] o controle social é um conjunto de instituições, estratégias e sanções sociais que pretendem promover e garantir referido submetimento do indivíduo aos modelos e normas comunitários, cuja função é manter os indivíduos dentro de um quadro de normalidade, sem oscilações exageradas para que contribuam para operacionalidade do sistema.

O controle social é composto por agentes informais e formais. O controle informal é exercido pela família, escola, igreja, trabalho, círculos de amizade, mídia, opinião pública e também ocupam papel relevante no combate a criminalidade no processo de conformação, pois segundo Pablo (2002, p.127):

[...] atuam no processo de educação e socialização do indivíduo, sendo que, no fracasso ou na ausência das instancias informais é que passam a atuar os agentes formais, os quais aplicam as sanções coercitivas e estigmatizantes.

Já o controle formal é exercido pela polícia, Justiça Criminal, Ministério Público, administração e penitenciárias. Mas percebemos pouco ou nenhum avanço na eficiência desses controles. E, portanto, passaremos a apontar essas falhas.

O primeiro problema é que muito dos tipos penais existentes no código vislumbra atingir pessoas de baixas condições financeiras e que chamamos de teoria do etiquetamento. Esta teoria mostra que o sistema legal age de forma seletiva e discriminatória, atribuindo maior importância aos aspectos dos autores e não do seu comportamento delitivo.



A criminalidade não pode ser taxada pela condição financeira, embora esteja mais valorada nos extratos sociais. O crime atravessa todos os segmentos sociais, econômicos, culturais de uma sociedade, ocorrendo tanto nos lares de famílias pobres ou ricas, como nas ruas, nos presídios, nas cortes jurisdicionais, nas repartições públicas, em diferentes lugares. Onde esteja presente o homem haverá conflitos, exploração, dominação, pessoas sendo privilegiadas em algumas relações, inclusive ao formularem leis e instituições que deveriam atuar no sentido de pacificar e resolver esses mesmos conflitos.

Para sanar ou conter os alarmantes índices da criminalidade implica melhorar também o sistema da Justiça Criminal e o seu funcionamento, avaliando até que ponto os mecanismos formais de controle social estão ou não efetivamente cumprindo o seu papel. Infelizmente a forma como o sistema da Justiça Criminal vem sendo conduzida faz dele um aliado da violência, entre outros motivos porque as prisões não ressocializam ninguém, tornando-se uma escola para o crime.

Muito dos nossos policiais não tem preparo e nem formação adequada, como na formação integrada aos valores éticos e morais dos seres humanos. Segundo Fernandes & Fernandes (2002, p.426):

[...] alguns ainda favorecem a prática de crime, por vias de ações delituosas individuais e até coletivas de seus membros (abuso de poder, violência arbitrária, condescendência criminosa, corrupção passiva, peculato, concussão).

Outros problemas podem ser apontados oriundos das ausências de melhores condições de trabalho e melhoria na vida.

A morosidade da justiça, os inúmeros recursos procrastinatórios, a falta de eficiência na aplicação da lei penal bem como a situação atual de nossas prisões que não contribuem para a reeducação ou recuperação do preso, servindo na maioria das vezes como escola para o cometimento de novos delitos, sendo elencados também com fatores que contribuem para a criminalidade.

A pobreza, desemprego e subemprego, falta de educação de qualidade, preconceito, alcoolismo e drogas, analfabetismo, fome, migração, cultura, condição econômica, os meios de comunicação, dentre outros, são alguns dos fatores sociais que contribuem para a criminalidade e violência nas cidades.

Não podemos mistificar o crime nem mesmo dizer que ele é produto direto da pobreza, até porque existem os chamados crimes de colarinho branco, geralmente praticados pelas camadas mais altas da sociedade, mas é certo que o sentimento de revolta por viver na pobreza não deixa de ser um dos fatores que induz o indivíduo ao crime, principalmente nos chamados crimes contra o patrimônio.

Dentre os controles informais, a educação se destaca. O fator educacional assume relevante papel na modelagem da personalidade humana, principalmente na primeira infância, no que diz respeito ao caráter de uma criança. Segundo Rizzolo (2011, p. s/n):

O jovem em uma condição educacional plena, de tempo integral, numa nova proposta, acabaria por se tornar um tutor no seio familiar, ou na comunidade, vez que estaria abstraído das condições e do meio de miséria. Tal proposta educacional, contudo, passa por outras vertentes que dariam sustentação ao ambiente interno (escola) e externo (comunidade). A primeira dessas vertentes seria a revitalização do papel dos professores, com salários dignos, e educação continuada promovida através da especialização no regime de tempo integral e suas particularidades; a segunda, a promoção de melhores condições de vida para profissionais da segurança pública, seja da polícia civil ou da polícia militar, por meio de salários condizentes com o grau de periculosidade a que eles estão submetidos.

Outro controle informal que merece destaque são o poder da mídia na influência de comportamentos. Temos a TV, o rádio, as revistas e jornais, o cinema, o teatro, a internet como meios de comunicação, estes exercendo relativa influência na vida das pessoas.

Ao aprofundarmos a discussão sobre o tema da violência nas aulas de criminologia, constatamos que houve um crescimento dos índices de criminalidade e na complexidade desses crimes que afetam o convívio na atualidade assim como ampliação do quadro da violência urbana. Por isso entendemos necessário ressaltar e discutir sobre o tema proposto já que o problema da criminalidade e da violência desta decorrente afeta



a todos e é encarada como um problema social e comunitário. Portanto, para o combate eficaz tanto da criminalidade quanto da violência urbana será através de políticas preventivas e de medidas que ataquem a origem dessa problemática. E isso só será possível quando houver a preocupação e investimento a médio e longo prazo, com a prevenção, evitando incidência nos crimes e se já houver a incidência, evitar a reincidência, com melhorias estruturais e atendimento educacional de saúde mental, religioso e programa de reinserção desses infratores no mercado de trabalho.

OBJETIVO

Nesta abordagem, identificaremos possíveis soluções para o problema exposto. A proposta deste artigo então é discutir e refletir sobre a criminalidade bem como as formas de combate da violência urbana, abordando, dessa forma o controle social formal e informal bem como suas falhas. A sociedade clama por soluções a respeito dessa problemática, e por isso o presente texto pretende mostrar os meios eficazes de amenizar a violência urbana enfatizando a importância dos controles informais na forma preventiva.

É dentro deste contexto que pretendemos traçar o presente artigo que tem como objetivo identificar e estudar o instituto da criminalidade como um dos vários aspectos da violência urbana bem como a atuação dos controles sociais no combate e prevenção dos crimes.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é descritiva a partir da análise das reportagens da revista Veja, sendo elas “Cabeça de assassino” e “Enfim, um herói do lado certo” e pesquisas bibliográficas e de artigos na internet em sites especializados sobre o assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A criminalidade vem se expandindo na sociedade deixando rastro de medo e insegurança nas pessoas. A sociedade se encontra refém do medo e procura alternativas de defesa e todas as classes reclamam uma pronta intervenção do Estado que objetive o combate à violência e o estabelecimento da segurança social.



Muito dos nossos policiais não tem preparo e nem formação adequada, como na formação integrada aos valores éticos e morais dos seres humanos. A reportagem da revista Veja nº. 04, “Enfim um Herói do lado certo”, é muito esclarecedora nesse sentido, pois evidencia uma pesquisa realizada em 2006, feita pelo Núcleo de Pesquisa das Violências da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com 3 500 habitantes de bairros distintos da capital, mostrando que 60% não confiam na polícia, que consideram corrupta e violenta. A pesquisa ainda revelou que 4,4% desse universo foi vítima de violência física, 7,1% de violência verbal e 10% de extorsão por policiais militares.

Nosso sistema prisional é falho e dessa forma não está dando conta de reeducar os delinqüentes, visando inseri-los novamente na sociedade como um cidadão correto e de boa conduta. Através disso pode-se afirmar que o sistema prisional brasileiro está especializando delinqüentes, pois enquanto estes estão ociosos na prisão, sem nenhuma atividade produtiva gastam seu tempo com pensamentos e atos voltados totalmente para o crime, aprendendo formas diferentes de cometer delitos. O Estado e os poderes públicos respondem ao delito com base em critérios vingativos através do castigo ao delinqüente como forma reparatória. Com isso, acreditam que através de novas prisões e leis mais severas conseguem ressocializar o infrator.

Mas o que ocorre é o contrário, pois os criminosos não se arrependem pelos seus crimes, mostrando plena insensibilidade e não importam com as conseqüências de seus atos. Como exemplo disso tem-se o relato de um infrator na reportagem “A cabeça do assassino”, Revista Veja nº. 46, o delinqüente que diz: “Nunca parei para contar quantos já matei. Acho que foram nove. Com meus treze anos de idade fiz um assalto numa lotérica e ganhei 7 000 reais. Também comecei a matar por encomenda.” Isso é uma constatação do que ocorre na realidade brasileira onde os sistemas punitivos não estão conseguindo reeducar esses infratores, ocasionando a reincidência destes nos crimes.

Os infratores depois de cometerem o crime não visualizam as conseqüências que seu ato provocou. Dessa forma o controle formal centra seu interesse exclusivamente no delinqüente ocasionando um explícito abandono e desamparo da vítima. O infrator considera que deve prestar satisfação unicamente ao sistema legal contraindo responsabilidade somente deste. E se esquece da vítima. Para sanar ou conter os



alarmantes índices da criminalidade implica melhorar também o sistema da Justiça Criminal e o seu funcionamento.

Segundo Fernandes & Fernandes (2002, p. 339) os assaltantes, em sua quase totalidade, são indivíduos rudes, semi-analfabetos e pobres, quando não miseráveis e continua “sem formação moral adequada, eles são párias da sociedade, nutrindo disfarçada raiva e aversão, quando não ódio, por todos aqueles que possuem bens de certo modo ostensivos, especialmente automóveis de luxo e mansões (...)”.

As drogas são outro fator que estimula a criminalidade. O usuário de drogas, no intuito de manter seu vício acaba por cometer vários crimes. Por outro lado, temos os traficantes que na tentativa de manterem seus pontos de vendas, bem como garantirem o recebimento do que foi vendido praticam os mais variados crimes de forma cada vez mais cruel e violenta.

Outro controle informal que merece destaque são o poder da mídia na influência de comportamentos. Dentre os meios de comunicação, a televisão inquestionavelmente é a que mais alcança os brasileiros. Com sua grande capacidade de influenciar pessoas exerce papel quase que determinante na construção de modelos comportamentais sociais, influenciando diretamente a convivência social. No entanto, esse poder ao invés de contribuir pra a formação social, na maioria das vezes vem destruindo valores e disseminando atitudes contrárias a ética, a moral, ao bom senso. Fernandes & Fernandes (2002) salienta que a violência, estupros, prostituição, palavrões, crimes de toda natureza, tem ocupado cada vez mais os enredos das telenovelas, de forma tão natural, que acabam por “estimular nos mais fracos o cometimento de atos idênticos ou assemelhados”.

A primeira forma de prevenção é o combate aos fatores que induzem freqüentemente as pessoas a praticar o delito, neutralizando o problema antes que ele apareça, com uma educação de qualidade, bem-estar, acesso a uma boa saúde, moradia etc.

A outra forma de prevenção seria com cuidados maiores voltados para aqueles cidadãos que são predispostos a praticar o crime. Outra forma, não menos importante é voltada para a população encarcerada, evitando a sua reincidência, através de programas



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

de ressocialização e reinserção social, amparando tanto o preso quanto a sua família. Portanto, para o combate eficaz tanto da criminalidade quanto da violência urbana será através de políticas preventivas e de medidas que ataquem a origem dessa problemática.

BIBLIOGRAFIA

PANTALEÃO, Juliana F.; MARCOCHI, Marcelo C. Violência e condição social: o homem é fruto do meio?. In: **Boletim Jurídico**. Uberaba/MG, a. 2, nº 78. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=271>. Acesso em: 22/05/11.

MONTE, Jéssica. **A violência urbana e suas formas de prevenção**. Fortaleza (CE). Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3762/A-violencia-urbana-e-suas-formas-de-prevencao>. Acesso em: 22/05/11.

DA SILVA, Jorge. **Criminologia Crítica-Segurança Pública e Polícia**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

FERNANDES, Newton. **Criminologia Integrada**. 2. ed. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2002.

GARCÍA-PABLOS, de Molina Antonio; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos**. 4. ed. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2002.

RIZZOLO, Fernando. **Educação e Criminalidade**. Disponível em: <http://www.direitolegal.org/artigos/educacao-e-criminalidade/>. Acesso em: 16/05/2011.



TEORIA E PRÁTICA EM ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Graciela Constantino¹

RESUMO: Essa comunicação visa divulgar o Projeto de Extensão fornecendo continuidade ao Serviço de Orientação Profissional na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) iniciado por meio da pesquisa-tese da autora. Objetiva colaborar com as escolhas profissionais mais assertivas, pois as errôneas estão causando evasões nos cursos universitários. Destinada à formação de professores do Ensino Médio, para que sejam multiplicadores do conhecimento. A globalização produz uma massificação cultural, um descentramento de sujeito e as identidades estão homogeneizando-se de acordo com o consumo ditado pela órbita do mercado, desorientando o jovem em suas escolhas profissionais. Políticas públicas direcionadas à Orientação Profissional minimizam a desinformação, a dúvida na escolha de profissão, as evasões universitárias, pois ao auxiliar o centramento do sujeito, contribuí-se para escolhas mais assertivas, para a satisfação pessoal e profissional, portanto para a competência e para o bem-estar social.

PALAVRAS CHAVES: orientação profissional, adolescência, formação de professores.

INTRODUÇÃO

Há uma desconsideração por parte das políticas públicas quanto à Orientação Profissional. Tal descaso está comprometendo a competência profissional e, em uma esfera mais ampla, (des)valorizando ainda mais o trabalhador brasileiro, comprometendo a sua saúde e não compactuando com a demanda social da sociedade das transformações rápidas de mercado oscilante e profissionais polivalentes.

A Orientação Profissional reformula-se, passa por transformações, reorganizações de suas técnicas e procedimentos, revendo seus critérios de maturidade para as escolhas profissionais, baseados nas características de personalidade: a determinação, a responsabilidade, a autonomia, o autoconhecimento, conhecimento da realidade educativa e sócio-profissional, e também incluindo outros como solicita o mercado: a flexibilidade, a resiliência, o complexo espontaneidade/criatividade. (ASSIS, 2006).

¹ Profa. Dra. do Departamento de Pedagogia da UNEMAT. Email: gracielaconstantino@uol.com.br



Há aumento significativo de profissões no mercado devido as rápidas transformações globais, confundindo, causando mais dúvida quanto à escolha da profissão devido há tantas novas. A teoria da Psicologia pioneira e, “de ponta” que mais atende a necessidade do mercado toyotista de relações horizontais, as reflexões dos jovens que se desenvolvem e aprendem nas identificações secundárias grupais é o *Psicodrama*.

Ao se reformular e se adequar ao novo mundo do trabalho flexível, visibiliza-se sua inclusão na educação desde os primeiros anos da escolarização, pois cumpre o papel de “ajudar” o jovem na sua orientação profissional, nas decisões de cursos, ocupações geradoras de auto-sustento, realização pessoal e a formação de identidade profissional competente que está articulada à qualificação profissional.

A globalização (Santos, 2006) produz uma massificação cultural, um descentramento de sujeito (Hall, 1999) e as identidades globais da juventude atual devido a diluição das fronteiras culturais estão homogeneizando-se de acordo com o consumo ditado pela órbita do mercado (Guatarri e Rolnik, 2000). Políticas públicas direcionadas à Orientação Profissional minimizam a desinformação, a dúvida na escolha de profissão e as evasões universitárias.

Em feixe a essas idéias, esse trabalho de pesquisa intervêm junto a uma adolescência (Aberastury, 1981) denominada hoje no mundo globalizado de geração *Zapping* (Levenfus, 2002), com afeto deslocado para os instrumentos da mídia: vídeos-game, chats de relacionamentos, Orkut, messenger, MP3, MP4, celulares, contribuindo para escolhas profissionais mais assertivas e satisfeitas podendo a escolha profissional representar oportunidade única para se cursar o Ensino Superior em uma Universidade Pública.

Quanto ao mundo do trabalho hoje, no sistema de trabalhista toyotista visa a qualidade total e prima-se por profissionais “*polivalentes ou multifuncionais*” por exigir multifunções, e o trabalhador que dele participa deve pensar e fazer *pelo e para* o capital, articulando seu trabalho ao capital, e na medida em que o faz intensifica o sentimento de menos-valia causado pela valorização do produto, distanciando da valorização humana e do potencial espontâneo a ela inerente.



Diante desse panorama, compôs-se esse Projeto de Extensão em interface com a pesquisa/FAED/PROEC/FAPEMAT, sendo-o *piloto*, pois por meio da pesquisa-tese da autora verificou-se a necessidade de um Serviço de Orientação Profissional na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), para atender a comunidade e, por meio do primeiro Curso de Formação de Professores em 2008, realizou-se a implantação do Serviço de Orientação Profissional, sendo-o legitimado pela Portaria n.129/2010/UNEMAT.

À época formaram-se nessa temática do conhecimento 20 (vinte) professores do Ensino Médio da rede pública e privada do município de Cáceres-MT e hoje por meio desse Projeto em andamento capacitaram-se mais dezessete professores na primeira etapa finalizada 2011/01 e mais vinte professores serão convidados em 2011/02, para que sejam multiplicadores do conhecimento em suas realidades escolares, objetivando melhor compreensão e apoio ao jovem mato-grossense no momento de suas escolhas profissionais, contribuindo assim, com a demanda social e para a aquisição de mais um requisito diferenciado dessa Universidade sem muros e sem fronteiras, para a sua valorização e continuidade.

Na Pesquisa-Tese a Categorização dos Dados foi decodificada de acordo com “núcleos de sentido” de Bardin (1977), constituindo-se uma pesquisa intervencionista, de cunho quantitativo e qualitativo e a mensuração deles realizada por meio de tabelas e gráficos, também para a codificação dos dados avaliativos atuais serão realizadas mensurações, até o momento as avaliações são positivas com relatos significativos para a continuidade do Projeto de Extensão em Interface Pesquisa, conforme se pode observar abaixo.

As análises e interpretações obtidas nas avaliações demonstram o sucesso do Curso de formação de professores oferecido por esse Projeto na temática Orientação Profissional promovendo conhecimentos teóricos e práticos a respeito adolescência, da identidade em tempos de globalização, da expectativa da continuidade desse trabalho, a partir desse Projeto de Extensão em interface pesquisa pode-se corresponder à solicitação dos *sujeitos da pesquisa*: os gestores da Unemat, os 10 (dez) Coordenadores, e dez por cento de 292 (Duzentos e noventa e dois) professores e 2920 (Dois mil



novecentos e vinte) alunos das escolas públicas e privadas do Ensino Médio da cidade de Cáceres-MT.

Atende a expectativa e necessidade da comunidade conforme a identificação e intervenção já sendo realizada desde a pesquisa-tese e sua relevância científica fundamenta-se na formação da condição humana, auto-conhecimento, auto-superação e Resiliência, sendo uma possibilidade aos alunos adolescentes das escolas públicas e privadas sanarem suas dúvidas e especulações existentes, pois teoricamente as escolhas profissionais determinam a satisfação pessoal, requisito a *competência profissional*, para a colocação de profissionais espontâneos e criativos no mercado, colaborando com o bem-estar social e o desenvolvimento socioeconômico.

Hoje a Orientação Profissional atinge o jovem normal que passa por transtornos e desequilíbrios inerentes ao período do desenvolvimento adolescente e nesse sentido realiza a psicoprofilaxia dos futuros profissionais atuantes no mercado de trabalho.

E, no período da escolha profissional em geral o jovem transita entre as faixas etárias 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) anos e segundo os Infográficos cidades do IBGE (Senso - 2010) há no município de Cáceres-MT, uma população predominantemente jovem reunindo nessa faixa etária um montante de 9.418 (nove mil quatrocentos e dezoito) pessoas do gênero masculino e de 5.242 (cinco mil duzentos e quarenta e dois) do feminino.

Sendo, o Serviço de Orientação Profissional oferecido por esse Projeto de Extensão um apoio aos professores da rede pública e privada, porque ao multiplicarem seus novos conhecimentos junto aos *jovens mato-grossenses colaboram com escolhas profissionais mais assertivas, menos dissociadas da realidade sócio-cultural*.

Finalmente, trata-se de uma pioneira colaboração nessa área do conhecimento, na qual o MEC (Ministério da Educação e Cultura) visibiliza potencializar, diante do crescente número de evasões nos cursos universitários, gerados pelas escolhas errôneas, onerando os gastos públicos, sendo-o salutar para as Ciências Humanas, à Educação, à Orientação Educacional essa intervenção e divulgação, devida sua ação psicoprofilática na formação dos futuros jovens trabalhadores brasileiros.



OBJETIVO GERAL

Dar continuidade a pesquisa-tese que implantou o Serviço de Orientação Profissional na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), atendendo a demanda social identificada na comunidade universitária e nas Escolas Públicas e Privadas do Ensino Médio.

Objetivos Específicos

1. Divulgar a Orientação Profissional no Ensino Médio no Estado de Mato Grosso.
2. Colaborar para escolhas profissionais mais assertivas, a satisfação pessoal e profissional do futuro trabalhador.
3. Minimizar a evasão nos cursos universitários.
4. Minimizar o impacto orçamentário administrativo em função das vagas ociosas.

METODOLOGIA

Trata-se da aplicação de um Curso Teórico e Prático, destinado a formação de professores do Ensino Médio Público e Privado por meio de doze Encontros (Módulos temáticos) teóricos e práticos nessa abordagem do conhecimento (Orientação Profissional), sendo 04 (quatro) horas semanais para cada Encontro.

Para esse Curso de Formação teórico-prática, são recrutados (20) vinte Professores por etapa. Assim, foram inscritos vinte professores sendo-os 02 (dois) professores por Escola do Ensino Médio Público e Privado do município de Cáceres-MT. As inscrições são realizadas nas Escolas participantes nas Secretárias destas.

ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Conteúdo teórico:

Módulos temáticos teóricos- práticos com conhecimentos da Psicologia, do Psicodrama e seus jogos dramáticos e da Orientação Profissional, exibidos nas aulas



expositivas, discussões, e na aplicação de jogos dramáticos específicos à área, redações e questionário.

Recursos materiais para as exposições: Retro-projetor e data-show; contendo as *noções básicas* necessárias a formação do professor do ensino médio na temática Orientação Profissional em tempos globais.

Conteúdo prático:

Aplicação de Jogos dramáticos, questionário e redações, sendo-os ações dirigidas aos adolescentes, vivenciadas pelos professores, para após multiplicarem a experiência em suas escolas.

Tais instrumentos possibilitam aos professores uma melhor compreensão acerca dos anseios, sonhos e expectativas do adolescente hoje, em tempos de globalização, a construção do conhecimento na temática Orientação Profissional, como também a possibilidade de auxiliar o jovem na tomada de consciência de seus objetivos, promovendo-lhes a possibilidade de reflexão acerca de suas escolhas profissionais.

Os mesmos instrumentos já foram utilizados junto ao DCE (Diretório Central dos Estudantes) atendendo aos semestres iniciais dos cursos de graduação e no Cotuca (Colégio Técnico de Campinas) ambos da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), em seu mesmo Projeto de Extensão à comunidade, de autoria do Prof. Dr. Valério José Arantes, orientador da tese da autora e responsável pelas disciplinas: Psicologia da Educação e a de Psicodrama aplicado à Educação daquela Universidade.

Atividades:

Primeiro horário: Duas horas

PRIMEIRO MÓDULO	Psicanálise e Educação
SEGUNDO MÓDULO	Teoria de Erik Erikson
TERCEIRO MÓDULO	Orientação Profissional
QUARTO MÓDULO	Psicodrama
QUINTO MÓDULO	Jogos Dramáticos



SEXTO MÓDULO	Quadro de Referência (Formação de Identidade e e Escolha Profissional)
--------------	--

Segundo horário: Duas hora

PRIMEIRO MÓDULO	Jogo dramático e questionário investigativo
SEGUNDO MÓDULO	Jogo dramático e Redação
TERCEIRO MÓDULO	Jogo dramático e Redação
QUARTO MÓDULO	Jogo dramático e Redação
QUINTO MÓDULO	Jogo dramático e Redação.
SEXTO MÓDULO	Jogo dramático e feedback do grupo

RESULTADOS

A continuidade da pesquisa-tese da autora contribui e atende aos objetivos propostos, pois visibiliza-se minimizar a evasão nos cursos universitários, contribuir para escolhas profissionais mais assertivas e com a satisfação pessoal e profissional do jovem de hoje, em dúvida quanto a escolha de profissão, diante de tantas novas profissões existentes no mercado, potencializando essa temática não priorizada no contexto educacional brasileiro.

Os indicadores de avanços ocorrem de acordo com a dinamização da temática; Orientação Profissional em tempos de globalização nas escolas de origem dos professores participantes, por meio de Questionários dirigidos aos Coordenadores das escolas do Ensino Médio após a realização do Curso de Formação e a partir de Palestras de acordo com a demanda das escolas do Ensino Médio, pois até o momento há escasso interesse de políticas públicas voltadas para a Orientação Profissional, no entanto o MEC (Ministério de Educação e Cultura) sinaliza a relevância de potencializar essa área do conhecimento, incentivando o jovem na escolha da profissão e colaborando com a minimização da evasão universitária.

Por meio da formação teórica e prática de professores do Ensino Médio em Orientação Profissional colabora-se com as escolhas profissionais de jovens incertos e



em dúvidas quanto a escolha de profissão, minimizando o impacto causado pela ausência ou parca discussão nos eixos educacionais sobre essa temática necessária e psicoprofilática ao desenvolvimento normal e à aprendizagem.

Compreende-se nos dados obtidos que durante décadas no Brasil, a Orientação Profissional foi limitada aos contextos clínicos e cursinhos pré-vestibulares particulares, prejudicando ainda mais os de não acesso a mídia globalizada e a cursos não públicos.

Tal distanciamento e parca intervenção das políticas públicas nessa área do conhecimento hoje impacta os gastos públicos devido as vagas ociosas nas universidades públicas brasileiras, um investimento nesse Projeto de Extensão colabora pode reverter esse impacto causado pelo descaso público de décadas nessa área do conhecimento.

Assim, identificou-se que revitalizar a Orientação Profissional, e por meio dela resgatar e intervir na formação humana contribui com as Ciências Humanas, tanto para escolhas profissionais bem-sucedidas, como também para diminuir os gastos públicos.

Como também, que a mídia, as telecomunicações, os conselhos, as associações, os sindicatos e outras entidades representativas e autoridades educacionais e da sociedade são bem-vindos enquanto parceiros nesse processo.

Finalizando, observa-se que esse Projeto de Extensão em interface pesquisa/PROEC/FAPEMAT em andamento e com término previsto para março/2012, trilha por paradigmas solidários, interativos e emancipatórios na medida em que promove possibilidade de um Serviço de Orientação Profissional por meio do Curso de Formação: teórico-prático direcionado aos profissionais da educação, capacitando-os nessa temática do conhecimento, sendo um apoio, uma orientação e uma intervenção precisa nas dúvidas dos seus alunos quanto à profissão escolher diante de um mercado oscilante, do modelo de trabalho Toyotista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio; et al. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Tradução de Suzana Maria Garagorey Ballve. Porto Alegre: Editora Artmed, 1981. 92 p.



ANAI DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

ARANTES, Valério José. **Psicodrama e orientação profissional**. Campinas, São Paulo: Tese de Livre Docência. Campinas: UNICAMP, 2002. 156 p.

ASSIS, S.G. **Resiliência**: Enfatizando a proteção dos adolescentes (UNICEF). Porto Alegre: Editora Artimed, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Neto e Augusto Pinheiro. Portugal: Edições 70, 1977. 225 p.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005. 105 p.

BOCK, ANA Mercês B; *et al.* **A escolha profissional**. 2ª edição. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 1995. 247 p.

BOCK, Silvio Duarte. **Orientação profissional**: a abordagem sócio - histórica. São Paulo: Editora Cortez, 2002. 188 p.

CONSTANTINO, Graciela. Teoria e prática em orientação profissional. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2009. 256 p.

_____. A influência das experiências profissionalizantes da Escola de Aplicação nas escolhas profissionais de seus alunos, visando a implantação de um Serviço de Orientação Profissional. **Revista da Faculdade de Educação**. Unemat/ Cáceres-MT. Ano II, v. 2, n.2/ Jan-Jun. 2004, 244 p. pp. 108-119. ISSN: 1679-4273.

_____. Identidade, diferenças e exclusão: conexões com a educação. In: **Anais do Encontro Nacional dos Professores do PROEPE**. XXIII, 2006, Águas de Lindóia-SP. Educação e Inclusão Social. FE/UNICAMP. Campinas: Art Point, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Novas perspectivas para o ensino médio**. Secretaria de Estado da Educação - SEDUC. Mato Grosso, 1997.

GUATARRI, Félix. Os dilemas contemporâneos na cultura e na sociedade: O novo paradigma estético. In: SCHNITMAN, Dora Fried; *et al* (org); **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. pp. 121-132.

GUATARRI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2000. 327 p.

HABERMAS, Jünger. **O futuro da natureza humana**. Tradução de Karina Janini. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004. 159 p.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3ª edição. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1999. 102 p.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**: O jogo como elemento da cultura. Tradução de João Paulo Monteiro. 2ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva. 1980. 242 p.
IBGE. **Senso 2010 cidades**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 23/05/2011.

KUENZER, Acácia Zeneida. **O ensino médio agora é para a vida**: entre o pretendido, o dito e o feito. Educação e sociedade. Vol.21, n. 70, p. 15-29, abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo/artigos>>. Acesso em: 12 de abr. 2007.

LEVENFUS, Rosane Schotgues; SOARES, Dulce helena Penna (orgs.); et al. Técnicas e jogos grupais para utilização em orientação profissional. In: **Orientação vocacional ocupacional**: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa. Porto Alegre, RS: Editora Artmed, 2002, pp. 307-322.



RIO PARAGUAI NA CIDADE DE CÁCERES/MT: uso e ocupação no entorno

Ademir Barbosa¹

Renilda Miranda Cebalho Barbosa²

Gustavo Roberto dos Santos Leandro³

RESUMO: O estudo objetivou descrever o uso e ocupação da margem esquerda do rio Paraguai, compreendendo o trecho entre a confluência da baía do Malheiros com o rio e a ponte Marechal Rondon em Cáceres-MT. Diante disso fez-se necessário analisar a importância do recurso hídrico para as atividades desenvolvidas, abordando as condições ambientais estabelecidas no espaço urbanizado. Os procedimentos metodológicos para a elaboração e sistematização do estudo, se deram inicialmente através de levantamento bibliográfico sobre a temática. Nos trabalhos a campo realizou-se descrição do uso e ocupação da margem esquerda do rio Paraguai, através de observação, aplicação de questionários e registros icnográficos. Para melhor sistematização do trabalho, a área de estudo foi dividida em trechos. O segmento encontra-se no alto curso do rio Paraguai com extensão de 1000 metros. Nos últimos anos, ocorreu um crescimento expressivo no uso e ocupação do entorno, sobretudo a expansão de bairros limítrofes a margem esquerda do rio Paraguai com a inserção de áreas residenciais e comerciais.

PALAVRAS-CHAVE: Cáceres-MT, rio Paraguai, uso e ocupação, erosão de margens.

INTRODUÇÃO

O rio Paraguai na região de Cáceres-MT é caracterizado por um segmento em que o canal e a planície fluvial estão bem definidos, sendo o principal canal de escoamento do Pantanal. Sua nascente principal encontra-se nas bordas do Planalto dos Parecis, na cota altimétrica de 480 m, no município de Diamantino. Percorre a depressão do rio Paraguai com altitudes, que variam de 98 a 280m (SOUZA, 2004).

Documentos etnográficos sobre a região mostram que a navegação do rio Paraguai iniciou com o uso de pequenas canoas feitas de troncos de árvores e movidas a remo,

¹ Graduado em Geografia pela UNEMAT. Professor da Rede de Ensino do Estado de Mato Grosso. Email: ademirbarbosa1969@hotmail.com.br

² Graduada em História pela UNEMAT. Professora da Rede de Ensino do Estado de Mato Grosso. Email: renimiran@ibest.com.br

³ Acadêmico do Curso de Geografia da UNEMAT. Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq. Email: gustavo807@yahoo.com.br



utilizadas pelos índios para se locomoverem para outros locais. O desenvolvimento da navegação ocorreu a partir do século XVI, no momento em que os europeus iniciaram a colonização na América, época em que expedições espanholas navegaram com embarcações maiores pelo rio Paraguai. No século XVIII, o rio Paraguai era usado para o transporte de produtos necessários ao abastecimento das fazendas e do núcleo urbano (Cáceres), também para o escoamento da produção das fazendas ribeirinhas (carne bovina) e do ouro proveniente da capital do Estado, Vila Bela da Santíssima Trindade (SOUZA, 2004).

A ocupação da planície iniciou-se no século XVIII, com o surgimento do povoado de Cáceres, em 1772, à margem esquerda do rio Paraguai. Atualmente, no perímetro urbano de Cáceres, as margens encontram-se totalmente ocupadas por ruas, residências, áreas e recreação, comércio, indústrias, ancoradouros e a área portuária.

Na última década, ocorreu um crescimento expressivo da navegação, principalmente pelo uso de barcos de pequeno e médio porte, bem como a navegação com grandes embarcações e comboios de chatas para transporte de grãos.

Sendo assim, o presente estudo objetivou descrever o uso e ocupação da margem esquerda do rio Paraguai, compreendida entre a confluência da baía do Malheiros com o rio Paraguai e a ponte Marechal Rondon na cidade de Cáceres - MT.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de Estudo

A área de estudo compreende o segmento do perímetro urbano de Cáceres – MT no segmento do rio Paraguai entre a confluência com a baía dos Malheiros e a ponte Marechal Rondon. Encontra-se entre as coordenadas geográficas 16°03'30" e 16°05'00" latitude Sul e 57°41'00" e 57°42'00" longitude Oeste (Figura 1).



Figura 1: Localização da área de estudo.
Fonte: BARBOSA, 2008.

Levantamentos bibliográficos

Levantamentos e fichamentos de obras que tratam da temática, como teórica para o estudo.

Trabalho de campo

Para reconhecimento da área de estudo foi necessária realização de trabalho de campo, onde foi feita análise ambiental, através de observação, descrição da área, levantando informações sobre uso e ocupação da margem esquerda do rio Paraguai e o grau de degradação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uso do solo em áreas urbanas

O homem modifica a paisagem para construção de casas, edifícios, fábricas, indústrias e dentre outros, com esse processo ocorre um desequilíbrio natural, provocando com isso enchentes urbanas que são advindas com o aumento da precipitação, vazões dos picos de cheia e estrangulamento das seções transversais do



rio, causados pelas obras de canalização, assoreamento, aterro e lixo nas zonas urbanas (CUNHA e GUERRA, 1996).

Dentre as modificações geradas pela ocupação do espaço urbano, e que são responsáveis por importantes alterações no ciclo hidrológico nessas áreas, destaca-se a impermeabilização do terreno, através das edificações e da pavimentação das vias de circulação (BOTELHO, 2004).

Segundo Tucci (1995), a falta de infraestrutura faz sentir-se sobre outros itens relacionados aos recursos hídricos: abastecimento e tratamento de esgotos. A divisão da margem esquerda em trechos para estudo permitiu descrever a situação atual de cada ponto, principalmente no que refere ao uso e aos impactos associados. Sendo possível observar os mais diversas atividades desenvolvidas (áreas com residências, comércios, ancoradouros), além da contaminação do rio com dejetos provenientes do uso incorreto da rede pluvial da cidade.

Ocupação das margens do rio Paraguai e impactos associados

O segmento do rio Paraguai analisado possui aproximadamente 1 km de extensão, compreendendo entre a baía do Malheiros e a Ponte Marechal Rondon. O rio Paraguai caracteriza-se na área estudada com padrão de canal meandrante, com curvas sinuosas e semelhantes entre si, com trabalho contínuo de escavação na margem côncava e de deposição na margem convexa e em virtude desse fator, a margem estudada apresenta grande mobilidade (margem côncava). O nível da margem (barranco) é mais alto em relação ao nível da água, a calha apresenta-se mais profunda, com maior velocidade do fluxo e, pôde ser constatado que a vegetação ciliar deu lugar as edificações, decorrentes das ações antrópicas e que esses fatores coadunam para a erosão fluvial (Figura 2).



Figura 2: Vista parcial da área central de Cáceres onde observa-se muro de arrimo e erosão marginal.

Fonte: GUNNER, S/D.

A divisão da margem esquerda em trechos permitiu descrever a situação atual encontrada em cada trecho, principalmente no que refere ao uso e os impactos associados. Sendo possível observar os mais diversos tipos de uso, tais como: captação d'água para abastecimento; áreas residenciais; comércios; ancoradouros; além da atividade portuária.

Trecho 1

Neste trecho (área central) a paisagem encontra-se totalmente descaracterizada, as margens são ocupadas por ancoradouros, residências, restaurantes, áreas de lazer e áreas com calçamento para acesso das embarcações. Na face do barranco, na tentativa de conter a erosão, foram realizadas obras de engenharia (muro de arrimo). Os muros de arrimo são de concreto ou de blocos de rochas. As grandes embarcações de transporte de turistas, como os barcos hotéis, se utilizam desses ancoradouros para sua permanência, para embarque e desembarque de seus usuários, além de produtos e mercadorias (Figura 3).



Figura 3: Margem esquerda do canal secundário (área central), rio Paraguai, ao fundo embarcações ancoradas.

Fonte: GUNNER, S/D.

Trecho 2

O trecho dois refere-se ao local onde se realiza a captação d'água para abastecimento da população, sob responsabilidade da empresa terceirizada Nortec. A captação de água para tratamento e distribuição à população é feita abaixo dos principais dutos de dejetos e detritos oriundos da precária rede pluvial da cidade que por sua vez tem como função inicial o escoamento das águas de precipitação. A rede pluvial da cidade deveria ser para o escoamento das águas pluviais, no entanto, de forma clandestina é utilizada para conduzir o esgoto urbano para o rio Paraguai (Figura 4).



Figura 4: Captação de água no rio Paraguai.
Fonte: BARBOSA, 2008.

Trecho 3

Neste trecho é evidente a erosão fluvial, sendo o processo, acelerado pelo escoamento superficial. A pavimentação asfáltica no bairro São Miguel contribuiu para o direcionamento e aumento do fluxo das águas pluviais para o rio Paraguai. Moradores do local perderam suas casas e outros já estão com seus quintais comprometidos devido à erosão marginal. A área pode ser considerada como área de risco, sujeita a desmoronamentos (solapamento basal). Verifica-se que foram construídas proteções nas margens, mas encontram-se quase totalmente retiradas devido ao grande fluxo de água, principalmente no período chuvoso (Figura 5).



Figura 5: Erosão marginal e muro de arrimo no rio Paraguai.
Fonte: BARBOSA, 2008.

As alterações das margens são evidentes, pois as ações antrópicas dão uma nova caracterização a estas transformando a paisagem natural, o que, conseqüentemente, compromete o ambiente. A mata ciliar foi substituída por uma vegetação rasteira que não oferece sustentabilidade para o solo. A paisagem em toda a área foi modificada pelas obras de engenharia, através da construção de ancoradouros, galpões, canalizações, diques marginais de contenção, entre outros. A erosão das margens pode estar associada a dois fatores: a própria dinâmica do rio, principalmente pela erosão hidráulica devido o contato das ondas com a margem ou pode também estar associada a movimentação das embarcações no rio; o outro fator está vinculado ao escoamento superficial nas margens provocado pelas águas pluviais, originando processos erosivos, o que influi para o aumento da carga de sedimentos no rio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação no espaço urbano interfere na dinâmica das águas, bem como em sua qualidade, pois as principais fontes de poluição referem-se ao esgoto, a poluição orgânica e a grande quantidade de lixo (poluição por resíduos sólidos), problemáticas estas, já verificadas na cidade de Cáceres, com as alterações promovidas nas margens do rio



Paraguai, sobretudo a esquerda onde se implantou o perímetro urbano do município. Com isso a contaminação do recurso hídrico assume caráter de questão de saúde pública, pois o local de captação para abastecimento da cidade encontra-se abaixo de pontos onde são lançamentos poluentes de ordem residencial, hospitalar e comercial.

Constatou-se ainda que alguns segmentos se caracterizam como áreas de risco por sofrerem processo natural de erosão fluvial maximizado pelo uso inadequado do solo, sendo assim, cabe ao poder público definir medidas preventivas de segurança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, R. G. M.; SILVA, A. S. Bacia hidrográfica e qualidade ambiental *In*: VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. (org.) **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004. p. 153 -192.

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. Degradação ambiental. *In*: Guerra, A. J. T.; Cunha, S. B. (orgs.). **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 337-379.p

SOUZA, C. A. **Dinâmica do corredor fluvial do rio Paraguai entre a cidade de Cáceres e a Estação Ecológica da ilha de Taiamã/MT**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2004. 173 p.

TUCCI, C. E. M. Inundações urbanas. *In*: TUCCI, C. E. M *et al.* (orgs.). **Drenagem urbana**. Porto Alegre - RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 1995.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

REFLEXÃO QUANTO À VIOLÊNCIA URBANA NO BRASIL E A EFICÁCIA DO CONTROLE SOCIAL CRIMINOLÓGICO

João Guilherme Barroso Quintino¹

Marcio Lourenço Pereira²

Vívian Lara Cáceres Dan³

INTRODUÇÃO

Com o escopo de aprimorar o conhecimento acadêmico, tecemos algumas reflexões sobre a violência urbana no Brasil associando o tema a conteúdos da disciplina Criminologia ora explanados no âmbito da faculdade de Direito na Universidade do Estado de Mato Grosso.

O assunto que escolhemos para iniciar essa necessária e urgente análise sobre a violência urbana e o controle social criminológico foi o massacre do dia 07 de abril de 2011, assassinato em massa de crianças, ocorrido na Escola Municipal Tasso da Silveira em Realengo no Rio de Janeiro. Na data do acontecimento estávamos em aula, na disciplina de Criminologia, reunidos em grupo para discussão e produção textual sobre dois temas correlatos: o primeiro tema relacionava-se a depoimentos de delinqüentes e psicopatas e a problemática das prisões que não vêm cumprindo seu papel de ressocialização dos infratores e a segunda reportagem tecia sobre o Estado com rédea frouxa ante a corrupção de um dos agentes do controle social formal: a polícia (MEIER e TEIXEIRA, 2010).

Diante do exposto, analisaremos a violência urbana sob o aspecto criminal bem como os problemas oriundos da mesma, sobretudo, o aumento da criminalidade no âmbito nacional. Deixamos a encargo de cada leitor, ir além da nossa sucinta reflexão e, pensar sobre os problemas que estão a nossa volta questionando-se sobre a

¹ Acadêmico do Curso de Direito da UNEMAT. Email: joaoguilhermebq@hotmail.com

² Acadêmico do Curso de Direito da UNEMAT. Email: lorenzzo21@hotmail.com

³ Professora colaboradora do Departamento de Direito (2011) da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) na linha de pesquisa: Estado e Poder. Email: viviancdan@hotmail.com



“responsabilidade” em poder da sociedade e do Estado, representado respectivamente pelo controle social informal e controle social formal.

Frente a gama de materiais consultados, torna-se de fundamental importância iniciar o texto falando sobre índices demográficos essenciais para a compreensão, por exemplo, de problemas estruturais, que contribuem diretamente para o aumento da violência urbana no país.

Até os idos da década de 50 e 60 o Brasil era um país de características predominantemente rural. Até a década de 70 não passávamos de 90 milhões de habitantes, a partir daí ocorre o fenômeno conhecido historicamente como “explosão demográfica”. Nos últimos 40 anos o país teve sua população aumentada em mais que o dobro. Segundo o Censo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - atualmente somos aproximadamente 190.732.694 brasileiros, formando em todo território nacional centenas de aglomerados urbanos (IBGE, 2010).

Com a elevada população em evidência, o Brasil manteve uma estrutura política organizacional defasada, ineficaz refletindo na prática a incapacidade de proporcionar efetivamente os direitos à cidadania garantidos na Constituição Federal. Um exemplo claro está contido na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º onde; “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]”. Principalmente a camada mais pobre da população brasileira está sedenta de infraestrutura básica e necessita principalmente de uma base sólida no que diz respeito à saúde, educação e segurança pública.

O massacre acontecido em Realengo é sinônimo dessas ausências ou dessas garantias que não estão atendidas. O que aconteceu deixou todos os brasileiros chocados, inclusive, fez com que a mídia levantasse algumas questões sobre como tal atentado poderia ser evitado. Uma grande parte da sociedade se manifestou quanto à falta efetiva de segurança, que, aliás, é garantida a todo cidadão brasileiro conforme rege a Constituição Federal no caput do art. 144 - “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas [...]”. Pena tal incolumidade não tenha sido preservada,



acontecendo o ato terrorista que veio ceifar vidas de crianças inocentes de uma forma brutal e injustificada.

Observamos que a violência urbana vem se interiorizando. Erroneamente, sempre associamos a violência urbana aos grandes centros urbanos. No entanto o que se enxerga atualmente é que a violência urbana tem aumentado nas cidades do interior devido à rota de droga pelo país, principalmente em cidades interioranas e fronteiriças como é o caso da cidade de Cáceres-MT. Os altos índices de homicídios e assaltos nessa cidade avançam a cada dia de forma alarmante. Não podemos deixar de destacar a ação do Governo Federal que atento, criou uma nova modalidade de Polícia de Fronteira, divulgada até na mídia nacional em horário nobre. Tudo para manter o equilíbrio e zelar pela segurança nacional. Enquanto isso, algumas escolas em Cáceres foram fechadas e outras tantas caminham para a decadência devido à falta de estrutura, segurança, materiais de apoio pedagógico, psicólogos, leis mais condizentes com a realidade escolar, enfim, mais uma vez investimento mínimo para Educação.

Dentro do contexto geral da violência urbana no Brasil e no mundo, estudiosos utilizam direta ou indiretamente a disciplina criminologia como parâmetro para a compreensão desse mal que assola a população dos centros urbanos. Sendo assim, torna-se de fundamental importância dissertar sobre a criminologia tangenciando seu conceito, método e objeto.

Penteado Filho (2010, p.19), conceitua a Criminologia como a “ciência empírica (baseada na observação e na experiência) e interdisciplinar, que tem por objeto de análise o crime, a personalidade do autor do comportamento delitivo, da vítima e o controle social das condutas criminosas”. O autor supracitado deixa claro que o método da criminologia se baseia no empirismo e na interdisciplinaridade e tem como objeto o crime ou delito, o delinquente ou infrator, a vítima e o controle social.

Em alguns compêndios que versam sobre a criminologia moderna, observamos que o positivismo de Augusto Comte foi o responsável por expandir o método empírico e deixar de lado o silogismo, o método abstrato hora utilizados pela escola clássica. É relevante expor que o saber empírico da criminologia (baseado no real, onde a explicação



científica é fundamento para compreender o problema do crime) se diferencia do Direito que aborda o saber de forma puramente normativa.

O método empírico não é o único método da criminologia. Conforme abaixo especificado:

Quanto à complexidade do homem e dos fenômenos sociais: a criminologia complementa o método empírico com outros de natureza qualitativa, não incompatível com aqueles capazes de interpretar e captar o significado profundo do drama criminal, para os mórbidos dados e análises estatísticas. (MOLINA e GOMES, 2010).

Uma vez a parte do conceito e método da criminologia, os relacionamos com os objetos da criminologia, com suas especificidades procurando mostrar sua conexão dissociável ao entendimento da violência urbana.

O crime ou delito juntamente com a pessoa do delinqüente foram objetos bastante utilizados pela criminologia durante os processos de investigação criminológica. Para a Criminologia o crime é tido como um problema social e comunitário e não apenas como particular, individualizado. Em seu aspecto natural o delito ou crime acontece quando são ofendidos dois sentimentos básicos para o convívio pleno em sociedade, são eles: a probidade e a piedade. Assim como no método, existe a distinção em que para a criminologia o crime se manifesta como fato social, enquanto para o Direito este objeto é meramente um fato jurídico.

O delinqüente ou infrator em momentos áureos do pensamento positivista é tido como figura central do objeto da criminologia. Em uma etapa moderna o infrator é colocado em segundo plano. Diante um deslocamento de interesses, a conduta delitativa, a vítima e o controle social ganham foco no quadro criminológico. Mesmo assim o delinqüente ainda é examinado em sua interdependência social.

Nas concepções doutrinárias da Criminologia muitos conceitos geraram um molde do delinqüente, uma imagem segundo o modelo clássico, positivismo criminológico, filosofia correccionalista e marxista. No modelo clássico o delinqüente possui livre controle sobre seus atos. Existe o dogma da liberdade onde o crime é reflexo do mau uso desta. Não existiam razões internas ou externas de influências. Embora pudesse fazer o bem o



delinqüente optou por fazer o mal, desrespeitou a lei ao bel prazer. As características do positivismo criminológico vêm completamente de encontro com as do modelo clássico. Destaca-se aqui, o determinismo biológico que se resume a ligação do delinqüente a sua própria patologia e o determinismo social onde o delinqüente é prisioneiro dos processos e causas alheios ao meio. A filosofia correlacionista é inspirada por Piaget. O delinqüente nesta ótica é um ser inferior, é incapaz de dar direção aos atos de sua vida, tal qual um menor de idade. Para o marxismo o crime é responsabilidade do sistema capitalista. O infrator neste caso é a vítima, é inocente e a sociedade é a culpada pelas mazelas sociais.

Diferindo substancialmente das quatro teses em síntese expostas acima, Molina e Gomes (2010) partem da premissa da “normalidade” do delito e do delinqüente. Para os referidos autores:

O homem é um ser aberto e inacabado, é um ser real e histórico do nosso tempo, que pode acatar as leis ou não cumpri-las por razões nem sempre acessíveis à nossa mente; um ser enigmático, complexo, torpe ou genial, herói ou miserável, porém, em todo caso, mais um homem, como qualquer outro. O comportamento delitivo é, portanto, uma resposta previsível, típica, esperada: normal.

Outro objeto da criminologia relaciona-se ao papel da vítima na origem do delito. Penteado Filho (2010, p. 22) verifica a “ocorrência de três grandes estágios da vítima nos estudos penais, tal qual a “idade do ouro”, a neutralização do poder da vítima e a revalorização de sua importância”. Similarmente, Molina e Gomes (2010) também tratam desses três estágios que poderiam refletir o status da vítima do delito como o protagonismo, a neutralização e o redescobrimto. Fato incontestado nesse objeto é o abandono e a desconsideração realizada pelas várias áreas do conhecimento: Direito Penal, Política Criminal, Política social e até mesmo a ciência criminológica. Apenas nas últimas décadas, com críticos e estudiosos adeptos a moderna criminologia, é que a vítima juntamente com o controle social ganha maior destaque no cenário dos objetos criminológicos.



De forma sucinta, pode-se dizer que o objeto da criminologia tido como controle social, geralmente é dividido em dois modos: o controle social formal e o informal. O primeiro modo de controle social é formado pelos órgãos estaduais que compõe o sistema de justiça criminal como a polícia, justiça, administração penitenciária, etc. Já O segundo é aquele exercido pelos grupos sociais compostos pela família, escola, profissão, opinião pública dentre outros.

Em análise, nesse cenário, mesmo diante da importância e interligação entre os objetos da criminologia, verificamos que o Controle social é o que mais se relaciona com a violência urbana na essência de seu conteúdo. Mesmo que de forma implícita, o controle social é foco das mais extensas discussões dentro da temática violência urbana no âmbito nacional.

Antes de adentrarmos em algumas questões sobre eficácia e responsabilidade, faz-se necessário embasar o conceito sobre o controle social como objeto de estudos criminológicos tratados de forma sucinta anteriormente.

Em sua obra sobre Criminologia, Molina e Gomes (2010, p.127) trazem o conceito de tal objeto, o classifica como “um conjunto de instituições, estratégias e sanções sociais que pretendem promover e garantir a submissão do indivíduo aos modelos e normas comunitárias”. Na mesma linha, Pentead Filho (2010, p.23) conceitua o “controle social como um dos importantes caracteres do objeto criminológico, constituindo-se em um conjunto de mecanismos e sanções que buscam submeter os indivíduos às normas de convivência social”. O intuito nesse caso é o de ajudar o indivíduo a adotar práticas sociais de disciplina social, regidas por agentes informais (ética, família, escola, religião, profissão, clubes de serviço etc.) e formais (Polícia, Ministério Público, Forças Armadas, Justiça, Administração Penitenciária etc.).

O que fazer diante ao esfacelamento das instâncias que compõe o controle social informal? Podemos embasar essa resposta segundo Molina e Gomes (2010, p.128); quando as instâncias informais do controle social fracassam entram em funcionamento as instâncias formais, que atuam de modo coercitivo e impõe sanções qualitativamente distintas das sanções sociais. São sanções que condenam ou atribuem ao infrator um status singular de desviado, delinqüente e perigoso.



Como observado no texto sobre a ótica da violência urbana no Brasil, nas últimas décadas o controle social formal aumenta exponencialmente a partir do efetivo investimento em segurança pública. Recentemente até as forças Armadas ganharam poder de polícia para atuar contra o crime organizado.

Infelizmente, na atual sociedade em que vivemos a tão almejada integração não esta acontecendo. O Estado capenga politicamente falando, abraça o controle formal ignorando o controle informal representado por uma sociedade também capenga, que há tempos anda sem querer ou poder de mando.

OBJETIVOS

Com o escopo de aprimorar o conhecimento acadêmico, tecemos algumas reflexões sobre a violência urbana no Brasil associando o tema a conteúdos da disciplina Criminologia hora explanados no âmbito da faculdade de Direito na Universidade do Estado de Mato Grosso. Portanto, o objetivo na escrita deste texto é o de refletir sobre o tema proposto, apontando os enfoques, real situação e dentro das nossas limitações acadêmicas, expor opiniões que possibilitem a construção do conhecimento à respeito da violência criminal e formas de combate e seu controle.

METODOLOGIA

A metodologia empregada nesse trabalho baseia-se basicamente em pesquisas bibliográficas e descritivas de trabalhos acadêmicos, conteúdos explanados em sala de aula, além de sites, artigos e reportagens publicadas na Internet e em revistas.

RESULTADOS

No Brasil, a criminalidade e a violência vem aumentando a cada década de forma preocupante, pois os dados estatísticos mostram a grande ascensão na quantidade de vítimas produzida pela violência urbana, reflexo da má educação, que é oferecida à população ao longo dos anos, do desleixo, da falta de compromisso do governo com a população na garantia dos seus direitos mais fundamentais e das péssimas condições de funcionamento dos sistemas da Justiça Criminal.



Ao nosso olhar, a educação poderia servir de alicerce para construção de uma sociedade estruturada e descriminalizada. Pena que a educação no nosso país sempre foi esquecida pelo controle estatal, e ainda caminha de mal a pior se comparado a outros países no mundo, basta acessar os últimos dados estatísticos gerados pelo IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Os vários teóricos da Criminologia atribuem ao controle social informal o papel preventivo e educacional.

Diante desse fator de controle criminal ou até outros fatores políticos e econômicos, o Brasil deveria centrar no aprimoramento da escola formando cidadãos instruídos e capacitados ao convívio social pleno. A base do controle informal se firma na educação que é de suma importância, mas infelizmente nada é feito pelo padrão de qualidade.

Como resultado tem-se uma sociedade onde a família exerce cada vez menos o seu papel: o de educar para prevenir a delinquência. A religião ao longo da história exerceu de certa forma seu modo de controle social. Porém, não pode ser considerada atualmente como fator de eficácia plena, principalmente após os escândalos de ordem sexual e econômica envolvendo agentes diretos da sua base de liderança. Assim como o pai dentro da estrutura patriarcal da família deve ter como espelho seus atos, a religião também deve seguir a mesma lógica.

Avaliando as medidas utilizadas pelo Governo do Brasil em tempo pretérito ou futuro, observamos demasiado investimento na área de segurança pública se comparado às outras áreas como saúde e educação. Nos últimos 10 anos, assim como na maioria dos Estados da federação, em Mato Grosso, o contingente policial teve seu efetivo triplicado, visando ainda, um aumento exponencial até a realização da Copa do Mundo, há ser realizada no Rio de Janeiro em 2014. Dessa forma, o que acontece metaforicamente falando é a poda parcial dos galhos de uma árvore maligna (Investimentos únicos em Segurança Pública) e não o corte do mal pela raiz (Investimentos consideráveis em Educação Pública). Investir somente em Segurança Pública não é a saída.

Observamos que a má distribuição de renda também é um dos fatores que mais influência as comunidades à violência. Porém, segundo o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) - os altos índices de violência não estão nas cidades mais pobres, mas



sim nos maiores centros urbanos, isto é, este fenômeno é visivelmente mais intenso nas áreas urbanas de maior densidade populacional, compondo cerca de 75% do total de mortes por causas externas (SIM, 2007).

O capitalismo selvagem também está relacionado aos índices de violência urbana no Brasil, país subdesenvolvido intrinsecamente ligado à economia global cujo em todo estamos inseridos. Este capitalismo provoca nas comunidades de classes baixas um sentido de revolta, por não ter condições de sobressair sob as demais classes, levando aos indivíduos dessa comunidade a procurar meios, ilícitos, para seu sucesso e ascensão nas classes superiores de forma rápida e prática, produzindo assim acentuada delinquência.

Mesmo diante os vários pontos de reflexão, não podemos gerar alguma teoria ou pensamento que seja conciso e convincente sobre a verdadeira causa da violência urbana no país. Esse fenômeno negativo pode ocorrer perante um conjunto de vários fatores que infelizmente não são tratados de forma coerente perante a sociedade e o Estado.

O efetivo policial aumenta consideravelmente a cada ano, porém, essa estratégia de mão única, ou seja, investir mais no controle formal do que no controle informal, não é suficiente para barrar a violência urbana disseminada por todo país. Quanto mais se aumenta o efetivo policial maiores são os índices de criminalidade.

Este controle oferecido pela criminologia só terá efeito caso exista uma cooperação tanto da responsabilidade do Estado através do controle social formal quanto da sociedade através do controle social informal, e só alcançará o objetivo principal, que é a diminuição da violência urbana se houver maior integração do controle social formal e informal. Só o excesso de poder coercitivo que impõem sanções, não é suficiente. Aumentar o número de presídios, aplicar leis mais severas, aparelhar a polícia, não passa apenas de uma ilusão, pois estamos tratando com delinquentes, isto é, com seres humanos e não com animais ferozes e selvagens. Infelizmente, na atual sociedade em que vivemos a tão almejada integração não está acontecendo. O Estado capenga politicamente falando, abraça o controle formal ignorando o controle informal



representado por uma sociedade também capenga, que há tempos anda sem querer ou poder de mando.

Em análise, mesmo diante da importância e interligação entre os objetos da criminologia, verificamos que o Controle social é o que mais se relaciona com a violência urbana na essência de seu conteúdo. Mesmo que de forma implícita, o controle social é foco das mais extensas discussões dentro da temática violência urbana no âmbito nacional.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

MOLINA, Antonio García-Pablo de; GOMES, Luiz Flavio. **Criminologia**. 5ª ed. São Paulo: RT, 2010.

OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. **Como a criminologia pode mudar a sua vida** [Comentário de jurisprudência]. Boletim IBCCRIM. Jurisprudência. São Paulo, v.7, n.83, p. 388, out. 1999.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SERRANO MAILLO, Afonso. **Introduccion a la criminologia**. Editora: Dykinson. 6ª ed. Madri, Espanha. In: MOLINA, Antonio García-Pablo de; GOMES, Luiz Flavio. **Criminologia**. 5ª ed. São Paulo: RT, 2010.

Revista Veja. **Massacre de Realengo**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx?termo=realengo>> Acessado em: 26/05/2011.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. **Resultados e Estatísticas**. <<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>> Acessado em: 26/05/2011.

Lélio Braga Calhau. **O controle social dos crimes**. Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/node/21852>> acessado em: 27/05/2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/calendario.shtm>> Acessado em: 27/05/2011.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

Sistema de Informações de Mortalidades. **Dados sobre mortalidade no Brasil.** <<http://www.datasus.gov.br/catalogo/sim.htm>> Acessado em: 30/05/2011.

Blog Wordpress - Policial do Povo. **Estado de Mato Grosso vai realizar concurso para PM.** <<http://policiaidopovo.wordpress.com/2011/05/23/estado-do-mato-grosso-vai-realizar-concurso-para-a-pm/>> Acessado em: 30/05/2011.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

ENCHENTES URBANAS: um relato da inundação ocorrida em fevereiro de 2010 em Cáceres/MT

Laís Fernandes de Souza Neves¹

Rosália Casarin²

Marcela de Almeida Silva³

RESUMO: O presente artigo trata das inundações na cidade de Cáceres/MT, mas precisamente a enchente ocorrida no dia 10/02/2010, provocada pela ocorrência de chuvas que causam o transbordamento de cursos fluviais na área urbana, e causam transtornos a população devido a elevada concentração de moradores, principalmente de pessoas de baixa renda. Neste contexto, o presente trabalho versa sobre as conseqüências das enchentes na cidade de Cáceres e evidencia os problemas que afeta a população. Este artigo foi originado através de consultas bibliográficas e dados obtidos junto à Prefeitura Municipal de Cáceres, que foram sistematizados nos programas Word e Excel, da Microsoft e elaboração mapa temático no programa ArcGis. As conclusões mostram que não existem uma forma de solucionar as enchentes, mas sim métodos para tentar controlar e amenizar seus impactos, e estes não são de responsabilidade de um único elemento social, mas sim de toda a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: conseqüências, cursos fluviais, transbordamento.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata das inundações na cidade de Cáceres/MT, provocadas pela ocorrência de chuvas intensas que causam o transbordamento de cursos fluviais na área urbana, desalojando populações.

Os transbordamentos de cursos d'água, geralmente, ocorrem devido a intensas precipitações pluviométricas em curto espaço de tempo, ou por frequentes chuvas, mesmo moderadas que, mas por período muito prolongado, causando inundações. As

¹ Acadêmica do Curso de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Bolsistas Fapemat. Membro do SERPEGEO. Email: lais_geografia@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Bolsistas Fapemat. Membro do SERPEGEO. Email: rosarin@terra.com.br

³ Acadêmica do Curso de Turismo da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Bolsistas Fapemat. Membro do SERPEGEO. Email: marcellaalsi@gmail.com



enchentes causam maiores transtornos nas áreas urbanas do que nas áreas rurais devido a elevada concentração de moradores, principalmente de pessoas de baixa renda.

Os transbordamentos que causam enchentes em áreas urbanas, segundo Tucci (1995) são devido à falta de planejamento do solo urbano, portanto da urbanização, e da ocupação irregular das áreas ribeirinhas.

O excesso de chuva, que causam enchentes, é um fenômeno natural não havendo, portanto, como mitigar este fenômeno. No entanto, a ocupação das margens ribeirinhas em áreas inundáveis diz respeito à falta de planejamento de uso do solo urbano e da ocupação irregular.

Para falar das inundações na cidade de Cáceres é necessário fazer algumas ressalvas: a cidade é antiga, com quase 300 anos, e como tantas outras cidades da época que se desenvolveram junto aos cursos fluviais, cresceram desordenadamente, ocupando áreas inundáveis e atualmente sofrem inundações.

Cáceres foi erigida junto ao Rio Paraguai onde recebe vários cursos d'água, sendo o Córrego do Renato, Sangradouro, Junco, Fontes e Olhos D'água, a montante da extensa planície pantaneira. A cidade cresceu e extrapolou os limites arquitetados na época da sua criação, em 1778.

Com o crescimento da população urbana, a partir da década de 1970, a falta de planejamento da expansão para nortear o uso do solo urbano e a ocupação de áreas inundáveis, associado aos entulhos lixos jogados nos córregos e rios assoreando-os, e principalmente pela retirada da vegetação ciliar que as enchentes ocorrem com maior intensidade, afetando a população cada vez mais constante.

As enchentes podem provocar doenças, como a leptospirose, amebíase, cólera, febre amarela, hepatite, malária, poliomielite, salmonelose, teníase, etc., entre outras, acelerando, segundo Leite (2000), a degradação do meio ambiente e a deterioração da qualidade de vida das pessoas.

A figura 01 refere-se à área urbana de Cáceres onde pode ser observado, que além da cidade se expandir ao longo do Rio Paraguai, há vários cursos d'água que banham a cidade.

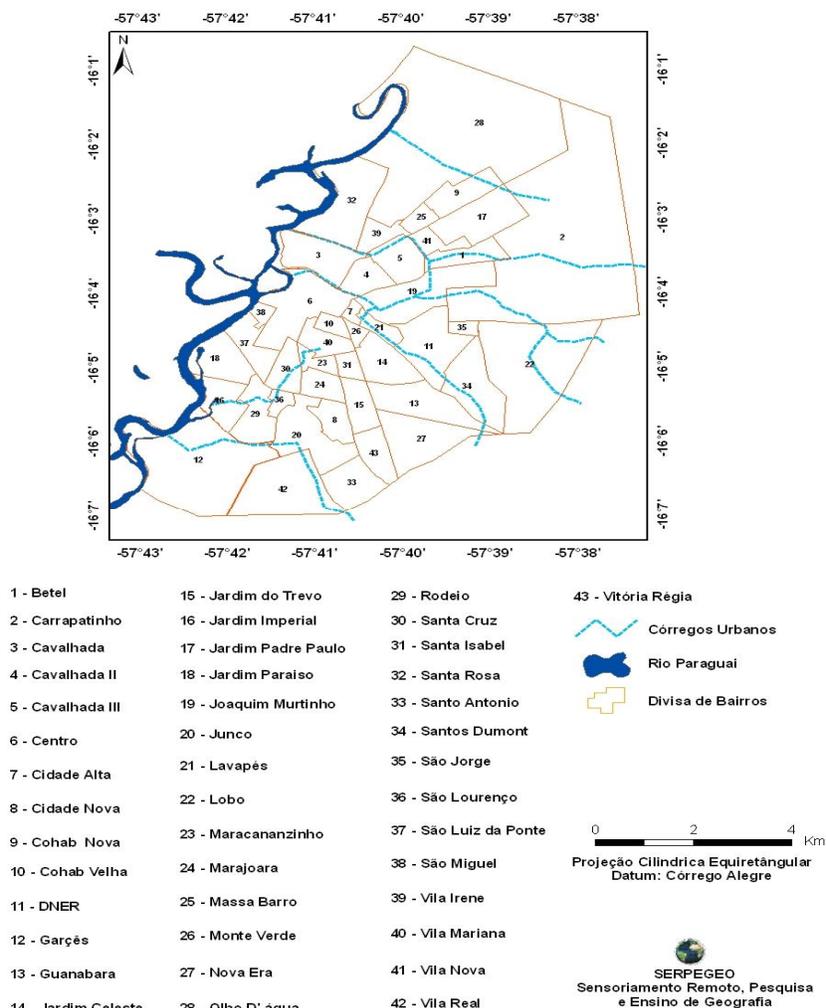


Figura 01 – Malha de bairros da cidade de Cáceres/MT. Bases cartográficas: acervo Serpegeo/UNEMAT.
 Org.: Neves, L. F. S. 2011.

Alguns bairros não constam na imagem devido ao seu crescimento desorganizando, e o não inserimento dos mesmos na malha de bairros. Neste contexto, o presente trabalho versa sobre as conseqüências das enchentes na cidade de Cáceres e evidencia os problemas que afeta a população.

OBJETIVO



O presente trabalho tem como objetivo discutir as conseqüências provocadas pelo transbordamento dos cursos fluviais na cidade de Cáceres, destacando a enchente ocorrida em fevereiro de 2010, quando o alagamento atingiu vários bairros.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi fundamentado em bibliografias, por meio de artigos científicos, teses, dissertações, livros e sites, e dados obtidos junto à Prefeitura Municipal de Cáceres e as imagens fotográficas são de Reis, A. (2010).

Os dados foram sistematizados nos programas Word e Excel, da Microsoft. O mapa temático e a elaboração de no programa ArcGis, possibilitando a visualização da área de estudo no contexto sistêmico para a análise das informações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Cáceres foi fundada, segundo Ferreira (2001), em 1778, um de seus principais motivos partiu devido à fertilidade do solo regado de abundantes águas. Localizada na margem esquerda do rio Paraguai, em relevo plano e baixo onde deságuam vários cursos d'água: os Córregos do Renato, Sangradouro, Junco, Fontes, Olhos D' água, entre outros. Com o crescimento urbano da população de forma desordenada, a falta de rede de drenagem de águas pluviais, a canalização de córregos, a impermeabilização do solo e o desleixo do lixo, são algumas das causas que provocam inundações quando ocorrem fortes precipitações de chuvas, como a ocorrida em no dia 10/02/2010.

Os bairros mais atingidos na enchente de fevereiro de 2010, segundo a Prefeitura do Município foram: Cohab Velha, Vila Mariana, Cidade Alta, Cavalhada I, Cavalhada II, Cavalhada III, Espírito Santo, Vila Irene, Jardim imperial, Jardim das Oliveiras, Olaria, Betel, Quebra Pau, Rodeio, Garcez, Massa Barro, São José e o Centro Histórico da Cidade, afetando 510 pessoas, como mostra o quadro 01.

Danos Humanos	0 a 14 anos	15 a 64 anos	Acima de 65 anos	Gestantes	Total
Pessoas desalojadas	186	224	13	2	425
Pessoas desabrigadas	5	28	12	0	45
Pessoas levemente feridas	6	32	2	0	40
Total de pessoas					510

Quadro 01 – Pessoas afetadas na enchente ocorrida no dia 10/02/2010.

Fonte: Prefeitura Municipal de Cáceres. Org.: Neves, L. F. S. 2011.

Segundo Tucci (1995), a falta de controle pelo poder público da expansão e a não ampliação das redes de drenagens na área urbana são os principais causadores das grandes inundações. Fato que foi observado na cidade de Cáceres por ocasião das fortes chuvas em 10/02/2010 quando os canais fluviais não deram vazão às águas, formando muitos alagamentos.

Entre os vários pontos críticos desta-se a Rua Prof. Rizzo (figura 03), que se estende pela margem do Rio Paraguai, e atravessa o Córrego Sangradouro na sua desembocadura, como mostra a figura 04.



Figura 03 - Rua Prof. Rizzo. Foto: Reis, A. (2010).



Figura 04 - Imagem onde mostra um dos pontos críticos: travessa da canalização do Córrego Sangradouro e sua desembocadura. Org.: SILVA, M. A (2011).

Devido à canalização fechada do córrego, diga-se de passagem, de forma ineficiente, que no momento do represamento da água a solução imediata, para a drenagem foi quebrar o asfalto (figura 05). Conseqüentemente, mais transtornos para parcela da população com a interdição da rua e gastos dos cofres públicos para recuperar o asfalto.

Outros fatores do transbordamento dos córregos urbanos em Cáceres estão relacionados ao entulho de lixo jogado nos quintais que com a enxurrada escoam para o leito do rio, assoreando os canais.



Figura 05 - Abertura da canalização do Córrego Sangradouro para escoamento da água.
Foto: Reis, A. (2010).

A figura 06 mostra o lixo acumulado no Córrego Sangradouro. Uma evidência da ineficiência do setor público referente à rede de drenagem. Mas também, o relaxamento da população uma vez que o serviço de coleta de lixo na cidade é bastante eficaz.



Figura 06 - Lixo flutuando no Córrego Sangradouro, localizado na lateral da Rua Lavapés.
Foto: Reis, A. (2010).



Inúmeros são os métodos que podem ser realizados para minimizar as enchentes e os impactos sociais, tais como:

Hidráulicos – método que segundo Tucci (1995), as medidas modificam o sistema fluvial como a construção de diques, reservatórios, etc., e que podem evitar os prejuízos decorrentes das enchentes, mas talvez este não seja viável para Cáceres, pois além de alterar o curso das águas também exige grandes investimentos financeiros.

Hidrológicos - este método segundo Silva (2007), procura simular o percurso da água desde a precipitação até a saída da água do sistema, seja por escoamento para fora da bacia ou por evapotranspiração. Neste encaixa-se as bacias de retenção e infiltração, a mata riparia dos rios, os pisos e calçadas impermeáveis, rodovias e asfaltos que contribuem com cerca de 70% das superfícies impermeáveis.

Ambientais – este método é simples, está relacionado à forma de uso do meio ambiente, entre eles estão; manter as matas ciliares nas áreas urbanas, arborizar as cidades, não jogar lixo em rios, córregos e valões, e revitalizar os cursos fluviais.

CONCLUSÕES

Entre os métodos citados o 3º - métodos ambientais - seria o mais viável, mas, para desenvolver algum método para minimizar as enchentes na cidade de Cáceres se faz necessário que a Prefeitura Municipal adote medidas contra enchentes e adequar sistemas de infra-estrutura. Como controle de impermeabilização do solo dos quintais das casas, jardins e calçadas, manterem as APPs, das margens dos rios, arborização da cidade, como na cidade de Mequon no EUA, como mostra no site Segurança do Trabalho, onde o poder público obriga que todos os novos empreendimentos tenham 40% de área livre, com isso eles afirmam que reduz 45 a 60% do transporte de nutrientes 50% de áreas impermeáveis.

O estudo mostrou que não existe uma forma de solucionar as enchentes, mas sim métodos para tentar controlar e amenizar seus impactos, e estes não são de responsabilidade de um único elemento social, mas sim de toda a sociedade.



ANAIIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, L. H.; ZEILHOFER, P. **Aplicação de técnicas de geoprocessamento para avaliação de enchentes urbanas: estudo de caso - Cáceres / MT.** In: 1 Simpósio de Geotecnologias no Pantanal, 2006, Campo Grande. 1 Simpósio de Geotecnologias no Pantanal. São José dos Campos, SP: INPE, 2006. v. 1. p. 1-10.

FERREIRA, J. C. Vicente. **Mato Grosso e Seus Municípios.** 19ª. Cuiabá: Secretaria do Estado de Educação, 2001. p.405-408.

LEITE, Otony de Campos. **O processo de Ocupação Socio-Espacial e o problema das cheias no Canal Pluviométrico da Rua das Membros, entre as avenidas Getulio Vargas e Talhamares em Cáceres- MT.** Dissertação (Especialização em Geografia) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Novembro/2000. Cáceres-MT.

NEVES, R. J. **Modelagem e implementação de atlas geográficos municipais – estudo de caso do município de Cáceres-MT.** (Tese de Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Instituto de Geociências, Departamento de Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (2008).

RAMOS, C.L. Erosão urbana e produção de sedimentos. *In:* TUCCI, C.E.M.; PORTO, R.L.L.; BARROS, M.T. (orgs). **Drenagem Urbana.** Coleção ABRH de recursos hídricos. Porto Alegre, RS. pp.241-275. 1995.

ROSESTOLATO FILHO, A. **Análise Geomorfológica Aplicada ao Saneamento Básico na Cidade de Cáceres, Mato Grosso.** 2006. Tese. (Doutorado em Geografia)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

Segurança do Trabalho. In: <http://www.prevencionista.xpg.com.br/52.html>. Acessado em [27/05/2011](#).

SILVA, Karla. Alcione da. **Análise Eficiência de métodos de controle de enchentes na atenuação de picos de cheias utilizando o modelo computacional SWMM- Storm Water Mangement Model.** Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Goiás. Goiania/GO 2007.

TUCCI,C.E. M. (Org.). **Hidrologia: ciência e aplicação.** 2ªed. Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH. Porto Alegre, RS. 2001.



LIBERDADE E ADMINISTRAÇÃO DOS ÍNDIOS NA AMÉRICA PORTUGUESA: A ESCRAVIDÃO INDÍGENA NA CURITIBA SETECENTISTA (1700-1750)

Liliam Ferraresi Brighente¹

RESUMO: O presente artigo tem por proposta apresentar e discutir os dados obtidos no desenvolvimento da pesquisa de dissertação de mestrado a respeito da escravidão indígena, à época colonial em Curitiba. Pretende-se analisar a legislação indigenista portuguesa sobre a liberdade e administração dos índios em cotejo com as demandas judiciais que tramitaram no Juízo Ordinário da Vila, nas quais eles estejam de alguma forma presentes. Entre elas, destacam-se aquelas movidas pelos próprios “administrados” em busca de sua liberdade. Tal objetivo encaminha-se no sentido da explicitação do sistema de administração particular e de sua distinção ou não do regime de escravidão, pois tal fato influi diretamente sobre a condição jurídica do indígena. Busca-se ainda averiguar quais as instâncias aptas a dizer o Direito, no que concerne àquela condição, o que interroga pela eficácia da legislação portuguesa indigenista no Brasil, revelando uma sociedade colonial na qual vigorava um pluralismo jurídico.

PALAVRAS-CHAVE: escravidão indígena – administração particular – Direito Colonial Brasileiro

INTRODUÇÃO

Este artigo estrutura-se a partir dos dados obtidos em pesquisa de Dissertação de Mestrado sobre a escravidão indígena na região da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, durante a primeira metade do século XVIII². Pretende-se aqui,

¹ Graduada em Direito e Filosofia. Mestranda em História do Direito pela Universidade Federal do Paraná.

² A partir de 1740 diminuem consideravelmente as demandas de liberdade dos administrados (indígenas), bem como de forma geral a sua presença nas demandas judiciais. Anotamos, entre os Autos que compõe o acervo documental do Arquivo Público do Paraná, apenas uma demanda em 1744 e duas em 1747. Já pelos Livros de Atas de Audiência dos juizes ordinários e de órfãos, que integram o acervo da Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba, encontramos uma demanda em 1744 e uma em 1745. Deste modo, todos os outros autos que envolvem de alguma forma administrados se situam entre 1698 e 1740. Para todo o período (1698-1750) contabilizamos 22 autos num total de aproximadamente 750. Em contrapartida, a partir de 1747, observa-se com cada vez mais freqüência a menção a escravos negros. As fontes manuscritas pesquisadas consistem, sobretudo, em Autos Cíveis e Criminais do Juízo Ordinário (documentos produzidos pelas autoridades judiciais da Vila de Curitiba), a saber: demandas de liberdade que moveram os administrados, Inventários, Justificações de fuga ou de posse de escravos indígenas, pedidos de guarda de crianças administradas pelos pais brancos e livres, entre outros.



sobretudo, interrogar as fontes históricas acerca do alcance, conhecimento e efetivo cumprimento das Leis Reais sobre liberdade e administração dos índios.

O Juízo Ordinário da Vila de Curitiba, ao longo de todo século XVIII, foi palco de muitas demandas movidas pelos “administrados” (índigenas) em busca de sua Liberdade, o que permite um confronto entre as ordens reais, aplicadas em regra pelos Ouvidores-Gerais, e o “uso e costume da terra” praticado pelos colonos locais, o qual transparece nas demandas judiciais. Tudo isto conduz a difícil questão, porque ambígua, a qual interroga pelo estatuto jurídico do indígena na sociedade colonial brasileira, bem como sobre o direito colonial.

A ESCRAVIDÃO INDÍGENA NA VILA DE NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS DE CURITIBA

Em 22 de novembro de 1733 registrava-se na Câmara Municipal de Curitiba³, por ordem do Governador da Capitania de São Paulo⁴, o Conde de Sarzedas, um Bando que versava sobre liberdade e administração dos índios⁵.

Tinha o Bando o seguinte conteúdo: o Governador diz ter tomado conhecimento de que as aldeias⁶ da Capitania estão exauridas de índios porque os moradores os levaram “*não só alugados e indozidos mas ainda com despachos*”. Mesmo aqueles que, colocada a questão em litígio, foram sentenciados pela Justiça para serem enviados às Aldeias, estavam sendo criados nas casas de moradores para lhes servirem.

Diante dessa situação, o Conde determina que se conservem todos os índios nas aldeias para estarem prontos caso necessite o real serviço. Ordena ainda a todos os moradores da Capitania, que tornem a conduzir os índios às Aldeias no prazo de um mês.

³ Registro feito pelo escrivão Antônio Alves Freire.

⁴ A Vila de Curitiba pertencia então à Capitania de São Paulo.

⁵ *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba*, Livro I, vol. XI, Typ. e lith. a vapor, Imprensa Paranaense, 1906, p. 98-99). O Bando tem data de 14 de março de 1733, passado na cidade de São Paulo.

⁶ Aldeia, no período colonial, designava uma povoação construída ao modo das povoações portuguesas, em regra com uma igreja central tendo em frente uma praça circundada das casas dos moradores indígenas, habitando um religioso em prédio contíguo à Igreja. Desta forma, os aldeamentos, termo que gera menos confusão, eram construídos próximos aos estabelecimentos portugueses com o intuito de que, incentivando o contato, restasse facilitado o projeto de civilização e catequese dos indígenas. Mas, não somente esta motivação trazia os índios para próximo dos colonos brancos, senão a principal, que era a de estabelecer contíguos às vilas, um reservatório de mão-de-obra.



A punição para aqueles que detiverem índios, é de 100.000 réis por cada um, e caso alguém tenha denunciado ao morador, pagará este ao denunciante 50.000 réis, sem prejuízo da prisão na Fortaleza da Barra de Santos. Para que se apliquem as penas sobreditas basta certidão de que se registrou a Lei na Câmara e os moradores ainda conservam os índios. Encerra-se o Bando com a ordem de que seja registrado e publicado a “*Som de Cayxas.*”

Conjuntamente com o Bando, enviava-se uma Cópia da Lei de 10 de setembro de 1611, do Rei D. Filipe III, que tratava “*sobre a liberdade do gentio da terra e guerra que se lhe pode fazer*”.

A respeito desta Lei, já em Ordem de 27 de maio de 1733⁷, o Governador observava que o Rei Dom João já havia determinado ao anterior Governador Rodrigo Cesar de Menezes, por meio da Carta Régia de 10 de julho de 1726, que se fizesse observar inviolavelmente a citada Lei, só sendo cativos os índios obtidos em guerra justa e que precedessem das formalidades nela contida. Contudo, constatava o Governador que esta determinação não se vem cumprindo, pois muitos “*índios índias e seus descendentes*” se acham em poder dos moradores da Capitania e alguns procurando a sua liberdade foram sentenciados pela Justiça “*livres de administração*” e outros foram obrigados a ela. Em virtude disso, resulta que passam à mão de outras pessoas as quais não pertencem, pois deveriam ser postos nas aldeias, para só então usarem de sua liberdade na prestação de serviços aos moradores mediante paga.

Para cumprimento desta Lei de 1611, ditou o Governador, que se recolhessem às aldeias os índios julgados livres. Observa, ademais, aos Ouvidores-Gerais, juízes de fora e juízes ordinários que deveriam dar sentenças na forma da Resolução de 1726 e da Lei de 1611, enviando às Aldeias os índios que lhes fossem apresentados e também os sentenciados em tempo de seus antecessores⁸.

⁷ *Boletim do Archivo Municipal de Curytiba*, Livro I, vol. X, Typ. e lith. a vapor, Imprensa Paranaense, 1906, p. 5-8.

⁸ Conforme Alzira Campos, em São Paulo “*esta última medida foi seguida de uma tempestade de requerimentos e de protestos dos moradores, que testemunham a evolução do problema do uso do aborígene e as condições em que se verificava a administração.*” (Campos, 1984, p. 27-69).



O que diz a Lei de 1611? O conteúdo desta Lei é uma amostra da política indigenista da Coroa Portuguesa no Brasil. Inicia-se com um inventário das Leis anteriores sobre o mesmo tema. Esta profusão de leis sobre a situação dos índios não era novidade na Colônia, pois vinham sendo editadas desde o século XVI⁹. Em síntese, cabe destacar o seguinte. De acordo com esta Lei, todos os gentios do Brasil são declarados livres, independentemente de serem batizados ou não, de forma que não podem ser constrangidos “*a serviço, nem couza alguma contra sua livre vontade*”, devendo receber pagamento como “*todas as mais pessoas livres*”. Exceção à liberdade se dará se o gentio mover guerra, ou fizer rebelião, caso de guerra justa.

Por fim, a Lei determina a liberdade de todos os que forem cativos até a data de sua publicação sem haver quanto a isso qualquer possibilidade de apelação ou agravo, declarando nulas as vendas e sentenças passadas até então. Termina reiterando que se deve cumpri-la e guardá-la inviolavelmente “*sem se lhe poder dar declaração nem interpretação algũa.*”

Apesar destas disposições da Real Coroa, que pela própria redação do texto legal parecem soar contraditórias¹⁰, e das muitas leis, cartas régias, provisões, regimentos, alvarás, resoluções, bandos, que lhe antecederam e que lhe sucederão, muitos são os casos de índios sob o sistema de “administração particular”, em toda a Capitania, inclusive na Vila de Curitiba¹¹, o que mostra o descompasso entre o que a Lei prescrevia e a real situação dos índios.

Por exemplo, em data de 05 de maio de 1733, o administrado Joseph Cardozo, gentio da terra de administração de Anna Gonçalves, ingressa com uma petição perante o

⁹ Deste modo, a Lei de 1611 diz que a Lei de Dom Sebastião, de 20 de março de 1570, a qual prescrevia a liberdade dos indígenas, com exceção daqueles capturados em guerra justa e dos canibais, fora revogada pela Lei de 11 de novembro de 1595, do mesmo monarca. Esta última, por sua vez, determinava também a liberdade dos indígenas, salvo os capturados em guerra que o Rei por provisão particular determinasse. A Lei de 30 de julho de 1609 de Dom Filipe, declarando “*liberdade a todos*” revogara esta última. A presente Lei de 1611 revoga todas as anteriores.

¹⁰ Pois apesar de proclamarem a liberdade dos índios, confina-os em aldeamentos, impondo um regime de “serviço compulsório mediante paga”, consagrando ainda uma brecha para escravização por meio da chamada “guerra justa” e do “resgate.

¹¹ Ana Maria de Oliveira Burmester contabiliza para o século XVIII 1.188 escravos, número obtido a partir dos registros de batismo, casamentos e óbitos da Catedral de Curitiba. Entre estes indica “*a presença de índios, legalmente livres, mas ‘administrados’.*” (Burmester, 1974, p. 12; 83)

Juízo Ordinário da Vila de Curitiba situado na Câmara Municipal. Joseph pretende tratar da causa de sua liberdade, alegando ser filho natural de Simão Cardoso de Leão e de Maria do “cabelo corredio”, administrada da viúva Anna Gonçalves. Requer sua liberdade, pois lhe é assegurada pelas “leis eclesiásticas e seculares”¹².

Joseph diz em seu Libelo que tem servido sua administradora “*pelo decurso de trinta e tantos anos [...] obedecendo-lhe como negro cativo*”. Buscando livrá-lo da dita administração, seu irmão Joachim Cardozo pediu a esta Dona viúva que o libertasse. Como resposta recebeu uma Carta do filho da administradora na qual se pede preço para conceder a dita liberdade, no valor de duzentos e cinquenta mil réis, o que para Joseph é contrário às Leis de Sua Majestade, já que elas proibiam a venda de indígenas.

Pode-se dizer que as demandas judiciárias na Vila de Curitiba eram, em sua maioria, exíguas. O caso de Joseph, entretanto, destoava desta afirmação, tendo a demanda se arrastado por 3 anos, já que a parte Ré procurou de todos os modos impedir o desenvolvimento do processo¹³.

Primeiramente, demorou a comparecer em audiência, embora tenha sido citada. Alega na exígua manifestação que apresenta nos autos, que o caso é todo nulo porque nos pedidos não há assinatura nem do Autor Joseph e nem de seu procurador. Depois acusa o irmão de Joseph, que serve como procurador, de não possuir especial poder para

¹² Provavelmente era uma referência distante às Bulas, aos Breves, aos Decretos Papais que se seguiram ao longo dos séculos XVI a XVIII, nos quais a suma autoridade católica declara a liberdade e humanidade dos índios, sendo eles fiéis ou infiéis, não podendo ser escravizados sob hipótese alguma. Esta referência aponta para um terceiro personagem que tomou parte diretamente na contenda sobre a liberdade e administração dos índios, consubstanciado na figura das ordens religiosas, sobretudo, a dos Jesuítas. Missionários, padres, bispos, ocupavam posição de primeira linha, uma vez que a eles se cominava o grande projeto dos Reis católicos de civilização e catequização do gentio, quer dizer, a propagação da fé cristã. Conta-se, pelo menos, três bulas papais aplicáveis aos domínios portugueses: Bula *Sublimis Deus*, de 2 de junho de 1537, de Paulo III; Breve *Commisum Nobis*, de 22 de abril de 1639, de Urbano VIII e; Bula *Immensa Pastorum Principis*, de 29 de dezembro de 1741, de Benedito XIV.

¹³ Neste processo, há uma série de exigências a respeito das formalidades dos atos jurídicos praticados em juízo, em que se invocou o cumprimento à risca de várias medidas previstas nas Ordenações Filipinas (Livro III). O que se deve notar é a excepcionalidade desta situação, uma vez que o processo judicial que então se praticava no juízo ordinário da Vila, era ainda bastante informal, fruto de um Direito eminentemente *rústico*. Ou seja, tratava-se de um Direito no qual prevalecia ainda a oralidade, em detrimento do texto escrito; no qual raramente se citavam “Livros de Direito” ou “Autoridades”, mas apenas se articulava o fato e razão natural, predominando o julgamento por equidade. Todos estes são traços marcantes do Direito de Antigo Regime (Português).

requerer Direito em juízo. Além de dizer que o Autor precisa primeiro ser depositado, sendo-lhe então nomeado um curador.

Apesar disso, o juiz dá seguimento à demanda determinando a oitiva das testemunhas do Autor. Após a as partes terem apresentado seus argumentos, se terem ouvido as testemunhas, se terem manifestado os procuradores, o Juiz ordinário resolve acolher o pedido da Ré, considerando nulo todo o processo sob o fundamento de que Joachim Cardozo não possui poderes para requerer por Joseph.

Não satisfeito com tal decisão, Joseph comparece novamente perante o Juízo, com novo Libelo já em data de 5 de junho de 1733. Pede para ser citado para comparecer na primeira audiência a fim de ser depositado “*em poder e casa suficiente*” e para que se lhe dê Curador, fazendo-o seu Procurador.

Desta vez, o juiz ordinário aceita o pedido seguindo-se nos autos o termo de depósito e a procuração “apudanta¹⁴” que Joseph faz perante escrivão do Juízo, agora sim nomeando formalmente seu irmão Joachim Cardozo como seu procurador e Curador.

Depois de mais uma ausência da administradora e de seu procurador na audiência seguinte, na qual apresentou Joachim Cardozo novo pedido de liberdade em favor de Joseph, agora já em 20 de junho de 1733, aparece o procurador da administradora e ao invés de contrariar o pedido, requer o seguinte: “*Primeiro que a Ré contrarie o libelo do Autor deve este dar fiança as custas por ser pessoa que não tem bens alguns tanto móveis como de raiz satisfeito protesta por vista para contrariar no termo da lei [...]*.”

O juiz ordinário, surpreendentemente, acolhe o pedido: “*visto que o autor é pessoa que não possui bens de fiador as custas como pede a Ré [...]*”. Assim, na mesma audiência seu irmão Joachim se propõe, juntamente com Fiphonio Cardozo, a pagar a fiança de Joseph a sua administradora Anna Gonçalves.

Desta forma, após nova oitiva de diversas testemunhas tanto do Autor quanto do Réu, o Juiz sentencia em desfavor de Joseph, e favoravelmente à Anna Gonçalves entendendo que Joseph não é filho de Simão como alega, devendo continuar sob a

¹⁴ De acordo com as Ordenações, as procurações *apud acta* eram as que “*se podem fazer perante o Juiz pelo Scrivão, que no feito screver.*” (Livro III, Tít. XXIX).

administração de Anna, já que “*não conste que ela lhe falte com a boa doutrina e o sustento*”, cabendo-lhe ainda pagar as custas da demanda¹⁵.

Este caso mostra que não somente o Juiz ordinário negou a Joseph sua liberdade, como emprestou legitimidade a sua condição de “administrado particular” de uma moradora local, em evidente descompasso com as Leis Régias, bem como com as Resoluções dos Governadores da Capitania, e mesmo os provimentos dos Ouvidores-Gerais, que proibiam a posse por particulares dos índios, já que deveriam ser “sentenciados livres” e enviados às Aldeias.

Este ainda não é, todavia, o fim da história. Joseph, por meio de seu procurador, apela da sentença do juiz ordinário para a Ouvidoria da Comarca de Paranaguá, em 14 de outubro de 1733. Este é o último registro feito pelo escrivão nos mencionados autos. Felizmente, consultando outra fonte histórica da época¹⁶, encontramos um documento que nos permite saber o destino de Joseph. No registro da audiência do juiz ordinário Alferes Gonçallo Soares Pais, de 12 de abril de 1734, lê-se o seguinte:

Na mesma audiência apareceu João Gonçalves Teixeira e requereu digo apresentando seu requerimento por papel em que requeria que a D. viúva Izabel Antunes e seu filho Joaquim Cardozo tinha em sua companhia um bastardo chamado Joseph que tinha sido administrado da Dona viúva Anna Gonçalves e era forro por sentença do Doutor Ouvidor geral desta Comarca e requeria que na forma da sentença dita, e na forma dos Bandos reais fosse remetido para uma das Aldeias de Sua Majestade que Deus guarde como declara a mesma sentença; e o informado por mim escrivão ser certo e declarar na dita sentença; que se o dito Joseph não quisesse estar em companhia da dita D. viúva Anna Gonçalves que fosse remetido digo fosse obrigado ir a viver em uma das Aldeias de Sua Majestade que Deus guarde e visto pelo dito juiz a informação que dei por assim requerer o dito João Gonçalves que informasse por se achar a dita sentença em meu cartório, recebeu seu requerimento prometendo dar execução na forma do Bando e execução da sentença.

¹⁵ Autos sob número BR PRAPPR PB 045 PC 94.3 e PC 95.3, Cx. 3, Juízo Ordinário da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, Departamento estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP). “Petição apresentada a mim escrivão por parte de Anna Gonçalves” e “Apresentação de um Libelo Civil ao juiz ordinário o Cap. tam Sebastião dos Santos Pereira em audiência”.

¹⁶ Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba. *Livro de Audiências do Juiz Ordinário (1731 a 1738)*.

Joseph obteve a tão almejada liberdade por sentença do Ouvidor que o considerou “forro”, e ao que tudo indica vivia em companhia de seu irmão. Porém, uma denuncia de João Gonçalves Teixeira retirou-o desta condição já que a mesma sentença prescrevia que Joseph deveria ser enviado a uma das Aldeias de Sua Majestade. E assim o foi.

Em uma anotação à margem da página, lê-se que Joachim Cardozo, cumprindo uma determinação do Tenente Coronel Manoel Rodrigues da Mota, pôs Joseph em uma das Aldeias existentes em São Paulo apresentando em juízo recibo “do administrador da dita Aldeia” de o haver entregue.

Isto revela a liberdade sempre limitada de que podiam usufruir os indígenas no período colonial. As aldeias de índios forros, ou aldeamentos como preferimos chamá-los, não eram exatamente povoações de homens livres, mas antes “reservas de motores animados¹⁷”. Se no sistema de administração particular os indígenas tinham de servir a um senhor “particularmente”, nas administrações das Aldeias tinham de servir a vários, quando não à própria Coroa Real que inúmeras vezes solicitou o serviço dos índios aldeados para as mais diversas tarefas¹⁸.

Em 21 de janeiro de 1721, o Ouvidor-Geral e Corregedor das Capitanias do Sul, Raphael Pires Pardiniho, quando de sua visita a Curitiba, legou à Vila um Provimento de Correição, determinando no artigo 72 que juizes e oficiais da Câmara proibissem as entradas ao sertão para capturas de índios na intenção de tomar-lhes o serviço, porque isso era contra as “Leis expressas de Sua Magestade”.

E no artigo 108, observava a respeito dos inventários que não se mandassem avaliar os “*carijós e seus descendentes, que forem da administração dos defuntos, como por repetidas leys se tem declarado pois sendo estes por ellas libertos não admittem vallor nem estimação e do contrario se seguem grandes prejuízos ao coherdeiros porque*

¹⁷ A expressão é de Petrone Pasquale. PASQUALE, Petrone. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo (SP): Edusp, 1995.

¹⁸ Por exemplo, para o transporte de cargas e de pessoas (conduzir o azeite real, a cavahada real, etc.), para construção de pontes, estradas e caminhos, para lavar as minas e processar o ouro, para extrair e beneficiar o sal nas minas de salitre, para a defesa do litoral e como soldados nas diversas guerras nas quais lutaram ao lado dos portugueses, seja contra outras tribos indígenas consideradas inimigas, seja nas invasões do Brasil por estrangeiros.

*á huns se dãm as peças escravos que tem valor e estimação e a outros dão os carijós que não tem [...]*¹⁹.

Apesar deste Provimento se encontrar na Câmara Municipal, para ser cumprido por todos os juízes e oficiais, verifica-se nos Autos de inventários de João Leme da Silva, cuja petição deu entrada no Juízo Ordinário de Curitiba no dia 25 de novembro de 1697, e que tem como data final 25 de abril de 1732, constarem mais de 40 escravos, entre crioulos e índios.

Na avaliação dos bens figuram famílias indígenas inteiras, bem como indígenas adultos e crianças de ambos os sexos considerados isoladamente todos acompanhados com seu preço de avaliação. Cita-se como ilustração: *“um negro do gentio da terra por nome Sebastião, com seus filhos Luzia, Verônica, Pirina, contados em 60.000 réis; um negro do gentio da terra por nome Thomas e sua mulher Barbara com suas crias Caterina e Sebastiana, avaliados em 95.000 réis; um rapagão bugre chamado Guaca, em 30.000 réis; uma negra do gentio da terra por nome Graça, em 32.000 réis,”* etc. Ao todo se somam 31 pessoas entre homens, mulheres e crianças, totalizando praticamente 800.000 réis²⁰.

Também se colhe dos Autos que o defunto João Leme da Silva, em testamento, libertou cinco pessoas do gentio da terra, com a condição de que servissem seu filho Brás até a morte deste. Disposição esta bastante comum nos inventários e testamentos da época, como dá notícia John Monteiro para as mesmas peças processuais de São Paulo²¹. Comum também naquilo que possui de paradoxal, pois “instituem” uma liberdade (que pelas ordens reais sempre deveria ter existido) condicionada à servidão perante os herdeiros do administrador.

¹⁹ *Boletim do Archivo Municipal de Curityba*, Livro I, vol. I, Typ. e lith. a vapor, Imprensa Paranaense, 1906, p. 26.

Autos de Inventário sob número BR PRAPPR PB 045 PC 02.1, Cx. 1, Juízo Ordinário da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP). “Auto de inventário que mandou fazer o juiz ordinário e órfãos Cap.tam Antonio Ribeiro da Silva dos bens que se acharam por morte e falecimento do Cap.tam João Leme da Silva.”

²¹ “*Em São Paulo, a alforria condicional constava como a forma mais comum de passagem de escravo a livre. Os senhores muitas vezes estipularam que os índios teriam de servir herdeiros, sendo que, apenas com a morte destes, consumir-se-ia a alforria.*” (Monteiro, 2005, p. 213).

Chama a atenção ainda neste inventário, o modo com o qual o defunto se refere aos indígenas, testemunha do imaginário da época, segundo o qual os índios não eram racionais, o que punha em questão até mesmo a sua condição humana:

Declaro que deixo trinta e cinco pessoas do gentio da terra [ilegível] famílias dos ditos [?] [cinco] a saber Joana, Romana, Sipriana, Asença, Gracia, as quais pessoas queiram acompanhar a meu filho Brás Leme e a estar em sua companhia durante sua vida para que ele tenha cuidado das ditas [feras] e dar-lhes os elementos que puder e por morte do dito meu filho irão por onde quiserem **e peço ao dito meu filho lhes de todo o bom tratamento como feras²² que são** não lhes faltando com o necessário [ilegível] doutrina e bons costumes²³.

Um último exemplo pode ser encontrado na Carta de Inquirição proveniente do Juízo de Paranaguá para oitiva de testemunhas por parte do embargante Francisco Peres Bicudo, datada de 26 de janeiro de 1722²⁴. Trata-se da disputa por uma “negra do gentio da terra” chamada Engracia.

Francisco diz na petição que sua mulher quando saiu da casa de seus pais foi assistir com a irmã, mulher do embargado Simão Borges Serquera, levando consigo duas negras do gentio da terra por nome Engracia e Maria, dadas a ela por seu pai.

²² Aqui está em causa a “mentalidade” do Antigo Regime, herdeira de uma noção de humanidade vertida dos textos clássicos e impregnada por séculos de tradição e interpretação a partir dos gregos e romanos e da filosofia cristã da Idade Média. Assim, a expressão “feras” deve-se entender aqui na acepção em que a toma Aristóteles em sua *Política*, o qual após definir o homem como um animal político, afirma que: “*Quem for incapaz de se associar ou que não sente essa necessidade por causa da sua autossuficiência, não faz parte de qualquer cidade, e será um bicho ou deus*” (Pol. 1253a25), mas não um homem. Aquele que não habita entre os homens na polis (cujo termo grego é *koinia*, ou comunidade) está fora da humanidade já que habitar entre os homens, ou compartilhar do governo político, é constitutivo da própria natureza humana. Não é a toa que a principal acusação feita aos indígenas era de serem gente se “sem Fé, sem Rei e sem Ley”, estando assim alijados da civilização o que permitia a sua escravização. Ou seja, o que se lhes está reprovando é a ausência da humanidade entendida como a posse de uma natureza ética e política. Os “selvagens” aproximam-se então dos *bárbaros*. ARISTÓTELES. *Política*. Trad. e notas Antônio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Portugal: Vega Universidade.

²³ Agradeço a Bruna Portela a localização e a transcrição deste fragmento. Os autos deste inventário estão bastante deteriorados, com várias páginas cuja escrita está praticamente apagada. Trata-se do segundo documento mais antigo que compõe o acervo documental do Arquivo Público do Estado do Paraná, datado de 1698 (o mais antigo é também um Inventário, de 1697). Documento que possui, portanto, exatos 313 anos.

²⁴ “Carta de emquirição que vejo do juizo ordinario que veio da Villa de parnagua, p.□ este juízo entre partes, embargante Fran.□ □ Peres Bicudo embargado Simão Borges Serquera”. Autos cíveis sob número BR PRAPPR PB 045 PC 13.1, Cx. 1, Juízo Ordinário da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP).

Posteriormente, casou-se com o embargante levando consigo a “carijó” Engracia “*que a pertencia como administrada sua gozando della os serviços*”.

O embargante propõe, entre outros, os seguintes artigos para prova:

[...] provará que sem duvida algúa que cazando-se elle embargante logo se emposara da dita carijó engracia, sem contradição algúa nesta forma o pertencia // provara elle embargante que não tivera nem tirava por si ou por sua mulher couza algua da fazenda de seu sogro Diogo Dias de Moura mais que a dita carijó Engracia, que a pertencia como administrada sua gozando della os serviços // provara que por direito e repetidas Leys de Sua Mag.^d q Deos g.^d q nem hua pessoa de qualquer calidade que seja compre nem possa sem ordem avalhear carijós, mas sim só passarão administração de pais a filhos, e fazendoce o contrário perderão suas administrações e irão para as aldeas de sua Real propteção // provará que a dita carijó Engracia não deve ser vendida e nem com ella fazerce pagamen.^t ° algum como pertende o embargado haver ella, pêra ser satisfeito com ella da quantia de cento e noventa e seis mil réis que diz pagara para seu sogro Diogo Dias de Moura quando esse tinha outros bens, em que se pudese fazer execução pêra o seu pagamen.^{to} // provara que elle embargante deve ser conservado com a administração da carijó Engracia, seus filhos, como verdadeyro adminstrador della [?] sua mulher Suzana Dias de Moura [...].

Nestes mesmos autos, o embargante requereu ao juízo ordinário da vila de Curitiba a oitiva de cinco testemunhas²⁵. Da “Asentada” da testemunha João Cardoso, assim como das demais, colhe-se o seguinte: “*e do quarto artigo dice que sabia que quando as filhas de Diogo Dias se auzentaram de caza de seu pais, já as ditas negras estavam vendidas a Fran.^{co} Vellozo em prezo de duzentos e catorze mil reis; pela escrita de venda que elle testemunha vira [...].*”

Mais adiante o mesmo João Cardozo diz que: “*e do oitavo artigo dice que sabe elle testemunha, que por direito verás competia a dita negra emgracia ao embargado Simão Borges, verás por não querer o dito Simão Borges entregar a dita negra a Fran.^{co} Vellozo*

²⁵ E de fato ouviram-se cinco testemunhas, mas nenhuma daquelas indicadas pelo embargante em sua petição. A carta, contudo, previa essa possibilidade: “[...] mandarás como emquiridores de seu Juízo, perguntar as testemunhas aqui nomeadas, apresentadas e mostradas por parte do embargante, na forma da Ordenação, cem abr. □ □, ou falta de algúa das aqui nomeadas; Se poderão inquirir outras que não pasem do número nesta declaradas [...].”

que a tinha comprado, se fez execução nos seus bens pela quantia em que a dita negra fora vendida, e pagando se ficara com a dita negra [...]”.

Ao que tudo indica, o sogro do embargante, Diogo Dias de Moura havia vendido as duas administradas a um terceiro, antes mesmo de cedê-la em dote à filha, por preço de duzentos e catorze mil réis. O comprador procurando as administradas não as podia encontrar, pois segundo a citada testemunha *“em todo este tempo andara Fran.º Vellozo em procura das ditas duas carijós, e o dito embargado Simão Borges as sonegara por não entregar”*. O comprador então cobrara em juízo a dívida, mediante execução, quando então ocorreu a pagar a dívida o embargado.

Assim lê-se do último testemunho de Guilherme Nogueira Passos:

[...] e do quarto artigo diçe que lhe contara Manoel Pinto do Rego, que sahindo de caza de Diogo Dias hua filha sua com duas negras fora o dito Manoel Pinto a caza de Diogo Dias a pedir lhe a divida de Fran.º Vellozo e lhe diçera Diogo Dias, que foçe buscar, as ditas duas negras a Parnagua de caza de Simão Borges, que as ditas negras estavam obrigadas a divida e trouxera sô huma e a outra disera Simão digo huma por nome Maria, e a outra diçera Simão Borges, logo entregaria que tinha hido p.º caza de seu cunhado Fran.º Peres com a mossá [...].” Por fim, revela “ [...] que ouvira de Manoel Pinto do Rego que lhe dicera Simão Borges que pagava a divida para cobrar quatro pessas, que vinha a ser a negra que estava na em caza de seu cunhado Fran.º Peres e os filhos da dita negra [...].

De fato, os testemunhos desfavorecem a versão do embargante a favor do embargado. Porém, a par da disputa entre as partes, atente-se para a situação das administradas. A estratégia do embargante para permanecer na posse da administrada Engracia consistiu em afirmar que por se tratar de uma carijó, pelas Leis de sua Majestade, não se podia vendê-la, mas apenas recebê-la por herança. Esta “interpretação” lhe favorecia, uma vez que por este raciocínio ficava claro a quem pertencia Engracia, isto é, a sua mulher, filha e herdeira do administrador originário.

Isto sugere que os colonos interpretavam as Leis reais, bem como a correção do Ouvidor Pardinho de um modo muito peculiar, querendo, quando isto lhes convinha, ler nelas apenas uma proibição de venda dos indígenas. Entediam que a administração particular, uma espécie de regime de trabalho obrigatório (e também ideológico de

doutrinação na Santa Fé cristã), transmitia-se por herança aos herdeiros do administrador. Ou seja, os herdeiros continuariam a dispor dos serviços dos administrados os quais passavam de geração a geração, bem como dos filhos havidos destes. E isto incluía não apenas legá-los por testamento ou atribuí-los em partilhas de bens nos inventários, mas também transferi-los por dotes as filhas que viessem a casar.

Trava-se de um artifício para burlar as ordens reais de não sujeição e cativo do gentio da terra, pois os moradores locais tinham conhecimento das correições do citado Ouvidor Pardinho. Sobre esta afirmação, ressalte-se na mesma Carta de Inquirição, a resposta das testemunhas ao sétimo artigo. As quatro primeiras testemunhas dizem, em suma, o afirmado pela segunda: *“e do setimo artigo diçe que emquanto a esta villa não tinha vindo o D.º Raphael Pires Pardinho em correição sempre se venderam pessas carijós; o que agora senão fas, depois dos capitulos de correição [...]”* Contudo, a quinta e última testemunha, o mencionado Guilherme Nogueira Passos, afirma outra coisa: *“e do setimo artigo diçe que sempre vira e ouvira dizer não se podia vender carijós porem por estas c.ºz tem visto a vários vender.”*

Avalie-se agora a causa como um todo. O que se observa dos ditos das testemunhas é que as duas administradas não só foram vendidas, como o juízo ordinário parece ter reconhecido essa alienação como válida, pois ela fundamentou a execução do crédito a favor do comprador. Objeto de compra e venda, as duas administradas foram tomadas juridicamente como coisas, tal qual era a condição do escravo.

Também é certo que seria arriscado generalizar as situações aqui tratadas a partir de tão poucos casos, mas é possível dizer que elas são ao menos fortes indícios da manipulação das Ordens Reais que proibiam reduzir o gentio da terra à escravidão. Vale dizer, embora o que chega até os dias de hoje sejam apenas fragmentos daquela realidade, transparece que os colonos locais souberam preencher as brechas deixadas pela Legislação Real, de modo a favorecer os seus interesses na conservação da mão-de-obra escrava indígena, interpretando aquelas disposições a seu favor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse quadro, se pode divisar que os índios no período colonial ocupam uma posição muito peculiar, ponto de encontro entre diversos interesses diferentes, que incidem diretamente sobre a definição de sua situação jurídica.

De um lado os moradores locais, sempre apoiados pelas Câmaras Municipais, pretendem reduzir o “gentio da terra” à escravidão, uma vez que aí está a força motriz de toda a sua lavoura e comércio, bem como de todo o serviço doméstico e de transporte de mercadorias; de outro, os religiosos, com destaque para os jesuítas, que defendem a liberdade natural dos indígenas, embora os confinando em aldeamentos. Ao meio, situavam-se a Real Coroa e os Governadores locais, tentando conciliar essas posições, considerando, conforme seus interesses exigiam, um lado ou outro, mas raramente o lado dos índios.

Em verdade, as próprias Leis reais não são uniformes apresentando em seu conteúdo muitas contradições. Entretanto, quando se considera a Legislação à luz da pragmática da época que consagrava um instituto jurídico de contornos mal definidos sob o nome de “administração particular”, a ambigüidade da situação dos indígenas fica ainda mais evidente.

Nesse sentido, Beatriz Perrone-Moisés escreve que “*as análises da situação legal dos índios durante os três séculos de colonização reafirmaram o caráter ineficaz ou francamente negativo das leis.*”. (Perrone-Moisés, 1998, p.114). Como indicam as fontes históricas, a eficácia da legislação indigenista no Brasil tinha de enfrentar o arraigado “uso e costume da terra”, que legitimava um Direito à escravização dos indígenas pelos colonos e não um direito de liberdade por parte destes últimos em face daqueles, como prescrevem as Leis Reais.

Daí a observação de John Monteiro, que estudou a escravidão indígena em São Paulo, quando fala no “*paradoxo legal do sistema de administração particular*”, meio pelo qual se legitimou juridicamente a utilização da mão-de-obra escrava indígena: “*Assumindo o papel de administradores particulares dos índios – considerados como incapazes de administrar a si mesmos -, os colonos produziram um artifício no qual se apropriaram do direito de exercer pleno controle sobre a pessoa e a propriedade dos mesmos sem que isso fosse caracterizado juridicamente como escravidão.*” (Monteiro, 2005, p.137)

Ademais, como escreve Diogo Soares em parecer pedido pelo Governador da Capitania de São Paulo, “*Que os Índios Sejam Livres, não há doutrina noua, mas tão certa e Segura [...] Esta Verdade conhecem não Só os Índios já baptizados, mas ainda os Parassiz, e mais Pouos do Cuyabá não convertidos: porem esta Liberdade não deue deSer tão absoluta, que deixe deos obrigar aviuarem aldeados, ou na Sogeição de hum bom administrador [...]; porque outro qualquer gênero de liberdade hé pernisiocissimo em semelhante casta de gente [...].*”²⁶ O que expressa a opinião comum à época, segundo a qual os índios eram incapazes de governar a si próprios, razão pela qual precisavam ser sustentados, vestidos e sobretudo doutrinados na religião e nos bons costumes. Em suma, precisavam de um senhor, de um administrador.

Qual é, portanto, o estatuto jurídico do índio na sociedade colonial curitibana setecentista? Era livre, como enunciavam as leis, ou os casos acima mencionados nos mostram que estava submetido a um regime de escravidão? A resposta é complexa porque reflete a própria complexidade do Direito no período colonial brasileiro. De acordo com as muitas Leis já referidas, os indígenas eram por “direito natural” livres, não podendo ser cativados senão em casos excepcionais. Ocorre que, paralelamente, o costume das vilas tornava-os escravos, e o índio era considerado um bem, uma propriedade transmissível, por exemplo, por meio de herança, alienação, dotes ou ainda objeto de penhora judicial, como transparece da documentação consultada. Costume este que também era Direito, já que todas essas transações passavam pelo juízo ordinário da vila e vinham corroboradas nas sentenças e despachos dos juizes locais.

Os estudos mais recentes de História do Direito descrevem essa situação de complexidade social, política e jurídica da sociedade colonial como aquela na qual vigorava um “pluralismo jurídico”. Este Direito de Antigo regime consagrava a “*coexistência de ordens jurídicas diversas no seio do mesmo ordenamento jurídico*”²⁷.

²⁶ Parecer datado de 12 dezembro de 1735. Documentos interessantes para a história e os costumes de São Paulo, vol. III, São Paulo, 1913, Typografia Carodozo Filho & Cia, p. 93-96.

²⁷ De acordo com Antonio Manuel Hespanha, pluralismo jurídico significa “*a coexistência de distintos complexos de normas, com legitimidade e conteúdos distintos, no mesmo espaço social, sem que exista uma regra de conflitos fixa e inequívoca que delimite, de uma forma previsível de antemão, o âmbito de vigência de cada ordem jurídica.*” (Hespanha, 2006, p. 96)



Em verdade, há uma polissemia de poderes²⁸ em concorrência na determinação do estatuto jurídico dos indígenas. A ambigüidade desse estado provém do fato de que cada um desses poderes “diz um direito” de sinal contrário para o mesmo problema. E, como a Colônia estava muito distante da fonte da qual emanavam as ordens reais, a eficácia daquela Legislação diminui, de modo que os poderes locais, até pela impossibilidade de uma fiscalização contínua da Coroa Portuguesa, tem um largo espaço para aplicar o seu Direito, quer dizer o Direito local.

Concluindo, só o fato de que para alcançar a liberdade era preciso requerê-la em juízo, já é indicativo de que ao menos na prática não se dispunha dela. Ao que tudo indica, este sistema jurídico de criação local chamado “administração particular” é um exemplo de Direito colonial brasileiro²⁹. O fato é que a pesquisa com as fontes documentais tem revelado que a instituição jurídica da administração particular é muito mais rica e complexa do que poderia parecer a primeira vista, e, sem dúvida, é certo que se rege por regras próprias³⁰. Regras que embora não escritas, eram observadas e aplicadas na Vila de Curitiba, bem como na Capitania de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Autos de Inventário sob número BR PRAPPR PB 045 PC 02.1, Cx. 1, Juízo Ordinário da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP). **Auto de inventário que mandou fazer o juiz ordinário e órfãos Cap.tam Antonio Ribeiro da Silva dos bens que se acharam por morte e falecimento do Cap. tam João Leme da Silva.**

²⁸ “O poder era, por natureza, repartido; e, numa sociedade bem governada, esta partilha natural deve traduzir-se na autonomia político-jurídica (*iurisdictio*) dos corpos sociais.” Entendendo-se por *iurisdictio* “o poder de fazer leis e estatutos”. (Hespanha, 2006, p. 30-31).

²⁹ “Para se falar de um direito colonial brasileiro -, é preciso entender que, no sistema jurídico de Antigo Regime, a autonomia de um direito não decorria principalmente de leis próprias, mas, muito mais, da capacidade local de preencher os espaços jurídicos de abertura ou de indeterminação e assistentes na própria abertura do direito comum.” (Hespanha, 2009, p. 95)

³⁰ Regras que dispõem, por exemplo, sob quais condições se transmitiam os administrados aos herdeiros, se podiam ser alienados ou não a terceiros e quando a condição jurídica de administrado se transmite a um indivíduo. Regras que são próprias à administração dos índios e diversas das que regiam a escravidão negra.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

Autos sob número BR PRAPPR PB 045 PC 13.1, Cx. 1, Juízo Ordinário da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP). **Carta de emquirição que vejo do juizo ordinario que veio da Villa de parnagua, p.º este juízo entre partes, embargante Fran.º Peres Bicudo embargado Simão Borges Serquera.**

Autos sob número BR PRAPPR PB 045 PC 94.3 e PC 95.3, Cx. 3, Juízo Ordinário da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, Departamento estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP). **Petição apresentada a mim escrivão por parte de Anna Gonçalves; Apresentação de um Libelo Civil ao juiz ordinário o Cap. tam Sebastião dos Santos Pereira em audiência.**

Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba. **Livro de Audiências do Juiz Ordinário (1731 a 1738).**

Boletim do Archivo Municipal de Curityba, 11 vols., Typ. e Lith. a vapor, Imprensa Paranaense, 1906-1957)

Documentos interessantes para a história e os costumes de São Paulo. 94 vols., São Paulo, 1913 -1990.

Ordenações Filipinas. Apresentação Mário Júlio de Almeida Costa. Livros I e II. Portugal (Lisboa): Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

Fontes secundárias

ARISTÓTELES. **Política.** Trad. e notas António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Portugal: Vega Universidade.

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII (1751-1800) segundo os registros paroquiais.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 1974.

CAMPOS, Alzira Lobo A. A configuração dos agregados como grupo social: marginalidade e peneiramento (o exemplo da cidade de São Paulo no século XVIII). **Revista de História**, n.º 117, USP, 1984, p. 27-69.

HESPANHA, Antonio Manuel. **O Direito dos letrados no império português.** Florianópolis (SC): Fundação Boiteux, 2006.

_____. **Porque é que existe e em que consiste um direito colonial brasileiro.** Disponível em: <http://www.hespanha.net/>. Acesso em 26.7.09, 14:30 hs.



ANAI DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. 4 rei. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2005.

PASQUALE, Petrone. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo (SP): Edusp, 1995.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In ____ CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. 2 ed., São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1998.



ESTUDO DE PROCESOS EROSIVOS NA MICROBACIA DO CÓRREGO JABERÃO E SUAS INTERRELAÇÕES ENTRE AS SERRAS CHAPADINHA E BEBEDOURO NO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT

Marcos Figueiredo¹

RESUMO: Este estudo analisa os processos erosivos que estão ocorrendo na microbacia do Córrego Jaberão, situada no Município de Cáceres/MT, a partir do monitoramento de três voçorocas existentes no vale entre a serra da Piraputanga, serra da Chapadinha e serra do Bebedouro, com os seguintes objetivos: monitorar os avanços e estabilização dos processos erosivos na área de estudo; determinar as condicionantes dos processos erosivos pelas propriedades dos solos, atividades desenvolvidas na área e indicadores geológicos; estimativas de comprometimento das voçorocas e o Gasoduto Bolívia-Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Processos Erosivos; Monitoramento de Voçorocas; Córrego Jaberão

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa os processos erosivos que estão ocorrendo na microbacia do Córrego Jaberão, situada no Município de Cáceres/MT, a partir do monitoramento de três voçorocas existentes no vale entre a serra da Piraputanga, Serra da Chapadinha e Serra do Bebedouro, com os seguintes objetivos:

- monitorar os avanços e estabilização dos processos erosivos na área de estudo;
- determinar as condicionantes dos processos erosivos pelas propriedades dos solos, atividades desenvolvidas na área e indicadores geológicos;
- estimativas de comprometimento das voçorocas e o Gasoduto BOLÍVIA-BRASIL.

A identificação de uma porção do espaço terrestre que une a combinação resultante da dinâmica de elementos físicos, bióticos e antrópicos conceitua-se como geossistema, posição comum entre diversos autores, entre eles: Bertrand (1968); Guerra (1995); Bastian & Röder (1998) e Christofolletti (1999).

¹ Prof. Dr. do Curso de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso. Email: marcaounemat@unemat.br



As transformações da paisagem – elemento do geossistema – ocorrem por formas naturais, erosão, movimentos de massa, abalos sísmicos, vulcanismos, tempestades, cheias, fatores biológicos, radiativos, astronômicos e humanos, incluindo aí os desmatamentos, expansão agrícola e pastoril, urbanização e outras.

Dentro deste enfoque as atividades humanas são responsáveis pela modificação do meio natural de intensidade potencializada num curto espaço de tempo, quando comparadas ao ritmo das condições naturais. O trinômio: potencial ecológico, exploração biológica e ação antrópica, embutidos no conceito de geossistema somente encontra biostasia na interrelação dos dois primeiros agentes e a ação humana determina um geossistema em resistasia (ERHART, 1966 e SCHUMM, 1973).

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram selecionadas três voçorocas, mais representativas para o estudo das condicionantes e se para onde elas evoluíram, haveria relação com o Gasoduto.

Assim utilizamos metodologia de mapeamento e monitoramento proposta por Guerra (1996) em *Técnicas e Métodos Utilizados no Monitoramento dos Processos Erosivos*, onde contamos com os seguintes materiais: Folhas Planialtimétricas do DSG escala 1:100.000 Cáceres (SE.21-V-B-II), Três Rios (SD.21-Y-D-V) e Serra da Palmeira (SD.21-Y-D-VI); Carta Imagem do Landsat 7, escala 1:75.000 Rota 227-071, bandas 731; GPS (*Global Position System*); papel milimetrado para confecção de croquis das voçorocas em escala de 1:400; estacas de madeira de 30cm de altura com 3cm de espessura; estacas de ferro 3/4 com 40cm de altura; gabarito de madeira para fixação em cruz de 1m x 1m; gabarito em corda de *Nylon* de 5m e 20m; bússola *Burton*; pluviômetro alternativo; pluviômetro aferido; chapa galvanizada para confecção de flume, cronômetro e infiltrômetro.

DADOS HISTÓRICOS

Consideramos de importância alguns aspectos sócio-econômicos, para entendimento do uso e manejo do solo através dos tempos e compreensão da degradação dos solos na área de estudo.



De acordo com Piaia (1999), durante a década de 60, a ocupação da fronteira agrícola intensificou-se com o Projeto de Integração Nacional, com manutenção da política de colonização. Através da incorporação de novas áreas (pouco povoadas) ao processo de desenvolvimento econômico nacional, foram criados vários municípios e distritos, dentre os quais, o distrito de Vila Aparecida, em Cáceres, no ano de 1972 (Boi Branco – antigo nome da região entre os séculos XVI e XVII).

No início da colonização, ocorreu o cultivo de produtos como o arroz, feijão e milho, em caráter de subsistência e comercial. Posteriormente, houve o predomínio da pecuária, como principal atividade econômica da região.

Atualmente, a população de Vila Aparecida é de aproximadamente 2.000 habitantes envolvidos direta e indiretamente com a pecuária. Vila Aparecida, distante 42 km de Cáceres, é o primeiro distrito na MT 343, no sentido Cáceres-Barra do Bugres. Em 12 km da área de estudo, onde se encontram a Fazenda Santo Antonio, os sítios São Benedito e São Sebastião, todas as propriedades têm como atividade principal a pecuária de leite e corte.

MORFODINÂMICA DO RELEVO RELACIONADOS COM A IMPLANTAÇÃO DO GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL

Cristas das serras, que fazem parte da Província Serrana, obedecem uma direção SW-NE, concernentes à linha de falha e que caracterizam a drenagem (paralela) e quando as fraturas ocorridas nas falhas de empurrão, essa drenagem sofre inflexões, mudando seu curso.

Dentro deste quadro, observamos que a rede de voçorocamentos, que surge da base da encosta à remontante, obedece a direção do mesmo falhamento, como também a uma paleodrenagem recoberta pelos sedimentos quaternários de origem do arrasamento dos dobramentos, que deram origem, por sua vez, às citadas vertentes e cristas alongadas.

O canal principal que esculpe o vale entre a serra da Chapadinha e Bebedouro não constitui uma fase terminal do modelado do relevo. As encostas sofrem, ainda, a erosão direcionada pelos componentes geológicos; também de igual importância, a manutenção

da cobertura vegetal nativa, que permite pelo seu sistema radicular conter a erosão de subsuperfície e finalmente as propriedades do solo suas relações com os elementos anteriores, têm influência capital como controladoras da erosão.

Verificou-se que o solo, quando em desarranjo de sua estrutura para a implantação dos dutos, sofre infiltração d'água e encontra macroporos maiores para preencher. O solo não possuindo índices sustentáveis de matéria orgânica e argila, responsáveis pela sua coesão, desnudado e com selagem proveniente do efeito da força cinética do impacto da gota de chuva (*splash*), que por sua vez remove partículas (*detachment*) que são transportadas em superfície (*runnoff*), proporciona também que as águas de subsuperfície fluidifiquem o mesmo, ocorrendo assim um colapso em superfície com seu rebaixamento.

Observou-se que o mesmo efeito ocorria nas margens da MT-343 nas proximidades das voçorocas, devido à construção do leito da rodovia sem a compactação adequada, como também em diversos pontos, onde ao invés do solo rebaixar, a erosão de subsuperfície formou concavidades a partir do fluxo fluidificado do solo, os quais também são denominados de *pipes*.

Vale lembrar que a compactação não é um uso recomendado, pois ela propicia o mesmo efeito de colapso do solo e formação de ravinas e voçorocas. Isto porque o fluxo d'água de subsuperfície ocorre onde as condições de agregabilidade são desfavoráveis para manter o solo coeso, ocorrendo portanto sua fluidificação, independente da profundidade de compactação. Portanto, o que desacelera o processo é a manutenção da agregabilidade de superfície, para que com as interações solo, teores de argila e matéria orgânica e vegetação, permitam menor erodibilidade.

Os estudos integrados dos tipos de cobertura vegetal, com sistema radicular adequado às condições de solo impactado, são igualmente essenciais para recuperação de áreas erodidas, minimizando os custos de manejo e ambiental, pois quando essas não são recomendáveis e não há preocupação de pesquisa da integração desses estudos, os danos se repetem, onde o solo em fase de colapso possui uma cobertura de gramíneas, não indicadas para a degradação presente.

As medidas paliativas encontradas na área de estudo mostram que a interação proposta acima, pouco se faz presente. As contensões existentes não são eficazes na

erosão de subsuperfície e superfície. A preocupação maior na implantação dessas contensões foi a erosão superficial. Elas retêm ao máximo a aceleração do fluxo das águas, mas não impedem o solopamento em sua base, ou laterais, pois aí o solo encontra-se desagregado e sem proteção, erodindo novamente.

Para que se compreenda como uma medida de contensão deva ser eficiente, é necessário entender a importância dos processos erosivos e suas conseqüências. Assim, uma análise de solos com problemas de uso e manejo, depende não apenas da quantificação das taxas de perda de sedimentos.

Vários estudos (Morgan, 1986; Evans, 1990 *in* Guerra, 1995; Bryan, 2000 entre outros), direcionaram a compreender o balanço da produção e remoção de sedimentos em função da estrutura do solo, geração de *runoff*, balanço hídrico do solo, formação de *pipes*, geração de crostas e relações da densidade do solo com a porosidade, o efeito da matéria orgânica nos argilo-minerais e finalmente a relação solo-encosta-clima-vegetação. Esta, como podemos observar num trecho da faixa de domínio do gasoduto na Fazenda São Sebastião, tem relação importante na contensão de sedimentos, não só pelo seu sistema radicular, mas pela função de proteção e produção de húmus que exerce no solo.

Não raro podemos observar um exemplo claro da importância dessa relação, pois no final da estação chuvosa vemos a necessidade da reposição da cobertura vegetal, que foi consumida por animais das propriedades ou sucumbida pela erosão laminar, a qual não encontrando resistência nas raízes da cobertura, é levada para as partes mais baixas, juntamente com os sedimentos, aflorando as contensões em sub-superfície.

Neste caso, a densidade da cobertura vegetal não influenciou a contento para impedir o escoamento superficial e permitir maior infiltração, pois a relação entre o tipo de cobertura vegetal e a textura do solo da área apresentou médias de: 74,11% de areia, caracterizando solo como arenoso, uma densidade aparente de 1,81 g/cm³ (solos compactados), 1,13% baixo teor de matéria orgânica apresentando agregados instáveis, onde os estudos de Greenland *et al.* e De Ploey & Poesen, *apud* Guerra (1995) consideram limites de solos friáveis índices menores de matéria orgânica entre 2,0 e 3,5%. Os índices encontrados são bem inferiores a estes limites e por fim, a média da declividade na área (20° equivalente a 34,4%), caracterizando um declive moderado.

Todos estes fatores deveriam resultar numa escolha diferenciada de cobertura vegetal, que permitisse conter mais os sedimentos a partir desses dados.

Sabe-se, entretanto que os estudos destas relações, e a implementação de contensões com relação à declividade das encostas, para obter melhores respostas em resistência à erosão, maximizaria o custo da obra e mesmo a manutenção encontrada nas contensões retificadas, não são garantias que estejam sendo feitas em todo o trajeto da faixa de servidão.

Numas das propriedades (Fazenda São Benedito), da área estudada mensurou-se uma voçoroca que apresenta uma área de 12.871 m² ou 1,28 ha, comprimento de 256,9m e volume de 58.820 m³. Sua largura e profundidade foi medida com um espaçamento de 20 em 20 m e obteve-se: larguras de 60,8 m; 60,4 m; 70 m; 70,3 m; 69,8 m; 70,2 m; 71m; 72 m; 70,9m; 70,2 m e 69 m e profundidades de 9,14 m; 8,7 m; 7,6 m; 6,9 m; 6,5 m; 6,3 m; 5,9 m; 5 m; 3,7 m e 2,6 m do cume ao sopé da mesma.

Nela encontramos deposição de solos residuais originados das encostas de entorno, efeito da denudação do solo pelo uso inadequado das queimadas para expansão de pastos.

A encosta (onde estão enterrados os dutos) apresenta-se desnudada e a lateral da voçoroca, onde também sofreu desvio da implantação dos dutos, mostra num primeiro momento uma cobertura vegetal recobrando as barreiras de contensão, mas após as primeiras chuvas esta afloram, devido a inadequação das gramíneas colocadas (sem sistema radicular eficiente na contensão de sedimentos) e as propriedades do solo da área.

Esta lateral foi escavada no primeiro momento da implantação dos dutos, porém soterrada logo após da certificação de que os mesmos estavam sendo colocados atravessando a voçoroca. Com o desvio, os dutos romperam uma ruptura de declive para logo subirem a encosta da serra da Chapadinha.

O efeito da denudação com afloramento das contensões feitas na estação seca, que com as chuvas e o escoamento laminar, apareceram na superfície. Verifica-se que a vegetação é inexpressiva na contenção dos solos, dentro da faixa de implantação dos dutos. Os maiores teores encontrados na composição dos solos desta voçoroca são de

areia que variam de 29,95% a 67,10% e se concentram na área intermediária da mesma, onde foi verificada a presença das contensões. Esta característica dificulta a permanência de capim (*Brachiária Humidícula (Pennisetum purpurim schumach)*) usado como cobertura vegetal.

Na área plana da ruptura de declive, encontramos várias erosões provenientes da selagem do solo, da falta de cobertura vegetal para conter o efeito da energia cinética da chuva, baixos teores de matéria orgânica, que agem na textura dos solos aumentando sua erodibilidade.

Esta área plana já se encontra dentro da faixa de domínio do gasoduto. O solo desestabilizado e erodido da voçoroca está 33 m desta faixa.

Os siltes são partículas, que em maior concentração, proporcionam maior selagem e os encontrados na Fazenda São Benedito dão o caráter areno-siltoso nos solos da faixa de domínio do gasoduto.

A estabilidade dos agregados é controlada pelos teores de argila e matéria orgânica, sendo um dos fatores mais importantes da hidrologia do topo do solo (*topsoil*) na sua erodibilidade em superfície. Onde vários estudos como de Yariv (1976); Valentin & Bresson (1992); Sumner (1995); Sumner, & Stewart (1992); Guerra (1995) e Bryan (2000) demonstram a redução interna dos agregados; as chuvas quebram os solos em diversas partículas, que formam crostas e dificultam a infiltração da água.

A estaca 35 representa o encarte do mapeamento da voçoroca e se localiza a 23,5 m da faixa de domínio de gasoduto. Apresentou um recuo de 2,64 m, o que representa 52,8 % do total de 5 m da borda onde foi fixada; isto num período de duas estações chuvosas, sendo portanto um recuo de 1,32 m/ano; em 5 anos poderemos ter 6,6 m. Para atingir a faixa de domínio seriam necessários cerca de 17 anos.

Esta voçoroca foi monitorada nas condições já existentes na área; isso não quer dizer que não haja formações de dutos de sub-superfície que não possam ser vistos e que ainda sustentam o topo do solo, pois as condições textura, teores de argila e matéria orgânica, falta de cobertura vegetal adequada e as relações de declividade e clima na região são propícias para provocar um colapso deste solo, formando novas voçorocas.



As contensões laterais solapadas na parte inferior apresentam maior eficácia apenas na desaceleração da remoção de sedimentos superficial, porém o trabalho das águas de subsuperfície, encontrando solo neste trecho com 36,45 % de teor de agregado maiores de 1,0 mm e 32,71 % menores de 1,0 mm que são mais facilmente transportados nos pequenos espaços encontrados nas referidas contensões.

Assim como a drenagem as ravinas e voçorocas obedecem um condicionamento dos falhamentos que quebram a continuidade das cristas alongadas do relevo do vale. Aliados as propriedades destes solos, cobertura vegetal, declividade as fissuras encontradas, na faixa de servidão, podem ser também influenciadas nos sentido dos falhamentos o que poderá acarretar em maior demanda de manutenção dos dutos e constante re-recobrimento da vegetação.

Os baixos índices de matéria orgânica encontrados na área de estudo (média de 1,13%), apresentaram em algumas amostras índices de 0,27%, o que mostra solos com baixa estabilidade dos agregados, conseqüentemente susceptíveis à erosão.

Encontramos correlação entre a densidade aparente e o teor de matéria orgânica nas amostras de solos coletadas na área de estudo, onde observamos que na medida em que o teor de matéria orgânica diminui, ocorre um aumento da densidade aparente, conseqüentemente, aumentando a ruptura dos agregados pela falta de coesão de matéria orgânica e também sua compactação, permitindo a formação de crostas na superfície, o que comprova estudos de Hambil & Davies (1977, *in* Guerra, 1995).

Os solos, que exemplificam esta tendência, são os encontrados na voçoroca e na área da Fazenda Santo Antonio, já que apresentam evidentes formações de crostas com altos índices de densidade aparente.

A caulinita é um indicador de solos que sofrem alta lixiviação e, portanto indicador de solos erodidos ou que sofrem ação constante das intempéries, sua presença foi evidenciada nas amostras feitas em difractograma de raio-X, coletada em solos na Formação Bauxi e Moenda.

Em suma vale ainda lembrar que as observações de manutenção das encostas da serra da Chapadinha na faixa de domínio na Fazenda São Benedito, não se tem



comprovação que são feitas em todo o trecho da faixa de domínio do gasoduto até Cuiabá, onde percorrem várias outras encostas.

As áreas das fazendas onde o uso e manejo sobre solos erodidos não demonstram adequação pelas propriedades físicas e químicas evidenciadas permitem que sejam consideradas algumas recomendações, como: incorporação da cobertura morta das colheitas; plantio direto; consorciamento de culturas; calagem; adubação orgânica; adubação mineral; adubação verde; rotação de culturas; cultivo em curva nível; evitar culturas em faixa, somente no sentido das águas; evitar escarificação do terreno; controle de voçorocas através de barragens e terraços no final das curvas de nível; reflorestamento com espécimes nativos.

Dessa forma, este trabalho, além de fazer um diagnóstico dos processos erosivos, na área de estudo, prevê também a sua expansão, com sérios riscos para o gasoduto, caso não sejam tomadas pelo menos algumas das recomendações aqui propostas.

BIBLIOGRAFIA

BASTIAN, O. & RÖDER, M. 1998. Assessment of landscape change by land evaluation of past and present situation. In: **Landscape and Urban Planning 41**, 182 pp.

BERTRAND, G. 1968. Paysage et Géographie Physique Globale. Esquisse Méthodologique. **Révue Géographique des Pyrénées et du Sud Ouest**, Toulouse, France, 39 (3): 249-272.

BRYAN, R.B. 2000. Soil erodibility and processes of water erosion on hillslope. Ed. Elsevier. Ontario, Canada. **Geomorphology**, (32): 385–415.

CHRISTOFOLETTI, A.1999. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. Ed. Edgard Blücher Ltda. São Paulo. 236 pp.

ERHART, H. 1966. A teoria da biorestasia e os problemas biogeográficos e paleogeográficos. In: **Notícia Geomorfológica** (11): 51-58. Campinas, SP.

GUERRA, A. J. T. Processo erosivo nas encostas. In: GUERRA, A J. T. & CUNHA, S. B. (organizadores) 1995. **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. Ed. Bertrand 2ª ed, RJ, 458 pp.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

GUERRA, A.J.T. 1996. Técnicas e métodos utilizados no monitoramento dos processos erosivos. *In: Sociedade e Natureza*, Ano 3, número 15, edição especial. Revista do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, 15-19.

PIAIA, I. I. 1999. **Geografia de Mato Grosso**. 2. ed. Cuiabá, EDUNIC, 98 pp.

SCHUMM, S. A. 1973. **Tempo, espaço e casualidade em geomorfologia**. *In: Not. Geomor.* (25): 43-62. Campinas, SP.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

A POSSIBILIDADE DE VIABILIZAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO (LEI COMPLEMENTAR nº. 90/10) NO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT

Maria José Dantas Souza¹

Evelin Mara Cáceres Dan²

RESUMO: O presente texto é um recorte da pesquisa de monografia realizada em Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso, sob orientação da Profa. Esp. Evelin Mara Cáceres Dan. Busca analisar a possibilidade da promoção de bem estar aos habitantes do município de Cáceres-MT, a partir da implementação do seu Plano Diretor. A pesquisa é de ordem qualitativa, e fora utilizado bibliografias bem como o *corpus* legal do Plano Diretor Municipal para seu desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVES: Plano diretor, gestão democrática, função social, propriedade urbana.

INTRODUÇÃO

A cidade é o meio ambiente artificial, construída pela mão humana. Nesse sentido, opõe-se ao meio ambiente natural, eis que não surgiu de fatores ou leis naturais, mas sim da ação transformadora do homem. Constitui uma das espécies do meio ambiente de que trata a Constituição Federal, possuindo regulamentação própria, com institutos jurídicos específicos.

Devido as transformações sociais e econômicas implementadas pelo capitalismo, a partir do século XIX houve o condicionamento da urbanização, bem como da ocupação dos espaços geográficos nas cidades. Importa salientar, que a ocupação dos espaços urbanos não se deu uniformemente, marcando as cidades como espaços de privilégio e exclusão.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Email: deysdantas@hotmail.com

² Profa. Esp. do Curso de Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mestranda em Linguística – MINTER UNICAMP/UNEMAT. Email: evelind@hotmail.com



No Brasil, o processo de urbanização se deu de forma mais intensa no século XX, em virtude do desenvolvimento industrial, momento em que, se verificam mudanças significativas no contexto econômico, político e cultural na sociedade brasileira. Com uma população eminentemente rural, em 1900 os habitantes das cidades representavam menos de 10% dos íncolas do país. Em contrapartida, no ano 2000, as cidades brasileiras concentravam 81% do total da população.

Destaca-se, que esse processo migratório ocorreu, sem que houvesse qualquer estruturação ou planejamento urbano, e sem nenhuma intervenção do Poder Público (SEGUIN, 2002).

Como reflexo, o assentamento das populações, nas cidades brasileiras ocorreu de forma desordenada e injusta, caracterizada pelo domínio da segregação residencial. Nesse sentido, a população carente e de baixa renda foi ocupando às áreas periféricas do espaço urbano, vivendo, muitas vezes, em condições dilacerantes, que foram agravadas pela ausência de políticas públicas (LIRA, 2006).

Buscando a minimização dos problemas que permeiam o ambiente urbano, na década de 60, tem início o Movimento Nacional de Reforma Urbana, sendo retomado na década de 80 e positivado em 1988 com a promulgação da Constituição Federal brasileira. Assim, o artigo art. 182 da Cf/88, *caput* dispõe que:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Desse modo, estabelece-se a responsabilidade do Poder Público Municipal em ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

OBJETIVO

O presente texto tem como objetivo refletir sobre a possibilidade de se alcançar os objetivos da política urbana quais sejam a garantia do pleno desenvolvimento das funções



sociais da cidade, do cumprimento da função social da propriedade urbana e a garantia das condições dignas de vida à partir da implantação do Plano Diretor no Município de Cáceres-MT. A princípio, o referido Plano Diretor conteria importantes instrumentos que poderiam ser alitrados para se promover os objetivos da política urbana.e garantir o bem estar da população local.

METODOLOGIA

A pesquisa do presente texto é de ordem qualitativa, onde houve a utilização de métodos dialético contemporâneo, dedutivo analítico ou formal, histórico e estruturalista. Por fim, é de se dizer, que a pesquisa bibliográfica sobre o tema alicerça nosso estudo, ampliando os conhecimentos sobre o assunto e constituindo importante instrumento às nossas conclusões.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Estatuto das Cidades

Com o advento da Lei n. 10.257/01, conhecida como Estatuto das Cidades, assenta-se a premissa de que o diagnóstico mais eficaz para solucionar a crise urbana seria a utilização do Plano Diretor que efetivaria a ordenação do espaço urbano. Assim, o Estatuto das Cidades instituiu as diretrizes gerais para a uniformização das políticas públicas urbanas no país, ratificando de forma expressiva o papel do Plano Diretor como instrumento cabível para promover o ordenamento da ocupação do solo urbano e a sustentabilidade da qualidade de vida de nossas cidades.

Dentre as diretrizes gerais estabelecidas por referida Lei, para o desenvolvimento urbano, destaca-se: a garantia do direito a cidades sustentáveis; o direito à terra urbana; o direito a moradia, o direito ao saneamento ambiental; o direito a infra-estrutura urbana; o direito ao transporte e aos serviços urbanos; o direito ao trabalho e ao lazer; a gestão democrática das cidades; a cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização; o planejamento do desenvolvimento da cidade; a ordenação e controle do uso do solo; a justa distribuição



dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização; a adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos com os objetivos do desenvolvimento urbano; a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural, construído, cultural, artístico, paisagístico, histórico e arqueológico, e outros, previstos no artigo 2º, incisos e alíneas da Lei nº 10.257/01.

O capítulo III do Estatuto da Cidade trata especificamente do Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, sendo de responsabilidade do Poder Público Municipal, a sua elaboração e aprovação. Este, obrigatório aos Municípios com mais de vinte mil habitantes, devendo ser implementado no prazo de até cinco anos da entrada em vigor da Lei nº 10.257/01.

Outrossim, para se alcançar os objetivos da política urbana de garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, do cumprimento da função social da propriedade e garantir condições dignas de vida urbana cabe ao Município implementá-la, valendo-se para tal do Plano Diretor.

Plano Diretor do Município de Cáceres-MT

Deve-se considerar que o processo de agrupamento humano é dinâmico, assim como é dinâmico a formação das cidades e seu processo de ordenação e/ou reordenação. Os instrumentos utilizados para tanto, devem ser aplicados dando a devida atenção à realidade local de cada município.

Nesse sentido, em cumprimento as diretrizes preconizadas tanto pela CF/88 quanto pelo Estatuto das Cidades, o Poder Público Municipal de Cáceres-MT, viu-se incumbido a promover um estudo que fosse capaz de instrumentalizar o planejamento e a elaboração do Plano Diretor.

Assim, a Prefeitura de Cáceres-MT (2005), contratou uma empresa (COOTRADE) para realizar estudos que fornecessem informações sobre as especificidades do Município com o objetivo de viabilizar a elaboração Plano Diretor. Referido estudo, denominado “Cáceres: Diagnóstico para o planejamento urbano”, procurou sistematizar as informações em diversos aspectos (estrutural, econômico, natural, político, social etc) fornecendo dados da realidade local.



O conjunto de 12 mapas, em diversos temas, permite uma visualização da realidade urbana que a Prefeitura não possuía. Pela primeira vez, conseguiu-se estruturar um mapa do município, onde a rede escolar, de saúde, assentamentos, sítios históricos mais relevantes, plantações de teca e áreas de preservação aparecem com confiabilidade. Mas, o relevante são os mapas da área urbana, que permitem que diversos temas (saúde, educação, saneamento, mobilidade, regularidade fundiária, áreas verdes, de risco, etc.) sejam visualizados, complementando assim os dados estatísticos (COOTRADE, 2007, p.18)

Como se verifica, este estudo foi o primeiro passo dado em direção à implementação da construção do Plano Diretor do Município de Cáceres-MT, servindo de instrumento para nortear as discussões, planejamentos e diálogos das audiências públicas. Após a elaboração desse estudo, foram realizadas audiências públicas, que promoveram debates entre os diversos segmentos da sociedade, objetivando atender as demandas específicas das localidades.

Assim, foi elaborada a Lei Complementar nº 90, votada em Sessão Extraordinária na Câmara Municipal, em 29 de dezembro de 2010, denominada de “Plano Diretor do Município de Cáceres-MT”, que entrou em vigor após sua publicação. Tem a seguinte disposição em seu *corpus*:

Título I- Dos Princípios Fundamentais e dos Objetivos Gerais do Plano Diretor, do artigo 3º ao 10º; Título II- Do Desenvolvimento Social, que se dividem em cinco capítulos: Capítulo I- Da Saúde, do artigo 12 ao 14; Capítulo II- Da Educação, artigos 15, 16 e incisos; Capítulo III- Do Esporte e Lazer, artigos 17, 18 e incisos; Capítulo IV- Da Segurança, artigos 19, 20 e incisos e Capítulo V- Da Assistência Social, artigos 21,22 e incisos; o Título III- Do Desenvolvimento Econômico, Capítulo I – Do Turismo, dos artigos 23 ao 28; Título IV- Do Patrimônio Cultural e Ambiental, Capítulo I- Do Meio Ambiente, Capítulo II- Da Cultura e do Patrimônio Cultural, artigos 28 ao 41; Título V- Do Desenvolvimento Institucional, artigos 42,43 e incisos; Título VI- Do Ordenamento Territorial, Capítulo I- Do Planejamento Territorial, artigos 44 ao 46, Capítulo II- Da Regularização Fundiária, artigos 47 ao 48, Capítulo III- Da Infraestrutura, artigos 49 ao 58, Capítulo IV- Do Macrozoneamento Ambiental Municipal, artigos 59 ao 64; Capítulo V- Da Zona de Adequação Ambiental do Distrito –sede de Cáceres, artigos 65 ao 71; Título VII- Da Implementação do Plano Diretor, Capítulo I- Da Coordenação, artigos 72 ao 73, Capítulo II- Dos Instrumentos de Implementação, artigos 74 ao 80; Capítulo III- Dos Instrumentos Jurídicos e Políticos, artigos 81 ao 93 e o Título VIII- Das Disposições Gerais e Transitórias, artigos 94 ao 100.



RESULTADOS

Com a edição do Estatuto das Cidades (Lei. 10.257/01) restou o disposto que o Plano Diretor é o principal instrumento de viabilização do bem estar social nas cidades. Entretanto, verifica-se que não se mostra eficaz na solução das contradições que impregnam a realidade social, pois sua aplicabilidade se realiza sob a égide da produção capitalista. O modo de produção capitalista procura racionalizar a sociedade, tornando-a um instrumento de produção, de consumo e de troca. Referido Plano Diretor do Município de Cáceres-MT objetiva ordenar a ocupação urbana, mas dificilmente solucionará os conflitos de luta de classes e as desigualdades sociais, se tornando apenas um instrumento essencial da preservação da ordem a ser utilizado pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas urbanas podem ser entendidas como um sistema orgânico e funcional, dada a sua verticalização normativa que estabelece normas gerais para atender interesses locais. Ou seja, as diretrizes gerais são estabelecidas, primeiro no âmbito federal, seguido pelo estadual e por fim no municipal.

Assim, o Estatuto das Cidades (Lei n. 10.257/01) regulamentou os artigos 182 e 183 da CF/88 que dispunham sobre as Políticas Públicas Urbanas, instituindo as diretrizes gerais para a uniformização das políticas públicas urbanas no país, ratificando de forma expressiva o papel do Plano Diretor como instrumento cabível para promover o ordenamento da ocupação do solo urbano e a sustentabilidade da qualidade de vida de nossas cidades.

O Plano Diretor Participativo, a princípio, conteria importantes instrumentos que poderiam ser alitrados para se promover os objetivos da política urbana de garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, do cumprimento da função social da propriedade e garantir condições dignas de vida urbana.

Entretanto, as discussões sobre as políticas públicas urbanas devem, além de refletir sobre os diagnósticos de crescimento desordenado, instrumentos técnicos de ordenação da cidade e controle, fomentar a discussão da enorme desigualdade social



existente nas cidades, bem como sobre as formas que a sociedade organizada e o Poder Público estão utilizando para “amenizar” problemas que incomodam. (DAN, 2009).

Importa ainda acrescentar que, as transformações sociais e econômicas implementadas pelo capitalismo, a partir do século XIX, condicionaram a urbanização, bem como a disposição geográfica das cidades e a ocupação desses espaços, restando assim a reprodução do mesmo como sítios de dominação ou como mercadoria reproduzível. Assim, o espaço urbano é palco de incontáveis conflitos sociais, estes reproduzidos numa dinâmica capitalista que procura racionalizar a sociedade, tornando-a um instrumento de produção, de consumo e de troca. Nesse diapasão, Ronaldo Coutinho (2007, p. 19-20), assevera que:

Não há, em tese, dúvida sobre a intenção e o mérito do Estatuto da Cidade, na medida em que a referida Lei assenta na premissa de que a noção jurídica de propriedade privada hoje não comporta mais em si mesma os pressupostos de uma visão unívoca e absoluta, eis que há expressiva parcela de juristas de acordo com a noção de que a propriedade, como bem de produção, não deve ser puro objeto de apropriação privada, mas sim deve reverter à coletividade os benefícios de sua funcionalidade. Em princípio portanto, os instrumentos urbanísticos referidos no Estatuto da Cidade representariam o arcabouço jurídico do direito difuso à cidade, entendido este como a construção de uma cidadania participativa e democrática. Contudo, o que permanece intocado nessas abordagens é a lógica subjacente intrínseca à produção e à reprodução capitalista do espaço, lógica que está na própria origem do processo de acumulação do capital, caracterizado pelo desenvolvimento desigual e combinado das forças produtivas e pela contradição fundamental da qual deriva a sociabilidade própria do capitalismo.

Assim, a experiência histórica de construção do meio urbano constituiu-se como espaços de privilégios e de exclusão. E a suposição de que bastaria a edição e aplicação de boas leis para solucionar as contradições que impregnam a realidade social, é no mínimo ingênua.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.



ANAI DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

COUTINHO, Ronaldo. A mitologia da Cidade Sustentável no Capitalismo. In: COUTINHO, Ronaldo; BONIZZATO, Luigi (coord). **Direito da Cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2007.

COUTINHO, Ronaldo. Direito Ambiental das Cidades: Questões Teórico- Metodológicas. In: COUTINHO, Ronaldo; ROCCO, Rogério (orgs). **O Direito Ambiental das Cidades**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2 ed. 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2ª Ed. 1993.

DEBIAGGI, Moema Castro. O processo de uso e ocupação do solo. In: **Política urbana; a produção e o consumo da cidade**. Porto Alegre, 2ª edição, 1986.

DAN, Evelin M. C. Direito Ambiental das cidades: as desigualdades decorrentes da ocupação urbana e o paradigma da função social da cidade. In: **I Seminário Sobre Ambiente Urbano: Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável**. Cáceres/MT, 2010. Anais. Cáceres/MT: UNEMAT, 2010.

_____. O Espaço urbano e as desigualdades decorrentes de sua ocupação. In: **X Semana de Geografia da Unemat (X SEMAGEO)**. Anais. Cáceres/MT: Unemat, 2009.

JARDIM, Zélia Leocádia da Trindade. **Regulamentação da Política Urbana e Garantia do Direito à Cidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

LANFREDI, Geraldo Ferreira. **Política Ambiental: Busca de efetividade de seus instrumentos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

LIRA, Ricardo pereira. **Direito urbanístico, Estatuto da Cidade e Regularização Fundiária**. 2006.

SIRVINSKAS, Luiz Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SÉGUIN, Elida. **Estatuto da Cidade: promessa de inclusão social, justiça social**. - Rio de Janeiro: Forense, 2002.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

POLUIÇÃO SONORA EM CÁCERES: uma polêmica do barulho¹

Odair José da Silva²

RESUMO: Este artigo procura problematizar a questão da Poluição Sonora no município de Cáceres a partir da mobilização do Ministério Público (MP) e sociedade organizada no final de 2010 no sentido de combater esse crime ambiental com a campanha “Sossego! Direito de todos”. Neste sentido, procuramos delimitar o nosso tema na discussão e mobilização provocadas a partir do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com os promotores de eventos e proprietários de bares e casas de shows da cidade. A partir de análises jurídicas sobre o assunto feito por diversos autores como Farias, Machado e Marques foi possível pensar a Poluição Sonora em Cáceres como agente de perturbação ao meio ambiente urbano. Além desses, buscamos orientação em Pereira Jr para entender o que diz a legislação sobre essa forma de poluição e como combatê-la. Na busca de procedimentos para obtenção de dados sobre o tema na cidade de Cáceres utilizamos buscas em sites de notícias e artigos sobre o assunto. Dessa forma procuramos fazer uma abordagem do que é a Poluição Sonora, suas conseqüências para o ser humano e ao meio ambiente urbano e, por fim, suas características na cidade de Cáceres.

PALAVRAS-CHAVES: Poluição sonora; legislação; meio ambiente.

INTRODUÇÃO

Durma-se com um barulho desses! Esse era um jargão utilizado por um apresentador de programa televisivo em nossa cidade há tempos atrás que representa um pouco do que pretendo estar problematizando em meu artigo. O barulho que vem dos bares, lojas, lanchonetes, carros de som automotivos, escapamentos de motos “turbinadas” entre outros ambientes que poluem o ar da nossa princesinha e que, pelo movimento, “Sossego! Direito de todos”, vem mobilizar as autoridades para um assunto

¹ Artigo científico apresentado como requisito indispensável para obtenção de Título de Especialista em Gestão Ambiental.

² Acadêmico do Curso de Pós-Graduação em Gestão Ambiental pela FAPAN e acadêmico do Curso de Direito da UNEMAT.



que incomoda muita gente. Todo ruído que causa incômodo pode ser considerado Poluição Sonora.

A partir das aulas do Curso de Especialização em Gestão Ambiental e buscas pela matéria procurei desenvolver um estudo sobre as práticas de Poluição Sonora em Cáceres. A noção do que é barulho pode variar de pessoa para pessoa, mas o organismo tem limites físicos para suportá-lo. O ruído atrapalha o sono e a saúde em geral direta ou indiretamente através do estresse ou perturbação do ritmo biológico. Barulho em excesso pode provocar surdez e desencadear outras doenças, como pressão alta, disfunções do aparelho digestivo e insônia. Distúrbios psicológicos também podem ter origem no excesso de ruído.

Este trabalho procura desenvolver uma abordagem sobre a Poluição Sonora no qual procuramos expor em dois itens.

No primeiro item abordamos as questões pertinentes a legislação brasileira sobre o Meio Ambiente dando destaque as poluições e, principalmente, a Poluição Sonora. O que pretendemos destacar é que estamos respaldados por uma legislação que protege o Meio Ambiente dessa poluição tanto na esfera nacional como municipal. O que falta, no entanto, é a aplicabilidade das leis para proteger esse ambiente. Ainda neste capítulo procuramos destacar, brevemente, as principais conseqüências da Poluição Sonora. Ao contrario do que muitas pessoas pensam, o barulho é prejudicial, e muito, a saúde humana.

Por último, no segundo item, procuramos demonstrar algumas mudanças no comportamento do cidadão cacerense com relação a essa poluição. Depois de ações promovidas pelo Ministério Público em parceria com diversos órgãos públicos e privados na intenção de combater a Poluição Sonora no município denominado “Sossego! Direito de todos” no qual foi estabelecido um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para adequar os ambientes causadores de poluição sonora a legislação pertinente. Neste sentido, é importante esclarecer que a cidade é nossa e que ninguém é livre por fazer o que bem entende (como ligar som alto a todo tempo) e sim por desejar fazer o que se pode. Para sobrevivermos em sociedade devemos enfatizar o autocontrole e a imposição da prevenção dos problemas.



A CONSTITUIÇÃO FEDERAL COMO GARANTIA DA PAZ SONORA

Para uma melhor compreensão inicial sobre a Poluição Sonora procuramos analisar o que fala a legislação com relação a esse assunto. Na Constituição Federal, nossa Carta Magna, diz em seu inciso VI do artigo 24 que compete a União legislar sobre a proteção ao Meio Ambiente e controle da poluição. O inciso III do art. 3º da Lei nº 6.938/81 conceitua poluição como:

[...] a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos (SANTOS 2002).

Nesse sentido, é importante salientar que a poluição sonora dá-se através do ruído que é um som indesejado que agride ao ouvido humano.

A competência administrativa ou competência material cabe ao Poder Executivo e diz respeito sua faculdade para atuar com base no poder de polícia. Em relação à proteção do meio ambiente a competência administrativa é comum à União, aos Estados e ao Distrito Federal e aos Municípios, porque é atribuída indistinta e cumulativamente a todos os entes federados nos moldes dos incisos III, IV, VI, VII, IX e XI do art. 23 da Constituição Federal. (FARIAS 2010).

Farias (2010) no excelente artigo sobre a *Análise jurídica da Poluição sonora* faz uma abordagem sobre as competências para legislar sobre essa questão da poluição sonora no meio ambiente. Afirma que existe uma preocupação sobre essa forma de agressão a saúde humana e destaca a evolução do pensamento jurista sobre o assunto. De acordo com o autor:

A preocupação com a poluição sonora enquanto problema ambiental é recente, embora tenham existido alguns dispositivos que procuraram disciplinar a questão do ponto de vista do direito de vizinhança. É o caso do decreto de 6 de maio de 1824, que vedava a produção de poluição sonora dentro da cidade estabelecendo multas de 8 mil réis e penas de dez dias de prisão ou de cinquenta açoitada em se tratando de infrator

escravo. A Portaria nº 92/80 do Ministério do Interior é a primeira das normas gerais nacionais mais recentes que procurou disciplinar a questão:

I - A emissão de sons e ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda, obedecerá no interesse da saúde, da segurança e do sossego público, aos padrões, critérios diretrizes estabelecidos nesta Portaria.

II - Consideram-se prejudiciais à saúde, à segurança e ao sossego público para os fins do item anterior, os sons e ruídos que:

a) atinjam, no ambiente exterior do recinto em que têm origem, nível de som de mais de 10 (dez) decibéis - dB (A), acima do ruído de fundo existente no local sem tráfego;

b) independentemente do ruído de fundo, atinjam no ambiente exterior recinto em que tem origem, mais de 70 (setenta) decibéis - dB (A), durante o dia e 60 (sessenta) decibéis - dB (A) , durante a noite;

c) alcancem, no interior do recinto em que são produzidos, níveis de som superiores aos considerados aceitáveis pela Norma NB-95, da Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, ou das que lhe sucederem.

A Resolução nº 001/90 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, ao adotar os padrões de qualidade determinados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, dispõe nos seus itens I e II:

I – A emissão de ruídos, em decorrência de qualquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política. Obedecerá, no interesse da saúde, do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos nesta Resolução.

II – São prejudiciais à saúde e ao sossego público, para os fins do item anterior as ruídos com níveis superiores aos considerados aceitáveis pela norma NBR 10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT.

Os índices permitidos de poluição sonora estão estabelecidos pela Norma Brasileira Regulamentar nº 10.151 segundo a zona e horário em questão. Nas zonas hospitalares o limite é de 45 (Db) diurno e de 40 (Db) noturno, nas zonas residenciais urbanas o limite é de 55 (Db) diurno e 50 (Db) noturno, no centro da cidade o limite é de 65 (Db) diurno e 60 (Db) noturno e nas áreas predominantemente industriais o limite é de 70 (Db) diurno e 65 (Db) noturno.

É por não existir uma lei federal específica sobre poluição sonora que restou ao Conselho Nacional do Meio Ambiente a tarefa de estabelecer padrões mínimos de qualidade ambiental, que podem ser restringidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Notamos na fala do autor que a preocupação com essa forma de poluição é recente, no entanto, é possível ver algumas normas sendo estabelecida na intenção de conter o avanço da poluição sonora. Um outro estudo que nos chama a atenção é uma



nota técnica sobre *Legislação Federal sobre Poluição Sonora Urbana* do consultor legislativo José de Sena Pereira Jr. Na nota técnica o consultor emite o seguinte parecer sobre a Poluição sonora.

A emissão de sons e ruídos em níveis que causam incômodos às pessoas e animais e que prejudica, assim, a saúde e as atividades humanas, enquadra-se perfeitamente no conceito de poluição legalmente aceito no Brasil, o qual é, também, de consenso do meio técnico. Está entre as competências da União, portanto, a de estabelecer normas gerais sobre o controle da poluição, entendida esta de forma ampla. Esta competência vem sendo cumprida particularmente nos campo da legislação ambiental e penal, como mostramos a seguir (PEREIRA JR, 2002).

Pereira Jr (2002) enfatiza que é competência da União estabelecer normas para o controle e combate a poluição sonora. Dando seqüência em sua análise para a complementação dessa nota técnica o autor afirma que:

A legislação ambiental disciplina o controle da poluição de um modo geral, por exemplo, obrigando o licenciamento ambiental de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, entre elas as que emitem elevados níveis de sons, ruídos e vibrações. Relacionamos entre a legislação ambiental federal que trata da matéria a já citada Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, cujo artigo 54 considera crime “causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora”. Como a poluição sonora pode causar danos à saúde humana, afetando os sistemas auditivo e nervoso das pessoas, pode aquele que a provocar ser enquadrado no disposto nesse artigo da lei, sujeitando-se a penas de reclusão de um a quatro anos, além de multa.

A poluição sonora é tratada também na Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais -, cujo art. 42 considera a poluição sonora uma contravenção referente à paz pública:

“Art. 42. Perturbar alguém o trabalho ou sossego alheios:

I - com gritaria ou algazarra;

II – exercendo profissão incômoda ou ruidosa, em desacordo com as prescrições legais;

III – abusando de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;



IV – provocando ou não procurando impedir barulho produzido por animal de que tem a guarda: Pena Prisão simples de quinze dias a três meses, ou multa.

Vê-se, portanto, que desde 1941 a Lei já protege o cidadão brasileiro dos incômodos da poluição sonora, isto muito antes de se pensar na questão ambiental da forma ampla como hoje é tratada. Há que diferenciar, no entanto, o controle da poluição sonora dentro da abordagem dada pelas legislações ambiental, de trânsito e penal, do controle da localização, nas áreas urbanas, das atividades que a causam, este último intrinsecamente ligado ao planejamento e controle do uso do solo e das funções urbanas e, portanto, de competência exclusiva do poder municipal.

O que chama a atenção na nota técnica é que se a legislação fosse seguida à risca a nossa cidade seria outra. Vemos muita *gritaria e algazarra*, abuso de *instrumentos sonoros* entre outros. O autor é mais incisivo ao afirmar que a legislação existe e que cabe ao município, ou seja, aos gestores municipais aplicar a lei.

Isto porque, como já mostramos, o inciso VIII do art. 30 da Constituição Federal incumbe ao Município “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”. A ocorrência de poluição sonora nas áreas urbanas só ocorre, portanto, ou com o consentimento do poder público municipal, ou pela ineficiência ou negligência dele. Para controlar a poluição sonora, os Municípios e os órgãos ambientais e de trânsito valem-se de normas técnicas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e pelo Instituto Brasileiro de Normatização e Metrologia – INMETRO, as quais definem os limites de ruído acima dos quais caracteriza-se poluição. Como normas técnicas, esses instrumentos são periodicamente atualizados de acordo com a evolução tecnológica, o que não poderia ocorrer – ou seria muito mais difícil de ocorrer – se fossem leis. Isto sem se levar em conta que as normas técnicas tratam de assuntos altamente complexos, de natureza especializada e, portanto, impossíveis de serem tratados pelos poderes legislativos (PEREIRA JR, 2002).

Com essas informações podemos então perceber que não é por falta de legislação para nos proteger das agressões ambientais causadas pela poluição sonora. O que falta mesmo é a aplicabilidade da lei e atuações mais consistente do poder público para controlar esse crime ambiental. Isso porque a poluição sonora é causadora de algumas doenças no ser humano das quais estaremos fazendo alusão.



As discussões sobre a Poluição Sonora vêm tendo um avanço bastante significativo nos últimos anos em consonância com as discussões ambientais. A poluição do ar e da água são mais fáceis detectar e são estudados há muito tempo. É preciso nos preocupar com a Poluição Sonora, pois ela causa uma serie de danos à saúde humana e ambiental do planeta. Ela ocorre quando num determinado ambiente o som altera a condição normal de audição. Neste sentido, podemos destacar o som das lojas comerciais que ficam o dia todo com anúncios e propagandas; o som dos bares e botecos que ficam com o som ligado até altas horas da noite; os “pontos” de dança que são uma mistura de bares e casas noturnas que fazem suas programações nos finais de semana e o som dos escapamentos de motos e carros que perturbam a paz e sossego das pessoas de bem.

Fato é que se atentarmos para as recentes pesquisas sobre o meio ambiente vamos encontrar alguns estudos afirmando a nocividade da Poluição Sonora. Ela, tal como a luminosa, não deixa resíduos, existindo apenas no momento em que está a ser produzida. Por este fato, são formas de poluição tendencialmente consideradas menos perigosas. No entanto, sabe-se que a exposição repetida a estas formas de agressão pode produzir efeitos crônicos e irreversíveis. Os efeitos da poluição sonora são de resto ainda pouco estudados, porque é difícil estudar uma forma de agressão que só se manifesta como resultado de uma exposição prolongada e que por isso sofre a interferência de um elevado número de variáveis difíceis ou impossíveis de controlar

José Roberto Marques, Promotor de Justiça e doutor em Direitos Difusos e Coletivos da PUC-SP, ao abordar o assunto poluição sonora salienta que:

O som é parte fundamental das atividades dos seres vivos e dos elementos da natureza (cada um tem um significado específico). No entanto, em suas atividades, o homem provoca excesso de barulho (ruídos intensivos e nocivos), que pode ocasionar neurose na população, além de uma progressiva diminuição da capacidade auditiva (MARQUES, 2005, pg. 220).

Esse mesmo autor aborda as questões ambiental tais como poluição sonora, visual entre outras e destaca a importância de sabermos diferenciar os conceitos de som e ruído. Segundo ele:



O primeiro é fenômeno físico ondulatório periódico, resultante de variações da pressão num meio elástico, as quais se sucedem com regularidade (transferência de energia). O segundo, som extremamente desagradável, indesejável, molestandor, perturbador, sensação sonora indesejável, típica do meio urbano (automóveis e indústrias, em especial) (MARQUES, 2005, p. 221).

Essa questão é bastante importante para o entendimento do assunto uma vez que estamos abordando a poluição sonora no contexto desses sons desagradáveis que incomoda e perturba o ser humano e agride o meio ambiente. De acordo com o autor, é preciso, ainda, destacar que assim como a poluição luminosa e visual, a poluição sonora, mesmo com seus efeitos nocivos, algumas pessoas podem acostumar com ela. Dependendo do lugar onde a pessoa está inserida no contexto social ela acaba acostumando com o barulho e esquece as consequências que está sujeita devido a poluição. Outro fator importante é que a poluição sonora, muitas vezes é tolerada em benefício do desenvolvimento. No entanto, segundo o autor, é necessário sabermos que o desenvolvimento deve observar três vertentes que são o social, o ambiental e o econômico.

Em um estudo bastante interessante o jurista Anaxágora Alves Machado fala sobre a *Poluição Sonora como crime ambiental* e afirma que é importante esclarecer que a poluição sonora não é, ao contrário do que pode parecer numa primeira análise, um mero problema de desconforto acústico. Segundo o autor o ruído passou a constituir atualmente um dos principais problemas ambientais dos grandes centros urbanos e, eminentemente, uma preocupação com a saúde pública. Nesse sentido, com os atuais estudos sobre os males provocados pela Poluição Sonora, o autor salienta que:

Trata-se de fato comprovado pela ciência médica os malefícios que o barulho causam à saúde. Os ruídos excessivos provocam perturbação da saúde mental. Além do que, poluição sonora ofende o meio ambiente e, conseqüentemente afeta o interesse difuso e coletivo, à medida em que os níveis excessivos de sons e ruídos causam deterioração na qualidade de vida, na relação entre as pessoas, sobretudo quando acima dos limites suportáveis pelo ouvido humano ou prejudiciais ao repouso noturno e ao sossego público, em especial nos grandes centros urbanos (MACHADO. 2005).



A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que um som deve ficar em até 50 (db) (decibéis – unidade de medida do som) para não causar prejuízos ao ser humano. A partir de 50 (db), os efeitos negativos começam. Alguns problemas podem ocorrer a curto prazo, outros levam anos para serem notados. Os principais efeitos nocivos causados pela Poluição sonora são: Insônia (dificuldade de dormir); Estresse; Depressão; Perda de audição; Agressividade; Perda de atenção e concentração; Perda de memória; Dores de Cabeça; Aumento da pressão arterial; Cansaço; Gastrite e úlcera; Queda de rendimento escolar e no trabalho; Surdez (em casos de exposição à níveis altíssimos de ruído)³.

Esses efeitos nocivos, no entanto vão além do que sabemos por que as conseqüências da Poluição sonora são difíceis de detectar. Farias (2010) fazendo uma *Análise jurídica da poluição sonora* afirma que

Entre os problemas diretos estão as restrições auditivas, as dificuldades na comunicação com as pessoas, as dores de ouvido, e os incômodos, e entre os problemas indiretos estão os distúrbios clínicos, as insônias, os aumentos da pressão arterial, as complicações estomacais, as fadigas físicas e mentais e as impotências sexuais. Estudo publicado pela Organização Mundial de Saúde destaca como efeitos da poluição sonora a perda de audição, a interferência com a comunicação, a dor, a interferência no sono, os efeitos clínicos sobre a saúde, os efeitos sobre a execução de tarefas, os incômodos e os efeitos não específicos.

Nesse sentido, concluímos este item afirmando que é necessário estarmos atentos para o que acontece a nossa volta a todo instante. Os problemas causados pela poluição sonora não pode simplesmente ser ignorado. Em um mundo cada vez mais agitado não notamos a intensidade de barulho a que estamos expostos e as conseqüências desses barulhos constantes em nosso meio ambiente. E em se tratando da cidade de Cáceres, onde existe uma cultura, a nosso ver, diferenciada no sentido de ser uma região onde se promovem muitas festas e, conseqüentemente, barulho podemos indagar se a aplicabilidade da Lei do silêncio e todo o movimento pelo sossego são capazes de alterar

³ Os principais efeitos nocivos causados pela Poluição sonora. In: http://www.suapesquisa.com/pesquisa/poluicao_sonora.htm. Acessado em: Junho de 2011.



o comportamento social desse cidadão. Para tentar elucidar essa questão estaremos problematizando esse assunto no segundo item.

MUDANÇAS NO COMPORTAMENTO DO CIDADÃO CACERENSE: fato ou utopia?

Não é fácil mudar hábitos e costumes das pessoas. Existem comportamentos dentro da cultura na cidade de Cáceres que podem ser considerados como cultura do barulho. São bares, boates, lanchonetes, casas familiares onde o barulho é rotina durante o dia todo, à noite e, principalmente, finais de semana. E nesse contexto não falo dos templos religiosos espalhados por todos os bairros da cidade que também acabam colaborando para esse cenário. É fácil constatar reclamações de pessoas que se sentem prejudicados pelo barulho de vizinhos e locais de reuniões dançantes.

A partir do final do ano de 2010 com a divulgação na mídia do movimento pelo sossego, denominado “Sossego! Direito de todos” e mobilizado pelo Ministério Público para combater, juntamente com o município, a Poluição Sonora, notamos algumas mudanças no comportamento dos cidadãos. Uma matéria veiculada no Jornal Oeste⁴, um jornal de notícias *online*, publicou uma notícia no dia 21 de fevereiro de 2011 sobre o assunto. Diz a matéria:

Vinte e três estabelecimentos comerciais do município de Cáceres firmaram termos de ajustamento de conduta com o Ministério Público Estadual para se adequarem às legislações referente à poluição sonora e ao Código de Obras e Posturas do município. Foi concedido um prazo de 180 dias para que todas as exigências da Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros, necessárias para a obtenção do Alvará de Funcionamento desses estabelecimentos, sejam cumpridas. A primeira providência que deverá ser adotada pelos comerciantes, no prazo máximo de 60 dias, será a elaboração do projeto de isolamento acústico. De acordo com o promotor de Justiça André Luis de Almeida, os comerciantes não foram impedidos de exercerem suas atividades, já que se comprometeram em não ultrapassar o nível máximo de decibéis permitido tanto no período noturno, como no diurno. No entanto, o descumprimento das obrigações assumidas, segundo ele, importará na aplicação de multa diária de R\$ 1 mil que deverá ser revertida ao Fundo Municipal de Meio Ambiente. Os comerciantes irregulares também poderão ser acionados judicialmente

⁴ Em TAC, promotor dá 60 dias para casas de shows de Cáceres promoverem isolamento acústico. Fonte: Jornal Oeste. 21/02/2011. Disponível em: <http://www.jornaloeste.com.br>. Acesso em 2011.



pelo Ministério Público. O promotor de Justiça destacou que o acordo firmado com os proprietários dos estabelecimentos comerciais faz parte de uma campanha de combate à poluição sonora lançada em novembro do ano passado. A iniciativa é resultado de uma parceria entre o Ministério Público, Prefeitura Municipal; polícias Militar, Civil e Ambiental, Politec, Unemat, Conselho Municipal de Meio Ambiente, Rotary, Corpo de Bombeiros, Juvam, SEMA, Câmara Municipal e Associação Comercial e Empresarial de Cáceres, Câmara de Diretores Logistas. Com o tema “Sossego! Direito de Todos”, a campanha vem sendo veiculada nos meios de comunicação da cidade. Até o momento, já foram distribuídos 15 mil folders com informações sobre as consequências da poluição sonora, legislação, fiscalização e controle. Além do trabalho de sensibilização, os órgãos envolvidos também intensificaram suas ações de fiscalização. “Em dezembro, vários estabelecimentos potencialmente poluidores foram notificados pelo Juvam, polícias Militar e Ambiental e fiscais do município. Os que não estavam cumprindo a legislação no que concerne à poluição sonora foram notificados e assinaram o TAC”, informou o representante do Ministério Público.

Até recentemente os bares e casas noturnas funcionavam a céu aberto. Nas noites de sexta-feira, sábado e domingo era fácil detectar diversos locais onde o som ultrapassava, com certeza, o limite estipulado. Nesses lugares é possível ver hoje, passado quase seis meses depois do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público e os proprietários de casas de shows da cidade, que esses bares sofreram algumas alterações para tentar resolver o problema da acústica. A maioria dos proprietários de casas de bailes estão cercando seus ambientes e colocando vidros oferecendo, assim, um espaço de dança que não perturbe os vizinhos e moradores da região onde ficam localizados.

Logo após o movimento do Ministério Público para cumprir a legislação e combater a poluição sonora, os proprietários de bares e casas noturnas se mobilizaram e estiveram reunidos na Câmara Municipal no dia 08 de fevereiro de 2011 na intenção de modificar a Lei do silêncio e aumentar os decibéis. No entanto, não conseguiram e esses proprietários terão que se adequar a lei para não serem multados. O Jornal Oeste assim noticiou a matéria:

O fim do som ao vivo nos bares localizados em áreas residências, especialmente na periferia de Cáceres está próximo. Pelo menos é este o

entendimento de algumas pessoas que participaram na tarde de ontem, 7, de uma reunião promovida pelo Promotor de Justiça, André Luis de Almeida, que integra um movimento que há alguns meses vem cobrando o cumprimento da Lei Nº 1.572 de 9 de março de 2000, a chamada Lei do Silêncio que normatiza o volume de som tolerável em áreas residenciais e comerciais da cidade. Durante a reunião, que contou com a presença de músicos, donos de bares, representantes de clubes, promotores de eventos e do vice-prefeito, Wilson Kishi, o promotor apresentou e leu o teor de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que estabelece seis meses como prazo final para que os estabelecimentos que trabalham com música ao vivo se adequem a Lei. O descumprimento do TAC resultará em uma multa diária de mil reais. Um grupo que representa cerca de 62 músicos que sobrevivem das apresentações ao vivo nos bares da cidade, solicitou que seja revisto o nível mínimo do volume de som permitido pela Lei, que hoje é de 45 decibéis. Eles alegam que esse nível é impraticável e querem o aumento para no mínimo 75 decibéis. Como o MP não tem poderes para alterar a Lei, os músicos ontem procuraram a Câmara de Vereadores para expor o problema. Eles conseguiram sensibilizar os vereadores que mercaram para hoje, 8, a partir das 14h, uma reunião com a categoria e técnicos para discutir a possibilidade de mudança da Lei. Os músicos Joaquim Luiz Rodrigues, o Cleomir, e Anderson Luiz, o Renan, afirmam que não há como cumprir a Lei da forma como está. Já o proprietário de som volante, Ubiraci Prates Garcia, o Bira, criticou a falta de dialogo do Ministério Público, que não sua opinião falhou em não ter procurado especificamente quem vivem desta atividade para conversar e buscar uma solução para a questão⁵.

Uma educação ambiental, no entanto, é necessária para que o cidadão se conscientize de que ações como essas são necessárias para que haja um combate a essa poluição que é, como já demonstramos, danosa a saúde humana e ao meio ambiente. Dessa forma, urge-nos destacar as boas ações que procuram demonstrar o que é a Poluição Sonora e seus malefícios. Seminários, palestras e conferencias sobre o assunto é capaz de mobilizar os cidadãos tornando-os conscientes de sua função social.

A indagação que surge sobre essas mudanças nos ambientes fechados que anteriormente promoviam suas músicas e shows sem preocupação com os vizinhos e o meio ambiente nos faz ir além dessa questão. Sabedores das inúmeras reclamações de pessoas que não suportam os barulhos de escapamentos alargados e carros de som

⁵ Promotor dá seis meses para bares, clubes e proprietários de som volante se enquadrarem na Lei do Silêncio. Fonte: Jornal Oeste do dia 08/02/2011. Disponível em <http://jornaloeste.com.br>. Acesso em Junho de 2011.



automotivo que provocam uma poluição sonora desmedida em nossa cidade. É só dar uma volta pelo comércio nos dias que antecedem alguma data comemorativa, dia das mães, natal entre outros que é praticamente impossível ouvir alguma coisa pelo alto número de caixas acústicas anunciando as promoções. Nesse sentido, é salutar indagarmos até que ponto podemos entender que as exigências da Lei do silêncio pode ser eficiente no nosso município? Que tipo de ações e mobilizações os estudantes, professores, policiais podem estar realizando para colaborar com efetivo controle desse problema?

De acordo com a legislação é função do município fiscalizar e exercer poder de polícia nesses casos. No entanto, é fácil constatarmos que nem sempre funciona. São inúmeros veículos que transitam pela cidade com um alto volume de som ligado causando transtornos aos habitantes. Em alguns casos, a polícia é chamada e quando chegam ao local os proprietários desligam o som, conversam e é só a polícia ir embora para o som ser ligado e voltar a funcionar normalmente como se nada tivesse acontecido. Esse tipo de desrespeito aos policiais e cidadãos colaboram, inclusive, para consolidar ambientes perigosos com bebidas, drogas e brigas.

A cidade possui diversos locais de entretenimento quando se fala em dança e música tipicamente regional. Top Bar, Bar do Paulinho, Bar do Rael, Bar do Luiz, Cantina Mato Grosso, Butikin do Beto, Bar no Doze e, mais recentemente, os postos de gasolinas, só para citar os mais badalados e comentados que tocam músicas ao vivo nas sextas, sábados e domingos. Mas, esses não são os únicos locais. Em algumas casas dos bairros periféricos as famílias se reúnem sob a sombra de frondosas mangueiras e o som é ligado em volume extremamente alto durante dia e noite praticamente. É parte da cultura do povo e essa prática do barulho e resistência por parte da população complica ter um controle efetivo das autoridades sobre essas questões.

Se as pessoas agem norteadas somente por seus desejos e fantasias (fantasia prazerosa da onipotência), não se trata de alguém livre mas escravo do desejo, pois faz do desejo, a única lei. Visa somente à satisfação imediata e negligencia o estrago que pode causar a outros. Precisamos de mais ensinamento de “contenção”, que não é o mesmo que repressão. A pessoa que se contém, já interiorizou as normas, não o faz



porque é obrigado. Assim, não entende que foi contrariado, nem valorizará as transgressões. A contenção implica uma liberdade que leva em conta os outros, para tanto é preciso uma educação de qualidade e noções mais aprofundadas de civilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas questões que envolvem a poluição sonora e suas conseqüências foram abordadas neste trabalho dando ênfase a cidade de Cáceres e sua resistência cultural em compreender esse tema e se adequar as normas. No entanto, é necessário salientarmos que a discussão ainda não aponta para uma consolidação teórica a respeito do que seja Poluição Sonora. Na verdade é exatamente isso que pretendemos em trabalhos posteriores.

É preciso analisar e observar atentamente como estão sendo modificadas as casas noturnas e bares que oferecem o espaço de diversão para os apaixonados pela dança e bailes. Os templos religiosos, em sua maioria, devem se adequar a legislação fazendo o isolamento acústico e respeitando os horários estabelecidos na legislação. Os bares e casas de shows são mais complicados pelo fato de, na maioria das vezes, ser um espaço pequeno para o tanto de pessoas que as freqüenta. Um caso típico, só como exemplo, é a Cantina Mato Grosso, localizada ao lado da UNEMAT. Nas noites de sextas-feiras, quando é oferecidos shows de músicas ao vivo o espaço é pequeno para os freqüentadores. É fácil detectarmos um aglomerado de pessoas ocupando as ruas ao redor até altas horas. Outro ponto de bastante confluência nos finais de semana é o Top Bar, localizado no Bairro do Junco. Inúmeras pessoas lotam as ruas causando um grande alvoroço no seu entorno. Em ambos os casos notamos um desrespeito a legislação. As pessoas que são vizinhas a esses locais têm que conviver com o barulho que, se medido, com certeza extrapola os decibéis normatizado pela legislação e, portanto, ainda o tema não ter sido atendido como realmente merecia.

Diante do exposto podemos salientar que é preciso estar atento as mudanças no comportamento do cidadão cacerense com relação à poluição sonora. No entanto, a polêmica que se estende dentro dessa lógica do barulho é para a difícil tarefa de que nestes casos vem inicialmente por uma obrigação imposta com privações e multas para



que ocorra essa adequação. Até que ponto somos incomodados? Em muitos casos, como nos locais citados acima, que é difícil distinguir quem está sendo incomodado com o barulho e quem está se divertindo a legislação deve ser mais clara. O mesmo que acontece nas casas dos bairros periféricos da cidade onde é fácil localizar até pequenos salões de dança construídos no quintal. Provas de uma cultura do barulho que será modificada lentamente com medidas preventivas como ações conscientizadoras e também coibidoras como o trabalho da polícia e do Ministério Público.

A partir do estabelecido pelo Ministério Público e o compromisso assumido pelos proprietários desses estabelecimentos para uma adequação as exigências da legislação na intenção de um maior controle da poluição sonora só nos resta esperar que possamos, de fato, usufruir de um ambiente mais tranquilo e menos barulhento em nossa cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARIAS, Talden. **Análise jurídica da poluição sonora.** In: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/9390/analise-juridica-da-poluicao-sonora>. Acessado em 31/05/2011.

MACHADO, Anaxágora Alves. **Poluição sonora como crime ambiental.** <http://jus.uol.com.br/revista/texto/5261/poluicao-sonora-como-crime-ambiental> Acessado em 16/05/2011.

MARQUES, José Roberto. **Tecnologia e Meio Ambiente Urbano – Poluição Visual, Sonora, Eletromagnética e Luminosa.** In: Leituras Complementares de Direito Ambiental. Editora Podivm, Salvador, BA, 2008.

PEREIRA JR, José de Sena. **Legislação Federal sobre Poluição Sonora Urbana.** In: <http://www2.camara.gov.br/documentosee-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema14/pdf/114386.pdf>

SANTOS, Antonio Silveira Ribeiro dos. **Poluição sonora e sossego público.** In: <http://www.ultimaarcadenoe.com/artigo12.htm>. Acessado em 31/05/2011.



ANAIIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

RUA QUINTINO BOCAIUVA NO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES/MT NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TURISMO: estudo de Caso¹

Renato Fonseca de Arruda²

Ana Maria Ferreira³

Rosália Casarin⁴

Ronaldo José Neves⁵

RESUMO: A análise da Rua Quintino Bocaiuva abordada neste artigo tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento social, através dos relatos dos documentos sobre as edificações e das práticas sociais que ainda estão presentes nesta rua. A compreensão da ocupação do sudoeste de Mato Grosso, no contexto do desenvolvimento econômico, neste caso, de Cáceres, possibilitou tecer análises e organizar informações para práticas de educação patrimonial e de turismo referentes ao Centro Histórico de Cáceres. Utilizou-se metodologia de caráter descritivo, envolvendo uma abordagem qualitativa, quantitativa e contato *in situ* do pesquisador com o ambiente e objeto pesquisado e levantamento bibliográfico. Foram identificadas 38 edificações, cujas informações estão organizadas em texto e Banco de dados geográfico, que proporcionam suporte diversas atividades.

PALAVRAS-CHAVE: História local, Edificações antigas, Centro Histórico

INTRODUÇÃO

Descrever a Rua Quintino Bocaiuva, na perspectiva de gerar informações que visam à promoção e o desenvolvimento de práticas de educação patrimonial e do turismo no Centro Histórico de Cáceres foi um desafio, tendo em vista a conjuntura histórico-geográfica e metodológica.

¹ Artigo é resultado final de um Projeto de Iniciação Científica integrado ao Projeto de Pesquisa “Sistema de Informação Turística Geográfica de Cáceres/MT: subsídios ao planejamento e desenvolvimento local” financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT.

² Licenciado em História. Integrante do Grupo de Pesquisa: Sensoriamento remoto, Pesquisa e Ensino de Geografia SERPEGEO/UNEMAT – E-mail: fonsecaarruda@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Geografia/UNEMAT atua como bolsista (PROBIC/FAPEMAT) no Grupo de Pesquisa: SERPEGEO/UNEMAT – E-mail: ana.anaf@hotmail.com

⁴ Orientadora. Professora Doutora do Departamento de Geografia/UNEMAT. E-mail: rosarin@unemat.br

⁵ Coordenador do Projeto e Professor Doutor do Departamento de Geografia/UNEMAT. E-mail: rjneves@terra.com.br



A compreensão histórico-geográfica da Rua Quintino Bocaiuva do espaço urbano, voltada para a educação patrimonial e turismo, vem ao encontro às necessidades da gerar informações subsidiando o ensino relacionado a turismo e a educação patrimonial.

A Rua Quintino Bocaiuva, 'documento' de histórias de Cáceres, contribui para compreensão que fundamenta as práticas de Educação Patrimonial e Turismo, no contexto do Centro Histórico de Cáceres.

A educação patrimonial é compreendida segundo Horta, *et. al.* (1999) como um processo metódico e permanente de trabalho educacional que tem o Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Tem público alvo permanente, e serve, antes de tudo, como um instrumento de afirmação da cidadania. Oferece subsídios por meio da aproximação direta as *evidências e manifestações da cultura* em seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, levando as pessoas um processo ativo de apropriação, valorização e capacitação para o usufruto, além de permitir que a própria comunidade os defina como seu patrimônio. Como mostra Horta (1999, p. 06) *et. al.*, a educação patrimonial:

[...] um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal, em que está inserido. Este processo leva o reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e cultural.

Quanto à metodologia específica, a autora *op. cit.* acrescenta que pode ser implementada em qualquer documento material ou manifestações da cultural, ou seja, bens materiais ou imateriais.

Assim, o patrimônio é compreendido como algo que herdamos, porém quando se remete a questão histórica, cultural e/ou natural, como destaca o Art. 216 da Constituição de 1988, que o patrimônio cultural abrange os bens de natureza material e imaterial que enunciam ou mostram a memória e a identidade das populações e comunidades. Os bens materiais são compreendidos por edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus, arquivos, livros, entre outros. Já imateriais podem ser o



modo de fazer e criar, gastronomia, música, manifestações como artes visuais e cênicas, festas e celebrações, entre outros.

No contexto da prática do Turismo, abrange quase que todas as dimensões do espaço que pode ser caracterizado: Social, Ecoturismo, Cultural, de Estudo e Intercâmbio, de Esportes, de Pesca, o Náutico, de Aventura, o de Sol e Praia, de Negócios e Eventos, o Rural e o de Saúde. Este trabalho limita-se ao Cultural.

Com referência ao patrimônio histórico e cultura, o Ministério do Turismo - MTur (2006, p. 13) destaca o seguinte:

O Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

Conforme Fonseca (2001), a inter-relação do Turismo e Patrimônio produz uma indústria turística que promove a *mercadorização* do passado e da memória, reinventando tradições e lugares, e convertendo o patrimônio histórico, cultural, paisagístico e ambiental em um recurso econômico, criador de emprego e gerador de riqueza.

Choay (2006) destaca que se deve tomar cuidado com a *inflação patrimonial*, ou seja, demanda de uso de lugares superior ao suporte adequado, pois este processo ocasionado pelo Turismo é combatida e denunciada em diversos países, por muitos fatores. A autora aponta alguns como: custo manutenção, inadequação aos usos atuais e paralisação de outros grandes projetos do de organização do espaço urbano.

A História Local é um dos elementos essenciais para a implementação das atividades de educação patrimonial e turística. E para sua produção, Silva (1999) tais atividades principais aliados para o incentivo a produção da historiográfica regional e local. Neste sentido, o Turismo Cultural, vem sendo bastante incentivado, devido à atenção que este presta ao patrimônio construído pela Igreja, pelo Estado ou por particulares, assim como a valorização de sítios ligados a algum acontecimento que ficou retido na memória das pessoas.



A história local, conforme Silva (1999: 383), “é um campo da História marcado por um paradoxo curioso: desvalorizado ou subvalorizado por sectores, mas, simultaneamente bem visto e em grande pujança por outros”.

Neste estudo, foi valorizada a constituição da Rua Quintino Bocaiuva enquanto espaço vivido por grupos sociais distintos que através das construções cristalizadas marcam os tempos históricos.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacional (1999), o ensino da história e geografia local, é extremamente importante para a educação e para os sujeitos, pois contribui com reflexões históricas e geográficas significativas, contemplando propostas para a construção e compreensão do conhecimento e a identificação das pessoas enquanto sujeitos históricos e promotores de diversidades culturais.

OBJETIVOS

Este trabalho objetivou contextualizar a Rua Quintino Bocaiuva gerando dados geográficos e tecendo análises sobre as potencialidades voltadas para a educação patrimonial e turismo, a partir do diagnóstico de informações de cunho historiográfico, da identificação e levantamento das edificações antigas.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo ocorreu em etapas, sendo estas:

- Contextualização espaço-temporal dos traços do passado

Utilizou-se a metodologia de caráter descritivo, envolvendo uma abordagem qualitativa e contato *in situ* do pesquisador com o ambiente e objeto pesquisado. Levantamento bibliográfico, conforme proposta de Gil (1994) e Marconi e Lakatos (2009). Foram elaborados um questionário semi-estruturado e um formulário de campo para a coleta dos dados com bases nas estruturas presentes em Marconi e Lakatos (2009) e Bassalo (2008), que permitiu diagnosticar informações do período de construção; estado de conservação – base em (Arruda, 2009); localização com registro das coordenadas geográfica com GPS e orientação; estilo/tendência.



- Sistematização dos dados

A sistematização dos dados ocorrera em meio digital, através dos programas Excel, Word e do Sistema de Informação Geográfica – SIG, ArcGis 9.2, da Esri. Estes permitiram realizar um mapeamento temático da área de estudo. Utilizou-se de Imagens QuickBird – 2006, escala 1:10.000, e bases cartográficas geradas a partir das leis de Tombamento da área de estudo, dos anos de 2002 e 2010.

- Diagnostico de informações de cunho historiográfico e análises sobre as potencialidades voltadas para educação patrimonial e turismo

A etapa final baseou-se em pesquisa bibliográfica, documental e nos dados da pesquisa *in loco*. As informações constituirão o Banco de Dados Geográfico que esta sendo estruturado no contexto do Projeto “Sistema de Informação Turística Geográfica de Cáceres/MT: subsídios ao planejamento e desenvolvimento local”.

RESULTADOS

Cáceres foi fundada com o nome de *Vila Maria do Paraguay*, sendo um dos primeiros povoados que surgiram em meio ao processo de expansão e demarcação da fronteira entre as colônias de Portugal e Espanha na América Meridional, e estratégia de defesa imperial. O povoado tinha a conceituação de vila apenas no nome, sendo considerado freguesia devido os conflitos existentes na definição permanente da fronteira e expulsão dos Jesuítas (MORAES, 2003).

Sua fundação ocorreu na margem esquerda do rio Paraguai, em 06 de outubro de 1778, pelo tenente de Dragões Antônio Pinto Rego e Carvalho, sob a deliberação do quarto governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. A cidade foi edificada com população de 161 pessoas, destes 78 eram índios castelhanos, de ambos os sexos, desertados da Província de Chiquitos (NDHIR, 1978).

O Município de Cáceres está localizado na região do Alto Pantanal, é banhado pelo Rio Paraguai e importantes afluentes como os rios: Sepotuba, Cabaçal e Jauru, o que lhe confere muitos atrativos naturais, de extrema beleza cênica e alta piscosidade.



No dia de 28 de junho de 1850, *Vila Maria do Paraguay*, através da lei nº. 8, foi elevada à categoria de município com a denominação de São Luíz do Paraguay, não chegando a vigorar e denominando-se apenas Vila Maria. Estima-se que habitavam em Vila Maria 2.968 habitante, conforme o recenseamento de 1861 (BIÈNNES, 1987).

Porém, Mendes (1992a), destaca que Cáceres só adquiriu a categoria de vila pela lei nº. 1 de 28 de maio de 1859 e efetivando-se apenas em 1862, sob o nome de Vila Maria. E seu reconhecimento enquanto cidade, só se deu a partir de 10 de junho de 1874, e efetivada no dia 23 do corrente mês, quando a notícia chegou passando Vila Maria a ser denominada de São Luis de Cáceres. Seu nome foi simplificado para Cáceres em 26/10/1938 através do Decreto-Lei Estadual nº 208.

Historicamente a economia de Cáceres até meados do século XX, esteve ligada a atividades agropastoris e comerciais, tendo como produtos essenciais: a exploração e exportação de couro e carne de gado, couro de animais silvestres, ipecacuanha (poaia) e borracha. Segundo Matos (2000) somente no final do século XIX e início do XX, principalmente após a *Guerra do Paraguai* - 1870, com a abertura da navegação no Rio Paraguai que a atividade comercial foi desenvolvida com maior intensidade no município, através da via fluvial Paraguai/Paraná e *Mar del Plata*, ligando Cáceres ao Oceano Atlântico.

Esta foi uma importante via para os viajantes que traziam mercadorias da Europa e comercializavam junto às casas comerciais, impondo aos cidadãos traços da cultura européia, como a construção de casas com alguns requintes de estilo Colonial que mais tarde foram alteradas e estruturadas em Art Déco.

Após quase um século, a população de Cáceres evoluiu para 19.262 habitantes (IBGE, 1950), e segundo Póvoas (1977), fato que se deve as poucas formas de acesso, a fluvial (pelo rio Paraguai a principal), e ao fato de que a maioria da população concentrava-se na zona rural.

Mas, a partir de incentivos governamentais para a colonização do interior do país, houve intensa migração para a região, o censo do IBGE de 1970, registrou 83.079 habitantes em Cáceres.



A abertura de grandes rodovias, como as BR 070, 174, 163, 364 e 158, em Mato Grosso, e a construção da ponte Marechal Rondon, sobre o Rio Paraguai, em Cáceres, proporcionou elevada ocupação territorial no sudoeste do Estado voltada para a produção agropastoril como arroz, café, milho, algodão, amendoim, criação de gado bovino e extração de madeira.

Este processo de ocupação gerou a formação de muitos núcleos urbanos que, com o passar do tempo, se emanciparam tornando-se municípios, quais sejam: Araputanga, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambarí D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Porto Estrela, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos, reduzindo, portanto, a área territorial do município de Cáceres.

Atualmente, conforme o censo do IBGE, em 2010 Cáceres registrou uma população de 87.942 habitantes, graças ao processo migratório, de pessoas vindas de todas as regiões do país, que influenciou na cultura e no processo histórico de Cáceres que tem elevada miscigenação de hábitos e costumes.

As diferentes culturas se materializaram na arquitetura, nas festas tradicionais, nas práticas culturais, legando para Cáceres atrativos e informações de cunho educativo e turístico.

Em virtude desta trajetória histórica, do espaço natural e social, a partir de 1989 inicia-se em Cáceres um processo de repensar a preservação de 'monumentos' que marcassem os traços culturais no espaço urbano, com a implementação de políticas públicas que visam à apropriação destes atributos voltados para o turismo, a fim de gerar renda para a população e ao Estado. A delimitação do Centro Histórico de Cáceres foi realizada pela Secretaria Estadual de Cultura do Estado de Mato Grosso em 2002, constituindo-a enquanto espaço de representação da identidade plural da população cacerense e matogrossense. A área foi reestruturada, analisada e em dezembro de 2010, reconhecida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, se tornando, assim, o Centro Histórico de Cáceres de dimensão Nacional.

- A Rua Quintino Bocaiuva



Esta rua, oficialmente, foi criada em 10 de julho de 1861, recebendo o nome de Rua da Manga, mais tarde foi denominada Rua da Intendência, e com a da proclamação da república recebeu o nome Rua Quintino Bocaiuva, em homenagem o republicano. Assim, observa-se a materialização de práticas de ‘representações’, e influência das pessoas nas ruas, cidades, prédios.

Cognominar a Rua de Quintino Bocaiuva, assegura-se a presença do Partido Republicano pelas atribuições representativas a ele concedidas. Para Chartier (1987: 17) “as representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses dos grupos que as forjam”.

Segundo o autor *op. cit.*, as representações são importantes para entender “os mecanismo pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.

Ao fazer a leitura das denominações das ruas de Cáceres, no final do século XIX, observa-se que os nomes faziam referências aos objetos de representação comuns contidos ou próximos, como a Rua da Manga, Rua Direita, Formosa, do Meio, Augusta, de Baixo, Largo do Mercado, Travessa do Mercado, da Esperança, da Câmara, do Quartel e os Largos da Matriz e do Mercado, que mais tarde todas estas ruas receberam outras denominações.

Na justificativa da red denominação de Rua da Manga para Rua Quintino Bocaiuva, feita pelo Prefeito Municipal João Evaristo Curvo, conforme Mendes (1992b) foi pautada no Decreto de 15 de novembro de 1939, cuja nomenclatura atual é resultado do processo histórico que teve como objetivo consolidar a República no Brasil.

O projeto urbanístico de Cáceres de 1778 era formado por poucas ruas, sendo as ruas ‘d’Albuquerque’, ‘de Mello’ e as travessas do ‘Pinto’ e ‘Rego’, portanto, a Rua Quintino Bocaiuva foi fundada bem mais tarde. As ruas foram projetadas sob as medidas de 60 palmos de pé direito e as travessas de 30 palmos.

A evolução da ocupação urbana da cidade pode ser observada na figura 01 e 02, que mostra as plantas de 1785 e de 1876, respectivamente. Nesta última, A Rua quintinho Bocaiuva, na época Rua da Manga já estava estabelecida.

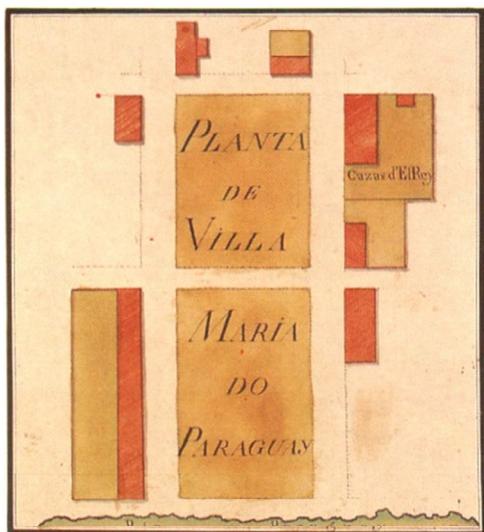


Figura 01 - Planta baixa de Vila Maria do Paraguay de 1785
Fonte: Nunes & Adonias, 1985: 165

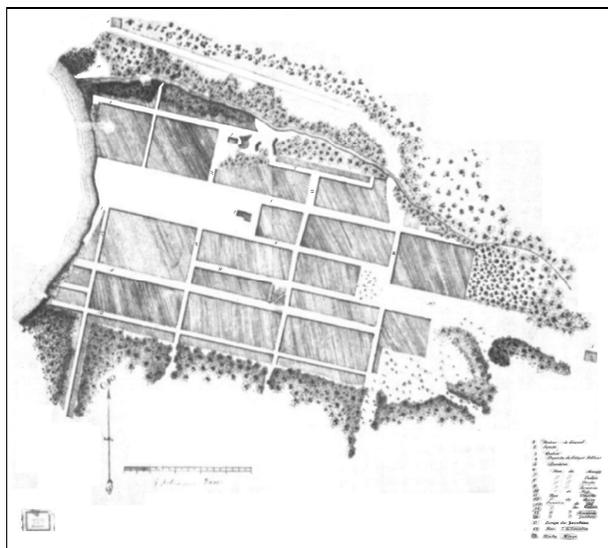


Figura 02 - Planta urbana de São Luis de Cáceres, planta de 1876.
Fonte: Biblioteca Municipal de Cáceres.

As ruas e praças têm a função de estabelecer relações e socialização entre diversas pessoas, de profissionais, conforme Arruda (2002, p.91) destaca que a funcionalidade da cidade:

[...] paradoxal, pois enquanto os discursos das autoridades municipais, referentes à área central da cidade, buscavam um indicador homogêneo, dando à praça um sentido 'universal'; para os 'homens e mulheres ordinários', a praça era um 'espaço', onde predominavam os movimentos, as cores, os sons, os aromas. Enfim, ela era o ponto de cruzamento, o lugar praticado. E não só a praça, se avançarmos, pois, cidade adentro, pelos becos, vielas e largos, encontraremos inúmeras formas de convivência espalhadas por todos os seus quadrantes, formas estas "*multiformes, resistentes, astuciosas e teimosas; que escapam à disciplina* [...].

Ao analisar as constituição e consolidação dos espaços de Cáceres no início do século XX - 1900 a 1930, a Rua da Manga, segundo o autor *op. cit. p.91*, por esta rua não pertencer ao 'quadrilátero', da praça central, "as ruas paralelas e os caminhos que



margeiam o rio, eram considerados lugares com práticas sociais indesejadas e tidas como perigosas”, devido a presença de prostíbulos e bares.

Neste sentido, o Relatório de Polícia de 1891, apresenta outras práticas indesejadas, como os crimes ocorridos, geralmente, nos prostíbulos. Como mostra o Relatório de Polícia de 1891 (*apud* ARRUDA: 2002: 91) que em 01 de novembro de 1891 foi preso Honorato Pereira de Lima porque assassinou João Ferreira Albernaz. Ambos estavam se divertindo na casa de Luzia de Almeida, quando a vítima se recusou a ajudar na compra de mais uma garrafa de licor, e em seguida foi esfaqueada, e morrendo após o acontecimento.

A Rua da Manga, até fins do século XIX, abrigava a Cadeia Pública, o Júri, a Câmara e a Intendência Municipal, e dava acesso ao porto que funcionou até a década de 1930, para embarcações comuns, de 1930 a 1940, funcionou como Aeroporto para hidroaviões (MENDES, 1992a, 1992b; 1998).

Este espaço devido seu posicionamento geográfico, que inicia na margem esquerda do rio Paraguai e se estende em direção leste, propiciava o embarque e desembarque de pessoas, produtos agrícolas, arte, livros, jornais, entre outros.

Atualmente, compreende-se como um espaço ‘nobre’ na conjuntura da educação patrimonial e turística devido as habitações com suas edificações que marcadas por tempos diferentes e parentescos das famílias remanescentes.

- As edificações antigas e reapropriações

Pensando a rua como um espaço construído socialmente, Barrios (1986, p. 11), “compreende o conjunto de elementos materiais transformados pelas práticas econômicas, apropriados pelas práticas políticas e constituídos em significações pelas práticas cultural-ideológicas”. A referida autora, *op. cit*, destaca que:

Toda forma socialmente gerada responde a uma função decorrente de necessidades biológicas, econômicas, políticas ou culturais. A moradia, o vestuário, os instrumentos de trabalho, os espaços urbanos destinados a manifestações públicas de caráter cívico, artístico ou religioso constituem exemplos de formas espaciais que respondem aos requisitos mencionados (BARRIOS, 1986, p. 11).

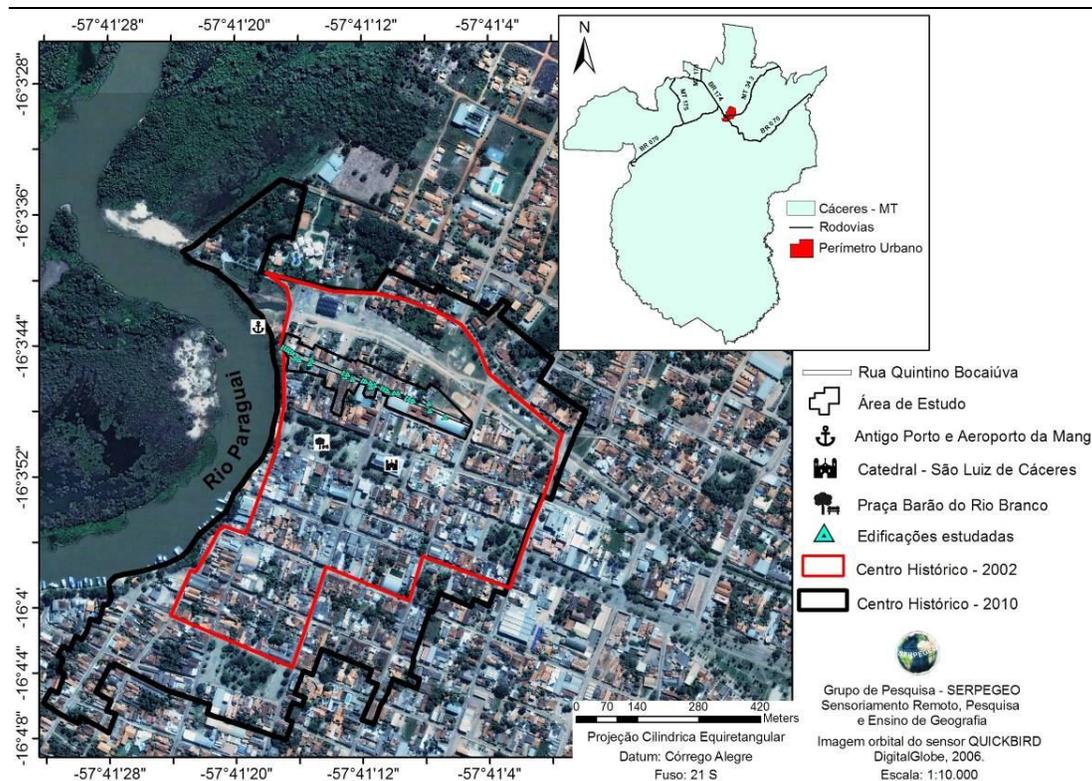


Neste sentido, Rua Quintino Bocaiuva deve ser compreendida como um espaço não apenas de casario antigo, mas sim como um ambiente de diversos signos e histórias sobre a sociedade cacerense, e passível de apropriação de conhecimento e desenvolvimento da educação patrimonial por meio de práticas pedagógicas e turísticas.

A Rua Quintino Bocaiuva está localizada no Bairro Centro, sob as coordenadas 57° 41' 10,30" W e 16° 3' 46,78" S, Figura 03, possui um conjunto arquitetônico, oriundo do processo de ocupação que remete à identidade, à cultura e à cidadania, portanto, sendo significativa no ensino-aprendizagem sobre as edificações antigas 'documentos/monumentos', que conforme Le Goff (2002) são importantes na compreensão e promoção das relações de poder existentes em escala local, regional, quiçá, global.

Nas vistas a campo a Rua Quintino Bocaiuva foram identificadas e descritas 38 edificações que apresentam estilos e/ou tendências arquitetônicas, como: Colonial, *Art Déco*, Neocolonial, Contemporâneo e outras que estão descaracterizadas, mas foi possível identificar traços de sua construção original, tais como: parede em adobe, telha colonial, entre outros.

Enquanto as variâncias dos estilos arquitetônicos, representadas nas edificações, são oriundas dos séculos XIX e XX. Isto ficou claro a partir do diagnóstico realizado em todo o Centro histórico de Cáceres. Na Rua Quintino Bocaiuva verificou-se a influência de estilos contemporâneos, com 23,7% das construções, portanto, descaracterizando a paisagem da Rua Quintino Bocaiuva, obras que tende a desvalorizar o conjunto arquitetônico.



Como o estilo Art Déco é de custo acessível à camada as diversas sociais, e representou ascensão a modernidade em meios ao século XX, pautada no processo industrial europeu, este foi bastante aderido em Cáceres, e representa 28,9% das edificações da Rua Quintino Bocaiuva. Muitas edificações que foram construídas em Colonial foram alteradas e estruturadas em Art Déco.

Quanto à incidência de edificações em colonial, diagnosticou que esta teve 23,7%. Quanto ao período de construção das edificações, pode-se destacar que 42,1% são do século XIX.

Relacionado à conservação destas, pode-se diagnosticar que há um alto índice, tendo 47,4% caracterizado como Bom, em 50% como Razoável, tendo 2,6% em Ruim.

Mattar (2001: 8) ao investigar o caso da Rua Voluntários da Pátria, em Porto Alegre (1900-1930), enquanto objeto das transformações advindas da modernidade, pode

identificar “o descaso para com os remanescentes de sua arquitetura, alguns fragilizados numa carcaça sem conteúdo e outros timidamente escondidos atrás de painéis metálicos”.

No município de Cáceres não é diferente, remetendo à Rua Quintino Bocaiuva por esta rua não ter intenso fluxo populacional, tem poucas implicações de cunho depredatório.

A Tabela 01 mostra o número de edificações, percentual de tendências arquitetônicas e estado de conservação.

Tabela 01: Diagnóstico de estilo arquitetônico, estado de conservação e período construção

Estilos/Tendência	Conservação			Período Construção – século e/ou década					
	Bom	Regular	Ruim	XIX	XX	1970	1990 a 2000	Não Diag.	Total
Art Déco	3	8	0	4	7	0	0	0	28,9%
Colonial	2	7	0	7	1	0	0	1	23,7%
Neocolonial	0	2	0	0	2	0	0	0	5,3%
Contemporâneo	9	0	0	0	0	0	9	0	23,7%
Outro	4	2	1	5	2	1	0	0	18,4%
Total	18	19	1	16	11	1	9	1	38 unid.
Percentual	47,4%	50%	2,6%	42,1%	28,9%	2,6%	23,7%	2,6%	100%

Relacionando aos Contemporâneos, que já ocupa 23,7% das edificações da Rua Quintino Bocaiuva, representa uma *modernização* que conforme Choay (2007, p. 217) não denota:

[...] dar impressão de novo, mas colocar no corpo dos velhos edifícios um implante regenerador. Dessa simbiose imposta, espera-se que o interesse suscitado pela obra do presente se refletida na obra antiga, dando origem, assim, a uma dialética.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar o diagnóstico das edificações, organizar informações de cunho historiográfico e analisar a Rua Quintino no contexto da educação patrimonial e do turismo diagnosticou-se que as ações governamentais de cunho conservacionista são inexistentes, pois as edificações que encontram-se conservadas são mantidas por seus proprietário sem incentivo do Estado.

Quanto à educação patrimonial, e ações voltadas para esta prática, destaca-se a importância de uma ação integrada entre os governos (Federal, Estadual e Municipal) e a esfera privada (comunidades, empresas) visando planejamento participativo, o desenvolvimento social e de políticas públicas urbana eficazes que estimulem a produção de estudos de cunho local e regional para dar suporte às atividades, e respectivamente, para que a sociedade local tenha conhecimento e a valorize os bens de cunho material e imaterial existente no município de Cáceres, assim possibilitando se reconhecerem enquanto sujeitos históricos e possam diferenciar e respeitar diversidade cultural existente.

Quanto ao turismo e a integração da Rua Quintino Bocaiuva a esta atividade, deve-se pensar em estratégias que vise o patrimônio artístico, histórico e cultural urbano que envolva a sua comunidade tornando-as parte do processo e apresentando os possíveis benefícios e os contras que pode proporcionar, sendo a *inflação cultural* uma delas. O turismo, e em foco o turismo cultural, quando planejado este traz inúmeros benefícios ao desenvolvimento social local a partir de geração de emprego, renda, bem estar social, e acesso a diversidade cultural.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, A. **Imprensa, Vida Urbana e Fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930)**. - Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso.

ARRUDA, R. F. **Edificações inventariadas no Centro Histórico de Cáceres/MT, desdobramentos nas histórias e memórias local**. Cáceres: UNEMAT/ Dep. História, Monografia, 2009.



ANAIIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

BARRIOS, S. A produção do espaço. *In: A Construção do Espaço.* Org.; SOUZA, M. A.; SANTOS, M. São Paulo. Nobel, 1986.

BARROS CORREIA, T. O Art Déco na Arquitetura Brasileira. **Revista UFG**, Goiania. Ano XII nº 8 – julho de 2010 p. 14-18.

BORTOLOZZI, A. Patrimônio cultural em território urbanizado e a reconstrução das cidades contemporâneas: caminhos e possibilidades da educação patrimonial. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/157.htm>>, acessado em: 20/10/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: História. Brasília, 1998.

BRASIL, MTur. **Segmentação do Turismo:** Marcos Conceituais. Brasília: MTur, 2006. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>, acessado em: 20 de março de 2010.

BIENNÈS, D. M. **Uma Igreja na Fronteira.** São Paulo, SP: Edições Loyola, 1987.
CARVALHO, K. D. Turismo Cultural e Arqueologia nos espaços urbanos: caminhos para a preservação do patrimônio cultural. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 3, n.1, p. 51-67, abril de 2010.

CASCO, A. C. A. J. **Sociedade e educação patrimonial.** In: 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial – 12 a 17 de setembro de 2005, São Cristóvão/Sergipe, IPHAN, 2005. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 10/06/2009.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural** - entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1987.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

FONSECA, M. L. Patrimônio, turismo e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. *et al.* (Org). **Turismo Rural.** – São Paulo: Contexto, 2001.

FONSECA, S. G. História local e fontes orais: memórias sobre saberes e práticas de ensino de História. **HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, v.9, n.1, jan-jun. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários para prática educativa.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1994.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

HORTA, M. L. P. *et. al.* **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: Museu Imperial/IPHAN/ MinC, 1999.

IBGE, **Censo Demográfico: dados distritais/** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. RJ: IBGE, 1950 a 1991.

IBGE, **Censo Demográfico: dados distritais/** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. RJ: IBGE, 2010.

LE GOFF, J. **História e Memória.** 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.** 2 ed. São Paulo: Editora UNICAMP, 2007.

LUCENA, K. G. M.; GRILLO, M. A. F. As representações da República Velha na cultura popular e no livro didático. In: **Anais.** IV Colóquio de História: abordagens interdisciplinares sobre História da Sexualidade, de 16 a 19 de novembro de 2010, UNICAMP.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAIA, D. S. A rua e a cidade. **Com Ciência.** (S/d). Disponível em: <<http://comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=25&id=277&print=true>>, acessado em 20 de abril de 2011.

MENDES, N. F. **Efemérides cacerenses.** Vol. I, Cáceres-MT, 1992a.

_____. **Efemérides cacerenses.** Vol. II, Cáceres-MT, 1992b.

_____. **História de Cáceres: história da administração municipal.** – 2. ed. Revisada e ampliada. Editora UNEMAT, 2009.

_____. **Memória cacerense.** Cáceres-MT: Carlini & Caniato, 1998.

MATTAR, L. N. **Porto Alegre: Voluntários da Pátria e a experiência da rua Plurifuncional (1900-1930).** Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Curso de Pós-graduação em História do Brasil, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MORAES, M. F. M. L. **Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado na fronteira 1778-1801.** - Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

NDHIR. **Fundação de Vila Maria: Cáceres.** Documentos Avulsos sobre Mato Grosso. Caixa 18 N° 1164, 1162, 1165, 1174, 1205 microfichas: 264, 273, 274, 275. Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, 1978.

NEVES, R. J. **Modelagem e Implementação de Atlas Geográficos Municipais: estudo de caso do município de Cáceres–MT.** Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PÓVOAS, L. C. **Mato Grosso: um convite à fortuna.** Rio de Janeiro – RJ: Guavira Editores Ltda., 1977.

REVEL, J. “Microanálise e construção do social”. In: **Jogos de escalas. A experiência da microanálise.** Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988, pp.15 a 38.

SILVA, F. R. História local: objectivos, métodos e fontes. In: **Memórias, II.** Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1999. p. 383-396. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10216/8247>>, acessado em 10 de Dezembro de 2010.

SOUZA, M. L. Desenvolvimento urbano: a problemática renovação de um “conceito”-problema. **Revista TERRITÓRIO**, ano III, nº 5, jul./dez. 1998. Disponível em: <

DOCUMENTOS E LEIS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Processo n.º 1.542-T-07(Processo n.º01450.003851/2007-53)** – Diário Oficial da União dia 31 de Agosto de 2010. Dirige-se a todos os interessados para lhes NOTIFICAR que está promovendo o tombamento do Conjunto Urbanístico e Paisagístico do Município de Cáceres, Estado do Mato Grosso, em razão do seu elevado valor histórico, urbanístico e paisagístico, a ser inscrito nos Livros do Tombo Histórico; e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, IPHAN, Brasília, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA (Mato Grosso). **Portaria 027 de 09 de julho de 2002.** Dispõe sobre o Tombamento para o Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Mato Grosso o “Centro Histórico de Cáceres”. **S. E. C.** Cuiabá, 2002.



A ESCUTA DE UMA VIDA: Fábio Jone de Oliveira

Priscila de Oliveira Xavier Scudder¹

Silas Borges Monteiro²

INTRODUÇÃO

Este texto – que possui o perspectivismo nietzschiano como referência (não como método, (posto que o pensador das marteladas não se propôs a compor receituários) – faz parte de uma pesquisa maior – a de doutorado – que venho desenvolvendo com prisioneiros confinados na Penitenciária Central do Estado de Mato Grosso.

Usando os escritos de Friedrich Wilhelm Nietzsche como ferramenta para problematizar a existência no isolamento, apresento aos “homens infames” a questão proposta pelo filósofo no subtítulo de sua obra *Ecce Homo*, qual seja, “Como cheguei a ser o que sou.”

Às reflexões dos prisioneiros, acerca da interrogação ofertada, não correspondem respectivos julgamentos – ao menos este é o intento –, ao contrário, junto à elas minhas observações enquanto habitante deste universo, e seguindo o conselho de Maffesoli, transformo em minhas suas pulsões para então experimentar meu pensar sobre esta dimensão do humano.

Ao apurar o labirinto para ouvir as vivências, perceber as forças em luta nas narrativas destes “homens infames” rememoro o conselho de Zaratustra para manter as orelhas pequenas. Certamente que os ruídos das vidas de todos personagens de minha pesquisa – prisioneiros, o autor que me legitima e minha própria vida são captados e se emaranham, afinal, todos querem a palavra. Neste texto abrimos espaço para que uma dessas vidas – a de Fábio – grite seus desejos, testemunhe e ensine sobre a prisão e suas práticas.

Conheci o prisioneiro Fábio Jone em dois mil e oito, àquele tempo contava ele com 33 anos de idade. Não lhe pedi uma entrevista, não entabulei qualquer conversa, nem mesmo desejava entrevistá-lo. Algo em sua aparência, em seu jeito de andar, seu olhar,

¹ Profa. e Doutoranda em Educação pela UFMT.

² Prof. Dr. do Curso de Pós-Graduação em Educação da UFMT.



me irritava. Suas roupas de tamanho grande, bem acima da medida, lhe conferiam um ar de monstro etéreo. Vi-o uma vez apenas e todo tipo de impressão ruim se manifestou. Sentia-o, àquela época, como um homem que sabia da proximidade da morte e andava como se isto lhe conferisse distinção. Era um “desses casos em que o encantamento se mistura ao nojo” (NIETZSCHE, 2005).

Fábio é um homenzinho do tipo camundongo, a primeira vista, e desatentamente, não possui muitos atrativos físicos; tem origem nordestina, pouca estatura, sotaque marcado – apesar dos muitos anos longe das inflexões lingüísticas características de sua região –. É capaz de ficcionar grandes períodos de sua vida, quiçá toda ela, e após algum tempo, ou mesmo subitamente, decidir por outra versão, nestes instantes parece atender a pressão dos afetos: ira, desejo de enganar, aos apelos do amor que inventa ter, do prazer ou às exigências de uma estranha vontade de proteção de sua vida enquanto obra de arte.

O homem do tipo camundongo em que encaixo Fábio é como o descrito por Dostoiévski. Penso que ao dizer de si ele poderia, sem grande risco de erro, recorrer às seguintes palavras – ao menos eu o descrevo com elas sem a preocupação de estar atribuindo-lhe características que não possua –:

Não apenas não consegui tornar-me cruel, como também não consegui me tornar nada: nem mau, nem bom, nem canalha, nem homem honrado, nem herói, nem inseto. Agora vivo no meu canto, provocando a mim mesmo com a desculpa rancorosa e inútil de que o homem inteligente não pode seriamente se tornar nada, apenas o tolo o faz. Sim, senhores, o homem... que possui inteligência tem obrigação moral de ser uma pessoa sem caráter; já um homem com caráter, um homem de ação, é de preferência um ser limitado. Essa é minha convicção aos quarenta anos. Tenho agora quarenta. E quarenta anos é toda uma vida, é a velhice mais avançada. Depois dos quarenta é indecoroso viver, é vulgar, imoral! (DOSTOIÉVSKI, 2008, p.13)

Quantas vezes, este intrigante homem, reconstruiu seu passado na prisão, contando como havia sido respeitado por toda cadeia, ainda que tudo a sua volta testemunhasse o contrário. Em outros momentos parecia fazer parte das paredes de sua



cela, como se estivesse pregado a cada marca ali registrada. Sua história se mistura a própria história do sistema prisional. Ele mesmo conta:

[...] Três presos tentaram me matar com estilete, pedaço de ferro de cama. Aí que eu fui transferido pra Mata Grande. Mata Grande digamos que foi uma recepção calorosa. O dia do tudo ou nada. Foi porque, foi onde o pessoal que tava lá queria conhecer o cara que atirou no outro no Carumbé. E aí foi o dia pior da minha vida, onde eu fiquei com a minha vida nas mãos deles. Eles queriam saber porque eu tinha me tornado um justiceiro. Eu fui levado pra dentro do Raio I, foi onde eles decidiram que me matar não seria a forma deles cobrar o que eu tinha feito dentro do presídio Carumbé e muitos torceram pra que me matassem. Até eu falar que eu não tive escolha. Eles ficaram quase quatro horas decidindo se me matava ou não. Até que eles resolveram me dar uma chance. Eu esperei com medo, o medo tava na flor da pele; o medo é uma coisa horrível, o medo é o último estágio do homem. (...). Hoje eu não tenho medo de morrer, antes tinha. Porque hoje eu entendo a vida como ela é e todo mundo vai, sem pano! Eu acho que tem vida após a morte. Eu acho que você morre quando Deus quer. Quando você morre matado ou acidentado você fica numa esfera até a hora que Deus quer. Pro exemplo, quando você morre numa cadeia, você não morre, fica vagando por aí até chegar a hora. Lá na Mata Grande eles tavam só esperando uma oportunidade que eu desse uma mancada. Aí um certo dia ia morrer sete. Um dia de quarta-feira. Ia ser o dia da cobrança dentro do sistema. Era o dia que tinha se encontrado um pessoal que já tinha aprontado no sistema também, e parou todo mundo na mão do pessoal da Mata Grande. E pior que dos sete um era eu. (...) Foi uma cobrança não foi uma rebelião. A rebelião na maioria das vezes é para reivindicar nossos direitos, a cobrança é o limpa da cadeia. Mata quem tem que matar e tira os inimigos do nosso meio.

Este homem conhece o funcionamento da prisão como poucos. Sua vivência o tornou sensível, identifica a autoria dos eventos que lá se desenrolam, as ligações entre os grupos, as conveniências, as tréguas, o momento da guerra... Mas continuemos a ouvi-lo:

PCM foi um dos caras que mais queria me matar na Mata Grande. Na época ele era um dos líderes, ele tava no conselho. Quem morreu foi o Paquinha, Teobaldo, vulgo Goianinho, Sadia e o Jesuíta. Morreram com faca artesanal. Esse dia foi sangrento. Só o Raio II. Na real aí foi jogo da polícia. A polícia botou inimigo para se encontrar. Tipo: vocês se matam aí depois a gente normaliza. Na verdade para mim isso foi patifaria da polícia.

Todo aprendizado adquirido na prisão só foi possível porque em Fábio já ressoava o que Genet denomina de pendor para a abjeção. Sua narrativa revela que este pendor desenvolveu-se prematuramente:

Meu primeiro crime eu ia fazer meus doze anos, eu tinha uns onze e meio, aí eu conheci a Adriana na 5ª série no Colégio José Virgílio de Lima, o Colégio da Palmeira, lá que a gente passou a nossa infância, eu estudei lá desde a primeira até a sexta série. Na quinta série eu comecei a namorar a Adriana, eu já fumava droga e eu comecei a ensinar ela usar droga. Viu como eu já era mau elemento? Aí um dia eu fui namorar ela numa quebrada lá em Jenipapo, um município pequeno, uma curruetela, só com uma rua, com casa de um lado e de outro. Daí eu parei em frente uma chácara. Eu fiquei brincando, levantei ela, fiquei fazendo zoadas, subi na árvore, tirei fruta e ninguém saiu dessa casa. Subi em uma árvore e vi que ninguém saía dessa casa, tudo começou foi aí meu! E aí que eu fiquei fazendo zoadas e ninguém aparecia aí eu falei com a menina: - parece que não tem ninguém nessa casa vamos entrar? Foi aí que tudo começou. Aí eu fiz esse convite aí! Eu entrei dentro da casa, comecei a mexer em tudo, não aparecia ninguém, aí eu comecei a pegar tudo, foi meu primeiro roubo, 155 e eu não precisava disso. A menina ficou tipo assim com medo e pediu para que a gente viesse embora. Aí eu respeitei a vontade dela, trouxe ela para Campina Grande e daí eu voltei com um cara chamado Fábio, outro Fábio, que era um cara que morava na esquina de casa. Quando a gente era criança, a gente tinha um grupo de funk, a gente era funkista. Eu era um jovem. Tá uma criança desinfectada. Uma criança levada, mas uma criança. [...] Quando eu voltei com o Fábio eu voltei com uma pick-up e colocamos tudo em cima. O pai do Fábio não sabia de nada, mas o Fábio já fazia parte da galera do mal, era funkista. A gente tinha a mesma idade [...]

As forças presentes e em luta no discurso de Fábio afirmam que não foi necessário nenhum grande evento, um trauma, ou a pobreza para que seus instintos degenerados se manifestassem e desejassem não os objetos da casa, mas a abjeção do ato: entrar na casa, remexer os pertences, invadir o espaço proibido, esperar ser descoberto ou se “safar” grandiosamente.

A este respeito Jean Genet informa “A minha aventura, que nunca foi comandada pela revolta ou pela reivindicação, não terá sido até hoje mais do que uma longa cópula, complicada, pautada por um pesado cerimonial erótico”.



Em uma primeira tentativa digo que as forças presentes nestas narrativas desejam intencionalmente nos fazer compreender que as experiências interpretativas sobre os homens ordinários até agora foram falhas, posto que sobre elas impusessem explicações morais. Contudo, estas forças podem por um lado oferecer uma satisfação moral aos leitores destas vidas que exigem a escrita; e por outro, jogar, brincar, com a moral dando-nos as confissões que precisamos ouvir; mas dizem ainda de maneira cínica uma grande coisa, qual seja, a decadência me atrai, me contenta, me dá prazer. Em um fragmento de “Notas do Subsolo” encontramos um exemplo de uma existência que não opta por ser boa ou má, apenas segue o que os instintos lhe sugerem:

[...] a minha maior canalhice, se resumia a que todo momento, até no instante do ódio mais intenso, eu percebia, envergonhado, que não só não era mau, como não era nem mesmo uma pessoa enfurecida, apenas assustava pardais sem nenhum propósito e com isso me divertia. Minha boca espumava, mas se me trouxessem um brinquedinho ou um chazinho com açúcar, na certa eu me acalmaria. Ficaria até enternecido, embora depois, provavelmente, rangeria os dentes para mim mesmo e de vergonha, passaria alguns meses com insônia. Esse é o meu jeito de ser.

Tanto o discurso da moral cristã que oferece a ilusão de um poder maior a controlar, ou no mínimo punir estes homens vingativos e sua “torpeza de caráter”, quanto à ciência com seu obsoleto discurso frenológico, com as terapêuticas da psicologia e as drogas da psiquiatria não são capazes de lançar perspectivas inteligentes e razoáveis sobre estas existências que descrevem com poesia sua fealdade:

Sou um homem doente... Sou mau. Não tenho atrativos. Acho que sofro do fígado. Aliás, não entendo bulhufas da minha doença e não sei com certeza o que me dói. Não me trato, nunca me tratei, embora respeite os médicos e a medicina. Além de tudo, sou supersticioso ao extremo; bem, o bastante para respeitar a medicina. (Tenho instrução suficiente para não ser supersticioso, mas sou.) Não, senhores se não quero me tratar é de raiva. Isso os senhores provavelmente não compreendem. Que assim seja, mas eu compreendo. Certamente não poderia explicar a quem exatamente eu atinjo, nesse caso, com a minha raiva; sei perfeitamente que, não me tratando, não posso prejudicar os médicos; sei perfeitamente bem que, com isso, prejuízo somente a mim e a mais ninguém. Mesmo assim se

não me trato, é de raiva. Se o fígado dói, que doa mais. Faz muito tempo que vivo assim – uns vinte anos. Agora estou com quarenta³.

Ora, homens decadentes não dão margem a que outros vocabulários os descrevam, esta é a constatação a que tenho chegado ao longo da pesquisa. Suas ações são repletas de signos que não permitem decifração, estão ali porque ali deveriam estar como componentes da vontade de potência de vidas que afirmam a todo instante sua forma de existência. O que dizem, dizem em uma linguagem própria que não permite conclusões. São como uma novela de Kafka, com muitas possibilidades de fim, ao critério do leitor. Lançamos sobre elas perspectivas, concordamos ou não, mas é improvável desvendar suas motivações e elaborar um veredicto. O prisioneiro W.C. Relata:

Aê! O que você mais gosta de fazer na vida? (...) Então. Eu gosto de adrenalina, sou viciado em adrenalina. Quando eu vou assaltar eu prefiro quando dá errado, quando eu preciso fugir da polícia, descobrir um beco prá entrar, um herói prá fazer de refém. Quando dá certo, eu pego o dinheiro e vou prá casa, não tem emoção. O que eu gosto também é de entrar na casa das pessoas. Ladrão que é ladrão não mata, não precisa. Eu gosto é de entrar na casa à noite, quando todo mundo tá dormindo, olhar as pessoas na cama e dizer: quem é o dono da casa agora? Ladrão bom entra e sai sem ninguém ver. Se eu sair daqui vou roubar de novo. Gosto da “Vida Loka”. Os psicólogos dizem: você vai morrer logo, e eu respondo melhor com uma bala na cabeça do que velho com câncer. Psicólogo e assistente social são todos “pau no cú” que vivem no mundo da fantasia. Eles escolheram viver com a pena na mão, eu escolhi viver com o ferro. Por que só eu tenho que explicar tudo que faço e escolho?⁴

É com o cinismo e a ironia com que descrevem o mundo, que riem de saberes há tanto estabelecidos que os homens decadentes deveriam ser ouvidos, não com a estranha seriedade da ciência e da religião.

Ao modo de Nietzsche que declara “É necessário uma explicação: não sou eu tão-somente um decadente; sou também o contrário dum decadente”, os demais personagens desta tese são decadentes e seu oposto. São homens que carregam em

³ Dostoiévski, Fiódor. **Notas do Subsolo**. Porto Alegre: L&PM, 2008. p. 11-12.

⁴ W.C. com passagens pelo Centro Sócio-Educativo Pomeri, encontra-se confinado no Raio I da Penitenciária Central do Estado. Cuiabá/2008.



seus corpos a disposição para transformar a situação em que se encontram com determinação incansável, sabem onde reside a cura para seu mal, que é sempre provisório. As estratégias de reafirmação da vida são traçadas e experimentadas à exaustão.

Deixem-me tomar fôlego e dizer que nada é mais pernicioso quando se trabalha com o conceito de decadência e com o universo do isolamento que a moral impregnada na pele. É um exercício no espelho este que faço com Nietzsche e os prisioneiros e não raras vezes (senão todas), é minha imagem que vejo refletida.

Voltando à Fábio... Ele não é tão somente um decadente e rato. Determinadamente insiste em ser ouvido e ter sua história registrada. Diz – mesmo passado tanto tempo desde nossa primeira conversa – que lutou muito prá poder contar sua história. À seu respeito poderia acrescentar: “Eis um homem que nunca age senão devido a razões secretas; pois ele tem sempre a boca cheia de razões e lhas oferece quase que às mãos cheias” (NIETZSCHE, 2006).

Sim, é um homem de ação, mirabulantes ações, com fascinante capacidade de prender a atenção de qualquer ouvinte com a narrativa de suas vivências. Começou dizendo que estava preso há treze anos e que ninguém em sua família o visitava, que estava para morrer e que desejava contar-me sua história, pois após sua morte sua mãe poderia ler “minha história” sobre ele, e finalmente saber quem era. Não me engano ao dizer que inicialmente desejava se redimir, mas seu intento, assim como as diversas versões sobre seu ingresso no crime, foram mudando ao sabor da leveza e fuidez de sua prodigiosa imaginação. Sobre o primeiro homicídio que praticou, ele oferece a seguinte versão:

Meu primeiro homicídio foi em Campina Grande. Foi quando eu descobri que me irmão foi abusado sexualmente por um cara chamado Zé Paciência, dono de uma panificadora em uma cidadezinha chamada Lagoa Seca. É uma cidadezinha à 110km de Campina Grande. Duas horas e meia de viagem. Na verdade eu trabalhava num supermercado de pacoteiro, era uma criança também, tinha uns onze anos. Aí é que tá a história, nem minha irmã, nem meus irmãos nunca souberam. E o que eu vou falar com você eu nunca falei prá ninguém, porque fui eu que apresentei esse cara para meu irmão. Se eu pudesse voltar o tempo eu

fazia igual o super-homem com a Louis Lane. Na real é o seguinte ó: Eu conheci esse cara eu tinha uns dez anos. Na época eu trabalhava numa banca de fruta, e ele era um coroa de mais ou menos uns sessenta anos. Esse cara começou a me elogiar e mandar presentes prá mim, mas eu não sabia na verdade qual era a dele. Eu fiquei com amizade com ele mais ou menos um ano, até levar ele em casa e apresentar prá minha mãe. Foi aí que ele conheceu meu irmão. Ele começou a dar presentes também para o meu irmão. A primeira bicicleta que ele teve foi ele que deu. Eu não tinha nem noção do perigo. Eu fui, um dia meu irmão foi e me disse que ele tinha mexido com ele. Mas eu não tinha nem noção do que era. Eu perguntei: - Mexeu em que? Como? Aí ele me disse: Ele transou comigo. Depois disso ele nunca mais foi normal. Aí eu fui até Lagoa Seca, a cidade onde o velho morava, levei ele prá quebrada e matei ele. Eu e um guri de doze anos. Mas isso nunca deu nada. Nunca descobriram, e meu irmão nunca contou nada prá ninguém. Matei com paulada, pedrada, fogo. Torramo o cara todinho. O cara que tava comigo era pior do que eu, já tinha sido preso nos infrator de menor. (...) Eu na verdade quando levei o velho prá quebrada eu não pensava que ia acabar em homicídio. Eu pretendia judiar porque ele judiou do meu irmão psicologicamente, mas aí o cara começou se alterar, o Dagmar, ele disse que tinha que matar. Na verdade comparado com o PCM eu não me considero um matador, eu sempre matei em legítima defesa. Minha família sempre me achou certinho... Não. Minha mãe achava certinho não. Ela via que eu tinha muita facilidade prá ganhar dinheiro. Esta foi a primeira loucura em toda minha vida. Quando eu vi eu já tinha feito.

Fábio não apenas sugere que suas ações no crime – em especial os homicídios – sempre foram praticados em legítima defesa, ele possui uma convicção inabalável de que assim se deu. Sem desejar praticar “o crime de tratar o criminoso como patife”, de retratar um Fábio despossuído do direito e de ferramentas intelectuais que lhe permitem pensar suas práticas e os caminhos que trilhou, lembro a voz de Nietzsche em “Escritos Sobre Direito”, quando o pensador põe sob suspeita o modo como a sociedade e o Estado tem feito uso deste artifício jurídico, qual seja o de legítima defesa:

Quando se admite de uma maneira geral a moral da legítima defesa, seria preciso admitir também quase todas as manifestações do egoísmo dito imoral: pratica-se o mal, rouba-se e mata-se para garantir a autoconservação ou a autoproteção, para evitarum desastre pessoal; mente-se todas as vezes em que a astúcia e a dissimulação constituem o meio adequado de garantir a autoconservação. Aceita-se o fato de que lesar intencionalmente é moral, quando se trata da nossa própria existência ou da nossa própria segurança [conservação do nosso bem-

estar]; o próprio Estado adota este ponto de vista para usar de rigor quando prescreve as penas. (...) Mas será que existe uma única espécie de ato intencionalmente nocivo em que não se trate da nossa existência, da conservação do nosso bem-estar? Existe um mal praticado por perversidade pura, por exemplo, na crueldade? (...) Concluímos: o mal que se faz pretensamente por perversidade, o grau de dor produzido nos é desconhecido em todos os casos; mas na medida em que um prazer acompanha a ação [sentimento do seu próprio poder, da intensidade da sua própria emoção], um ato é realizado para conservar o bem-estar do indivíduo e se encontra com isso levado ao mesmo ponto de vista da legítima defesa, da mentira forçada. Não há vida sem prazer; a luta pelo prazer é luta pela vida. Se o indivíduo trava esta luta de maneira que os homens lhe chamem bom ou de maneira que o chamem mau, quanto a isso são a medida e a natureza da sua inteligência que decidem (NIETZSCHE, 2009, p. 168-169).

Ora, as circunstâncias determinantes de uma existência, fazem necessariamente que hajamos em legítima defesa, ou seja as forças que agitam nossas vivências, o modo como os instintos e a própria vida exigem prazer não nos oferecem liberdade para optar pelo desprazer. É Nietzsche quem mais uma vez nos apresenta uma perspectiva para pensar o tema:

[...] Porém, quando se castiga ao mesmo tempo e do mesmo modo o passado de um homem, ou se lhe recompensa (...), dever-se-ia retroceder mais ainda e castigar ou recompensar também a causa deste ou daquele passado, quer dizer, os pais, os educadores, a sociedade, etc.; em muitos casos, veríamos então os juízes participando de uma maneira ou de outra na culpa.

De fato, o criminoso, assim como outro homem qualquer, encontra-se sob a ditadura da existência e das circunstâncias determinantes desta. Ora, poderiam argumentar (em especial os juristas), sobre seu direito de escolha, ou mais comumente sobre o livre-arbítrio, mas para tal seria preciso acreditar nas ferramentas de controle da moral cristã.

Cabe lembrar que a questão das circunstâncias determinantes se distancia diametralmente das relações corriqueiras que vinculam pobreza à criminalidade. As circunstâncias determinantes são absolutamente processadas no corpo de cada um, neste espaço único, nesta grandeza, que processa e digere as experiências, de maneira

também única. Deste modo, o poder, quem sabe mesmo a opressão das circunstâncias sobre a vida, extrapola os limites das condições materiais.

Ao evocar o livre-arbítrio nos julgamentos a maquinaria jurídica reduz a vida ao simples exercício de dizer sim ou não, como se houvesse de fato aqueles dois caminhos pintados na Bíblia: o do bem e do mal a seguir. Encobrem, ou ignoram, que as variações de caminhos ofertadas são da mesma ordem que a variação de nossas vivências e que estão nelas circunscritas, portanto fora delas – destas vivências determinantes – não há possibilidade de outra ação. Age-se assim porque assim se pode agir. Convém pensar com Nietzsche:

Como ocorre que cada execução nos ofenda mais do que um assassinato? Isto vem da frieza dos juízes, dos preparativos do suplício, da idéia de que há aí um homem que é utilizado como um meio para intimidar os outros. Pois a culpa não é punida, ainda que houvesse culpa: esta se encontra nos educadores, nos pais, no meio, ela está em nós, não no assassino – estou me referindo às circunstâncias determinantes. (NIETZSCHE, 2009, p. 168-169).

Um indício da singularidade destas condições determinantes pode ser percebido na seguinte afirmação – despida de obviedade –, de Fábio: “Eu não me conformava com a miséria”. O não conformismo aponta antes para uma circunstância física, uma indisposição, quiçá uma impossibilidade em aceitar as coisas como elas são, e ainda uma predisposição para a força, ou para o aumento da força, do que para um clichê, posto que há quem aceite a miséria depositando esperança em uma vida transcendental. Sem dúvida, outros sob as mesmas condições organizariam diferentes reações, mas este personagem, nestas circunstâncias, agiu como podia agir.

Fábio obrigou muitos a evocar seu nome através de todo tipo de artimanha, esbravejava seu desejo de vingança, sua desconfiança quanto aos objetivos da justiça, e sobre a ineficácia do aprisionamento. Oferecia seu corpo ao sacrifício, às punições, à violência dos agentes do Estado. Sua revolta diante do tempo passado no isolamento, no lugar de onde nunca saiu – mesmo após cumprida a punição recebida – permite que as forças em disputa em sua narrativa dêem testemunho dos recursos que lançamos mão



para dissimular de um lado, o caráter moralista do discurso judiciário e de seus dispositivos punitivos e por outro, os objetivos “ímorais” que lhes dão vida.

Os longos treze anos de privação de liberdade não lhe conferiram os atributos psicológicos que, supostamente, o Estado desejava que adquirisse, nem poderia, afinal confina-se o prisioneiro com base no discurso da reeducação, mas se concordarmos com Nietzsche concluir que:

Conserva-se o criminoso na prisão até que... “sua pena seja purgada”. Absurdo! Até que ele não alimente mais sentimentos hostis contra a sociedade! Até que ele não tenha mais a intenção de se vingar, inclusive da sua pena! Mantê-lo o máximo de tempo possível seria: 1] crueldade; 2] desperdício de uma energia que poderia ser ativada a serviço da sociedade; 3] correr o risco de torná-lo vingativo, já que ele sentiria nisso uma dureza supérflua, portanto uma degradação moral.

Sua força narrativa, o ódio, a revolta, o ressentimento que faziam seu corpo sacudir em lágrimas, apontavam para a disposição em se tornar herói da trajetória que inventava para sua vida. Após anos ao seu lado como escriba, me pergunto – recorrendo à Nietzsche (2006) – “O que é que torna heróico? Ir ao mesmo tempo para o encontro da sua suprema dor e da sua suprema esperança”. De fato, tudo em Fábio provocava espanto, em especial sua guerra com a doença e a saúde, seus extâses de felicidade quando recorrendo à drogas (medicinais/lícitas ou não), obtinha alívio das dores que lhe acometiam, assim como seus gritos de dor que ecoavam ala à fora, mas não dobravam sua resistência.

Alguns personagens assustam por sua perspicácia, parecem perscrutar a vida, ouvir-lha cada batida, sabem que diante certas configurações retroceder não é uma opção.

Este homem nada-tudo, confiou-me sua história. Diz que me dá seu aval prá que eu a escreva como quiser. Uma tarefa difícil, certamente. O Fábio sobre o qual falo, é apenas aquele que percebo. Sei que por mais que pressinta uma multidão de Fábio, minha percepção sempre estará aquém, não tenho a ilusão de entender e traduzir sua vida. Confinado no *seguro*, envolto em uma nuvem de preconceito praticado tanto por



funcionários quanto por prisioneiros, está sempre em guerra com todos os segmentos: equipe de enfermagem, diretiva, com psicólogos e assistentes sociais. A cada ataque recebido, traça meios de reação e os põe em ação.

É um homem que desafia aqueles que constituem o saber sobre ele, que preenchem formulários, lavram livros de ocorrência. Inquire os dados informados, questiona os relatórios psicossociais, a utilidade e a forma como os medicamentos lhe são ministrados, a inoperância e morosidade do judiciário e a ação de agentes e da polícia.

Fui – desde nosso primeiro contato –, empurrada para histórias até então caladas em um canto escuro nos jardins de sua memória. Histórias que hoje também estão assentadas em um banco iluminado nos jardins de minhas memórias, compartilhadas, aproximadas por vivências semelhantes, alimentadas de um mesmo prato. Prato cozido lentamente em um caldeirão de normas, disciplinas, isolamento, revolta, e quem sabe por quantas experiências mais.

Escrever sobre este personagem-autor, que narra sua vida com sangue, demanda que eu faça uma leitura plasmática e construa um texto que deixe os ruídos desta existência vibrar. Para tal leio teimosa e repetidamente sua narrativa, cartas, bilhetes, seu corpo: os furúnculos, as tatuagens, cortes de cabelo, as lágrimas, o movimento de pés, mãos, cabeça, silêncios, a saliva que se acumula ressecada nos lábios que se abrem para a enxurrada de relatos que me entrega. Leio este personagem recorrendo a todas as práticas e sinais inscritos em seu corpo.

Ele carrega um corpo coberto pelas cicatrizes purulentas com que o HIV lhe marca. Tem agora menos cabelo, o sotaque nordestino permanece carregado. Continua proprietário de um *vocabulário final* pronunciado com ira, mágoa, revolta, e sempre acompanhado de um gestual ameaçador. As lágrimas acompanham seus gestos e escorrem de seus olhos em volume cada vez maior como que sincronizadas com a força das palavras. Disse-me: “Sou um homem doente. Tenho nojo de passar as mãos em meu corpo quando tomo banho. Faz uma pá de tempo que tô em guerra com a doença. Mas eu já tô conhecendo ela”.

Sobre sua estratégia para lidar com a doença afirma:



Eu assumi o HIV porque eu vi outro preso assumir e ir embora. Mas comigo! Eu nunca vi um caso não ter justiça! Eu tô chato cara! Tô cansado desse quadrado. Na verdade eu nunca tomei esse coquetel. Eu sei o efeito do “atazanavírus” porque eu tomei ele há muito tempo. Às vezes eu acho que eu não tenho AIDS. Toda vez que eu fiquei forte foi porque eu soltei a droga, não porque usei a medicação.

Fábio faz questão de que seu nome e sua história sejam escritos, deseja registrar o que pensa e continua a dar detalhes do modo único com que lida com a doença:

Eu conheço o caminho do vírus e o caminho da medicação no meu corpo. Eu sinto assim: o vírus é como preso em rebelião. Corre prá todo lado, quebra tudo, não tem controle, já a medicação é como a polícia e os agentes que depois da rebelião prende todo mundo nas celas. A medicação quando entra no meu corpo prende o vírus na cela. Mas eu vou dizer prá você, agora eu controlo o vírus e a medicação. Meu problema não é a doença é a droga. Maconha não, maconha me ajuda agüentar esse quadrado, mas a base... Mas você não pode entender como um preso precisa ficar louco. Agora eu to usando só droga. O remédio me deixa mal, eu fico com minha cabeça pesada, com diarréia e vômito toda hora, se eu vou morrer mesmo, prá que viver assim? Mas eu sei que posso mandar nessa doença, é que as vezes eu desanimo, porque eu queria que minha família viesse me visitar, queria saber onde está meu filho o Olavinho, queria uma mulher daquelas bem safadas com brilho no olho. As vezes eu até penso que uma mulher direita podia me ajudar a endireitar, mas mulher direita não vai querer um presidiário né? Você queria?

Este homem sabe do que fala ao dizer da minha incapacidade de compreender a necessidade da loucura, em especial porque entende com extrema lucidez que esta limitação reside no fato das experiências de vida imprimirem marcas díspares em cada corpo.

Desde os oito anos de idade Fábio recorreu a loucura como artifício que lhe permitia transitar no espaço familiar - que considerava hostil - e criar as condições para sorrateiramente escapar para os territórios que lhe seduziam.

Munido pelo discurso da loucura, a predileção de Fábio para a abjeção, em tese se justificava. Nomeando-se louco, resolvia dois problemas: retirava da família a tarefa de explicar seu gosto pelo crime, assim como presenteava a si mesmo com um passaporte para um mundo inominável. A respeito deste mundo Genet (1983, p. 08) indica que:



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

Os criminosos desesperadamente aceitam organizar um universo proibido. Aceitam viver nele. O seu ar é nauseabundo: eles sabem respirá-lo. Mas - os criminosos estão longe de vocês - como no amor eles se afastam e me afastam do mundo e das suas leis. O deles fede a suor, esperma e sangue.

Suspeito que este mesmo mundo nauseabundo didaticamente oferece ao corpo de quem o habita as informações necessárias para e nele sobreviver.

Tendo como referência os quase três anos que passei entrevistando e convivendo com Fábio, arrisco apontar os estímulos que o levaram ao crime, e posteriormente à prisão, com aqueles que Genet (1983, p. 13) expressa em seu diário:

[...] não quero dissimular as outras razões que fizeram de mim um ladrão, a mais simples sendo a necessidade de comer; todavia em minha escolha jamais entraram a revolta, a amargura, a raiva ou qualquer sentimento desse tipo. Com um cuidado maníaco, “um cuidado ciumento”, preparei a minha aventura como se arruma uma cama, um quarto para o amor: eu tive tesão para o crime.

Estes mesmos três anos me levam a a dizer que o monstruoso e decadente Fábio foi também o amável e atencioso Fábio, suas últimas palavras quando o visitei na “Casa da Mãe Joana”, para nossa entrevista, foram: “Priscilinha, minha relíquia, escreve minha história!”.

BIBLIOGRAFIA

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Notas do Subsolo**. Porto Alegre: L&PM, 2008. p. 11-12.

GENET, Jean. **Diário de um ladrão, 1910**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **Escritos Sobre Direito**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Ed. Loyola, 2009.

_____. **Para Além do Bem e do Mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro**. São Paulo: Martin Claret, 2005.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

EXPERIÊNCIA DE ENSINO NA EJA COM O PROJETO CASARÕES ANTIGOS NA CIDADE DE CÁCERES-MT

Renilda Miranda Cebalho Barbosa¹

Ademir Barbosa²

Leonildes Catelan³

INTRODUÇÃO

Os “casarões antigos na cidade de Cáceres/MT”, sua historicidade, a memória presente (testemunho) e a questão da produção de memória enquanto “patrimônio legal”, foi objeto de estudo no CEJA – Centro de Ensino de Educação de Jovens e Adultos “Profº Milton Marques Curvo” (localizado na cidade de Cáceres – MT), neste ano de 2011, os trabalhos com projetos segue a base do currículo integrado entre as áreas de conhecimento. Os anos letivos são organizados em um período de 168 dias letivos, que correspondem a um trimestre. Assim as turmas são organizadas e distribuídas entre as áreas: Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Linguagem e suas tecnologias e Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias. Cada fase/turma percorre as três áreas de conhecimento no decorrer no ano letivo. Essa forma de organização foi implantada em 2009.

OBJETIVO

Neste primeiro trimestre do letivo de 2011 os professores da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias desenvolveram o Projeto: Casarões Antigos na Cidade de Cáceres-MT⁴, o objetivo foi rever a historicidade dos casarões antigos na cidade de Cáceres pela condição de sua memória presente nos relatos dos antigos moradores, nas fotografias, nas formas arquitetônicas e nos processos legais da política de patrimônio

¹ Graduada em História pela UNEMAT. Professora da Rede de Ensino do Estado de Mato Grosso. Email: renimiran@ibest.com.br

² Graduado em Geografia pela UNEMAT. Professor da Rede de Ensino do Estado de Mato Grosso. Email: ademirbarbosa1969@hotmail.com.br

³ Professora da Rede de Ensino do Estado de Mato Grosso. Email: leonildes-1@hotmail.com

⁴ Esse projeto foi idealizado no início do ano letivo e teve Leonildes Maria Catellan como autora do mesmo.



sobre os mesmos. O projeto foi apresentado aos professores integrantes da área de Ciências Humanas, na reunião da área que acontece uma vez por semana no CEJA e é nesse encontro que planejamos e comumente pensamos os aspectos a serem trabalhados no desenvolvimento do projeto.

METODOLOGIA

As fases/turmas integrantes da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias neste letivo foram: I fase “C” Fundamental, II Fase A Ensino Fundamental, III Fase E Ensino Fundamental, I Fase B Ensino Médio, II Fase A Ensino Médio, II Fase F Ensino Médio, III Fase D Ensino Médio, III Fase A Ensino Médio. O período de desenvolvimento do projeto na escola foi de dois meses, de fevereiro a abril. Considerando que as fases/turmas são diferenciadas, as formas metodológicas também foram diferenciadas, especialmente nas abordagens dos conteúdos.

Nas Fases que integravam o Ensino Fundamental o enfoque na História foi a memória da cidade e sua dinâmica enquanto texto que carregam sentidos. BARROS, (2007: 27) pensa a cidade como texto, como imagem que possibilita a renovação dos estudos sobre o fenômeno urbano, defende a perspectiva multifuncional da cidade, e as possibilidades de demonstrar a complexa teia que liga e articula o fenômeno urbano e os saberes: a historicidade, a população, a economia, o político, a organização, a forma, a cultura, o imaginário e a função. A perspectiva teórica desse estudo seguiu as contribuições de Marcos VILLELA Pereira e de Regina Beatriz Guimarães Neto.

As quatro turmas correspondentes ao Ensino Fundamental, de História, Geografia e Ensino Religioso tratou “os casarões antigos”, através de leituras do processo de tombamento, das fotográficas existentes no na secretaria de cultura –SEMATUR, no Museu da Cidade e nos arquivos particulares dos moradores mais antigos de Cáceres. Os alunos foram orientados sobre a historicidade das construções, que abarcam características arquitetônicas dos séculos XVIII, XIX e início do século XX. Recorremos a Jerônimo Monnet enquanto aporte teórico dessas discussões.

Para as Fases/turmas do Ensino Médio a proposta foi a de entender a memória a partir dos relatos dos antigos moradores da cidade por meio da observação e análise



comparativa dos resultados, provocando a reflexão sobre a importância da memória na produção de conhecimentos sobre a cidade. Os estudos nessas fases seguiram as contribuições teóricas de Jacques Le Goff, Michel Pollak, Antonio Torres Montenegro e Regina Beatriz Guimarães Neto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para Certeau (1982, p. 65) a historicidade resulta de uma operação histórica, que combina um lugar social, as práticas científicas e uma escrita. Contornos precisos, leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. Entendendo que o “os casarões antigos” agregam essa combinação quando é tomado como objeto de pesquisa, análise e reflexão local-temporal da cidade de Cáceres-MT. Ainda sobre a pesquisa Certeau (1987, p. 67) acrescenta que:

Toda pesquisa historiográfica se articula com o lugar social de produção (socioeconômico, político e cultural) e é em função deste lugar que se instauram os métodos, que delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas se organizam.

Articulação materializada nos termos legais do processo de tombamento dos “casarões antigos” de Cáceres, desde a primeira Lei Municipal a de nº. 891 de 1982 que serviu para regulamentar o Patrimônio histórico do município. Considerando que o processo de valorização dessas edificações iniciou-se a partir dos pedidos de tombamento desses imóveis como Patrimônio Cultural do município e do estado em 1987, e a assinatura do Tombamento Provisório pelo Governo de Mato Grosso, por meio da antiga Fundação Cultural de Mato Grosso, foi efetivada em 1991.

As análises consideraram as características funcionais das edificações ao longo do tempo e suas mudanças, comparando suas utilizações na atualidade. Constatando a influencia do domínio lusitano nas formas arquitetônicas e até na funcionalidade das edificações.

O entendimento da política de tombamento do centro histórico de Cáceres foram norteadas pelas reflexões desenvolvida no artigo: O Álbi do Patrimônio, de Monnet (1998,



p. 220-228), ele é um geógrafo que faz um levantamento histórico da política de patrimônio urbanística recente, e aponta que elas assumiram uma importância crescente no aparato legal e social de ação sobre o espaço urbano, portanto ela tornou-se um instrumento de gestão urbana vinculada ao discurso dominante de uma suposta “crise da cidade”. Esse discurso agrega uma contradição nos projetos urbanos idealizados na era moderna, no século XVI e é desagregado a partir do século XIX, quando o modelo de cidade ideal (planejada, organizada e funcional) é fracassado por não integrar suas populações, e pelo problema da poluição das cidades industriais. A cidade do México é apresentada como o arquétipo significativo das relações ocidentais com o fenômeno urbano.

Em cinco séculos, a “cidade moderna” conheceu uma inversão completa: da cidade civilizadora do século XVI, passamos à “selva” urbana bárbara do século XX. A imagem da cidade do México percorreu essa trajetória. Mas é preciso admitir que as representações idílicas da cidade do século XVI não descreviam a complexidade da cidade concreta mais do que as descrições apocalípticas de hoje.

E é assim que o patrimônio mantém seu lugar na representação da crise urbana. Destaca que paradoxalmente, a própria idéia de proteção favorece a irresponsabilidade de todos os atores (urbanistas, políticos, geógrafos, historiadores e outros intelectuais) diante da crise urbana, isso por que o principal argumento da proteção repousa na nossa responsabilidade de transmitir o patrimônio a nossos descendentes, justificando dessa forma nossa impotência e nossa irresponsabilidade diante dos problemas que serão herdados por nossos filhos. Conclui que a defesa do patrimônio constitui sempre um abuso de poder, legitimado por um mito. Contudo admite que a extinção ou o abandono do patrimônio como conceito urbanístico não significa o fim dos testemunhos do passado, mas que a defesa dos monumentos históricos corresponde a interesses claramente identificados, que estabelecem relações de força, e às vezes não, com outros interesses.

Esse entendimento de reflexão sobre a cidade a partir da política do patrimônio, abala, incomoda “velhas certezas utópicas” sobre a memória da cidade ou ao menos sobre o que pensamos que está na origem do presente.



Tomando os relatos dos moradores mais antigos de Cáceres sobre uma dessas casas tombadas na rua Tiradentes, temos a seguinte descrição:

[...] aqui começou quando meu pai vendou a fazenda Carregador, por que estava doente e precisava morar na cidade... fez tudo de primeira... muita gente trabalhou... as coisas eram trazidas de charretes, carro de boi, ... e foi,foi,... até que ficou pronto.” (D. Constanca, 94 anos)

Entendemos essa materialidade de memória sobre a construção de uma das casas tombadas na cidade de Cáceres/MT, como fragmentos de memória da cidade, pois segundo Guimarães Neto (2006, p. 144) “Falar de uma cidade (...), é, sobretudo, narrar histórias partidas, em que os diversos fragmentos da vida e de seus habitantes aparecem como inscrições do tempo nos espaços vividos”.

Considerando os relatos orais como forma de registro da história vivida, fontes para os historiadores que segundo Foucault (1979) constituem um permanente combate de informações com os quais terá que lidar para produzir sua trama histórica. Os alunos na condição de produtores desse material vivenciaram a técnica de registro desses relatos, e da sua composição enquanto fonte de informação sobre a história da cidade. Entendendo como Montenegro (2001, p. 02) que:

Os relatos orais para o historiador se constituem como produção de uma fonte, que lhe cobra uma prática e materializa-se em procedimentos analíticos que possibilitam deslocamentos e por extensão a construção de uma nova ordem de significados e portanto um outro entendimento do que é dito. No interior desse conjunto complexo de movimento, está a escrita do historiador que não pode nem deve ser confundida com a escrita do relato oral ou de qualquer outra fonte.

RESULTADOS

A compreensão dessas questões foi complementada com a visita aos imóveis, registros fotográficos da atualidade e de registros fotográficos mais antigos disponíveis no Museu do município e nos arquivos de particulares. Compreendendo que esse exercício funciona como produção de memória orientada de acordo com as especificidades históricas, portanto a memória foi tratada e considerada pelas condições e finalidade de



sua produção: entender a memória e seu funcionamento na sociedade pertencente como fenômeno construído dentro de uma cultura específica, ou seja, num determinado tempo e espaço e em relação com a dinâmica de sua população. Promovendo a análise crítica das produções através do questionamento das ausências e/ou faltas dos diferentes segmentos sociais pertinente ao espaço da cidade de Cáceres.

Pensando a memória a partir da cultura material dos casarões, a quem serviu essas edificações? Quem as habitavam? Os populares ou a elite? Essas indagações provocaram outros questionamentos que direcionaram a pesquisa, o estudo das produções imagéticas e o entendimento da memória sobre os casarões na cidade de Cáceres. Os “casarões antigos” e outros monumentos tais como o “Marco do Jauru”, nomes de ruas, revitalização das danças do siriri, cururu, das tradições culinárias e outros aspectos da cultura regional emergiram como invenção do passado, da identidade da cidade e por extensão da sua população. Pensamos que essa vontade de valorização da memória está em consonância com a reflexão desenvolvida por Le Goff (1996, p. 475-477), pois o mesmo ressalta que:

[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.

Seguindo esse entendimento foi possível compreender aspectos da memória dos casarões que são silenciados, tais como a participação da população que serviram nas construções dos casarões, do seu modo de vida, e das práticas econômicas que possibilitaram o financiamento das construções. Pensar a identidade cacerense a partir das edificações dos casarões antigos implica em pensar nas representações que as mesmas suscitam. Passado de glória.... De quem... Para quem.... Desconfiar do óbvio, eis a questão que encaminha para a identificação dos sujeitos silenciados que integram a comunidade cacerense.

A memória implicada nos monumento é pensada por Pollak (1992, p. 5) como aspectos de lugares, e ela é, portanto seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica



registrado. E se a memória é herdada, existe uma estreita ligação fenomenológica entre a memória e o sentimento de identidade. Pois, segundo ele:

[...] a memória é um elemento constituinte de sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

De modo geral os estudos contribuíram para levarem os educando a exercitarem e a se posicionarem enquanto analistas da memória produzida no passado e ainda se sentindo sujeitos históricos provocadores e produtores da memória presente. E enquanto analistas perceberam que é possível compreender a historicidade da cidade e de sua gente (papeis sociais) no passado relacionando esse conhecimento com suas vivências atuais, reconhecendo a importância da participação e do posicionamento político para a transformação social.

BIBLIOGRAFIAS

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 27.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro. Edição Graal, 1979.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A Cidade Simbólica: inscrição no tempo e no espaço. In: **Revista de Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 143-155, junho, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

MONNET, Jérôme. O Álabe do Patrimônio. Crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. p. 220 – 228.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Desafios da Memória e a Operação Historiográfica**. Texto resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido através do projeto “Memórias da



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

terra: a igreja Católica, as Ligas Camponesas e as Esquerdistas (1954-70). Realizado com apoio do CNPq. 2001.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Texto conferencia transcrito e traduzido por Monique Augras. A edição é de Dora Rocha. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.



POTENCIALIDADE TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA/MT

Leonice da Silveira Cruz¹

Tânia Paula da Silva²

RESUMO: O turismo é a atividade que mais tem se expandido nos últimos tempos, ocupando posição privilegiada no mundo atual por sua ampla expressividade. Neste sentido, a presente pesquisa teve como finalidade identificar e analisar os potenciais turísticos do município de Curvelândia/MT, enfocando as atividades turísticas que ali podem ser desenvolvidas e sugerindo atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa de pesquisa com característica exploratória descritiva. Esta metodologia é justificada pela carência de estudos relacionados ao turismo em Curvelândia, cidade com perfil rural e caracterizada como turística. Os dados foram coletados por entrevistas semi-estruturadas, em que todos os segmentos pesquisados (população e autoridades competentes) tiveram ampla autonomia de manifestarem suas opiniões sobre o assunto proposto. As conclusões do trabalho são interpretações desta autora das respostas contidas nos questionários. Curvelândia é conhecida regionalmente pelo forte apelo turístico e recursos naturais favoráveis. A população residente aposta no turismo como fator de desenvolvimento local e redenção econômica. A administração municipal tem priorizado o turismo, criando políticas públicas específicas para o desenvolvimento do turismo no município.

PALAVRAS CHAVES: Turismo – Planejamento Turístico – Desenvolvimento Sustentável – Curvelândia/MT

INTRODUÇÃO

O turismo é considerado um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos que nasceu e se desenvolveu com o capitalismo. Ele se caracteriza pelas atividades desenvolvidas, as quais requer um planejamento bastante cauteloso devido ao fato de envolver vários setores e uma dinâmica bastante complexa, sendo importante ressaltar que não se implica apenas a dinheiro circulando, equipamentos que são construídos e diversos serviços de apoio sendo administrados. Ele envolve também as pessoas que se deslocam de suas cidades e as comunidades que as recebem. Apesar

¹ Professora de Geografia na Rede Estadual de Educação em Mato Grosso.

² Profa. Ms. do Depto. de Geografia da UNEMAT. Doutoranda UFF. Email: tanggela@bol.com.br



disso, a atividade turística hoje é vista como a saída econômica de muitos municípios no país.

Com base nesta perspectiva, a presente pesquisa tem como objetivo identificar e analisar os potenciais turísticos do município de Curvelândia/MT, enfocando as atividades turísticas que ali podem ser desenvolvidas e sugerindo atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável. Uma vez que, a exemplo de outras localidades do Estado, tecem-se afirmações de que a mesma se trata de uma cidade turística.

Deste modo, este trabalho monográfico pretende contribuir com a comunidade curvelandense, dando visibilidade aos potenciais turísticos do município. Já que, a atividade turística cresce a cada ano e pode se tornar predominante na economia local, evitando assim que os jovens da cidade de Curvelândia tenham a necessidade de se deslocar para outras localidades mais desenvolvidas em busca de empregos e renda.

Procedimentos Metodológicos

A metodologia deste trabalho pautou-se nos métodos da observação e da pesquisa, de forma que observando a realidade da área de estudo foi possível desenvolver as atividades posteriores. Inicialmente procedeu-se um levantamento teórico analisando conceitos sobre turismo, meio ambiente e planejamento sustentável, em seguida fizemos leituras e buscamos informações gerais sobre a área de estudo para que pudéssemos subsidiar as reflexões deste trabalho.

Na atividade de campo houve o reconhecimento da área de estudo, entrevistas com a população e autoridades locais, assim como visitas a órgãos públicos em busca de documentos sobre o município e o turismo. Durante este processo, fotografamos diversos locais com possibilidades de se desenvolver o turismo para compararmos com as informações obtidas junto a população residente. Participamos e fotografamos também a festa do queijo e o festival de pesca, ambos eventos acontecem todo ano em Curvelândia e atraem para a cidade uma grande quantidade de turistas.

A sistematização deste trabalho culminou com a organização das informações levantadas durante o processo de revisão bibliográfica, saída a campo e análise das informações, produzindo então o texto final que ora se apresenta.



TURISMO, MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL

A prática do turismo remonta a antigüidade, quando gregos e romanos cansados de suas guerras e conquistas, entre uma batalha e outra procuravam um local bonito para descansar.

Segundo Fourastié (1979), a palavra turismo surgiu no século XIX, porém a atividade estende suas raízes pela história. Atualmente, o conceito mais aceito é a definição utilizada pela Organização Mundial do Turismo: “soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais”. (OMT *apud* BARRETO, 1995, p. 12)

Certas formas de turismo existem desde as mais antigas civilizações, mas foi a partir do século XX e mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial que evoluiu como conseqüência dos aspectos relacionados à produtividade empresarial, ao poder de compras das pessoas e ao bem estar resultante da restauração da paz no mundo.

Atualmente, segundo Bukart e Medlik (1986) as regiões costeiras, os campos, as montanhas, os lagos e os rios juntamente com o clima, constituem recursos naturais para a realização da experiência turística que existem independentemente da presença de visitantes. Mas puderam ter a sua disponibilidade e as suas características afetadas por eles.

Como meio ambiente, segundo Holder *apud* Ruschmann (1997): “Entende-se a biosfera, isto é as rochas, a água e o ar que envolve a terra, juntamente com os ecossistemas que eles mantêm. Esses ecossistemas são constituídos de comunidades de indivíduos de diferentes populações (bióticos), que vivem numa área juntamente com seu meio não-convivente (abiótico) e se caracterizam por suas inter-relações, sejam elas simples ou complexas”. Essa definição inclui também os recursos constituídos pelo homem, tais como casas, cidades, monumentos históricos, sítios arqueológicos e os padrões comportamentais das populações, tais como folclore, vestuário, comidas e modo de vida em geral, que as diferenciam de outras comunidades.

A inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que esse último constitui a matéria-prima da atividade turística. A deterioração das condições de vida nos grandes conglomerados urbanos faz com que um número cada vez maior de



peças procure, nas férias e fins de semana as regiões com belezas naturais. O contato com a natureza constitui, atualmente uma das maiores motivações das viagens de lazer. E as conseqüências do fluxo em massa de turistas para esses locais extremamente sensíveis, tais como praias e montanhas devem necessariamente ser avaliadas e seus efeitos negativos evitados, antes que esse valioso patrimônio da humanidade se degrade irremediavelmente.

A deterioração dos ambientes urbanos pelos diversos tipos de poluição (sonora, atmosférica, visual, violência, congestionamentos, doenças provocadas pelo desgaste psicológico das pessoas) são as principais causas da fuga das cidades e da busca do verde nas viagens de férias e de fim de semana.

Nessas ocasiões, o homem urbano agredido em seu próprio meio, passa a agredir os ambientes alheios. Trata-se de um círculo vicioso que é preciso romper por meio de planejamento dos centros urbanos e de medidas enérgicas que visem à sensibilização para a preservação dos meios naturais, promovendo a sua conservação e perenização.

Ainda segundo Holder *apud* Ruschmann (1997), “os responsáveis pelo turismo e pelo meio ambiente, tem consciência dos problemas difíceis e conflitantes que tem em comum, e, por isso, devem criar condições e proposições para melhor administrar essa situação no futuro. Entretanto, é necessário ressaltar que o turismo não é o único culpado pelas agressões à natureza. Os desastres ecológicos provocados pelo vazamento de petróleo nos oceanos, as queimadas das florestas realizadas para a utilização do solo para outros fins, os riscos potenciais das usinas nucleares, os gases tóxicos, entre outros, põem em risco a sobrevivência do homem no planeta, tornando os efeitos negativos do turismo até insignificantes. Porém essa constatação não isenta a atividade e os profissionais do setor da responsabilidade de preservação ambiental, pois, caso haja preocupação com os destinos da humanidade, haverá certamente com a preservação da matéria-prima da atividade: a natureza”.

Importância do Planejamento e o Desenvolvimento do Turismo Sustentável

De acordo com Dias (2003), “há a necessidade de se buscar um marco de qualidade ambiental para o turismo, dada sua estreita vinculação com o meio ambiente. A



interpretação economicista dos recursos naturais que os considera simplesmente como bem de consumo, implica uma sucessão de problemas para o meio ambiente, que comprometerão a atividade turística no futuro”. O desenvolvimento da atividade turística sem um planejamento adequado, envolvendo profissionais das mais diversas áreas, gera uma degradação ao meio ambiente – não só o natural, como o social e o cultural – que culminará com a diminuição dos benefícios iniciais obtidos e a diminuição de competitividade, que provocará a perda de visitantes para outras regiões.

Não se corre nenhum risco quando se afirma que o turismo crescerá enormemente nos próximos anos; é a atividade econômica que apresenta o melhor grau de previsibilidade, pois envolve nossa qualidade de vida – aumento do lazer e do descanso. Numa relação direta, portanto, são previsíveis os problemas decorrentes desse aumento do fluxo de viajantes. Essa condição de previsibilidade favorece o planejamento, pois não se pode planejar o imprevisível.

Para gerir um turismo sustentável deve-se prevenir os seus impactos ambientais, a degradação dos recursos e a restrição de seu ciclo de vida. E para isso é preciso concentrar os esforços em um desenvolvimento sustentável não apenas do patrimônio natural, mas também dos produtos que se estruturam sobre todos os atrativos e equipamentos turísticos.

O desenvolvimento sustentável é entendido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento como:

Um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1991, p. 49)

Essa entidade ainda entende que o desenvolvimento sustentável do turismo deve considerar a:

Gestão de todos os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, de modo a atender as necessidades econômica, sociais, vivenciais e



estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental são mantidos através dos tempos (CMMAD, 1991, p. 49)

Esse enfoque, assim como a definição da CMMAD, abrange a contribuição integrada da economia, da sociedade e do meio ambiente para o bem estar futuro da humanidade. Além disso, tem contribuído para reunir ambientalistas, conservacionistas e agentes do desenvolvimento para discussões e deliberações sobre projetos antes de sua implantação. Se tal postura ocorrer, o desenvolvimento do turismo pode causar perdas irreparáveis para as populações receptoras e para os ambientes físicos e culturais. O planejamento do turismo sustentável surge, assim, como a forma de evitar a ocorrência de danos irreversíveis nos meios turísticos, para minimizar os custos sociais que afetam os moradores das localidades ou para otimizar os benefícios do desenvolvimento turístico.

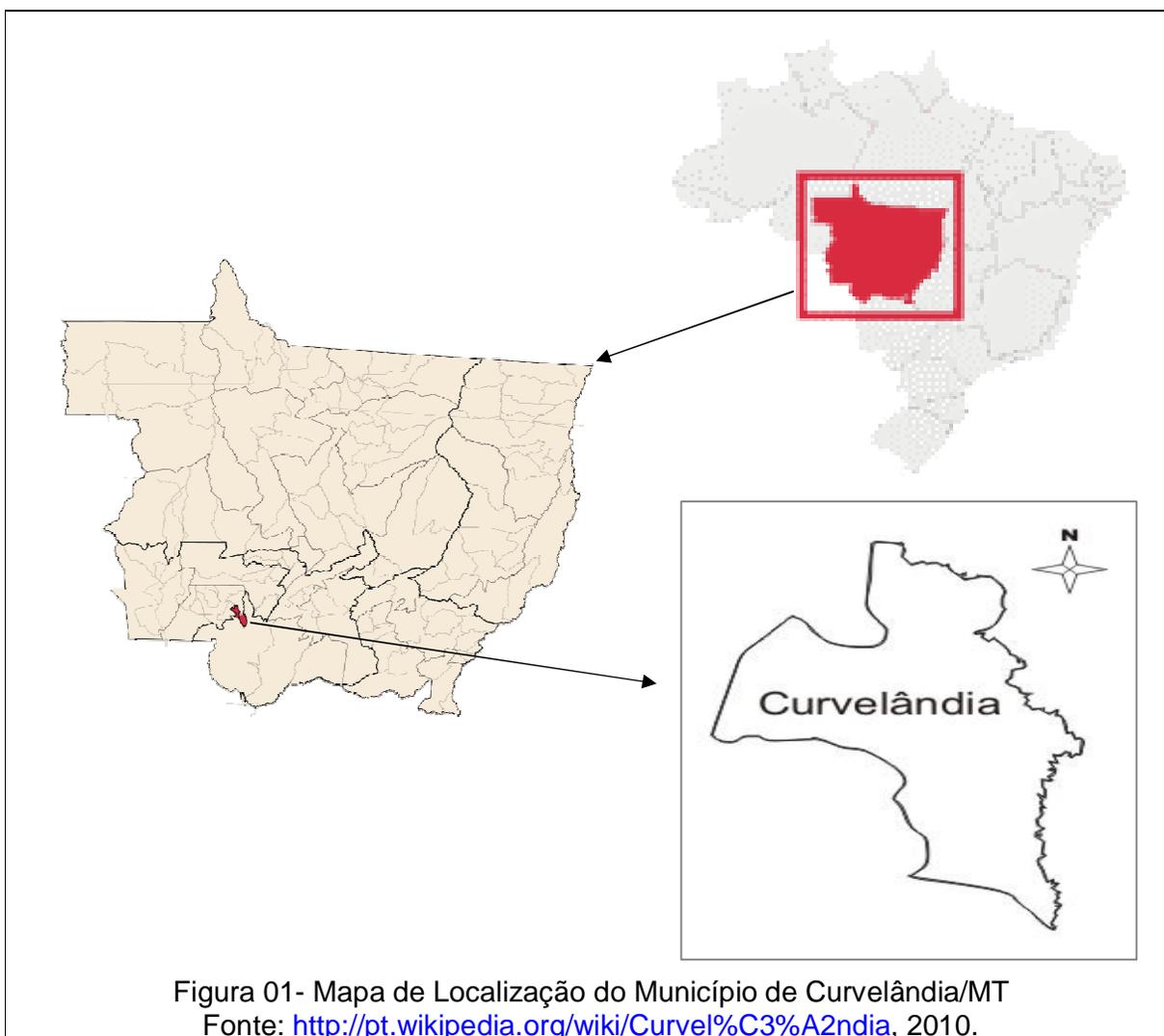
CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: o município de Curvelândia/MT

O município de Curvelândia/MT situa-se geograficamente na mesorregião Sudoeste Mato-grossense, microrregião de Jauru. O município possui uma área de 375,77 km² e limita-se ao norte e leste com Lambari D'Oeste, à oeste e noroeste com Mirassol D'Oeste e ao sul com Cáceres. Dista-se da capital Cuiabá a 311km² (MIRANDA 2000). Figura 01.

Segundo Jesus (2004), não se pode precisar quando chegaram os primeiros colonizadores na região de Curvelândia, uma vez que essa ocupação e posterior formação de grupamento humano nessa localidade está intrinsecamente ligada ao município de Cáceres, da qual fez parte até princípios do ano de 1998.

O município de Curvelândia foi criado pela Lei Estadual n.º 6.981, de 28 de janeiro de 1998, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso da mesma data, decorrente do projeto de autoria do Deputado Estadual Amador Tut (1994-1998 e 1998-2002), juntamente com o atendimento aos principais requisitos necessários para o processo de emancipação, emanados da Constituição do Estado de Mato Grosso – Artigo 177: número mínimo de habitantes; condições para instalação da Prefeitura, Câmara Municipal e funcionamento do Judiciário; existência de centro urbano;

preservação da continuidade territorial; formas de representação à Assembléia Legislativa e aprovação da maioria absoluta dos votos dos respectivos eleitores (LIMA, 2004, p. 24).



A população de Curvelândia se formou inicialmente pelos nativos advindos de diversas etnias indígenas, que se somaram aos caboclos que já habitavam essa região desde os primeiros avanços dos bandeirantes nas marchas para o Oeste. Além dos garimpeiros de diamantes que não tiveram a sorte de se enriquecerem nos garimpos da



região mais ao norte do estado, ou seja, Alto Paraguai, Diamantino, Arenópolis e Barra do Bugres.

Certamente que ao não se darem bem na busca do diamante, procuraram outros meios de ganhar a vida, e isso foi feito na exploração da poaia (*cephaelis ipecacuanha*), que foi muito explorada na forma de remédios (emetina) para muitos males (doenças do coração e pulmão), conhecimento esse herdado dos índios que já habitavam a região desde antes da chegada dos espanhóis e portugueses na América.

De acordo com Lima (2001), a primeira denominação do local foi Caiçara (nome indígena), depois Lagoa dos Patos. Depois veio o nome Curva do Boi, que deu origem a sua denominação atual Curvelândia. Esse autor ainda destaca que o local foi mapeado, o sítio cortado em lotes, com quadras, ruas, espaço da Igreja, campo de futebol e da futura escola..

A antiga comunidade de Curva do Boi, atualmente Curvelândia, em sua emancipação, segundo Fonseca (2005), se formou tomando terras dos municípios de Cáceres, Mirassol D'Oeste e Lambari D'Oeste. O município tem as seguintes comunidades rurais: Santa Rita, Carretão, Santa Luzia, Novo Panorama, Agro Verde, Plaquelândia, Vila Cabaçal, Palmeirinha, Gleba Tupã e São Saturnino.

A base econômica do município de Curvelândia é a agropecuária, com larga margem a pecuária de corte e leiteira, a produção de leite obtida é expressiva em nível de mini e pequeno produtor, mesmo possuindo um rebanho bovino reduzido os preços pagos pelos laticínios da região não são estimuladores, pois não cobrem os custos de produção, dessa forma é necessário criar outros meios de geração de emprego e renda para a população do município de Curvelândia, visto que a migração para outros Estados tem aumentado constantemente.

O setor de prestação de serviços é muito reduzido; No setor econômico, conta-se com os serviços bancários do Banco Sicredi e Banco do Brasil; 23 empresas para fins de beneficiamento e/ou industrialização de produtos, que embora sejam consideradas micro ou pequenas, geram empregos e arrecadação tributária; 57 estabelecimentos comerciais, que atendem as principais necessidades da população; 06 profissionais liberais. As instituições públicas existentes são: 01 posto de atendimento à segurança pública –

polícia militar; 01 escritório da EMPAER, INDEA, CIRETRAN, Agência Fazendária e Agência de Correios. Atualmente o município conta com aproximadamente 6.000 habitantes.



Figura 02 – Vista aérea do município de Curvelândia/MT
Fonte: Prefeitura Municipal de Curvelândia, 2010

A POPULAÇÃO DE CURVELÂNDIA E O TURISMO

Para analisarmos e identificarmos o potencial turístico da cidade de Curvelândia foi desenvolvido um questionário aplicado na população local. A aplicação do questionário, que possuía sete questões semi-estruturadas, se deu de forma aleatória e teve como objetivo verificar a percepção da população referente ao desenvolvimento do turismo no município.

Deste modo, a primeira questão referia-se ao conhecimento dos moradores sobre a definição de Turismo. Os resultados mostram que 83% dos entrevistados responderam saber o que é turismo e, apenas, 17% responderam não saber do que se trata.

Acreditamos que o grande percentual de pessoas que sabem o que é turismo é decorrente da política implantada pelas autoridades locais, uma vez que a mesma vez



desenvolvendo, juntamente com a população, projetos de exploração do potencial turístico do município. Pois, como dissemos anteriormente, Curvelândia possui atrativo natural propício para atividades relacionadas ao turismo.

Ao serem questionados sobre se praticam ou já praticaram turismo 42% dos moradores de Curvelândia responderam já ter praticado alguma vez turismo e 58% responderam não ter feito nenhum tipo de atividade turística.

Como podemos perceber mesmo a cidade sendo propícia a esse tipo de atividade parte dos moradores não há desenvolvem, acreditamos que isto esteja relacionado com o modo de vida da população, que em sua maioria são trabalhadores, sem tempo e dinheiro para vivenciar a prática do turismo. Não só isso, boa parte dos entrevistados não tem conhecimento dos atrativos turísticos da região.

Analisando as respostas da população que já praticou a atividade turística, verificamos que as mesmas, em sua maioria, desenvolvem o turismo nos finais de semana, saindo para contemplar a natureza, tomar banho nas cachoeiras, tirar fotografias da paisagem natural ou, até mesmo, fazer caminhadas.

Nos finais de semana eu saio com minha família para passearmos aqui nas redondezas mesmo, a gente sempre vai tomar banho nas cachoeiras, caminhar, fotografar a paisagem, minha mulher adora fotografia. Eu acho que o que a gente faz é turismo, não é? (Cidadão Curvelandense).

Na questão que trata sobre a possibilidade de se praticar turismo no município de Curvelândia, podemos perceber que 80% dos entrevistados responderam que acreditam que no município pode-se praticar algum tipo de turismo e 20% responderam que não se pode praticar turismo no município.

As pessoas que acreditam que no município possa se desenvolver o turismo, estão se baseando nos atrativos naturais que Curvelândia possui. E, também, no plano de ação desenvolvido pela prefeitura local que vem ao encontro das necessidades básicas para a qualificação do turismo que ali já é praticado.

Neste sentido, é importante ressaltarmos que turismo deve ser planejado levando-se em conta o desenvolvimento sustentável e o movimento de pessoas, com



comunidades receptoras e com culturas diferentes. Portanto, há toda uma necessidade de se estar preparado o local e a comunidade para a atividade turística, de forma que esse contato não gere conflitos entre visitantes e moradores e o meio ambiente.

Ao consultar a população sobre o potencial dos recursos naturais do município para a prática do ecoturismo 86% dos entrevistados responderam que Curvelândia possui sim recursos naturais para fazer ecoturismo e 14% responderam que o município não possui atrativo natural suficiente para essa prática.

Cabe ressaltar que o ecoturismo, segundo Blangy e Wood (2001), é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural e incentiva sua conservação, buscando a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do meio ambiente, promovendo assim o bem estar das populações envolvidas.

Neste sentido, a população curvelandense entende que o ambiente natural encontrado no município favorece a prática da atividade ecoturística, uma vez que a mesma requer um lugar onde os visitantes possam realizar diversas atividades como: caminhar, andar de bicicleta, nadar, praticar atividades de aventura e descansar não só o corpo como a mente, mas de forma responsável, maximizando os impactos positivos e minimizando os negativos sobre o meio ambiente. No entanto, afirmam que é necessário instruir não só os turistas, mas a própria população a utilizar o meio-ambiente sem degradá-lo, ou seja, de forma sustentável. Pois, só assim haverá um desenvolvimento do município, gerando emprego e renda a população local.

O turista precisa aprender como utilizar sem degradar, é necessário investir também em educação ambiental para a população, pois só assim ela vai ter condições de cobrar do turista o uso sustentável dos nossos recursos naturais (Cidadão Curvelandense).

Ao serem questionados sobre a infra-estrutura para receber turistas, cerca de 87% dos entrevistados responderam que Curvelândia possui uma infra-estrutura básica que comporta receber turistas e 13% responderam que o município não possui Infra-estrutura para receber turistas.



Na análise do questionário verificamos que a maioria dos entrevistados acredita que o município tem um grande potencial para o turismo. De acordo com os moradores as paisagens naturais do município são belíssimas e podem se tornar melhores se forem implantadas algumas facilidades, tais como: melhoramento das vias de acesso aos ambientes naturais, construção de parques temáticos, quiosques, entre outras.

Neste sentido cabe ressaltar que, o município de Curvelândia possui hospital, escolas, destacamento de polícia, supermercados, farmácias, uma pequena rodoviária e hotéis com capacidade para hospedar visitantes, fornecendo-lhes café da manhã, almoço e jantar. No entanto, durante a realização das entrevistas, ficou claro que para a população curvelandense o desenvolvimento da atividade turística no município requer um maior investimento do poder público no que diz respeito a obras e propaganda. Pois, segundo eles, a prefeitura tem investido, mas de forma tímida, ou seja, na visão da população é necessário um maior investimento financeiro na cidade, melhorando não só as condições de infra-estrutura da mesma, mas também investindo em marketing. “Estes investimentos atrairiam um número maior de turistas para a nossa cidade, pois a propaganda é a alma do negócio, se nós não fizermos ninguém vai fazer” (Cidadão Curvelandense).

Ao analisar a opinião da população sobre a vontade dos empresários locais investir em algum empreendimento turístico no município 16% responderam que os empresários podem ou pensam em investir em turismo no município e 84% acreditam que os empresários de Curvelândia não possuem vontade de investir no turismo. De acordo com a maior parte dos entrevistados os comerciantes locais não investiriam em turismo na cidade. Pois, segundo eles, os comerciantes não acreditam que a cidade pode se tornar um ponto turístico regional ou até mesmo nacional. Portanto, “as autoridades locais devem estimular os comerciantes locais a investir no turismo curvelandense, principalmente por meio de incentivos fiscais. Já que são eles os principais beneficiários do turismo na cidade” (Cidadão Curvelandense).

Neste ponto, é importante ressaltar que, o desenvolvimento do turismo tem que ser feito de forma conjunta e sem prejuízos para ambas as partes: poder local, empreendedores e comunidade local. Deste modo, cabe a população local planejar esta



atividade de forma que todos saiam beneficiados, mas sem prejuízos aos recursos naturais do município.

A última questão referia-se a função da prefeitura de investir na implementação de projetos turísticos, 89% dos entrevistados responderam que a prefeitura tem investido em projetos que vão viabilizar a atividade turística no município de Curvelândia e 11% responderam o contrário. Neste sentido, Anderson (2001) esclarece que deve haver um comprometimento do poder público associado a iniciativa privada para que os resultados dos projetos de turismo sejam satisfatórios. Segundo ele:

O crescimento deste nicho de mercado tem sido limitado pela carência geral de infra-estrutura de suporte para o turismo. Para dar continuidade ao crescimento do ecoturismo como indústria é importante que os governos e a iniciativa privada reúnam recursos técnicos, culturais e financeiros a fim de colocar em prática um programa que priorize o meio ambiente. Os governos e as comunidades locais precisam ter sensibilidade, clareza e vontade política para encarar o ecoturismo como uma oportunidade de crescimento limitado, a fim de impedir o desenvolvimento descontrolado que destrua o meio ambiente.

Assim sendo, ao pensarmos no desenvolvimento das atividades turísticas em Curvelândia concordamos com o autor supra citado, pois o município possui grande capacidade turística possível de ser desenvolvida. No entanto, este desenvolvimento precisa ser controlado para que não se destrua o ambiente natural encontrado na cidade e na região e para que a comunidade local possa se beneficiar com a atividade turística, melhorando sua renda e, conseqüentemente, sua qualidade de vida.

Neste sentido, é importante ressaltar que, a prefeitura de Curvelândia tem investido maciçamente no desenvolvimento do turismo local. No entanto, não verificamos dentro do planejamento desta atividade uma preocupação real com a possibilidade da atividade turística trazer danos ao meio ambiente, portanto, se faz necessário que o poder público (prefeitura/prefeito) atente para um planejamento bem elaborado e viável, que na prática desenvolva ações de sensibilização junto à população local e aos turistas com o objetivo de mostrar a importância da preservação dos recursos naturais. Pois, o correto planejamento incorporando metodologias, estratégias e estudos do meio físico e de

viabilidade do aproveitamento turístico são imprescindíveis para o desenvolvimento local e, conseqüentemente, para população curvelandense.

Atrativos Turísticos na Cidade de Curvelândia/MT

O turismo na cidade de Curvelândia/MT tem sido encarado como uma atividade que pode render bons frutos para a população da cidade e região, uma vez que, como já observamos, a localidade possui muitos e interessantes atrativos naturais e culturais. Demonstrando um potencial que justifica o interesse em implantar tal atividade. Neste sentido, cabe lembrar que, a composição da população curvelandense é bastante heterogênea, o que propicia o desenvolvimento de uma cultura ímpar, a exemplo das outras cidades do estado de Mato Grosso. Essa cultura pode ser explorada pelo turismo, uma vez que a atividade turística é constituída por programas direcionado à interessados em conhecer costumes de determinado povo ou região, como danças, folclore e gastronomia.

Deste modo, apontar-se-á alguns atrativos turísticos (culturais e naturais) que podem ser explorados em Curvelândia:

→ Festa do Queijo

A festa do queijo é uma atração da cidade de Curvelândia ainda pouco conhecida, mas que atrai um grande contingente populacional da região para a cidade.



Figura 03: Abertura da Festa do Queijo
Fonte: Prefeitura Municipal de Curvelândia, 2010

Essa festa vem sendo realizada desde o ano de 2003 e surgiu de um protesto dos produtores de leite, que insatisfeitos com o preço do mesmo derramaram toda a produção de um dia na BR 070, distrito de Caramujo. Este ato teve intuito de atrair a atenção das autoridades competentes para a sua causa, ou seja, a exploração dos proprietários dos laticínios sobre os produtores de leite da região. Este protesto ficou conhecido nacionalmente, através dos veículos de difusão, e recebeu algumas críticas negativas por parte daqueles que desconheciam a situação vivida pelos produtores.

Apesar disso, o protesto deu resultados, pois a gestão posterior do governo municipal trabalhou para que o preço do leite fosse mais justo para com o produtor. Em comemoração, no dia 12 de maio de 2003, realizou-se a primeira festa do queijo em Curvelândia. Para a festa produziu-se um queijo de mais de oitenta quilos, processado com leite de produtores do município.



Figura 04: Queijo gigante produzido em Curvelândia
Fonte: Prefeitura Municipal de Curvelândia, 2010

A festa e o queijo trouxeram uma maior visibilidade para a cidade, pois o mesmo ficou registrado como o maior queijo artesanal já produzido na região Centro-Oeste.

Cabe ressaltar que, a festa do queijo virou tradição no município. Assim, todo ano a mesma é celebrada, sendo que sempre se prioriza a economia leiteira, uma vez que essa é uma das bases de subsistência da região, haja vista que a pecuária é o carro chefe da

economia local. Mais que uma festa de alegria e fartura, a festa do queijo é uma forma de protesto, que relembra ano a ano a necessidade de se melhorar os preços do leite para o produtor.

Mas a festa não se resume ao produto queijo, já que nesse evento as fazendas e estâncias com potencial turístico expõem seus atrativos naturais, gastronômicos, culturais e esportivos. Portanto, são apresentados vários produtos provenientes da cultura regional, tais como: rapadura, farinha, produtos derivados do leite, produtos a base de frutas típicas do lugar, licores, embutidos e defumados, pratos típicos, artesanatos, etc.

Essa variedade de produtos artesanais, juntamente com a alegria e cultura do povo curvelandense, atrai turista e, conseqüentemente, traz benefícios sociais e econômicos para a população, pois valoriza a cultura local/regional e auxilia no desenvolvimento do turismo local.



Figura 05: Festa do Queijo em Curvelândia
Fonte: Prefeitura Municipal de Curvelândia, 2010

→ Festival da Pesca no Rio Cabaçal

O festival de pesca em Curvelândia, no rio Cabaçal, é uma atividade turística desenvolvida pela prefeitura da cidade, juntamente com o patrocínio de órgãos públicos e empresas privada, desde o ano 2006.



Figura 06: Festival da Pesca no Rio Cabaçal em Curvelândia
Fonte: Prefeitura Municipal de Curvelândia, 2010

O festival é destinado a todos os amantes da pesca, do turismo e da natureza e tem como objetivo estimular o potencial turístico local; incentivar a prática da pesca esportiva; promover o lazer; a educação ambiental, entre outros.

O primeiro festival, que aconteceu durante dois dias, foi organizado com várias atrações, tais como: o campeonato de pesca embarcada, a competição de pesca infanto-juvenil, feiras, exposições, oficinas e shows regionais e folclóricos.



Figura 07: População participando do Festival da Pesca em Curvelândia
Fonte: Prefeitura Municipal de Curvelândia, 2010

→ Art Curv – Festival de Artes de Curvelândia

O Festival de Artes de Curvelândia tem como objetivo promover a divulgação do potencial turístico de Curvelândia e de sua cultura através das diversas manifestações tradicionais seja através do folclore e da música popular brasileira e regional, artesanato, gastronomia, e outros, de forma a despertar nos participantes e visitantes a necessidade da preservação de suas riquezas.

Assim, no evento, durante o dia, ocorrem apresentações culturais e exposição de artigos artesanais: comidas típicas, esculturas em madeira, pinturas com temas regionais, entre outros; à noite, permanecem as exposições dos artigos regionais e depois das apresentações culturais tem baile com shows regionais.

→ Rio Cabaçal e Lagoa Salobinha

O município de Curvelândia é privilegiado com o rio Cabaçal e com a lagoa Salobina. Tanto o rio como a lagoa possui grande diversidade florística, sendo a fauna também abundante. Em ambos é possível fazer passeios turísticos ecológicos, através de pequenas embarcações.



Figura 08: Rio Cabaçal
Fonte: Prefeitura Municipal de Curvelândia,
2010



Figura 09: Lagoa Salobina
Fonte: Prefeitura Municipal de Curvelândia,
2010



→ Caverna do Jabuti

Durante a pesquisa, nos deparamos com um atrativo excepcional, as cavernas da região de Curvelândia. Entre elas daremos destaque a Caverna do Jabuti, pois a mesma vem despertando a atenção de estudiosos e exploradores de cavernas, não somente pela sua grande extensão, confirmada por mapeamento recente, mas também por apresentar potencialidades turísticas.

Lembramos que, as cavernas podem ser exploradas pelo turismo em diversos tipos, tais como: - o turismo de estudo, uma vez que essa modalidade de turismo é constituída por programas de aprendizado, treinamento ou ampliação do conhecimento, envolvendo estudantes e professores com profissionais ao local. Os estudos podem ser na área de antropologia, geologia, botânica, fotografia, entre outros; - o turismo de pesquisa, que já ocorre no interior das cavernas, trata de viagens e expedições para conhecimento e/ou estudos, desenvolvido por instituições ou profissionais interessados em temas específicos na área de antropologia, arqueologia, geologia, espeleologia e impactos ambientais; - o turismo de aventura, que é o turismo constituído por programas e atividades com conotação de desafio, expedições, como escaladas, caminhas pela área, entre outros.

A Caverna do Jabuti foi recentemente mapeada pela equipe do CECAV-IBAMA de Mato Grosso, onde foi registrado até o momento, o desenvolvimento de 3.860,51m de galerias mapeadas em plano. Sendo que,

A caverna do Jabuti está inserida predominantemente nos calcários da formação Araras pertencentes ao Grupo Alto Paraguai, que litologicamente é constituída por rochas carbonáticas, sendo em sua parte inferior caracterizada por calcários pelíticos e calcíticos e por dolomitos no topo e na parte inferior começando por margas conglomeráticas, compõe-se por seixos e grânulos de quartzo, feldspatos, ganisses, calcários, arenitos e rochas básicas, imersos caoticamente em uma matriz sílico-argilosa, calcífera e de cor marro-arroxeadada. O estrato rochoso que constitui a entrada da caverna é de um possível Calcarenito, presente na transição da formação Araras para a formação Raizama. Sua entrada principal é bem acessível, ocorrendo um pequeno declive no sentido do seu interior, logo assumindo forma plana. A caverna apresenta duas entradas, sendo uma 'principal' e outra constituída por uma clarabóia existente no interior da caverna, que permite entrada e saída da cavidade, e desta forma, poderia

ser usada ou considerada como uma entrada secundária. Como anfitriã, há uma frondosa árvore a menos de dois metros da entrada da caverna, circundada por fortíssimos cipós. (AULER, 2004, p.45)

A entrada principal dá acesso aos inúmeros condutos da caverna, que se desenvolvem dando a ela a forma labiríntica, que ao longo de sua extensão divide-se em vários salões, interligados por cavidades estreitas ou não, onde cada salão tem suas peculiaridades. Alguns salões mais profundo não apresentam ornamentações espeleológicas, mas suas cavidades de forma labirinticas são interessantes, onde fragmentos rochosos de formas variadas dão origem ao nome dos salões e/ou formas.

Outro aspecto importante, e que chama a atenção na caverna, é a exuberância morfológica das frágeis flores de aragonita e tamanha singeleza das estalactites. No interior da Caverna do Jabuti há uma variedade de espeleotemas que ornamentam a maioria dos salões da caverna. Há ocorrência de estalactites, estalagmites, escorrimentos calcíticos, represas de travertinos, flores de calcita e aragonita, canudo de refresco, couve-flor, cortinas em forma de bacon, colunas, entre outros.

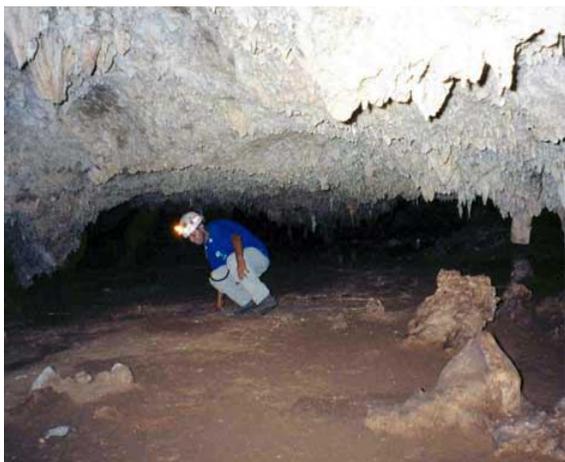


Figura 10: Interior da Caverna do Jabuti
Fonte: FONSECA, 2005



Figura 11: Cortinas de "Chantilly" no interior da Caverna do Jabuti
Fonte: FONSECA, 2005

É importante lembrar que, Curvelândia é a capital das cavernas no estado de Mato Grosso. Até o momento somam mais de 20 (vinte) cavidades, sendo consideradas



cavernas virgens, ou seja, essencialmente preservadas em seu estado natural. Entre elas podemos citar: a Caverna do Bugre, da Figueira, da Passagem, das Quatro Bocas, etc.

Atualmente estas cavernas encontram-se interditadas para visitação pública, estando disponível apenas para estudos científico e respectivo plano de manejo, que devem considerar a possibilidade de criação de unidade de conservação com fins ecoturísticos.

A nosso ver, não só os atrativos acima relacionados, mas também vários outros que não foi possível analisar no corpo do trabalho (principalmente os naturais), demonstram que o município de Curvelândia tem potencial para o desenvolvimento do turismo. No entanto, acreditamos que este potencial pode ser melhor explorado se houver um investimento maior das empresas vinculadas diretamente ao setor turístico e também da Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Cultura, Meio Ambiente e Turismo. Pois, verificamos no trabalho de campo, que apesar da infra-estrutura já instalada, o município carece de vários outros tipos de serviços, tais como: guias turísticos, hotéis, pousadas ou hospedarias, centro de convenções e exposições, restaurantes e similares, meios de transportes voltados para o turismo; trilhas de acesso as áreas de turismo, entre outros.

Portanto, acreditamos que, toda beleza natural e cultural de Curvelândia pode ser explorada para desenvolver o turismo local, seja ele de aventura, rural, cultural, de estudo, etc, porém é preciso que este desenvolvimento ocorra de forma sustentável, sem danos ao meio ambiente/recursos naturais ou a comunidade local. Neste sentido, torna-se premente a necessidade de um planejamento turístico, que dirija as explorações de forma planejada, com diretrizes claras, para que alcance êxito e sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa procuramos identificar e analisar a potencialidade turística do município de Curvelândia/MT. Com os resultados obtidos tendo como base a natureza exploratória da pesquisa e as reflexões desenvolvidas a partir das entrevistas, procuramos formular algumas considerações sobre o mosaico de atividades turísticas que ocorrem no município. Esperamos que essas considerações contribuam para a



elaboração de um planejamento que possa auxiliar as tomadas de decisões e fornecer subsídios que conduzam à políticas públicas mais adequadas à realidade local.

Neste sentido, verificamos em campo que o turismo em Curvelândia tem sido desenvolvido por meio da Secretaria da Cultura, Meio Ambiente e Turismo/Prefeitura Municipal, juntamente com a participação da comunidade local. Pois, ambos tem compreendido o desenvolvimento do turismo local como uma forma de melhoria nas condições de vida da população, através da geração de emprego e renda.

De maneira geral, podemos afirmar que, o município é detentor de riquezas naturais, históricas e culturais, que poderão ser transformadas em produtos turísticos, capazes de promover o desenvolvimento sustentável, melhorando a qualidade de vida e satisfazendo as necessidades básicas da comunidade local. No entanto, a infra-estrutura do município deve passar a ser uma preocupação central, e não apenas para agradar os turistas e atraí-los ainda mais, mas, principalmente para gerar um bem estar populacional que, por si só, contribuirá para atrair novos turistas.

Neste sentido, lembramos que toda e qualquer transformação no município de Curvelândia em prol do turismo tem que ser planejado, para que o mesmo não seja negativamente impactante, propondo ações para estabelecer uma forma mais sustentável de desenvolvimento para esta atividade, que aparentemente, só tende a crescer e transformar, de forma abrangente, a vida no município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

AULER, Augusto. **Mapeada maior Caverna do Mato Grosso**. Disponível em <http://www.redespeleo.org/conexao_06.php>. Acesso em 22.06.04.

BARRETO, Margarida. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

BEZERRA, Fabiana de Souza. **Estudo dos Dípteros no Interior e Exterior da Caverna do Jabuti no Município de Curvelândia-MT: Uma Análise Ambiental**. UNEMAT. Cáceres, 2005.



ANAIIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

BORDEST, S.M.L; MACEDO, M; PRIANTE, J. C. R. **Matutando Turismo.** Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. MT: EdUFMT, 1997.

BOSAIPO, (Deputado) Humberto. **Ofício n.º 011/2004/GAB/HB, de 15 de março de 2004. Solicita Informações do Município de Curvelândia à Comissão Municipalista.** Estado de Mato Grosso, Assembléia Legislativa, Palácio Filinto Müller. Cuiabá, 2004.

JESUS, Dirlei Carpejane de. **Memória Fundadora e Emancipação Política de Curvelândia.** Cáceres, 2004. 28 p. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em História). Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas – Departamento de História. Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

LIMA, Eraldo Orácio de. **Processo Histórico de Curvelândia.** Monografia de Especialização em Historiografia e Metodologia do Ensino e da Pesquisa da História. Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas – Departamento de História. Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Cáceres, 2001.

MATO GROSSO. **Lei n.º 6.981, de 28 de janeiro de 1998. Cria o Município de Curvelândia.** Diário Oficial (do Estado de Mato Grosso), Cuiabá, n.º 22.324, p. 01, 28 de jan. 19987.

MINAYO, M.C de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis – Rio de Janeiro. Vozes, 1994

MIRANDA, Leodete e AMORIN, Lenice. **Mato Grosso: Atlas Geográfico.** Cuiabá: Entrelinhas, 2000.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA. **Curvelândia: uma cidade emergente.** Curvelândia, 2010. (mimeo).

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e Planejamento Sustentável: a Proteção do Meio Ambiente.** Campinas, SP: Papyrus, 1997.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

O MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES: uma breve discussão sobre espaço, suas relações regionais e territoriais

Sérgio Dias Maciel¹
Luiz Rosa Garcia Netto²

RESUMO: A caracterização do município de Barra do Bugres, num enfoque através de conceitos geográficos, como espaço, região, território e paisagem, busca um reconhecimento ou entendimento de sua existência atual, frente ao caminho adotado nos processos econômicos e sociais, decorrentes da produção da cana de açúcar que é atualmente um dos segmentos econômicos mais significativos, fazendo com que este seja um fato gerador primordial do espaço atual. E é neste espaço, onde se encontram as forças sociais que estabelecem domínios territoriais, não pelo poder político, mas cultural e econômico e ainda as transformações do espaço a partir dos fenômenos ocorridos pela ação do homem.

PALAVRAS-CHAVE: Barra do Bugres, Região, Espaço urbano.

INTRODUÇÃO

No cenário de grande expectativa que cerca o estado de Mato Grosso, devido o desenvolvimento da indústria agropecuária, o município de Barra do Bugres na microrregião de Tangará da Serra, sudoeste do estado, vem tentando desenvolver-se a partir da produção de biocombustíveis e açúcar.

Historicamente Barra do Bugres foi distrito de Cáceres e seu povoamento teve início em 1878, por famílias vindo de Cuiabá com o objetivo de explorar o extrativismo da poaia e de madeira de lei. Somente em 1943, Barra do Bugres foi elevado a município, com sua extensão desmembrada dos municípios de Cáceres, Diamantino e Rosário-Oeste. Esteve durante décadas em isolamento, devido as dificuldades em seu acesso, onde quase todo transporte de mercadorias era feito pelo rio Paraguai. Já nas décadas seguintes, com a interiorização do estado do Mato Grosso e as melhorias apresentadas

¹ Professor da UNEMAT. Mestrando em Geografia pela UFMT. E-mail: sdmac@terra.com.br

² Prof. Dr. do Depto. de Geografia da UFMT. E-mail: urbanus@terra.com.br

pela facilitação dos acessos, o município desenvolveu-se consolidando-se em uma região de produção de açúcar e etanol e teve seu espaço urbano transformado.

É, portanto, a análise da transformação do município de Barra do Bugres o objetivo deste trabalho, a partir do entendimento dos conceitos de região, território, paisagem e espaço urbano, sob a ótica de diversos autores, pretende-se conhecer e entender algumas de suas características espaciais e como são as relações sociais existentes.

SOBRE O CONCEITO DE REGIÃO

Em uma posição geográfica, não tão favorável quanto os municípios produtores de soja e algodão, com grandes extensões de terras cultiváveis ao longo da Br163, estando espremido entre o rio Paraguai e as serras das Araras e do Parecis, a cana de açúcar delimita uma região que permeia outros municípios vizinhos como Nova Olímpia, Arenápolis, Denise e Tangará da Serra, que exploram a atividade em larga escala, como na figura 01 a seguir:

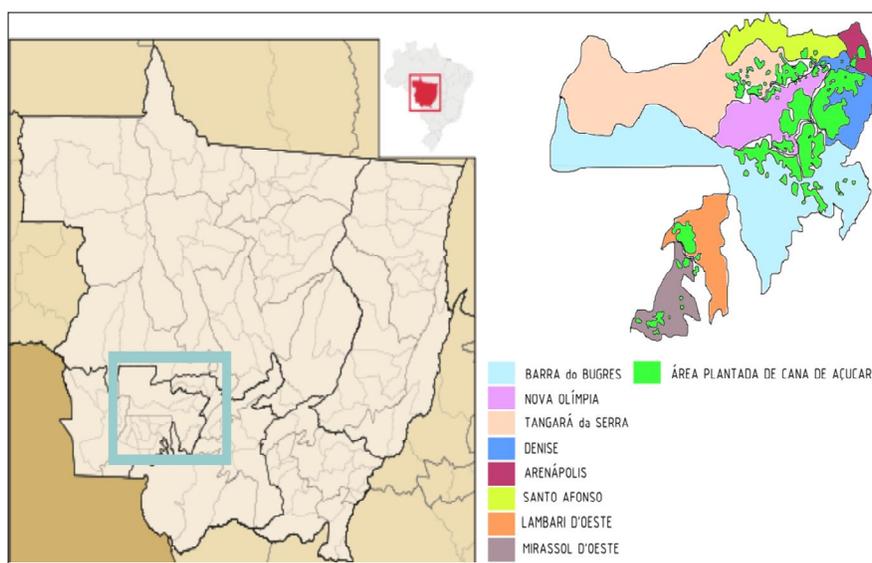


Figura 01- Mapeamento da cana em Barra do Bugres e municípios vizinhos.
Fonte: Canasat, INPE. Adaptado, 2011.



Deste modo, o conceito de Região em que está inserido o município de Barra do Bugres, pode assumir distintas observações quando analisado através de diferentes autores.

Região corriqueiramente está associada a uma delimitação física em que esta é possuidora de características distintas especialmente em sua paisagem ou atividades, segundo Gomes (2001, p.53) “na linguagem cotidiana de senso comum, a noção de região parece existir relacionada a dois princípios fundamentais: o de localização e o de extensão”.

O conceito de região historicamente, passou por diversas conotações, como de uma área dominada politicamente por um centro, deste modo com conotação territorial e de ênfase na concepção do Estado, ou ainda mais recente, pela observação e descrição de uma análise física relacionada a uma paisagem ou pela diferenciação de áreas.

Ainda Gomes *apud* Grigg (1967, p.63) “regionalizar passa a ser a tarefa de dividir o espaço segundo diferentes critérios que são devidamente explicitados”, deste modo tornam-se infinitas as possibilidades de análise, pois “as divisões não são definitivas nem pretendem escrever a totalidade da diversidade espacial, elas devem simplesmente contribuir para um certo entendimento do problema”. (GOMES, 2001, p.63).

Sob estes aspectos, poderia-se considerar que Barra do Bugres e os municípios vizinhos consolidam-se como região, uma vez que sendo área de produção de cana de açúcar, devido ao critério de diferenciação de áreas, ou por uma cultura específica com relação às demais áreas do Estado do Mato Grosso. Ou ainda, como sendo o objeto de pesquisa, quando esta servir como tema para biocombustíveis, produção de açúcar ou outros assuntos relacionados, como nas figuras 2 e 3 a seguir apresentando as áreas de produção de álcool e soja no estado:

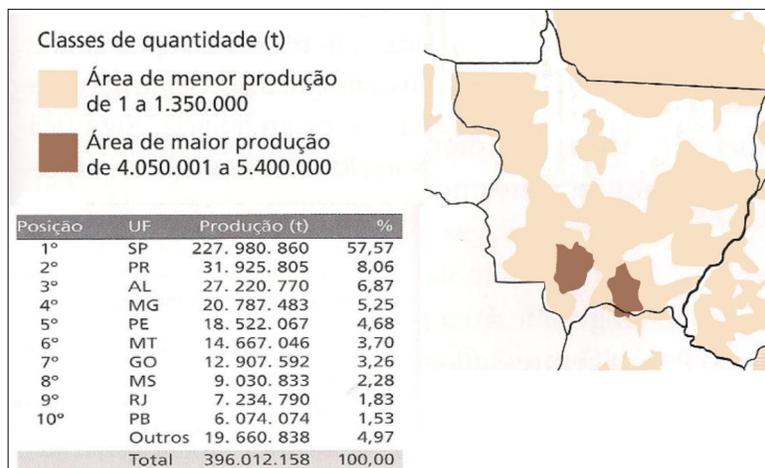


Figura 2- Quantidade produzida de cana de açúcar
 Fonte: IBGE-Diretoria de pesquisas, departamento de agropecuária. (adaptado)

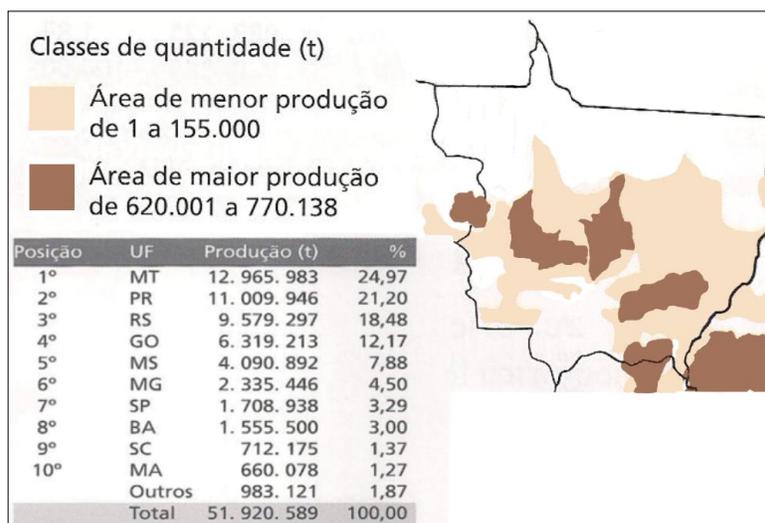


Figura 3: Quantidade produzida de soja em grão - 2003
 Fonte: IBGE-Diretoria de pesquisas, departamento de agropecuária. (adaptado)

No entanto, segundo Haesbaert (1999) atualmente o conceito de região renasceu do processo de globalização e homogeneização e que por sua imperfeição, concomitantemente é produtora de fragmentações que é caracterizada pelas desigualdades e pela construção de identidades culturais, muitas vezes produzidas e promovidas pela mídia e é deste modo que encontra-se o estado do Mato Grosso,



reconhecidamente um pólo exportador onde suas riquezas são comercializadas em mercados internacionais, faz-se necessário a exaltação da imagem do povo mato-grossense e a valorização de sua cultura, através de personagens típicos, folclore e sua riqueza natural. Neste mesmo caminho, Barra do Bugres, tenta conciliar a imagem de produtor de biocombustíveis, moderno e sustentável com a imagem das belezas naturais do município e da cultura inerente do mato-grossense que dança e pesca.

Em outra análise, Lencione (2003, p.153) a constituição do espaço e suas relações deixa de ser considerado uma questão fundamental, sendo o espaço vivido constituído pelas comunidades, mais humanístico, a referência atual mais importante. Assim, a região, devido o caráter mais psicológico e cultural torna-se flexível e sem uma delimitação física fixa e estável e deste modo, a análise regional não é especificamente uma análise econômica, mas humana.

Sendo assim, segundo Lencione, a região não deve ser caracterizada somente pela produção econômica de uma atividade, mas também pela sua identidade, portanto a produção da cana de açúcar não é o fator determinante numa fundamentação regional para Barra do Bugres e seus municípios vizinhos e sim a análise cultural ou psicológica entre os municípios vizinhos e o resto do estado. Neste mesmo sentido, Haesbaert (1999):

Regionalizar não é simplesmente recortar o espaço a partir de parâmetros genéricos, quantitativos, diferenças de grau como faixas de renda, produto interno bruto, fluxos comerciais etc. Deve envolver, igualmente, as diferenças de natureza, como aquelas de ordem mais estritamente cultural. [...] enquanto fundamento para a regionalização em seu sentido mais geral, se manifesta sobre duas grandes formas:
a produção de particularidades, do desigual (diferenças de grau), que vincula os espaços em distintas escalas;
a produção de singularidades, do específico (diferenças de natureza), em geral mas não exclusivamente de base local e sem correlação obrigatória com realidades geográficas em outras escalas.

Assim, sobre a descrição de região em que está o município de Barra do Bugres e seus municípios vizinhos pode tornar-se evidente ou não dependendo das várias possibilidades de análise, frente a uma relação espacial, homem, poder e ambiente.



Neste mesmo aspecto, buscando um entendimento sobre a região, faz-se necessário constituir o espaço como sendo aquele que abrange as várias análises dos recortes regionais, onde o conjunto de relações entre a produção e a sociedade são definidos e se consolidam, assim Lobato (1989 apud SANTOS, 1977) sugere que o espaço somente poderá ser “lido e interpretado” através da sociedade. portanto, sociedade e produção constituem o espaço e são únicos e complementares.

Diferentemente do espaço, a paisagem coexiste com o espaço, numa observação atual mas não responde pelas observações feitas enquanto o espaço é o elemento transformado pela sociedade.

Assim, reconhece-se Barra do Bugres através de sua forma, enquanto natural e edificada pelo homem mas não se entende os caminhos quando analisados quando a paisagem está em único destaque, ou seja, o presente do modo que está agindo sobre o homem é que explica o que é o município. Segundo Santos, (2006) Isoladamente, a paisagem torna-se uma coleção de objetos, reais-concretos, sendo uma porção territorial que se torna visível ao homem, não do seu entendimento.

SOBRE BARRA DO BUGRES

Em Barra do Bugres, as relações espaciais, existentes são mais significativas e acentuadas a partir da construção da MT246 na década de 70, que foi o período em que houve uma grande migração sulista para o norte de Mato Grosso. Outra questão importante deu-se com o início da produção de cana de açúcar, em meados da década de 80, e que sempre demandou um grande número de mão de obra e assim importou durante muitos anos “braços” para a produção e para a colheita, vindos do nordeste brasileiro.

A MT246 dividiu o município em duas partes, uma comumente denominada “Centro” e outra denominada “Maracanã”, tanto Centro como Maracanã são subdivididos em outros bairros, mas a força dos nomes mantiveram como uma referência geral, conforme visto no mapa, o núcleo urbano de Barra do Bugres:

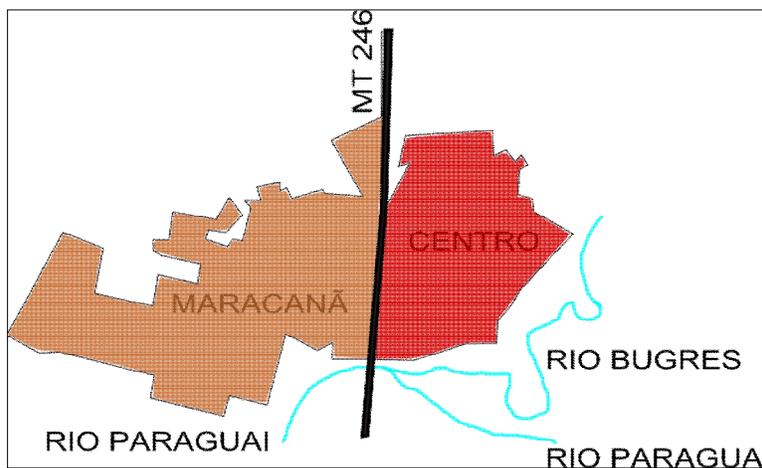


Figura 4- Croqui da divisão espacial de Barra do Bugres
Fonte: Análise integrada do município de Barra do Bugres, 2006.

Muitos destes trabalhadores, que vieram do nordeste para a produção sucroalcooleira, mantiveram residência no município inchando os bairros periféricos fazendo com que estes crescessem sem uma infraestrutura adequada. O movimento desta população migratória ocorreu entre os anos da década de 80 até cerca de 2007 quando reduziram as contratações devido a mecanização da lavoura e a diminuição das queimadas.

Portanto, o núcleo urbano do município expandiu seus limites, devido o grande aumento de mão de obra, que pode ser confirmado na figura 5, a seguir que mostra a expansão urbana com o aumento de bairros novos adjacentes ao bairro maracanã.

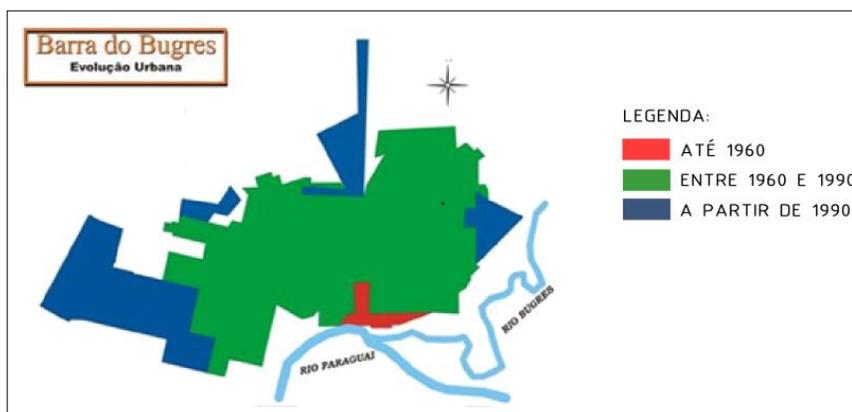


Figura 5: Croqui da expansão urbana de Barra do Bugres
Fonte: Análise integrada do município de Barra do Bugres, 2006



Nos dois grandes bairros existem algumas particularidades, como os comércios estruturados ao longo de suas vias principais, atendendo quase que exclusivamente suas respectivas adjacências. A ocupação entre os dois bairros são visivelmente distintas, uma vez que no Centro é o lugar de preferência daqueles que possuem uma maior renda, como os produtores rurais, empresários e funcionários públicos enquanto que no Maracanã, sua ocupação é composta na maioria pelos empregados do comércio, das fazendas, empregados domésticos, pequenos empresários e profissionais com menor qualificação. Vale ressaltar que a sede da prefeitura, as agências bancárias, correios, e a igreja matriz estão no bairro denominado centro.

A visão sobre as relações espaciais do homem, segundo Corrêa (2001) fazem com que seus padrões culturais, derivados da sociedade em que vive, sejam uma forma de reprodução de seu espaço e de sua existência. Nesta análise da reprodução do espaço, a seletividade espacial fundamenta a manutenção das áreas Centro e Maracanã devido a posição da sociedade que determina sobre o lugar de interesse de acordo as suas possibilidades, existindo portanto uma impossibilidade econômica e cultural da transposição destas áreas.

Essas duas áreas, de características peculiares aparentemente tem vidas próprias e distintas, uma vez que “as suas populações” praticamente não interferem no modo de vida uma das outras, sendo que as atividades diárias são realizadas em seus próprios espaços, formalizando territórios, ou seja, as populações de centro e maracanã normalmente não se misturam, preferindo cada qual relacionar-se em seu próprio bairro sempre que possível.

A definição de territórios, pode ser descrito segundo Souza (2001, p.86) como um “campo de forças” ou inter-relações sociais, que devido sua complexidade define um limite ou uma diferença entre grupos existentes. Da mesma forma, Romancini (2009) *apud* Júnior (1988, p. 35):

A territorialidade se define como sendo um tipo de comportamento que se associa à organização do espaço em esferas de influências ou em territórios nitidamente delimitados, assumindo características distintas,



podendo ser considerados como exclusivos de quem os ocupa e de quem os define.

É ainda interessante salientar a condição atual de que o conceito de território é flutuante e não precisa uma delimitação física, então pode-se presumir a existência significativa do conceito de territorialidade, mesmo pela não interferência entre as relações sociais dos grupos, criado a partir do recorte espacial, gerado pela divisão do município pela rodovia MT246.

Assim, a diversidade territorial, deve traduzir as diferenças ou desigualdades encontradas, sendo possível a aplicação da regionalização no entendimento destes espaços distintos, reproduzidos pela sociedade que também se põem distintas. (HAESBAERT, 1999)

Outro fator que interferiu no espaço urbano de Barra do Bugres, fortalecendo ainda mais a questão territorial, ocorreu com a instalação de um campus da Unemat – Universidade do Estado do Mato Grosso, em 1990. A universidade instalou-se no centro, intensificando ainda mais uma diferenciação entre os bairros, devido a importância de seus serviços existentes e ainda contribuiu para um grande aumento de pessoas (alunos, professores e funcionários) que, chegaram de outros municípios e inflacionaram o custo das casas disponíveis para aluguéis e desencadeou um processo de construção de vilas e quitinetes para suprir a demanda e que parte do ano nas férias escolares, ficam ociosas.

Estes fatos, isoladamente, transformaram toda a área urbana do município. Tanto no Centro, mais especificamente nas imediações da universidade com um processo desenfreado de construções de pequeno porte e de serviços correlatos como lanchonetes, pensões e etc, quanto no Maracanã que durante anos esteve destinado a receber enormes quantidades de trabalhadores rurais, em pequenas vilas e galpões e que hoje, com a diminuição gradativa destes trabalhadores, devido a mecanização da lavoura também encontram-se ociosas.

Sobre esta análise regional, é válida a influência da fenomenologia para descrever as transformações sociais e espaciais. Neste caso, elementos de observação e



consciência poderiam ser somados as possíveis análises quantitativas e racionais, de dados e tabelas que descrevem estes fenômenos como migração e produção como fundamentos numa tentativa de se verificar a realidade encontrada.

[...], portanto, a análise regional, na perspectiva fenomenológica, não se restringe à investigação geográfica da dinâmica econômica ou da estrutura social. O procedimento de investigação procura ultrapassar o nível socioeconômico, buscando compreender como o homem se coloca em relação à região e, a partir disso, procura analisar os aspectos estrutural, funcional e subjetivo da região. O primeiro relativo ao modo de organização dos elementos que constituem a região; o segundo, diz respeito à dinâmica regional; e, o terceiro, discute a relação do aspecto estrutural e funcional com o aspecto subjetivo; como, por exemplo, a relação das imagens mentais que os homens constroem acerca do espaço vivido, da região. (LENCIONE, 2003, p.156).

Assim, estes fatos podem ser descritos como fenômenos da construção do espaço em Barra do Bugres. Segundo Suertegaray (2005, p.30):

Dizemos que fenomenologia é a descrição de todos os fenômenos ou essências que aparecem à consciência e que são constituídos pela própria consciência, isto é, são as significações de todas as realidades, sejam elas naturais, materiais, ideais ou culturais.

Ou seja, a descrição do fenômeno através da experiência de quem observa, assim tendo a noção dos acontecimentos imediatamente, através da experiência sem crenças e preconceitos.

CONCLUSÕES PARCIAIS

Sendo nesta análise, o enfoque dos fatores que compuseram de forma a complementarem-se numa ótica geográfica, o entendimento sobre as relações entre o espaço e a sociedade descritas no município em questão, estabelecem a importância de todos os elementos objetivando a totalidade, como descreve Ross (2006 apud Santos, 1996) “na busca do entendimento do todo, objetiva-se o conhecimento da realidade”. É, portanto analisando as relações que envolvem a sociedade que podemos entender os



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

“fenômenos” que ocorreram e traduziram o que é hoje o município de Barra do Bugres, através de suas relações sociais e as transformações do seu espaço urbano mediante as transformações de sua economia, frente à região que pertence e as demais regiões do estado do Mato Grosso.

BIBLIOGRAFIA

BARRA DO BUGRES. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Controle. **Avaliação temática integrada do município de Barra do Bugres.** Barra do Bugres: 2006.

CANASAT-**Mapeamento da cana via imagens de satélite de observação da terra.** Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/mapa.html>., Google Maps Acessado em 23 mai 2011.

CASTRO, I. E.; CORREA, R.L.; GOMES,P.C.C. **Geografia conceitos e temas,** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,2001.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano,** Rio de Janeiro: Ed.Ática S.A.1989.

HAESBAERT, Rogério. **Região: trajetos e perspectivas.** Primeira Jornada de Economia Regional Comparada, FEE-RS, Porto Alegre, 4.10.2005. Disponível no endereço: <http://www.fee.tcche.br/sitefee/download/jornadas/2/e4-11.pdf>

HAESBAERT, Rogério. **Região, Diversidade Territorial e Globalização.** GEOgrafia – ano1, No1–1999. Disponível no endereço: http://www.uff.br/geographia/rev_01/rogério%20haesbaert.pdf

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia.**São Paulo: EDUSP, 2003.

ROMANCINI, Regina (org) **Novas territorialidades nas cidades Mato Grossenses.** Cuiabá: EdUFMT,2009.

ROSS, Jurandy. **Ecogeografia do Brasil: Subsídios para planejamento ambiental.** São Paulo: Oficina de textos, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Notas sobre epistemologia da Geografia.** Cadernos Geográficos / Imprensa Universitária – Florianópolis - No12- maio 2005.



A CRISE DA SEGURANÇA PÚBLICA E DOS CONTROLES INFORMAIS: o papel do estado e sua relação com a sociedade

Thaísia Fernanda dos Reis Silva¹

Vivian Lara Cáceres Dan²

INTRODUÇÃO

Neste trabalho iremos discutir o papel do Estado em relação à segurança pública e à sociedade, a crise que se instala nesses órgãos responsáveis pelo controle formal que hoje nos afeta de diferentes formas e uma crítica à omissão do Estado no que diz respeito à prevenção dos crimes e controles informais que foram deixados de lado. Entre as demonstrações mais latentes desta crise institucional estaria o grande desequilíbrio na conformação social ligada ao aumento da criminalidade e a violência urbana. A criminalidade letal atinge patamares insuportáveis, vem causando uma sensação generalizada de impunidade, medo e insegurança aos cidadãos que precisam do Estado sufocando as liberdades e os direitos fundamentais das pessoas que na relação Estado X sociedade aparecem entre os afetados e condenados a conviver com essa situação caótica.

Tal crise tornou-se um problema econômico, político, estrutural e de moralidade e por isso mesmo, vem aumentando o descrédito nos Poderes Públicos e seus órgãos responsáveis pela efetivação do controle formal (representado pelas polícias, penitenciárias, delegacias, Justiça criminal e seus agentes). Vários aspectos dessa crise institucional e, portanto, dos aparelhos de controle formal e informal serão discutidos nesse trabalho, sendo fruto das discussões amadurecidas durante às aulas de “Criminologia” do curso de Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso. Os conteúdos abordados em sala de aula enfatizaram a necessidade do equilíbrio da atuação

¹ Acadêmica do Curso de Direito pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: thaisa_reis@hotmail.com

² Professora colaboradora do Departamento de Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) na linha de pesquisa: Estado e Poder. Email: viviancdan@hotmail.com



do controle formal e informal no combate e prevenção à criminalidade e, por conseqüência, da violência urbana.

Vivemos neste século, o surto da violência urbana acometendo toda sociedade brasileira, seja rico, pobre ou classe média. Dentre os crimes vinculados com mais freqüência à violência urbana estão: o latrocínio (roubo seguido de morte), tráfico de drogas, furtos e roubos de carros e cargas, assaltos em bairros afastados ou centrais cujo crescimento é fruto da urbanização, seqüestros relâmpagos, explosões de caixas eletrônicos, roubos a bancos, residências e ônibus, entre outros que já se tornaram comuns em nosso dia- a- dia. De acordo com a reportagem “Cabeça de um assassino³”, ao elencar os fatores que produzem violência no Brasil, esta estaria ligada ao uso e tráfico de drogas, a entrada ilegal de armas no país, bem como as vinganças privadas por motivos torpes ou emocionais.

Ao tentarmos compreender o fenômeno da violência urbana, não podemos enxergá-la com uma interpretação unilateral nem simplificada, procurando dar-lhe uma razão específica. É certo também que o crime sempre existiu em menor ou maior grau, e por isso é preciso entendê-lo como um fenômeno social, fato social inerente a toda sociedade seguindo o pensamento de Durkheim. É necessário ainda levar em consideração os fatores históricos de cada momento e perceber que em muitos desses contextos, as Instituições foram e são instrumentos para privilegiar classes e interesses, explorando os afetados e, nesse sentido, o próprio Estado vem produzindo violência. A complexidade da vida moderna e urbana tem raízes numa histórica desigualdade étnica e socioeconômica, elementos que compõe esse cenário do aumento da violência e dos crimes ligados a essa ausência de suporte do Estado em muitos lugares e momentos da vida do cidadão que acaba vendo ser-lhe negado os direitos e garantias como acesso à moradia, educação de qualidade, saúde, etc.

Ao estudarmos Criminologia temos a possibilidade de analisar o problema criminal como um todo, estudar o crime, o infrator, vítima e os controles desse comportamento

³ COURA, Kalleo. Cabeça de um assassino. **Revista Veja**. n. 46.edição 2.191,p.95-107, nov.2010.



delitivo e assim, também lançar mão de respostas possíveis para diminuição dos índices de criminalidade.

A sociedade de um modo geral têm precípuamente a instância informal para conformação às regras de boa convivência social. São exemplos : a família, a escola, a religião, o costume, a opinião pública, a profissão, as organizações e os partidos. Neste papel esses agentes tratam de condicionar o indivíduo, de discipliná-lo através de um largo e sutil processo que começa na família, passa pela escola, pela profissão, pelo local de trabalho e culmina com a interiorização no indivíduo das pautas de conduta transmitidas e apreendidas, ou seja, na socialização de atitudes socialmente aceitas ou lícitas.

O mais grave sem dúvida alguma é a situação decadente e precária que se encontra a educação brasileira, sem a mesma, o cidadão corre o risco de tornar-se criminoso. A educação é sem dúvida, o principal instrumento para o combate à criminalidade e à violência urbana.

Dentre os problemas que elencamos, no que diz respeito às Instituições responsáveis pelo controle formal, está a crise da segurança pública ou propriamente o Estado (cuja leitura que fazemos é uma falência dessa estrutura democrática da forma como está posta) que não consegue reduzir os altos índices da violência urbana. Entre os elementos que atestam essa crise destacamos a corrupção, burocracia e truculência dos agentes ligados a essas instituições que acabam por abalar a credibilidade da sociedade nas mesmas, e que teoricamente existiriam para garantir a aplicação das leis e defenderiam a sociedade das injustiças.

Isso historicamente pode ser explicado pelo modelo de Estado que inicialmente foi construído, na forma de Monarquias, que fez surgir a polícia e o exército, como elemento fundamental para garantir que esse mesmo Estado fosse respeitado e aceito pela população. Mais recentemente, tivemos uma experiência de Estado Militar (ditadura militar), e nesta herança do modelo militarista, construído nas décadas de 60 e 70, a partir da Doutrina de Segurança Nacional, acreditávamos que o uso frequente de excesso da força e truculência, foram usados como desculpa para acabar com os crimes ou com a desordem. Voltamos a ser um Estado Democrático porém com um modelo repressor que



não vem ajudando na administração dos conflitos e contenção de práticas de delinquência.

O controle social penal tem limitações estruturais e inerentes à sua própria natureza e função, de modo que não é possível exarcebar indefinidamente sua efetividade para melhorar, de forma progressiva, seu rendimento. Como dizia Jeffery : ‘mais leis, mais penas, mais policiais, mais juízes, mais prisões significam mais presos, porém não necessariamente menos delitos’. As limitações inerentes às suas respectivas áreas de atuação como é o caso do Direito Penal, que age de modo tardio e sintomatológico, ou seja, ele tipifica a conduta ilícita, mas não age em sua prevenção, depois de praticado o crime é que este entra em ação.

A eficaz prevenção do crime não depende tanto da maior efetividade do controle social formal, senão da melhor integração ou sincronização do controle social formal e informal.

OBJETIVO

O intuito é fazer uma análise crítica ao papel do Estado enquanto agente repressor da criminalidade (controles formais) e na atuação preventiva (controle informal) com relação à criminalidade. Desta forma será possível perceber o profundo estado de negligência e omissão do Estado brasileiro diante da violência urbana e por outro lado, o descrédito por parte dessa população com relação às Instituições que deveriam assegurar os princípios democráticos, justiça e bem comum na manutenção da organização social.

METODOLOGIA

Tal pesquisa utiliza como metodologia a pesquisa bibliográfica e descritiva a partir da análise de artigos científicos, dados estatísticos, depoimentos de reportagens da Revista Veja e bibliografias que discutem o assunto em comento.

RESULTADOS

Ao abordarmos sobre as armas de fogo, percebemos que estas contribuem para o aumento assustador de crimes contra a vida. É certo que as armas formam um



casamento perfeito com o tráfico de drogas, o qual o financia e intensificam a violência associada às práticas criminosas que expandem em número e modalidades. Esse casamento perverso se deu, sobretudo, no início dos anos 1980 no Rio de Janeiro e em São Paulo. O Mapa da Violência IV produzido pela UNESCO, mostra que as taxas de jovens entre 15 e 24 anos assassinados no ano de 2002 chegaram a atingir números alarmantes nos estados do Rio de Janeiro (118,9/100 mil jovens), Espírito Santo (103,7/100 mil jovens), Pernambuco (103,7/ 100 mil jovens), Amapá (81,2/100 mil jovens) e São Paulo (81,0/100 mil jovens). Comparado o número de homicídios entre jovens de 15 a 24 anos, nos anos de 1993 e 2002, o estudo constata que treze dos vinte e sete estados da federação apresentaram um crescimento percentual, superior a 100%.

Dentre os problemas que elencamos, no que diz respeito às Instituições responsáveis pelo controle formal, está a crise da segurança pública ou propriamente o Estado (cuja leitura que fazemos é uma falência dessa estrutura democrática da forma como está posta) que não consegue reduzir os altos índices da violência urbana. Na reportagem « Enfim, um herói do lado certo »⁴ fica evidente que um dos alvos mais comuns dessa corrupção são as polícias militares, já que estão mais vulneráveis às críticas e seu trabalho ostensivo exige que elas fiquem na rua em contato diário com os cidadãos. A forma como tratam o cidadão vem gerando ‘atos excessivos’ resultado de um modelo de polícia repressora e corrupta, com ausência de formação mais completa e da falta de padrões objetivos de atuação, desrespeitando muitas vezes direitos e garantias fundamentais do cidadão que inúmeras vezes se vê confundido com criminosos.

A importância de melhorar a relação do Estado com as instâncias informais estariam no fato de que estas lidam com a formação do ser humano no sentido preventivo do crime, e poderia estar contribuindo para diminuição da criminalidade. Porém, não existe um real investimento nessas áreas e percebemos vários problemas ligados à essas instâncias como : a falta de estrutura para educação de qualidade, falência da família e perda da confiança depositada na efetividade desse controle.

⁴ MEIER, Bruno. TEIXEIRA, Jerônimo. Enfim, um herói do lado certo. **Revista Veja**. n. 46.edição 2.190,p.120-127, nov.2010.



Segundo dados preliminares do relatório do Ministério da Educação (MEC)⁵ diz que o Brasil avançou em ritmo lento e não conseguiu perseguir os ideais propostos pelo Plano Nacional de Educação, proposto no Governo Fernando Henrique para 2010, os principais problemas estão : alto índice de repetência (13%), evasão escolar (11%), analfabetismo (10%).

Como consequência das deficiências no nível básico está comprometido o acesso as universidades, o Brasil tem um dos piores percentuais com apenas 14% dos jovens em idade universitária (18 aos 24 anos) cursando um curso superior, pior até que países da América Latina onde esse percentual chega a atingir 21%.

Em outra pesquisa⁶, a média de anos de estudos no Brasil também é baixa, cerca de 7,2 anos, ficando atrás de Costa Rica, Argentina, Chile e outros países. Essa pesquisa mostrou também que alunos do 5 ano ao 9 ano tem desempenho muito abaixo do adequado a sua série.

O mais grave sem dúvida alguma, é a situação decadente e precária que se encontra a educação brasileira, sem a mesma, o cidadão corre o risco de tornar-se criminoso. A educação é sem dúvida, o principal instrumento para o combate à criminalidade e à violência urbana.

O Estado não tem conseguido resolver os problemas e dilemas da sociedade e muito menos reprimir o crime formalmente, por isso mesmo precisamos voltar nosso olhar para o controle informal que conta com a sua principal arma (educação) estraçalhada pelo descaso, já que a educação em nosso país infelizmente em nenhum governo foi prioridade.

Sabemos que o papel da sociedade deve ser muito maior do que receber ou acatar aquilo que o Estado estipula como certo, regras, preceitos e leis reguladoras. Poderemos contribuir para a diminuição dos índices de violência urbana através de debates à respeito do Controle Social formal e informal, e portanto, a sociedade deveria estar participando

⁵ França, Ronaldo. Longe da Excelência. Revista Educar para Crescer. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/longe-excelencia-539831.shtml>. Acesso 03/06/2011

⁶ Enfrentar o desafio de melhorar a qualidade nesta década. Disponível em: www.educativocatolico.org.br. Acesso em: 03/06/2011



juntamente com o Estado na construção dessas soluções para o problema da criminalidade. Mas infelizmente, não somos educados ou politizados para exercer plenamente nossas potencialidades, somos despersonalizados e frutos de uma péssima educação, cujas diretrizes são determinadas pelos detentores do poder. Vários problemas institucionais foram apontados nesse artigo mas a crítica mais profunda diz mesmo respeito à falência dessas instituições que não correspondem aos interesses da coletividade, estamos diante da falência do Estado que é omissivo e descomprometido com a conquista da cidadania plena.

O desejo de mudança tem, sim, o poder de modificar o que há por vir, como diz Eduardo Giannetti: "No universo das relações humanas, o futuro responde à força e à ousadia do nosso querer". Tudo começa com o desejo de mudança e continua com vigilância e fiscalização. "No fim das contas, o país que veremos no espelho terá a cara que conseguirmos construir".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Seminário Nacional sobre Violência Urbana e Segurança Pública. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/perm/cdui/SVUSP.htm>. Acesso em: 23/05/2011.

SILVA, Jorge da. **Criminologia Crítica: Segurança e polícia.** Rio de Janeiro: Forense, 2ª. ed., 2008.

Cartilha Segurança Pública - Parte 1 - **A Crise da Segurança.** Disponível em: <http://www.comunidadessegura.org/fr/node/1036> Acesso em: 23/05/2011.

MOLINA, Antonio Garcia-Pablos & GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 4ª ed., 2002.

Enfrentar o desafio de melhorar a qualidade nesta década. Disponível em: www.educativocatico.org.br. Acesso em: 03/06/2011.

Ensino Longe da excelência. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/longe-excelencia-539831.shtml>. Acesso em: 22/05/2011.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

IMPORTÂNCIA DOS PEQUENOS PRODUTORES PARA A ECONOMIA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE/MT

Ricardo Henrique Rodrigues dos Santos¹

Tânia Paula da Silva²

RESUMO: O presente ensaio tem como principal objetivo identificar a importância dos camponeses para o desenvolvimento social e econômico do município de Glória D'Oeste/MT. Neste sentido, busca-se analisar os efeitos do consumo dos camponeses no comércio local, na tentativa de entender se tais efeitos proporcionam o desenvolvimento do município em questão. Como procedimento metodológico para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se a priori, a revisão bibliográfica referente ao tema: agricultura camponesa e desenvolvimento local; em seguida realizou-se a pesquisa de campo para aplicação de entrevistas semi-estruturadas nos estabelecimentos comerciais situados no núcleo urbano do referido município; e finalizou-se com a análise dos dados coletados, numa abordagem qualitativa. Os resultados da pesquisa indicam que os camponeses de Glória D'Oeste ao aumentarem a sua capacidade de consumo influenciam o comércio local da cidade por meio da aquisição de produtos diversos, o que contribui para que o comércio da pequena cidade continue funcionando e atendendo a todos os fregueses, proporcionando também o desenvolvimento social e econômico do município.

PALAVRAS CHAVES: Agricultura Camponesa, Desenvolvimento Local, Glória D'Oeste/MT.

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa procurou-se desenvolver uma análise sobre a importância dos camponeses³ para o desenvolvimento social e econômico do município de Glória D'Oeste/MT. Para tanto, buscou-se analisar os efeitos do consumo dos camponeses no comércio local, na tentativa de entender se tais efeitos proporcionam o desenvolvimento do município em questão.

¹ Professor de Geografia na Rede Estadual de Educação em Mato Grosso.

² Profa. Ms. do Depto. de Geografia da UNEMAT. Doutoranda UFF. Email: tanggela@bol.com.br

³ O termo camponês foi utilizado segundo o conceito do Prof. Ariovaldo U. de Oliveira (1992). Não sendo objetivo deste trabalho discutir teoricamente as nuances que cercam tal conceito, estamos partindo do pressuposto que Camponês é todo trabalhador que explora uma parcela de terra com a força do trabalho de sua família visando à manutenção desta.



O interesse pelo tema surge da necessidade pessoal, enquanto pequeno produtor, de aprofundar conhecimentos sobre os camponeses e sua influência no desenvolvimento socioeconômico do município de Glória D'Oeste/MT. Tendo em vista que o município tem sua maior arrecadação através das pequenas propriedades rurais e de sua produção. Portanto, cabe analisar até que ponto podemos alavancar o desenvolvimento do município.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico adotado para o desenvolvimento desta pesquisa monográfica contou com três etapas básicas. Inicialmente realizamos o levantamento preliminar e as leituras do referencial bibliográfico sobre o tema em livros, jornais, revistas, entre outros materiais. Realizamos visitas *in loco* para conhecimento dos fatos, por meio de entrevistas semi-estruturadas aos comerciantes locais, e documentação fotográfica. Por fim, mapeamos a área de estudo e os resultados obtidos estão representados por meio do texto final sob forma de monografia.

Nas entrevistas foi priorizado o levantamento de dados referentes: a relação dos camponeses com os comerciantes; as possibilidades de troca dos produtos; o gasto médio mensal; a periodicidade da realização das compras; os tipos de produtos comprados pelos camponeses; os locais de consumo dos camponeses e, por fim, a percepção dos comerciantes sobre a importância dos camponeses para o comércio local e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do município. Para a realização da pesquisa com os comerciantes locais não se levou em consideração a diferenciação quanto à atividade comercial, pois se preferiu entrevistar o maior número possível de proprietários de estabelecimentos comerciais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Agricultura Camponesa

De acordo com Gorgen (2010), a agricultura camponesa não é só um jeito de produzir no campo, ela é um modo de viver, é uma cultura própria de relação com a natureza, é uma forma diferenciada de vida comunitária. Ainda segundo o referido autor,



na agricultura camponesa o trabalho é familiar, não assalariado, não capitalista. A família camponesa vive e sobrevive com pouca terra. Esta agricultura se faz em pequenas áreas de terra. Nisto se distingue da agricultura latifundiária, feita em grandes áreas e com trabalho alheio.

Oliveira (2001) afirma que a agricultura camponesa prima pela diversificação na produção. Não é monocultora. Combina produção animal com produção vegetal e faz agricultura e criação de animais o ano todo. Sendo que, a produção para o auto-consumo, para a subsistência familiar, tem um papel importante na agricultura camponesa. Junto com a posse da terra é um dos elementos fundamentais da constituição do espaço de liberdade proporcionado por esta forma de produzir alimentos e de viver. Para Castro Oliveira (1998, p. 258):

Os laços de família são fortes componentes do modo de existir e da cultura camponesa. A comunidade é um elemento central no modo de vida camponês. Pois, nela há o espaço da festa, do jogo, da religiosidade, do esporte, da organização, da solução dos conflitos, das expressões culturais, das datas significativas, do aprendizado comum, da troca de experiências, da expressão da diversidade, da política e da gestão do poder, da celebração da vida (aniversários) e da convivência com a morte (ritualidade dos funerais). Tudo adquire significado e todos têm importância na comunidade camponesa. As relações de parentesco e vizinhança adquirem um papel determinante nas relações sociais do mundo camponês.

Outra marca forte da agricultura camponesa no Brasil é a diversidade. Os camponeses brasileiros são muitos e têm na diversidade uma de suas riquezas. Por isto que o campesinato brasileiro faz de tudo, produz de tudo, de várias formas, nos diversos biomas.

A jornada de trabalho é outro elemento componente da produção camponesa. Neste aspecto, a realidade é toda particular. Não há uma rigidez de horário diário como na produção capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados. Assim, combinam-se períodos chamados de ociosos, quando o camponês está livre ele pratica o trabalho assalariado, através de trabalho acessório, com períodos de intenso trabalho de produção em sua terra, nem o nascer e o pôr-do-sol, às vezes, são limites para o final da



jornada de trabalho. Os trabalhos que envolvem o preparo da terra para o plantio são feitos até durante a noite. Essa aparente irregularidade da jornada de trabalho dos camponeses é que abre espaço para o desenvolvimento de uma série de tarefas artesanais domésticas, que eles realizam nos períodos de pouco trabalho agrícola (OLIVEIRA, 2001, p. 65).

Portanto, sua existência é sua resistência e sua luta permanente. No momento histórico em que vivemos ela está sob pressão do mercado capitalista que a força às migrações constantes, a inserir-se no mercado internacional, a produzir monoculturas, a fornecer mão-de-obra para as empresas capitalistas, a endividar-se no sistema financeiro, a integrar-se com agroindústrias, a ser complementar à produção dos latifúndios, a consumir o pacote tecnológico das multinacionais.

Neste sentido, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é responsável por mais da metade da produção agrícola brasileira, pois “Esses camponeses produzem cerca de 70% do feijão, 84% da mandioca, 58% da produção de suínos, 54% do leite bovino, 49% do milho e 40% das aves e ovos” (MPA, 2006); e tem resistido às políticas governamentais excludentes que se aliam aos interesses das classes dominantes, já que os financiamentos governamentais destinam a maior parte de seu volume financeiro ao agronegócio.

Além disso, verifica-se que esse modelo dominante brasileiro é caracterizado por inúmeras perversidades constatando-se a concentração da terra, a dominação dos recursos naturais e da renda, a crescente homogeneização genética e de monoculturas, a plantação de alimentos transgênicos e a ampliação dos latifúndios.

Deste modo, o incentivo à agricultura camponesa no Brasil deve ser pensado como estratégia para superação das mazelas e desigualdades sociais. Pois, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atualmente no Brasil há cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos agropecuários de caráter familiar. Ainda segundo estes dados, a agricultura familiar representa 85,2% do total de estabelecimentos, ocupando 30,5% da área total. Apesar de receberem apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura, a agricultura familiar tem sido responsável por 37,9% do VBP (Valor Bruto da Produção) da agropecuária nacional e a principal fonte geradora de empregos no meio rural.



Esses dados demonstram a importância da agricultura familiar no Brasil para a geração de renda, empregos e principalmente na produção de alimentos. Portanto, é necessário que, no Brasil, construa-se uma proposta de desenvolvimento rural para que se negue o atual modelo dominante e atenda aos interesses do campo brasileiro. Faz-se necessário também a afirmação de um processo de democratização da riqueza rural, de socialização das relações de produção e que valorize, principalmente, os agricultores camponeses.

Desenvolvimento Local

A conceituação de Desenvolvimento Local (DL) é diversificada. Sendo uma proposta recente a conceituação e metodologia do desenvolvimento local ainda é tema de investigação e discussão, apesar da existência de inúmeras publicações veiculadas, em nível nacional e internacional, referentes a casos concretos de sua adoção.

Porém, é fato que das definições, até o momento, delineadas para o desenvolvimento local constata-se a convergência num único objetivo que é o da melhoria nos níveis de bem-estar social e de qualidade de vida por intervenção da mobilização e valorização dos recursos endógenos (humano, institucional, econômico, ambiental e cultural). A conceituação adotada por Albuquerque (1998, p. 72), referente ao desenvolvimento local apresenta-o como sendo um:

Processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local que, mediante o aproveitamento eficiente dos recursos endógenos disponíveis em uma zona determinada, é capaz de estimular seu crescimento econômico, criar emprego e melhorar a qualidade de vida da comunidade local.

O local faz referência a uma comunidade na qual as pessoas que o habitam desenvolvem o seu cotidiano cada qual com suas características individualizantes, porém com interesses comuns o que lhes propiciam uma identidade social e histórica que os diferenciam dos demais espaços ou territórios.

Nessa perspectiva, deve-se conceber o Desenvolvimento Local como um projeto consciente e real, envolvendo atores diversos, que unidos possibilitam o desenvolvimento

de um determinado grupo, município ou território. Dessa forma, a proposta de desenvolvimento local implica um processo de reconstrução social, que deve se dar “de baixo para cima”, envolvendo necessariamente a participação democrática e permanente dos atores sociais com interesses afins junto à esfera governamental na definição e formulação de propostas inovadoras para a solvência dos problemas pertinentes ao seu território, aproveitando-se dos potenciais endógenos, bem como, dos recursos exógenos que concorram para a promoção da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da sociedade. (ÁVILA, 2000).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Município de Glória D'Oeste/MT

O município de Glória D'Oeste/MT localiza-se na mesorregião Sudoeste de Mato Grosso, microrregião do Jauru, entre as coordenadas geográficas de 15° 46' 06" de latitude sul e 58° 13' 04" de longitude oeste. Sua extensão territorial é de 941,95 Km², possui os seguintes limites: ao norte, São José dos Quatro Marcos; ao sul, Cáceres; a leste, Mirassol D'Oeste e a oeste, Porto Esperidião. A sede do município está distante 303 Km da capital do Estado de Mato Grosso - Cuiabá. (IBGE, 2008).

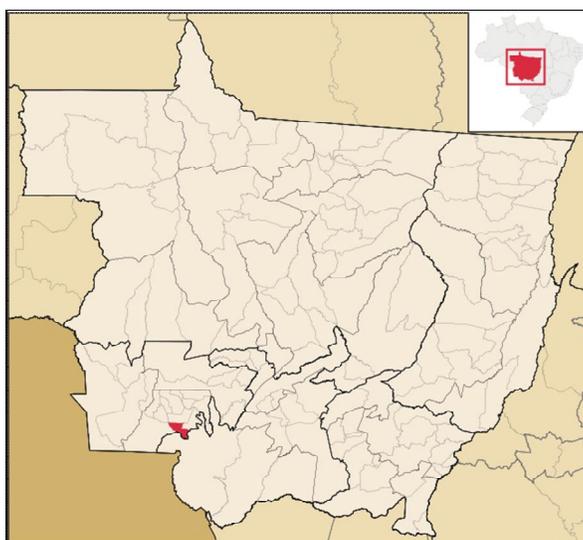


FIGURA 01: Mapa de Localização do Município de Glória D'Oeste/MT.
Fonte: <http://www.ibge.com.br>

Na atualidade, Glória D'Oeste é um município que tem sua base econômica voltada para as atividades agrícolas e a pecuária, atividades estas responsáveis pela sua consolidação econômica. A ocupação e povoamento efetivo deram-se a partir de 1972, ocasião em que recebeu forte fluxo migratório, com inúmeras famílias fixando moradias tanto na zona urbana, quanto rural – vindos de diversas partes do país.

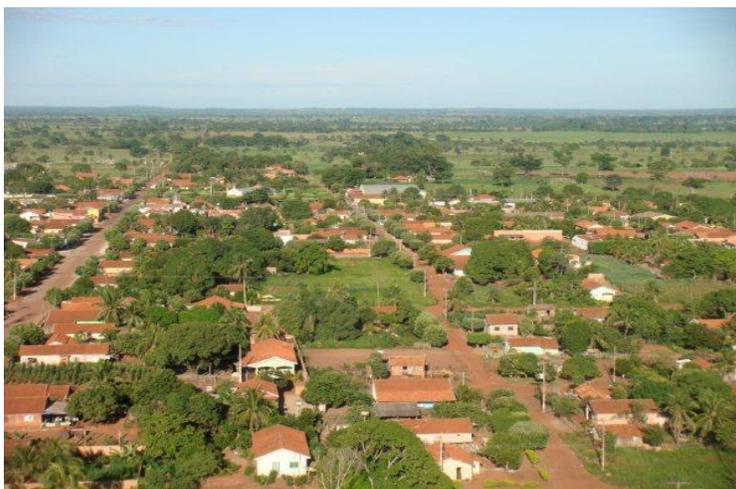


Figura 02: Município de Glória D'Oeste/MT.
Fonte: Santos, 2010.

Durante o período que permaneceu na condição de distrito de Mirassol D'Oeste, ainda sob a denominação de Cruzeiro D'Oeste, foi atingido um grau de desenvolvimento que lhe proporcionou a emancipação política. Deste modo, A Lei Estadual nº. 5.911, de 20 de dezembro de 1991, de autoria dos deputados José Lacerda e Geraldo Reis, criou o município.

A população total do município, segundo a contagem populacional realizada pelo IBGE, em 2007, era de 3.124 habitantes. A população está predominantemente concentrada na área urbana, com uma taxa de urbanização, conforme o Censo do IBGE de 2000, equivalente a 62,8%. No ano de 2007, havia 989 domicílios particulares permanentes, aproximadamente 3,1 habitantes por domicílio.

Com relação aos indicadores sociais, o município apresentou, em 2000, uma taxa de analfabetismo de 17,5% e o índice de desenvolvimento humano municipal era de



0,731. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 39%, seguida pela Renda, com 31,7% e pela Longevidade, com 29,3%. No mesmo ano, o rendimento médio mensal de um chefe de família equivalia a 4,6 salários mínimos e, aproximadamente, 25,1% dos domicílios eram abastecidos com água.

Na agricultura destacam-se as culturas de milho, arroz, feijão e algodão. Houve uma época em que o município foi considerado um dos maiores produtores de algodão da região. Hoje o destaque é para a pecuária de leite. Parte desta transformação de uma localidade onde se dominava a atividade agrícola para uma região de atividade intensiva agropecuária esta ligada ao desenvolvimento do norte do estado com a chegada de migrantes do sul e sudeste do país com produção mais mecanizada e de escala com proporções ainda maiores destacando a monocultura de soja, arroz, milho, entre outras.

O comércio no município de Glória D'Oeste é constituído por pequenas empresas e lojas voltadas para abastecer a população local, principalmente, os camponeses e suas demandas.

Relação dos Camponeses com o Município de Glória D'Oeste/MT: análise a partir do comércio local

Nesse item enfocamos quais os impactos provocados na cidade de Glória D'Oeste pelos camponeses e suas atividades agropecuárias, ou seja, quais mudanças ocorreram na dinâmica do comércio local e o que isso proporciona em termos de desenvolvimento local. Os estabelecimentos comerciais analisados no desenvolvimento da pesquisa foram:



Figura 03: Supermercado
Fonte: Santos, 2010.



Figura 04: Merceria
Fonte: Santos, 2010.



Figura 05: Casa de Material de Construção



Figura 06: Casa Agropecuária



Figura 07: Supermercado
Fonte: Santos, 2010.



De acordo com os dados coletados em pesquisa de campo verificamos que a relação mantida entre os camponeses e os comerciantes locais é positiva, pois todos os entrevistados disseram haver uma relação de amizade entre consumidores (camponeses) e comerciantes. Acredita-se que tal fato se dá porque o município é pequeno, sendo a maioria dos moradores antiga, ou seja, todo mundo conhece todo mundo.

Quando questionados sobre o pagamento dos produtos por meio da troca entre comerciantes e camponeses, 03 comerciantes foram enfáticos em dizer que não aceitam os produtos produzidos pelos camponeses como forma de pagamento e 01 comerciante diz aceitar a troca de seus produtos por carnes bovina e suína.

Apesar de não trabalhar com a troca, os comerciantes locais afirmam comprar os produtos produzidos pelos camponeses, compram tanto para o consumo próprio quanto para a venda comercial. Ainda segundo os comerciantes entrevistados, os produtos produzidos pelos camponeses e que são comercializados em seus estabelecimentos comerciais são: milho, mandioca, tomate, ovos, alface, legumes e carnes bovina e suína.

Em relação a compra dos comerciantes aos produtos camponeses, os mesmos ressaltaram que não há uma frequência, acontece de forma esporádica, pois nem sempre os camponeses tem produtos disponíveis para a venda e muitas vezes eles acabam comercializando seus produtos de forma direta para alguns fregueses, na feira local ou no próprio sítio, o que possibilita uma maior rentabilidade.

Quando indagados sobre o gasto mensal e quais os produtos mais consumidos pelos camponeses obtivemos a resposta de que os gastos mensais dos camponeses não eram possíveis de serem pontuados em termos de valores específicos, pois as compras variam de valor, conforme a necessidade dos produtos a serem consumidos. Neste sentido, os comerciantes afirmam que os camponeses compram todos os tipos de produtos disponíveis nos estabelecimentos comerciais, até mesmo produtos básicos, que supostamente deveriam produzir em suas terras, como por exemplo, arroz, feijão e carnes.

Segundo análise de um dos comerciantes entrevistados, isso acontece porque além dos problemas estruturais da área/sítio, na maioria das vezes o pequeno não tem incentivos do governo para produzir, então ele acaba se voltando para a prática da



pecuária, a qual está voltada basicamente para a cria, recria e produção de leite, em sua maioria destinada à alimentação das famílias, tanto do leite *in natura* como de seus derivados, sendo apenas o excedente vendido.

Na questão sobre a importância dos camponeses para o desenvolvimento da cidade, obtivemos vários depoimentos, entre eles:

Há, eles são muito importantes, porque sem eles pouca gente vai comprar na cidade e as vendas vão diminuir muito.
Se acabar o pequeno produtor (camponeses), acaba a cidade.
Os pequenos produtores (camponeses) são fundamentais, porque eles é que mantém as lojas funcionando. Os grandes produtores são os primeiros a ir comprar fora da cidade. (Relatos dos Comerciantes, 2010).

Nos relatos dos comerciantes pode-se observar a importância dos camponeses para o desenvolvimento de Glória D'Oeste, para estes comerciantes não há maneiras de se pensar em desenvolvimento local sustentável sem a participação dos camponeses, uma vez que são eles quem mantém e movimenta a base econômica do município, ou seja, a agropecuária e o comércio local.

Os dados relacionados ao consumo dos camponeses, se este se dá apenas em Glória de D'Oeste ou se os camponeses fazem compras nos municípios vizinhos, são importantes para nos dar um dimensão das dificuldades do município em desenvolver/movimentar a economia local, ao passo de possibilitar aos camponeses e a comunidade gloriadourense acesso a bens e serviços de qualidade e com o melhor preço.

Neste sentido, cabe afirmar que alguns comerciantes locais declararam que os pequenos produtores não consomem suficientemente nos comércios locais da cidade. Em suas análises observam que um dos motivos que levam os camponeses a comprar/consumir em outros municípios é o fato de que a maioria deles são produtores de leite, sendo que este leite é encaminhado aos municípios vizinhos possuidores de laticínios, uma vez que Glória D'Oeste não oferta este tipo de serviço. Deste modo, na entrega do leite e recebimento de seu pagamento mensal nos municípios vizinhos os camponeses aproveitam para fazer parte de suas compras, deixando assim de contribuir 100% com o comércio de sua própria cidade.



Eles deixam de comprar vários produtos aqui para comprar lá fora, para comprar nos municípios vizinhos. O problema é que nosso município não tem estrutura suficiente para manter a economia local. Na atualidade, não temos como absorver o leite produzido por eles, não temos laticínio, então os pequenos produtores (camponeses) acabam fazendo comércio com os laticínios próximos a Glória D'Oeste, aí eles também acabam consumindo um pouco lá [...]. (Relato de Comerciante, 2010).

Na visão destes comerciantes tem havido sim uma movimentação financeira por parte dos camponeses no comércio local, o que proporciona um aumento nas vendas e que, conseqüentemente, tem rebatimentos na arrecadação de impostos no município. No entanto, para a maioria dos entrevistados há necessidade, por parte dos gestores municipais e estaduais, da criação e consolidação de um projeto de desenvolvimento local para o município, projeto este que envolva os camponeses e que parta do potencial econômico e social/local.

Para os entrevistados, os camponeses deste município exercem uma função extremamente importante no processo de desenvolvimento local e merecem apoio administrativo dos poderes competentes. Pois os camponeses promovem uma maior circulação de recursos e captação de impostos e, até mesmo geram empregos, porque há maior volume de negócios no comércio e na produção agropecuária (quando ocorre a contratação de serviço de terceiros para a perfuração de poços, construção de cercas, galpões e demais estruturas ligadas à produção). Portanto, com apoio, investimentos, conhecimento e reconhecimento a agricultura camponesa tornar-se-á a principal força geradora de desenvolvimento sustentável do município de Glória D'Oeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como principal objetivo identificar a importância dos camponeses para o desenvolvimento social e econômico do município de Glória D'Oeste/MT. Deste modo, verificamos que os camponeses são de grande importância para o município de Glória D'Oeste, pois eles contribuem diretamente para o desenvolvimento local e sustentável da cidade, acredita-se que sem eles este desenvolvimento não aconteceria,



tendo em vista o município ser de pequeno porte e a base de sua economia ser a agropecuária.

Com a pesquisa constatamos que os estabelecimentos comerciais locais estão se beneficiando da possibilidade de consumo dos camponeses. Pois, os camponeses enquanto consumidores adquirem produtos diversos, tanto para o consumo próprio e de suas residências como para as atividades agropecuárias realizadas no lote no comércio local da cidade. A busca dos camponeses por mercadorias relacionadas à sua vida familiar/pessoal (alimentação, vestuários e calçados, remédios e produtos de higiene) e à produção agropecuária (sementes, adubos, máquinas e equipamentos agrícolas), tem contribuído para produzir novas dinâmicas socioeconômicas nesse município. Assim, todos os segmentos do comércio urbano são beneficiados com as compras que os camponeses realizam: supermercados, casas agropecuárias, lojas de materiais de construção, farmácias, lojas de roupas, etc.

Portanto, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é viável socialmente e economicamente, mas precisa ser pensada a partir de uma política agrícola bem definida e que possibilite a melhoria da qualidade de vida das famílias camponesas o que, conseqüentemente, provocará melhorias na qualidade de vida da população local e desenvolvimento ao município.

Conclui-se assim que no município de Glória D'Oeste/MT a organização do espaço rural alicerçada em pequenos estabelecimentos agropecuários, organizados pelos camponeses por meio do trabalho familiar, tem influenciado diretamente no crescimento do comércio urbano local, além de dinamizar as relações campo-cidade, promovendo o desenvolvimento do município em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local e redistribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural.** Traduzido por Antonio Rubens Pompeu Braga. Fortaleza: BNB, 1998.



ANAI DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

ÁVILA, Vicente Fideles. **Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local.** Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande, setembro 2000.

_____. **Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos.** Campo Grande: UCDB, 2000.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Camponês no Capitalismo Atual.** In: Revista Sem Terra. Nº 19 (abril/junho), 2003.

CASTRO OLIVEIRA, Bernadete. **Tempo de Travessia, Tempo de Recriação: profecia e trajetória camponesa.** Tese de doutorado – FFLCH- USP. Pós Graduação em Antropologia Social, 1998.

COUTO, Sueli L. R. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local Sustentável.** PNUD/PRONAF, 1999.

FERREIRA, João C. V. **Mato Grosso e seus Municípios.** Cuiabá/MT: Secretaria de Estado de Educação, 2001.

GORGEN, Sergio A. **Agricultura Camponesa.** In: <http://www.social.org.br/relatorio2005>. Acesso em: novembro de 2010.

IBGE. **Dados Estatísticos do Município de Glória D'Oeste/MT.** Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: novembro de 2010.

LEAL, Gleison M. **Impactos dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio – SP.** Pres. Prudente: FCT/UNESP, 2003 (Dissertação de Mestrado).

MUNHOZ, Dercio G. **Economia Agrícola: agricultura uma defesa dos subsídios.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1982.

Movimento dos Pequenos Agricultores. **10 anos de Agricultura Camponesa.** Agenda 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A Agricultura Camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

SEPLAN/MT. **Informações sobre Características Gerais do Município de Glória D'Oeste/MT.** Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br>>. Acesso em: novembro de 2010.



A APLICABILIDADE DA TEORIA DO LABELING APPROACH NA CONTRAÇÃO PENAL DE VADIAGEM

Helio Fialho Lacerda Gomes¹

Evelin Mara Cáceres Dan²

RESUMO: O presente texto visa abordar a tipificação, como contravenção penal, da conduta de “vadiagem”, tendo como aporte teórico, em referida análise, a aplicação da Teoria do Labeling Approach (Teoria do Etiquetamento). Esta contempla o crime como mero subproduto do controle social. Nessa perspectiva, busca-se refletir sobre as razões que levaram o Estado a tipificar referida conduta, incluindo-a como repudiada ou não aceita na sociedade moderna. Tal reflexão é fruto dos estudos dos Modelos explicativos do comportamento delitivo de cunho sociológico, apresentados em aula, na disciplina de Criminologia da Faculdade de Direito da UNEMAT, sendo uma pesquisa de ordem qualitativa, onde houve a utilização do método dialético contemporâneo, dedutivo analítico ou formal

PALAVRAS-CHAVE: vadiagem; etiquetamento e labeling approach

INTRODUÇÃO

Hodiernamente, percebe-se em nossa sociedade algumas condutas tipificadas na legislação penal que visam tutelar bens jurídicos essenciais à manutenção da ordem social. Essas condutas podem ser classificadas como Crimes, caso estejam inseridas no Código Penal (Decreto-Lei Nº 2.848/1940), ou como Contravenções Penais, se tipificadas no Decreto-Lei nº 3.688/1941.

Nessa perspectiva, a doutrina penal entende que o crime, em seu sentido substancial, é um ato (comissivo ou omissivo), imputável a uma pessoa, que lesa um interesse penalmente protegido, que lei a penal comina pena. Por outro lado, as contravenções penais são condutas que, comparadas aos crimes, apresentam menor gravidade. Importa destacar, que a doutrina não apresenta diferenças intrínsecas,

¹ Acadêmico do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso. Email: helio_fialho@hotmail.com

² Professora do Curso de Direito da UNEMAT. Especialista em Direito Penal pela Universidade da Amazônia. Email: evelind@hotmail.com



ontológicas ou essências entre o Crime e a Contravenção Penal. Estes, apenas se distinguem por maior ou menor gravidade.

O presente texto traz reflexões sobre a tipificação da conduta da vadiagem na Lei de Contravenções Penais, sob a luz da Teoria do Etiquetamento. Esta, não é concebida como uma teoria da criminalidade, mas sim da criminalização das carreiras criminais. Sob a perspectiva de referida teoria, o foco de investigação se desloca do “desviado” e do seu “meio” para aquelas pessoas ou instituições que lhe definem como desviado, analisando desta forma, o mecanismo e funcionamento do controle social formal. Assim, o indivíduo se converte em delinqüente não porque tenha realizado uma conduta negativa, senão porque determinadas instituições sociais etiquetaram-lhe como tal, tendo ele assumido o referido status de delinqüente. Isso significa que uma conduta só será tida como criminosa se os mecanismos de controle social estiverem dispostos a assim classificá-la.

De modo geral, Molina (2008) assevera que os principais postulados do labeling approach são:

- a) o interacionismo simbólico e construtivismo social, ou seja, a realidade social é construída mediante complexos processos sociais de interação;
- b) a natureza definitorial do delito, em que o caráter delitivo de uma conduta e de seu autor depende de certos processos sociais de definição que lhe atribuem tal caráter, e de seleção, que etiquetam o autor como delinqüente;
- c) o caráter constitutivo do controle social, ou seja, a criminalidade é criada pelo controle social
- d) a seletividade e discricionariedade do controle social, eis que o controle social é altamente discriminatório e seletivo na medida em que leva em conta o status e o papel das pessoas.

Em síntese, a teoria do etiquetamento parte do princípio que a desviação não é uma qualidade ontológica da ação, mas antes, o resultado de uma reação social e que o desviado apenas se distingue do homem normal devido à estigmatização que sofre. Nesse sentido, o tema central desta perspectiva criminológica perpassa pelo estudo do processo de interação, no qual o indivíduo é estigmatizado como desviado.



Sendo assim, podemos aduzir que, o Estado, por meio de suas instituições sociais, seleciona as condutas lesivas a serem coibidas por meio do controle social formal, sendo que este é altamente discriminatório na medida em que leva em conta o status e o papel das pessoas na sociedade. Nesse sentido, as chances de ser etiquetado como delinqüente não depende da conduta executada (delito), mas da posição do indivíduo na pirâmide social.

OBJETIVO

O presente texto pretende compreender a incoerência de se reprimir a conduta da vadiagem na Lei de Contravenções Penais. Nessa perspectiva, empregaremos a Teoria do Labeling Approach (Teoria do Etiquetamento) para esclarecer que, o Estado, por meio de suas instituições sociais, seleciona as condutas lesivas a serem coibidas, através do controle social formal, sendo que este, é altamente discriminatório, na medida em que leva em conta o status e o papel das pessoas na sociedade. Nesse sentido, Molina (2008, p. 332) assevera que:

[...] a desviação não é uma qualidade intrínseca da conduta, senão uma qualidade que lhe é atribuída por meio de complexos processos de integração social, processos altamente seletivos e discriminatórios.

Assim, objetiva-se demonstrar que as chances de ser etiquetado como delinqüente não depende da conduta executada (delito), mas da posição do indivíduo na pirâmide social, como é o caso da conduta de vadiagem.

METODOLOGIA

A pesquisa do presente texto é de ordem qualitativa, onde houve a utilização de métodos dialético contemporâneo, dedutivo analítico ou formal, histórico e estruturalista. Por fim, é de se dizer, que a pesquisa bibliográfica sobre o tema alicerça nosso estudo, ampliando os conhecimentos sobre o assunto e constituindo importante instrumento às nossas conclusões.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Decreto n. 3688/41, tipificou a conduta de vadiagem como contravenção penal, restando assim evidente a preocupação, por parte da legislação penal, em reprimir e punir esse comportamento social. Assim, o art. 59 do Decreto Lei n. 3688/41 aduz o seguinte:

Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.

No entanto, inúmeros juristas criticam essa tipificação aduzindo ser injusta e parcial. Nesse sentido, o ilustre magistrado Rodrigues, da 5ª Vara Criminal de Porto Alegre, em uma de suas sentenças, assevera que a tipificação de vadiagem é:

Uma norma legal draconiana, injusta e parcial, destinada apenas ao pobre, ao miserável, ao farrapo humano, curtido vencido pela vida. O pau-de-arara do Nordeste, o bóia-fria do Sul. O filho do pobre que pobre é, sujeito está à penalização. O filho do rico, que rico é, não precisa trabalhar, porque tem renda paterna para lhe assegurar os meios de subsistência. Depois se diz que a lei é igual para todos! Máxima sonora na boca de um orador, frase mística para apaixonados e sonhadores acadêmicos de Direito. Realidade dura e crua para quem enfrenta, diariamente, filas e mais filas na busca de um emprego. Constatação cruel para quem, diplomado, incursiona pelos caminhos da justiça e sente que os pratos da balança não têm o mesmo peso. Na escala de valores utilizada para valorar as pessoas, quem toma um trago de cana, num bolicho da Volunta, às 22 horas e não tem documento, nem um cartão de crédito, é vadio. Quem se encharca de uísque escocês numa boate da Zona Sul e ao sair, na madrugada, dirige (?) um belo carro, com a carteira recheada de "cheques especiais", é um burguês. Este, se é pego ao cometer uma infração de trânsito, constatada a embriaguez, paga a fiança e se livra solto. Aquele, se não tem emprego é preso por vadiagem. Não tem fiança (e mesmo que houvesse, não teria dinheiro para pagá-la) e fica preso. (JORGE, 2004, p. s/n).

Indiscutivelmente, o presente caso evidencia que o controle social, exercido por meio da norma da Lei de Contravenções penais, é altamente discriminatório e seletivo, uma vez que buscou coibir os comportamentos da classe social de baixa renda. Assim, as chances ou riscos de ser alguém ser etiquetado como delinqüente não depende tanto da



conduta executada (delito), mas sim da posição do indivíduo na sociedade. O rótulo de criminoso adquirido pelo agente advém, inúmeras vezes, de sua condição de pertencimento a uma classe social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de práticas judiciárias da atualidade foi concebido para submeter os indivíduos a um poder exterior a eles. Assim, a criação do Poder Judiciário, revela-se como condição primordial para a organização do Estado Moderno. Nesse período, passa a prevalecer um novo modo de produção que invariavelmente desembocará no sistema capitalista. Entretanto, esse novo modo de produção forma uma nova organização social que traz, já em sua gênese, a divisão da sociedade em classes.

Importa acrescer, que na constituição da lógica da reprodução do sistema capitalista, os indivíduos devem ser necessariamente produtivos. Nesse sentido, a ordem social e o conseqüente controle social exercido por meio das leis penais, tornou-se palco de incontáveis conflitos sociais, estes reproduzidos numa dinâmica capitalista que procura racionalizar a sociedade, tornando-a um instrumento de produção, de consumo e de troca.

Nas diversas fases do capitalismo, seja na industrial, monopolista ou imperialista, a repressão constitui instrumento para imposições classistas, bem como, para preservação da ordem, principalmente pelos aparatos coercitivos do Estado, pois se torna a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses (MARX e ENGELS, 1983).

A esse respeito, Althusser (2010) entende que o Estado é explicitamente concebido como um aparelho repressivo, comparando-o à uma máquina de repressão que permite às classes dominantes assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo ao processo de extorsão da exploração capitalista.

Afirma ainda referido autor que o Direito pertence ao Aparelho repressivo do Estado, eis que assegura a organização e a unidade do mesmo, mantendo a direção por parte dos dirigentes da classe dominante, reproduzindo assim, as relações de produção.



A experiência histórica de construção das leis penais demonstra-se como constitutivo de filtros sociais, sendo compreendida como um espaço implementação de privilégios e de exclusão. Assim, a seletividade e discricionariedade do controle social é altamente discriminatório e seletivo na medida em que elege os comportamentos coibidos pelas leis penais e demais aparelhos repressivos do Estado, levando ainda em consideração o status e o papel das pessoas na sociedade.

A teoria do Labeling Approach nos mostra que a tipificação da conduta de vadiagem foi constituída por meio de um processo de seleção, onde se atribuiu qualidade criminal à determinada pessoa, que passa a ser responsabilizada criminalmente e estigmatizada.

O “vadio”, passa assim a ser penalizado na ordem legal com a respectiva aplicação da pena - conforme ajustamento de sua conduta na lei - na ordem social, com o rótulo de criminoso que lhe é imputado pelo sistema legal e pela sociedade, e por fim, na ordem econômica, por seu pertencimento a classe social mais baixa.

Incontestavelmente, as leis penais são produzidas na dinâmica capitalista que procura racionalizar a sociedade, tornando-a um instrumento de produção, de consumo e de troca. Assim, o cidadão “vadio” não se enquadra na lógica de produção capitalista, merecendo a devida coibição de seus atos despóticos do sistema que não oportuniza a possibilidade de escolha de não inserir-se nessa lógica.

Assentado nessas premissas, podemos então concluir que Estado, ao tipificar a conduta de “vadiagem, por meio da lei da contravenção penal, esta sendo um filtro social, seleciona os indivíduos que não se sujeitem à ordem capitalista. Os vadios, então, são assim considerados criminosos, porque a sociedade conseguiu atribuir com sucesso o rótulo de criminoso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos do Estado. Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado: Introdução Crítica. Tradução de J. A. Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2010.



ANAI DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

JESUS, Damázio E. de. **Direito Penal**. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2005.

JORGE, Higor Vinicius Nogueira. **Vadiagem e mendicância**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 473, 23 out. 2004. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/5837>>. Acesso em: 5 jun. 2011.

MARX, K; ENGELS, F. **Relações históricas primordiais, ou os aspectos básicos da atividade social: produção dos meios de subsistência, produção de novas necessidades, reprodução das pessoas (a família), intercâmbio social, consciência**. Obras Escolhidas em três tomos. Tomo I. Feuerbach. Oposição das concepções materialistas e idealistas. Lisboa – Moscovo: Editorial “Avante!”, 1982.

MOLINA, Antonio G. P. de; GOMES, Luiz F. **Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos**. 6 ed. Ed.Revista dos Tribunais. São Paulo, 2008.



O DESENVOLVIMENTO SOCIETAL DO CAPITAL E OS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO: um olhar a partir do processo de migração campo-cidade-campo

Tânia Paula da Silva¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo articular a crise no mundo do trabalho, impulsionada pela expansão do desenvolvimento societal do capital, ao processo de migração da “classe-que-vive-do-trabalho”, mais necessariamente, analisar o desenho societal dos trabalhadores que estão envolvidos na luta pela terra no Brasil, como forma de (re)inserção na sociedade capitalista e, conseqüentemente, no mundo do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento capitalista, mundo do trabalho; processo de migração e trabalhadores rurais.

INTRODUÇÃO

O trabalho, no modo de produção capitalista, é fator essencial para que o indivíduo esteja integrado a sociedade, logo quem não trabalha é socialmente excluído. Entretanto, o modelo econômico neoliberal² e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, produziu o maior problema que a humanidade vem enfrentando desde os seus primórdios: não consegue garantir trabalho a seus cidadãos. Esse modelo de desenvolvimento econômico, em que o trabalhador está subsumido ao capital, “descarta” do mundo do trabalho uma grande parcela da população brasileira e mundial, gerando assim uma sociedade de excluídos e re-incluídos precariamente³.

¹ Profa. Ms. da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: tanggela@bol.com.br

² O neoliberalismo tem sido implantado como modelo político, econômico que fundamenta as práticas e as relações sociais de produção dos países capitalistas, independente do seu grau de desenvolvimento econômico, este modelo econômico tem se tornado base dos discursos das elites capitalistas mundiais em todas as escalas, como modelo econômico capaz de regular as crises capitalistas. Sobre este assunto ver: Antunes (2000).

³ A respeito da discussão do conceito de exclusão social concordamos com Martins (1997) quando diz que o conceito é impróprio para falar das situações dolorosas de ajustamento econômico, social e político do modo de produção capitalista. Na verdade, segundo o autor, o que chamamos de exclusão social constitui um conjunto de dificuldades próprias de uma inclusão (ou re-inclusão) precária e estável, pois “A sociedade capitalista desenraíza, excluí, para incluir, inclui de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nesta inclusão” (p. 32). Assim, “exclusão, de fato,



Dessa forma, neste artigo, buscaremos articular a crise no mundo do trabalho, impulsionada pela expansão do desenvolvimento societal do capital, ao processo de migração da “classe-que-vive-do-trabalho”, mais necessariamente, analisar o desenho societal dos trabalhadores que estão envolvidos na luta pela terra no Brasil, como forma de (re)inserção na sociedade capitalista e, conseqüentemente, no mundo do trabalho.

Pois, de acordo com Thomaz Jr. (2001), torna-se urgente a necessidade de reconhecimento da situação social dessa nova e ampla classe trabalhadora, que se encontra além da planta fabril e do plano do sistema salarial, que envolvia os trabalhadores dantes proletarizados e que agora entoam fragmentariamente os sentidos e nexos da reforma agrária, somente para exemplificar as (des)sintonias internamente a classe trabalhadora.

A CRISE NO MUNDO DO TRABALHO: o desemprego estrutural

O desenvolvimento do modo de produção capitalista passa, historicamente e espacialmente, por uma série de transformações e crises impostas pela necessidade e, por vezes, pelo desejo de se promover alterações na dinâmica de produção e reprodução do capital.

Desse modo, o sistema capitalista, em sua evolução, desde o capitalismo comercial, passando pelo industrial, chegando ao financeiro, provocou profundas alterações no modo de vida, nas relações econômicas e na organização do espaço geográfico. Provocou, também, profundas transformações no mundo do trabalho, afetando diretamente a classe trabalhadora, tanto a urbana como a rural. Por outro lado, este reordenamento espaço-temporal encontra sentido na busca de dinamismo por parte do capital.

Pode-se afirmar que o mundo do trabalho e a sociedade de modo geral têm-se caracterizado historicamente por uma forma de arrumação espacial específica. Cada época do trabalho implica uma arrumação do espaço que o regula. A técnica é o elemento dinâmico e determinante dessa mudança.

sociologicamente, não existe. Ela é, na sociedade capitalista, apenas um momento da dinâmica de um processo mais amplo” (p.26). Daí a substituição (ou o uso simultâneo) do termo inclusão precária.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

Toda vez que o período técnico muda, simultaneamente muda a forma de regulação espacial, e conseqüentemente, o mundo do trabalho. (MOREIRA, 2002 *apud* THOMAZ JR. 2002, p. 27-28).

Assim, as mutações estruturais do sistema capitalista em curso atingem principalmente a questão do mercado de trabalho, o emprego, colocando-o como um dos problemas de maior gravidade para as sociedades contemporâneas, isto porque, segundo Antunes (2000), o desemprego deixou de ser um tema específico de um determinado país e passou a ter um alcance global, principalmente a partir da emergência das graves crises econômicas que afetaram as principais economias capitalistas nas últimas décadas.

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego que atinge a humanidade que trabalha em escala globalizada. Da Inglaterra à Espanha, do México à Argentina, da Rússia a Índia, para não falar do Brasil, quanto mais se avança na competitividade e na “integração mundial”, mas explosivas tornam-se as taxas de precarização, exclusão e desemprego. (ANTUNES, 2000, p. 165).

Por conseguinte, tornou-se comum à interpretação de que a emergência do problema do desemprego em um mundo que se reestruturava produtivamente e se globalizava decorria dos excessos de regulação do mercado de trabalho e das próprias relações trabalhistas, além das debilidades existentes nos sistemas educacionais de formação e de qualificação profissional da mão-de-obra. A solução para tais problemas foi buscada nas teses e políticas de ajustes estruturais, as quais pretendiam flexibilizar as relações de trabalho como resposta ao grave problema do emprego. Isso significa dizer que a escalada na superação da crise do capital implicou num repasse ao trabalho, leia-se trabalhadores, o ônus do processo.

Entrementes, o panorama atual do desemprego no mundo com suas múltiplas dimensões (desemprego aberto, de longa duração e com efeitos diferenciais sobre os jovens e as mulheres) parece demonstrar que toda a lógica das políticas macroeconômicas não produziu os efeitos esperados, isto porque observa-se um



aumento crescente da precarização das relações trabalhistas, precarização esta que é externalizada através da flexibilização e da informalização do mercado de trabalho. Todavia, junto a esta tendência de flexibilização do trabalho, cresce também o número de trabalhadores desempregados, composto pelos operários demitidos e pelos recém chegados ao mercado de trabalho e que não encontram emprego, situação que os obriga a ocuparem-se em atividades classificadas com precárias e de baixa produtividade.

Essa situação só nos confirma a crise por que passa o mercado de trabalho no Brasil, tanto no campo como na cidade, após o processo de estagnação econômica das últimas décadas. Assim, na atualidade brasileira vê-se cada vez mais acentuado o número de ofertantes de força de trabalho, fato este que não é original, mas, sim, parte de nossa história. Todavia, se a complexidade não está na novidade do fenômeno encontra-se, com certeza, na sua escala, logo que a recessão e o encolhimento dos postos de trabalho é uma ação vivida mundialmente e porque não dizer, vivida e expandida de forma globalizante. Desse modo, como já dissemos anteriormente, o desemprego estrutural não é exclusividade de países em desenvolvimento, como o nosso. Porém, nesses países são muito mais complexos os ajustes econômicos e tecnológicos necessários para reverter, ou pelo menos amenizar a situação, principalmente porque a economia brasileira desloca-se a passos lentos quanto ao seu crescimento econômico, assim sendo, pouco pode se esperar de expansão do mercado de trabalho.

Dessa maneira, este acelerado processo de mudança pela qual passa a sociedade brasileira, em especial, o mercado de trabalho na atualidade, resultou não somente num aumento do desemprego e da informalidade, mas também numa deterioração da qualidade de vida e do trabalho. Portanto, segundo Thomaz Jr. (2002), a “classe-que-vive-do-trabalho” está vivendo em condições cada vez mais precarizadas, tendo que se sujeitar a condições cada vez mais incertas, com baixos salários, péssimas condições de trabalho, flexibilização de direitos trabalhistas, extensão da jornada de trabalho, etc, na tentativa de “assegurar” seus empregos. Quando não, ficam “precarosamente incluídos” no processo de exploração do trabalho, sujeitando-se ao subemprego e a informalidade. Sendo que estas últimas tendências (subemprego e informalidade) estão cada vez mais presentes no mundo do trabalho e, conseqüentemente, na sociedade brasileira.



Ainda nessa direção Antunes (2000, p. 184) acrescenta que na era da reestruturação produtiva, das flexibilizações e das desregulamentações, a “classe-que-vive-do-trabalho” encontra-se mais fragmentada, mais complexificada e mais heterogeneizada. Havendo, pois, uma processualidade contraditória e multiforme no interior da classe trabalhadora. Dessa forma, a mesma encontra-se dividida entre qualificados e desqualificados, estáveis e precários, jovens e velhos, homens e mulheres, nacionais e imigrantes, brancos e negros, inseridos e excluídos, sem falar ainda nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho⁴.

Assim, as transformações pela qual passa o mundo do trabalho, com um processo crescente de exploração e integração precária visíveis na diminuição dos postos de trabalho e da remuneração, na desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como na ausência de proteção e expressão sindical, estão cada vez mais presentes. Por outro lado, é esta mesma situação, aparentemente “sem saída”, que nos leva a indagar: como fica a classe trabalhadora neste processo de desenvolvimento societal do capital? Como a classe trabalhadora consegue se manter neste mundo do trabalho tão precarizado? Quais as formas que a classe trabalhadora encontra para se inserir ou re-inserir no processo produtivo e, conseqüentemente, no mundo do trabalho?

A resposta a estas perguntas está relacionada com a organização daqueles que vivem do trabalho, ou seja, com sua reação organizada (luta social) numa confrontação social contra o capital. Isso significa dizer que os trabalhadores têm conseguido se sobressair neste mundo marcado pela ação e reestruturação do capital mediante o desencadeamento de lutas sociais que tem na criatividade seu ponto máximo. Portanto, tudo indica que o primeiro passo no sentido da resistência já foi dado, logo que mesmo com o enfraquecimento e desintegração dos sindicatos decorrentes do metabolismo societal do capital, os trabalhadores têm conseguido se manter em cena por meio de

⁴ Segundo Márcio Pochmann (2002), a Divisão Internacional do Trabalho expressa o grau de assimetria geográfica no uso e rendimento da mão-de-obra em distintas fases históricas da evolução da economia mundial.



novos canais de expressão: os Movimentos Sociais. Movimentos que, na sua maioria, contestam e confrontam a lógica destrutiva do capital acenando para um projeto de vida em que a justiça social esteja mais próxima do cidadão comum, neste sentido destaque por seu reconhecido mérito o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Portanto, é ainda por meio da luta de classes que a “classe-que-vive-do-trabalho” tem conseguido sobreviver neste mundo que se apresenta cada vez mais complexo e acirrado.

É também para apontar em direção a esta lógica de entendimento que Thomaz Jr. (2002) afirma: “alcançar maior poder de mobilização e organização é condição básica para os trabalhadores conquistarem melhores condições para barganhar com o capital e, ainda, tentar trazer para seu lado e comando o controle e a hegemonia do processo de produção e de trabalho”. (p. 356). [...] No mais, será no transcurso das lutas que se terá o desfecho do novo cenário que se aponta”. (p. 366).

O PROCESSO MIGRATÓRIO CAMPO/CIDADE/CAMPO IMPULSIONADO PELA CRISE NO MUNDO DO TRABALHO: o trabalho na terra

Na atual fase do capitalismo os fatores estruturais que determinam o crescente desemprego intensificaram os fluxos migratórios e seus desdobramentos, quais sejam, um crescente retorno dos trabalhadores ao campo. Portanto, o enfrentamento trabalho *versus* capital tem sofrido um deslocamento espaço-temporal para muito além do chão da fábrica, mas, que, contraditoriamente, é parte da crise mais ampla por que passa o mundo do trabalho.

Dessa forma, incapaz de incrementar a oferta de emprego o capital também se mostra incapaz de sustar o processo de migração ou sequer diminuí-lo, processo migratório que tem sido consequência do capital, mas, também condição para seu questionamento. Acrescenta-se a isso, no caso brasileiro, a aliança terra-capital⁵ que gerou e conservou uma das mais brutais concentrações de terra do planeta que, por sua

⁵ Para Martins (1981) a aliança terra-capital se refere à fusão, por meio da compra de terras, da figura do capital produtivo e financeiro (como exemplo notáveis temos a Volkswagen e o Bradesco) e a do proprietário de terras. A respeito ver MARTINS, J. S. “Os camponeses e a política no Brasil”. Petrópolis: Vozes, 1981.



vez, gerou um êxodo rural, na década de 1970, que inverteu completamente a relação campo-cidade e decretou o fechamento das fronteiras agrícolas ao trabalhador rural. Por conseguinte, na atualidade, sem perspectivas de emprego e com sua sobrevivência digna ameaçada, a classe trabalhadora, parte dela expulsa do campo e capitaneada pelas promessas de emprego na cidade, cobra seu tributo enfrentando, décadas depois, o capital pelos flancos, ou seja, tem investido contra o pacto terra-capital e, mais, questionado o modelo de capitalismo implantado no país, qual seja, o capitalismo à brasileira que tem como centro à esdrúxula, porém racional aliança terra-capital.

Por conseguinte, iremos nos ater a esses trabalhadores migrantes, mais especificamente, os trabalhadores que estão envolvidos na luta pela terra no Brasil. Trabalhadores que foram expropriados e proletarizados pelo metabolismo social do capital e que agora tentam se (re)inserir na sociedade e, conseqüentemente, no mundo do trabalho através da luta pela terra.

Desse modo, surgem várias concepções sobre as causas dos processos migratórios, variando de acordo com a abordagem teórica, no entanto, para que se possa, efetivamente, entender o processo migratório é necessário, entre outros fatores, a sua vinculação com a mobilidade da força de trabalho e, conseqüentemente, com as necessidades de (re)produção do capital. Contudo, se a migração é conseqüência o que os trabalhadores tem ensinado é que ela pode ser também resistência por meio do retorno e enraizamento. Esta dimensão parece ser a novidade pouco explorada.

Assim, digamos num primeiro momento, entendemos que a migração está vinculada à mobilidade do trabalho, ou seja, a capacidade que todo homem possui enquanto trabalhador (ou mercadoria) de vender sua força de trabalho e se deslocar de acordo com as regras ditadas pelo capital. Sobre isto Gaudemar (1997, p.194) afirma que:

A circulação das forças de trabalho é o momento da submissão do trabalhador às exigências do mercado, aquele em que o trabalhador, à mercê do capital e das crises periódicas, se desloca de uma esfera de atividade para outra; ou por vezes aquele em que sucede o trabalhador ser "sensível" a toda variação da sua força de trabalho e da sua atividade, que lhe deixa antever um melhor salário.



Portanto, abordamos a mobilidade populacional como uma peça do capitalismo, um fenômeno gerado a partir das regras do mercado, assim a mobilidade do trabalho está vinculada à mobilidade do capital. Neste sentido, Carlos Vainer (1996, p.06) citando Marx chama a atenção para uma das facetas mais perversas do capitalismo: a liberdade de ir e vir.

- a) numa primeira dimensão (positiva), porque é livre de todo e qualquer tipo de adscrição territorial, o trabalhador pode circular;
- b) numa segunda dimensão (negativa), porque não dispõe dos meios para assegurar sua reprodução – isto é, é livre porque despossuído dos meios de subsistência e produção – o trabalhador está obrigado a circular à busca de compradores da única mercadoria de que dispõe, a força de trabalho.

Corroborando nesta análise e explicando o processo de transformação do camponês em proletário, Martins (2002, p. 121) destaca: “o que faz o capitalismo, ao desenraizar as pessoas, é transformá-las em proprietárias de uma única coisa: a sua força de trabalho. O desenraizamento do camponês não está simplesmente em sua expulsão da terra. É reduzi-lo à única coisa que interessa ao capitalismo, que é a condição de vendedor de força de trabalho. Se alguém vai comprar essa força de trabalho, já é outra história. Mas ele passa a ser um potencial vendedor de força e trabalho, a ser um trabalhador à procura de trabalho”.

Dessa maneira, o que a experiência brasileira da migração tem mostrado, em toda a sua diversidade, nestes tempos de “globalização” e de reestruturação produtiva do capital, é que ela está sendo condicionada por uma flexibilização e precarização crescente das relações de trabalho, o que tem significado condições de vida mais difíceis e incertas para os trabalhadores migrantes.

Ainda nessa direção, ao que tudo indica, as condições de inserção econômica dos migrantes podem se tornar ainda mais difíceis num quadro de crises periódicas e de estagnação crescente da economia mundial. Diante dessa afirmativa, nasce para nós a seguinte problematização: como pensar uma inserção econômica dos trabalhadores migrantes e, por conseguinte, uma integração social, política e cultural, num quadro de



crescente flexibilidade, mobilidade e incerteza sobre as condições de trabalho? Como pensar essa inserção no momento em que:

[...] a demora para incluir ou reincluir o excluído⁶ está ficando cada vez mais longa. [...] O trabalhador que entra num processo demorado e patológico de reinclusão, que pode nem mesmo se concretizar, se degrada como pessoa, porque passa a ser um marginalizado, em termos de mercado, um consumidor marginal, que assim mesmo é essencial à reprodução do capital. Ao mesmo tempo, ele se degrada como ser político, como sujeito da história, porque perde o poder de reivindicação, perde o poder de exigir o cumprimento das leis em relação a ele. A grande perda que a classe trabalhadora no mundo inteiro está sofrendo com essa transformação brutal é a perda ou atenuação dos direitos conquistados durante mais de cem anos de luta social. (MARTINS, 2002, p.122/124).

É, pois, seguindo a lógica desta problematização que situamos a luta pela terra, ou melhor, o trabalho na terra como alternativa que tem se apresentado para esses trabalhadores migrantes que buscam assegurar a sua sobrevivência e dignidade política, logo que os assentamentos rurais (conseqüência da luta pela terra) têm se constituído na possibilidade de construção da existência, da dignidade e da cidadania para a classe trabalhadora. Dito de outra maneira, o assentamento rural tem se constituído não só como uma forma de sobrevivência, mas, sobretudo, como resistência na luta contra o capital.

Dessa forma, segundo Fernandes (1996, p. 01), “a luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses⁷ para entrar na terra e resistir contra a expropriação”. Assim, a luta pela terra seria um meio pelo qual o trabalhador migrante retornaria a terra da qual foi expropriado durante o processo de modernização da agricultura e, também, após frustrantes experiências no mundo do trabalho. Todavia, esses migrantes que lutam por terra não se constituem somente de trabalhadores que foram expulsos do campo,

⁶ De acordo com Martins (2002, p. 122), os excluídos são: “em princípio os camponeses, os trabalhadores rurais, os expulsos da terra. [...] Mas são excluídos também os trabalhadores das fábricas, expulsos pelo robô, pela robotização da economia”.

⁷ O termo camponês foi utilizado segundo o conceito do Prof. Ariovaldo U. de Oliveira (1992). Não sendo objetivo deste trabalho discutir teoricamente as nuances que cercam tal conceito, estamos partindo do pressuposto que Camponês é todo trabalhador que explora uma parcela de terra com a força do trabalho de sua família visando à manutenção desta.



mas também dos trabalhadores excluídos da cidade, que foram expulsos pela “modernização produtiva” das indústrias.

Corroborando com esta análise Thomaz Jr (2001, p.04) destaca que:

Os principais segmentos de trabalhadores que estão à frente do processo de luta pela terra, considerando o leque plural dos movimentos sociais envolvidos, são: os posseiros, os atingidos por barragens, os pescadores artesanais, os índios, os arrendatários, os seringueiros, os ribeirinhos, os pequenos agricultores do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), os assalariados rurais temporários (especialmente os envolvidos no corte da cana-de-açúcar, nos Estados de Pernambuco, Alagoas e São Paulo), e os desempregados urbanos, etc. É, portanto, uma dinâmica extremamente singular a formação e redefinição de rumos e estruturas dos movimentos sociais e demais instâncias de organização dos trabalhadores inseridos na luta pela terra, até porque, como os latifúndios estão por toda parte, os trabalhadores sem terra, também estão.

Neste contexto, a luta pela terra representa um avanço no conflito capital *versus* trabalho já que os Movimentos Sociais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), têm como bandeira de enfrentamento “este modelo excludente e concentracionista de renda, de terra e de capital, adotado na economia brasileira e na agropecuária, que se ancora na cultura latifundista quinhentista e que conta, historicamente, com o beneplácito do Estado” (Thomaz Jr., 2002, p.01). Esses movimentos sociais acreditam que: “[...] o fato dos camponeses não terem entrado na terra até os dias de hoje é político. É a forma estratégica de como o capital se apropriou e se apropria do território. Portanto, as lutas pela terra e pela reforma agrária⁸ são antes de tudo, a luta contra o capital”. (Fernandes, 1996, p.06).

Assim, os trabalhadores migrantes, organizados pelos Movimentos Sociais, mais especificamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desenvolvem manifestações (acampamentos; ocupações de terra; protestos com ocupações de prédios públicos; etc.) como forma de resistência aos processos de expropriação, de expulsão e

⁸ Sobre este conceito de Reforma Agrária ver José Gomes da Silva, artigo publicado na Revista Adusp (Associação dos Docentes da USP), em janeiro de 1996.



de exclusão a que estão submetidos pelo desenvolvimento societal do capital. Todavia, é interessante destacar que essas manifestações não se dão de forma pacífica, logo que:

A violência e a truculência adotadas pelas classes dominantes e pelo próprio Estado sustentam marcas indelévels, tanto no que se refere aos assassinatos, quanto às perseguições e desaparecimentos de trabalhadores [...], dirigentes sindicais e militantes dos diversos movimentos sociais envolvidos na luta pelo acesso à terra e resistências nela” (Thomaz Jr., 2002, p. 02).

No entanto, mesmo com todos esses impasses a luta pela terra e pela reforma agrária continua atual e dinâmica, pois estes trabalhadores migrantes, sem-terra, acreditam na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, ao latifúndio, a exclusão e a miséria, neste mundo regido pelo capital, logo que continuam engrossando as fileiras dos diversos movimentos sociais no Brasil, principalmente as fileiras do MST. Assim, segundo Thomaz Jr (2001, p.09), “[...] são os trabalhadores sem terra, organizados principalmente nas fileiras do MST, que fazem reascender através da luta e conquista da posse da terra, o direito ao trabalho e à dignidade roubada, mas também, empunham lampejos de emancipação de classe e de conformação anticapitalista [...]”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desta breve análise sobre o desenvolvimento societal do capital e os impactos no mundo do trabalho, impactos esses que geram o desemprego e as migrações, procuramos demonstrar como o capital se impõe e domina o trabalho e, conseqüentemente, o trabalhador. Por outro lado, focamos também o lado contraditório dessa sujeição: a resistência por meio da luta pela terra.

Deste modo, verificamos que nas últimas duas décadas ocorreu uma complexificação no mundo do trabalho, na qual a precarização das relações de trabalho e a perda dos direitos trabalhistas ganhou destaque e gerou um quadro de insegurança laboral, que atinge homens e mulheres. Como conseqüência deste processo, ocorre uma



inevitável migração dos trabalhadores em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Por conseguinte, a classe-que-vive-do-trabalho encontra nos movimentos sociais e na luta pela terra, uma forma de se inserir na sociedade e no mundo do trabalho em condições mais dignas. Assim, através da luta de classes noutra tempo e espaço eles tentam dar um novo sentido ao trabalho e a suas vidas.

Por fim, neste momento decisivo cabe aos movimentos sociais e as entidades que os apóiam, não só continuarem a fazer o enfrentamento do pacto terra-capital, mas, também a pensar o devir histórico que essa nova configuração vem dando a classe trabalhadora, ou melhor, quais as contribuições e conseqüências dessa aliança entre camponeses e trabalhadores migrantes urbanos.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. 5ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 7ª ed Revista Ampliada. São Paulo: Cortez; Campinas/SP, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

FERNANDES, Bernardo M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. 1996. (mimeogr).

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

MARTINS, J.S. **A Sociedade Vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

_____. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis; Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Agricultura Brasileira: desenvolvimento e contradições**. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. (mimeo.).

POCHMANN, Márcio. **Economia Global e a Nova Divisão Internacional do Trabalho**. Artigo Disponível no site: <decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>. Acessado em 22 de Novembro de 2002.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

SILVA, José Gomes da. A Reforma Agrária Brasileira no Limiar do Ano 2000. IN: Revista ADUSP. **A Reforma Agrária Necessária**. Associação dos Docentes da USP, Seção Sindical da Andes – SN – Janeiro de 1996 – nº 05.

THOMAZ JUNIOR, A. **Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil** (uma contribuição à “Leitura” Geográfica do Trabalho. Revista Pegada Eletrônica, vol. 02, nº. 02, Outubro de 2001.

_____. Desenho societal dos Sem Terra no Brasil, 500 anos depois. **Revista Abra**, Campinas, v.28, n.25, p.31-46, 2001.

_____. **O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da leitura geográfica**. Presidente Prudente, 2002. (mimeo.).

_____. **Por trás dos Canaviais os Nós da Cana**. São Paulo: Annablume, 2002b.

_____. **Por uma geografia do trabalho**. Presidente Prudente, 2002. (mimeo).

VAINER, C. B. A violência como fator migratório: silêncio teórico e evidências históricas. In: **Revista Travessia**. Maio/ Agosto/ 1996.



LABELLING APROACH: o sistema penal brasileiro à luz da teoria do etiquetamento

Evelin Mara Cáceres Dan¹

Alianna Caroline Sousa Cardoso²

INTRODUÇÃO

Desde o início das primeiras civilizações, quando ainda nem se tinha qualquer noção acerca da vida em sociedade, esteve presente um dos objetivos primordiais do homem: regulamentar e impor limites às condutas amplamente consideradas como nocivas e reprováveis por uma sociedade. Até hoje, é fácil perceber que os conceitos de nocividade e reprovabilidade podem variar de sociedade para sociedade. Entretanto a unanimidade é que as condutas consideradas reprováveis devem ser punidas.

A fim de regulamentar tais incidentes na busca de uma possível vida em sociedade, fora criado o conceito de crime, criando-se, através deste, as respectivas normas destinadas a puní-lo. Após essa distinção, inúmeras foram as ciências que se dedicaram, e dedicam, a compreender o crime, o criminoso, a vítima, e os fatos ligados ao triângulo que une os sujeitos passivo e ativo ao verbo núcleo da conduta criminosa. Dentre elas podemos citar a criminologia como uma das primeiras ciências destinadas ao estudo do evento criminoso.

O crime recebeu várias conceituações dos filósofos, moralistas, sociólogos, políticos, etc. Para a ciência criminológica, no entanto, o delito/crime se apresenta, antes de tudo, como flagelo social e comunitário. Com efeito, a criminologia não pode operar com um conceito estritamente normativo do crime, nem desconhecer os processos sociais que precedem às definições do legislador penal, isto é, o processo histórico e real de criação e aplicação do direito e os movimentos políticos criminais. Precisa, sobretudo, avaliar os processos sociais para estabelecer conceitos, para tanto se vale de inúmeras

¹ Profa. Esp. da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Departamento de Ciências Jurídicas. Email: evelind@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Direito da UNEMAT. Email: alianna.cardoso@hotmail.com



teorias, dentre elas a dos Processos Sociais, que dá origem à teoria do etiquetamento, nosso objeto de pesquisa.

O fato é que, diante do exacerbado capitalismo, que classifica os indivíduos em face de sua condição econômica e social, é comum deparar-se com a rotulação dos indivíduos de acordo com suas ocupações, nível escolar, status social, poder econômico, etc., características estas que podem determinar, conforme o estereótipo, se o indivíduo é tendencioso ao crime ou não. Trata-se, pois, da Teoria do Etiquetamento

Este artigo propõe uma análise do perfil do criminoso perante o Sistema Penal à luz da Teoria do Etiquetamento, segundo a qual existem mecanismos sociais que estereotipam os indivíduos conforme suas condições perante as classes dominantes, fazendo com que os indivíduos situados em classes menos favorecidas estejam mais propícios à delinquência. É, pois, parte do projeto de pesquisa que dará origem à uma monografia de fim de curso, que tem como enfoque a criminologia crítica, a sociedade atual, o controle social e as teorias que rotulam o indivíduo.

OBJETIVOS

Este estudo, parte do que futuramente deverá ser uma monografia de fim de curso, pretende verificar de que forma é constituída a seletividade dos sujeitos estigmatizados pelo etiquetamento do sistema penal em função de estereótipos, pelos organismos de repartição social da criminalidade. Para isso fará um percurso histórico na origem da criminologia crítica a fim de analisar a Teoria do Etiquetamento como base para a estereotipação do indivíduo criminoso e sua segregação para o sistema penal pátrio.

O que se intenta é investigar a rotulação social do sistema penal à luz da Teoria do Etiquetamento, a fim de verificar se há ou não distinção entre os inúmeros sujeitos que compõem a sociedade, e havendo a distinção, se ela se opera com maior enfoque entre a classe dominante e a menos favorecida do que vice-versa.

Espera-se chegar a um consenso final acerca da segregação social exercida pela classe dominante em desfavor das classes menos favorecidas. Tratando-se de parte do estudo, este artigo comporá o resultado final da pesquisa, entretanto, encontra-se em fase intermediária de desenvolvimento.



METODOLOGIA

Este estudo apodera-se do método indutivo, utilizando-se de vastas pesquisas bibliográficas entre os mais variados meios de comunicação, dentre eles a mídia eletrônica através de artigos de opinião, ensaios, monografias, teses de doutorado, dissertações de mestrado, e finalmente uma larga coleção dos mais variados livros, que incluem desde livros de estudos sociais à criminologia e psiquiatria forense.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para os estudiosos da Teoria do chamado “processo social”, toda pessoa é um criminoso em potencial, sendo que esta tendência criminosa se manifestaria ou não, de acordo com fatores como pobreza, status social, educação, cultura, etc., sendo que as chances da incidência delitiva é maior para os integrantes das classes marginalizadas. No entanto, os indivíduos das classes mais privilegiadas economicamente, socialmente ou culturalmente, podem também converter-se em criminosos se seus processos de interação com as instituições de poder resultam pobres ou destrutivos³.

Assim, as teorias do processo social abordam diversas respostas ao fenômeno da criminalidade e sua gênese, sendo pois, divididas na Teoria da Aprendizagem Social ou Associação Diferencial - segundo a qual o crime é um hábito adquirido, uma resposta a situações reais que o sujeito aprende com o contato com valores, atitudes e pautas de condutas criminais no curso de processos de interação com seus semelhantes, dependendo do grau de intimidade dos contatos e sua freqüência -, e na Teoria do Etiquetamento, ou a teoria do “labelling approach”, a única que nos interessa no momento. Segundo esta teoria, bem defendida por Becker em seu livro “Outsiders”, a desviação é uma qualidade atribuída por processos de interação altamente seletivos e discriminatórios⁴.

³ MOLINA, Antonio García Pablos de. **Criminología: Una Introducción a sus fundamentos teóricos para Juristas**. Valencia: Tirant lo Blanch, 1996.

⁴ BECKER, H. S., **Outsiders**. New York: Free Press, 1963.



O objeto de estudo do “labelling approach” não é o crime, tampouco o criminoso, é, tão somente, o processo de criminalização, ou seja, os critérios utilizados pelo sistema penal no exercício do controle social para definir quem delinqüe. Este estudo se inicia com a constatação de que é impossível regulamentar todas as condutas tidas como criminosas eis que infindável sua gama de ocorrências. Este fenômeno é denominado cifra negra, e demonstra que o número de crimes efetivamente praticados e que não aparecem nas estatísticas oficiais é muitíssimo grande, assim, apenas uma pequena parcela dos delitos chegarão ao conhecimento do Estado para serem investigados, levados a um processo judicial que repercutirá em uma condenação criminal.

Com isto, o risco de ser etiquetado, ou seja, “aparecer no claro das estatísticas”, não depende da conduta, mas da situação do indivíduo na pirâmide social. Por isso o sistema penal é seletivo, pois funciona segundo os estereótipos do criminoso, os quais são confirmados pelo próprio sistema. Portanto, a figura do homem delitivo de hoje está ligada ao processo seletivo e discriminatório, em que o homem delinqüente na idade contemporânea pode ser qualquer pessoa, o que muda é a situação do sujeito e sua localização na pirâmide social.

No Brasil, um dos mais importantes representantes desta teoria é Augusto Thompson, o qual exemplifica esta seletividade quanto ao status social do sujeito: a vida dos mais desafortunados é mais exposta no transporte coletivo, andando nas ruas, na praia, nos botecos, estando mais visíveis quando praticam algo ilícito. Não há identidade entre ele e a autoridade pública que geralmente vem das camadas mais nobres e não tem condições de possuir uma boa defesa técnica, face às dificuldades materiais das defensorias públicas.

Desta forma, podemos afirmar, com fulcro na Teoria do Etiquetamento, que quanto mais próximos dos níveis mais baixos da escala piramidal da sociedade, mais fácil ser criminalizado pelo sistema, são então, os desempregados, sub-empregados, sem qualificação profissional ou educacional, os com problemas escolares e familiares, os alvos mais fáceis do sistema punitivo.

Nesse sentido, tem-se, então, que a Teoria do Etiquetamento, como ferramenta da Criminologia crítica destaca que o criminoso/delinqüente não é aquele que possui



atributos patológicos e comportamentais que o levem, em determinado momento, a cometer um determinado crime, como propunha anteriormente a Criminologia positivista. Mas, sim, que o criminoso é fruto da estereotipação da sociedade e do sistema penal, que rotula o indivíduo de acordo com sua classe social e a sua cor. Ocorre assim, que a classe dominante sempre estará em vantagem com relação às classes menos favorecidas. Verifica-se aqui mais uma decorrência do capitalismo segregador que separa os indivíduos por poder econômico e social, o que acaba se refletindo em todos os setores da sociedade, inclusive no direito penal.

Em consonância com estes ditames é de suma importância os ensinamentos de Baratta (1999, p. 165):

O direito penal tende a privilegiar os interesses das classes dominantes, e a imunizar do processo de criminalização comportamentos socialmente danosos típicos dos indivíduos a elas pertencentes, e ligados funcionalmente à existência da acumulação capitalista, e tende a dirigir o processo de criminalização, principalmente, para formas de desvio típicas das classes subalternas.

Posto isto, denota-se que a camada dominadora, a elite, irá estigmatizar as classes inferiores, impondo uma segregação social motivada pelo hiperconsumo que faz com que estes indivíduos menos favorecidos economicamente, sejam encaixados conforme a norma penal positivada e sejam, portanto, os indivíduos mais vulneráveis e excluídos da sociedade. É de se afirmar, portanto, que todo o controle social, seja ele advindo do poder estatal, do judiciário, da polícia ou simplesmente da sociedade, será discriminatório.

A Seletividade Criminal sob o enfoque da Teoria do Etiquetamento

Através do processo de criminalização do indivíduo, manifestam-se e colaboram os estereótipos. Estes se encontram estreitamente ligados à aparência física, cor e raça, posição social e econômica da pessoa estigmatizada. Uma vez que determinada conduta seja tipificada como criminosa, e que certa pessoa de cor passe a ser definida como delinqüente, reinam, dessa forma, os poderosos estereótipos e os seus estigmas. Nesse sentido, contribui para que a sociedade criminalize cada vez mais os cidadãos vulneráveis



dos extratos inferiores e também para que o controle penal se torne mais propenso à seletividade e à desigualdade.

Diante disso, sob o olhar de Silva Jr. (2002), diferentemente do preconceito, que é uma atitude, o estereótipo está ligado a uma imagem, vinculando-se ao campo da percepção. Os estereótipos se traduzem por serem construções indesejáveis, resistentes à educação e são criados por uma forma de raciocínio, tendo como veículos a linguagem, as imagens, a publicidade, a propaganda, etc.

Considera-se, então, que, para se materializar e efetuar o processo de criminalização por parte da sociedade e do sistema penal como um todo, incluindo Juízes, Promotores Públicos, funcionários e a polícia, torna-se necessário que se crie e se estabeleça uma imagem estereotipada do cidadão a ser estigmatizado. Essa imagem, portanto, diz respeito ao fato de aquele indivíduo enquadrar-se em certas características pessoais, físicas e estéticas, estando ele relacionado ao critério da desigualdade socioeconômica ou ao processo de discriminação e preconceito racial.

CONCLUSÃO

Dito tudo isso, ressalva-se que permanece, no Brasil, um preceito discriminatório, burguês e seletivo no âmbito social, político e econômico, resultando num sistema de regras penais onde os mais privilegiados economicamente e socialmente encontram-se no topo da pirâmide, e, portanto, são mais favorecidos, enquanto os menos afortunados encontram-se na base, inseridos na área da exclusão, do preconceito, das limitações e das diferenciações. Nessa perspectiva, Baratta (1999, p. 161) expõe que “a criminalidade é um ‘bem negativo’, distribuído desigualmente conforme a hierarquia dos interesses fixados no sistema socioeconômico e conforme a desigualdade social entre os indivíduos”.

Assim, é unânime o sentimento de que faz-se necessário criar mecanismos mais eficientes para uma convivência mais harmoniosa e menos fatal com a sociedade. Com este intuito, de regulamentar as condutas humanas, foram criadas as leis penais. Desta forma, é correto dizer que o fundamento do Direito Penal encontra-se em tentar promover uma maior convivência humana.



Entretanto, fruto do capitalismo que tomou proporções incontroláveis, na atualidade o que garante o Direito Penal é o poder e não a igualdade social, poder este, normalmente exercido pelas classes dominantes em desfavor das menos favorecidas. Tem-se, pois, o Direito Penal como elemento de todo o aparato estatal, cuja existência justifica-se pela necessidade de se implementar um sistema ideológico para a perpetuação das classes dominantes no poder, sempre como detentoras do Direito. Tanto isto é fato que as leis penais buscam proteger, em sua maioria, os bens jurídicos patrimoniais, de maior acesso para a elite, que, por conseguinte são mais suscetíveis a ação dos menos favorecidos.

Desde os primórdios, pode-se perceber o crime como fruto da conduta humana, percebeu-se, desta feita, a necessidade de interromper o ciclo da criminalidade, detentora de um avanço a cada ano maior, surgiram inúmeras ciências que objetivavam estabelecer estudos sobre o crime como fato social, dentre elas a Criminologia que intencionava solucionar o acidente social que é o delito.

Dentre as inúmeras teorias advindas dos estudos originados pela Criminologia, sempre foi possível perceber que de alguma forma, até então, não se tinha conseguido se adequar à realidade social, eis que surgiu a Criminologia Crítica, se posicionando com críticas em relação ao sistema penal e o controle social, questionando a eficácia das penas na ressocialização dos indivíduos delinqüentes e quais os efeitos.

Tamanha busca, fez nascer, junto com as questões relacionadas à desigualdade do cidadão nos processos sociais, a Teoria do Etiquetamento ou da reação social (labelling approach) que trouxe uma visão mais sociológica ao estudo do crime, concluindo que o desvio de conduta e a tendência à criminalidade não são entidades ontológicas pré-constituídas, e sim etiquetas que determinados processos de definição e seleção, altamente discriminatórios, colocam nos sujeitos.

Diante de tais processos de definição, uma vez etiquetado, o sujeito não tem qualquer chance de sair da marginalidade, eis que fora a ele concedido gratuitamente, uma letra escarlata, segundo a qual ele deverá, após ser socialmente rotulado e marginalizado, trilhar sua carreira no mundo do crime, o único aonde ele, estereotipado, será bem recebido. Entretanto, para as classes dominantes, a qual os delitos possuem



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: Desafios e Dilemas das Cidades Brasileiras no Século XXI. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres, 15 a 17 de Junho de 2011. Vol. 02. ISSN: 2178-6038

um caráter menos popular, os números sequer entram nas estatísticas policiais. Trata-se do fenômeno denominado cifra negra.

Com isto fica límpido que a aplicação da norma penal no Brasil não ressocializa o indivíduo, na verdade o segrega impedindo-o de conviver em sociedade, eis que o que torna este indivíduo segregado não é o fato de ter cometido um crime, e sim o fato de ter cumprido uma pena

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à Sociologia do Direito Penal**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

BECKER, H. S., **Outsiders**. New York: Free Press, 1963.

MOLINA, Antonio García Pablos de. **Criminología: Una Introducción a sus fundamentos teóricos para Juristas**. Valencia: Tirant lo Blanch, 1996.